

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Kíssila Teixeira Mendes

Parcelando sonhos: questão agrária brasileira, MST e consciência privatista

Juiz de Fora

2023

Kíssila Teixeira Mendes

Parcelando sonhos: questão agrária brasileira, MST e consciência privatista

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Orientador: Doutor Telmo Mota Ronzani

Coorientadora: Doutora Isabel Maria Faria Fernandes de Oliveira

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes, Kíssila Teixeira .

Parcelando sonhos : questão agrária brasileira, MST e consciência privatista / Kíssila Teixeira Mendes. -- 2023. 244 p.

Orientador: Telmo Mota Ronzani

Coorientadora: Isabel Maria Faria Fernandes de Oliveira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Química, 2023.

1. consciência. 2. MST. 3. propriedade privada. 4. movimentos sociais. 5. questão agrária. I. Ronzani, Telmo Mota, orient. II. Oliveira, Isabel Maria Faria Fernandes de , coorient. III. Título.

Kíssila Teixeira Mendes

Parcelando sonhos: questão agrária brasileira, MST e consciência privatista

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em 27 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Telmo Mota Ronzani - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira - Coorientador(a)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof(a) Dr(a) Viviane Souza Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Cristina Simões Bezerra

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Fernando Lacerda Jr.

Universidade Federal de Goiás

Prof(a) Dr(a) Solange Struwka

Juiz de Fora, 07/03/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Telmo Mota Ronzani, Professor(a)**, em 28/03/2023, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Usuário Externo**, em 30/03/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Souza Pereira, Professor(a)**, em 04/04/2023, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Simoes Bezerra, Professor(a)**, em 04/04/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Solange Struwka, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Usuário Externo**, em 11/04/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1175214** e o código CRC **5CB01504**.

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por tudo que sou e poderei ser.

À minha mãe, pelo amor dedicado.

Ao Pedro, meu melhor amigo, companheiro, professor, revisor e, sobretudo, meu amor.

Ao Telmo, pela orientação generosa e por ter se tornado amigo (e padrinho!) nesse processo.

À Isabel, pela fina revisão e lapidação do trabalho.

À banca, que topou contribuir para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Aos amigos, pela leveza dos encontros e companheirismo nas partilhas. Em especial, agradeço às amigas Raíssa Maia, Luiza Mattheis (e ao nosso grupo, não por acaso, intitulado Reclame Aqui - Saúde Mental), Júlia Afonso e aos amigos Victor e Richard.

Ao grupo Marcus Matraga pelos ensinamentos e parcerias. Agradeço ainda aos, até então alunos, Weverton e Lugano por participarem comigo da coleta de dados e contribuírem na transcrição das entrevistas.

Ao MST pela disponibilidade e abertura, mas, sobretudo, pelo seu papel na história desse país.

Às alunas e aos alunos da UFG e UniAcademia que me fizeram e me fazem diariamente me tornar professora e dar sentido a todo meu processo formativo.

A todos os meus professores e professoras.

Ao PPG de Psicologia da UFJF, pelos 6 anos de parceria.

À UFJF, minha segunda casa por tanto tempo, e à Universidade Pública no Brasil.

À UFJF, CAPES e FAPEMIG pelas bolsas concedidas ao longo desses 4 anos.

Quanta vida cabe em quatro anos?

Em nome de quem lava roupa alheia
(e expulsa da brancura o sebo alheio)
Em nome de quem cuida de filhos alheios
(e vende sua força de trabalho em forma de amor maternal e humilhações)

Em nome de quem habita um domicílio alheio
(que já não é ventre amável mas sim uma tumba ou prisão)

Em nome de quem come pães amanhecidos alheios
(e ainda assim mastiga-os com sentimento de ladrão)

Em nome de quem vive num país alheio
(as casas e as fábricas e os comércios e as ruas e as cidades e os povos
e os rios e os lagos e os vulcões e os morros
são sempre de outros
e por isso estão aí a polícia e a guarda protegendo-os de nós)

Em nome de quem o único que tem
é fome exploração doenças
sede de justiça e de água
perseguições condenações
solidão abandono opressão morte
Eu acuso a propriedade privada
de privar-nos de tudo.

Ata - Roque Dalton

RESUMO

A presente tese surge com o objetivo de analisar o processo de constituição de consciência em um assentamento do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), na Zona da Mata Mineira. Tem ainda como objetivos específicos: 1. investigar as histórias de vida dos assentados até a chegada no movimento; 2. analisar o papel do movimento social na constituição da consciência; 3. compreender quais condições de vida potencializam ou inibem a organização em um movimento social e o desenvolvimento da consciência; 4. apresentar o conceito de consciência privatista. Para tal, se propõe ainda analisar a imbricação entre as categorias consciência e propriedade privada enquanto expressões ideais do movimento real, no caso, da produção e reprodução da vida em tal realidade. O trabalho está dividido em três capítulos teóricos iniciais que versam sobre questão agrária e propriedade privada no Brasil; movimentos sociais e realidade brasileira; e processo de consciência e a tentativa de uma definição do conceito de *consciência privatista* aqui cunhado. O percurso metodológico conta com período de observação participante e com a realização de sete entrevistas em profundidade, a partir da história de vida, com moradores do assentamento Dênis Gonçalves. O capítulo destinado aos resultados e discussões, por sua vez, foi dividido em três eixos interpretativos. Pode-se concluir que as formas de consciência no modo de produção capitalista (MPC) são moldadas pelo princípio norteador deste modo de produção, a propriedade privada, sendo, logo, consciência privatistas. O modelo de reforma agrária do Estado brasileiro, ainda, parece ser contributivo à perpetuação da consciência privatista. Romper com a consciência privatista é, dessa forma, uma grande dificuldade do MST - e de nossa sociedade. Algumas das estratégias possíveis, e que são ações preconizadas pelo MST, passam pelo estabelecimento de relações de cooperação e modificação de relações de trabalho e produção com foco no trabalho coletivo. Tais mudanças, aliadas à formação, levariam à organicidade e uma nova consciência. Ademais, a superação da propriedade privada deve estar nesse horizonte, bem como o fortalecimento da propriedade

comum e do valor de uso da moradia. No âmbito do âmbito do Estado burguês, há ainda a necessidade de a Constituição estabelecer limites severos ao direito de propriedade.

Palavras-chave: consciência; MST; propriedade privada; movimentos sociais; questão agrária.

ABSTRACT

The present thesis arises with the objective of analyzing the process of conscience constitution in an agrarian reform settlement of the Rural Workers Landless Movement (MST), in the Minas Gerais forest zone. It also has the following specific objectives: 1. investigate the life stories of the settlers until their arrival in the movement; 2. analyze the role of the social movement in the constitution of conscience; 3. Understand which living conditions enhance or inhibit the organization in a social movement and the development of conscience; and 4. present the concept of privatist conscience. To this end, it is also proposed to analyze the imbrication between the categories conscience and private property as ideal expressions of the real movement, in this case, of the production and reproduction of life in such a reality. The work is divided into three initial theoretical chapters that deal with the agrarian question and private property in Brazil; social movements and Brazilian reality; and the process of consciousness and the attempt to define the concept coined here as *privatist conscience*. The methodological course includes a period of participant observation and seven in-depth interviews, based on the life history, with residents of the Denis Gonçalves settlement. The chapter devoted to results and discussions was divided into three interpretative axes. It can be concluded that the forms of consciousness in the capitalist mode of production are shaped by the guiding principle of this mode of production, private property, being, thus, privatist conscience. The agrarian reform model of the Brazilian State still seems to contribute to the perpetuation of the privatist conscience. Breaking with the privatist conscience is, therefore, the greatest difficulty of the MST - and of our society. Some of the possible strategies, which are actions advocated by the MST, include the establishment of cooperative relationships and modification of work and production relationships with a focus on collective work. Such changes, allied to training, would lead to organicity and a new awareness. Moreover, overcoming private property must be part of this horizon, as well as strengthening common property and the use value of housing. Within

the ambit of the bourgeois state, there is still a need for the Constitution to establish severe limits to the right to property.

Keywords: conscience; MST; private propriety; social movements; agrarian question.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. Questão agrária e propriedade privada no Brasil	23
CAPÍTULO 2. Os movimentos sociais no Brasil, o MST e a luta pela terra pós anos 1980	60
CAPÍTULO 3. O Processo de Consciência e a Consciência Privatista	92
CAPÍTULO 4. Método	113
4.1. Objetivos	113
4.2. O campo	113
4.3. As etapas da pesquisa	115
4.3.1. Observação participante	115
4.3.2. Entrevistas	117
4.3.2.1. Análise dos dados transcritos	119
4.4. Aspectos éticos	123
CAPÍTULO 5. Resultados e discussões	124
5.1. Eixo 1. Histórias de vida, trabalho e visões de mundo - “ser militante é assumir um jeito de estar”	125
5.2. Eixo 2. Chegada do MST na região, cotidiano do assentamento, relações sociais e propriedade privada - “uma ocupação é o embrião da revolução”	145
5.3. Eixo 3. Compreensões sobre o MST, papel formativo e humanizador dos movimentos sociais, relações com o Estado e o momento atual - “é para além do acesso à terra”	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS	224
ANEXOS	238

INTRODUÇÃO

A presente tese surge com o objetivo de analisar o processo de constituição de consciência em um assentamento do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) na Zona da Mata Mineira, visando compreender a mediação entre a participação neste movimento e a formação de consciência. Para tal, se propõe ainda analisar a imbricação entre as categorias consciência e propriedade privada como expressões ideais do movimento real, no caso, da produção e reprodução da vida em tal realidade.

Vejo¹ o fim do doutorado, como algo maior do que a mera execução da pesquisa e a apresentação de um trabalho final, mas representando um processo de formação profissional e, sobretudo, humana, que envolve projetos (e processos) de vida, societários e construções mais sólidas de visões de mundo. Desde o início da graduação, possuo interesse de estudo, pesquisa e intervenção nas temáticas relacionadas à desigualdade social e pobreza, com ênfase para a realidade brasileira e latino-americana. Após formada, como psicóloga, atuei profissionalmente nas áreas hospitalar, clínica e de gestão, com foco na saúde mental nos setores público e privado. Tais experiências aguçaram minhas percepções e inquietudes acerca das políticas públicas e das expressões e desdobramentos da questão social brasileira, sobretudo as diversas facetas do sofrimento mental. Entretanto, é no papel de pesquisadora, que sigo desde minha formação na graduação, e no de professora, que desempenho (ao menos formalmente) há pouco mais de um ano, que vejo o ponto de chegada mais crucial dessa trajetória (até aqui). Os referenciais teóricos aqui utilizados são, assim, também reflexo desse caminho, que engloba descobertas e escolhas. Penso que a perspectiva marxista se apresentou progressivamente em minha carreira como mais alinhada aos desafios do real e para a leitura da complexidade que se impôs nesse trajeto. No

¹ O uso da primeira pessoa do singular será feito somente nesse primeiro momento de apresentação pessoal da autora.

entanto, ainda que concluindo formalmente essa última etapa de formação, vejo-me como iniciante como pensadora dessa vertente teórico-prática.

Em relação ao tema de pesquisa, se antes, no mestrado, me deparei com um grupo que representava os mais pobres entre os pobres no cenário urbano – a população em situação de rua –, com inúmeras dificuldades para a sua organização como movimento social ou, tampouco, enquanto fração mais precária de uma classe cada vez mais subalternizada, agora me deparo com uma outra faceta da desigualdade no meio rural – os “sem-terra”. Em determinado momento deste percurso, me dei conta que estudar tais processos no Brasil me levaria, a partir de um resgate histórico, a um questionamento sobre a questão agrária na formação social do país. Em partes, temos como semelhanças entre estes públicos, a condição de pobreza e a falta de moradia – que, não por acaso, compõem um mesmo processo histórico de despossessão expresso na produção, na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida e nas formas precárias (e/ou ausência) de trabalho. E é no cotidiano que vemos como o histórico colonial e escravocrata brasileiro permeia as práticas repressoras e de extermínio das relações sociais e que não foram rompidas no regime formalmente democrático, seja por forças estatais ou da sociedade civil. Há, porém, um diferencial analítico fundamental: a organização desses trabalhadores em um movimento social - o maior do Brasil - que é o MST. Tal fato nos permite complexificar a questão central da pesquisa acrescentando a ela: qual é a mediação entre a participação neste movimento e os processos de formação de consciência? Na tentativa de responder tais questões, foram realizadas entrevistas em profundidade, a partir da história de vida, com moradores do assentamento Dênis Gonçalves, buscando compreendê-las e, sobretudo, relacioná-las aos processos de formação social brasileira. Isso sob a premissa de que a história se manifesta no vivido sendo, então, no singular que está a existência do geral - mediado pelo particular.

Nesse sentido, o tema da consciência, categoria central para a pesquisa (e, também, para a Psicologia), diz da relação entre indivíduo e sociedade. Estudos sobre a relação entre o processo de consciência e o MST a partir de diferentes olhares teóricos e áreas não são novos, embora não sejam predominantes. Por exemplo, Dias (2021) relaciona a práxis da consciência de classe, elementos indissociáveis, alegando que, para um novo ser humano em uma nova sociedade, é necessária uma condição sócio-histórica, bem como uma prática e uma teoria que ofereçam e sustentem a consciência de sua condição de classe. Para alcançar tal condição, sobretudo nos movimentos do campo, seria necessária a associação de três elementos fundamentais: a luta, a organização e a formação política. Nesse momento histórico, porém, a consciência se expressa no interior dos movimentos sociais de forma contraditória que expressa as limitações e potencialidades do tempo histórico, se caracterizando como classe em si², com consciência e estratégias de classe em si. F. Andrade (2022), por sua vez, ressalta que o processo de educação e formação no MST tem o propósito claro de conscientização e politização dos camponeses. A formação da consciência camponesa no MST, então, é necessária a própria manutenção da existência do movimento e só é possível com a mobilização permanente em diferentes frentes. Nesses trabalhos, vemos a ênfase na formação e educação como possibilitadores de formação de consciência.

Há ainda, na Psicologia, estudos que partem do conceito de Consciência Política elaborado por Salvador Sandoval, onde a consciência “é formada por aspectos identitários, pela cultura construída socialmente e expressa na sociedade, por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito” (Alessandro Silva, 2007, p. 106). Partindo dessa compreensão, ao analisar um acampamento no estado de São Paulo, Alessandro Silva (2007) identificou questões relativas

² Como ficará claro adiante, a classe em si refere-se à existência de uma classe que ocupa um mesmo papel no processo produtivo, sem haver necessariamente consciência e organização sobre esse papel. A classe para si, dessa forma, é constituída pelo momento em que a classe em si, consciente de seu papel, se organiza a partir dos mesmos interesses para a luta de classes.

às dificuldades de comunicação e de não adesão/adesão parcial ao projeto do MST, o que, na leitura do autor, fragiliza o movimento. Conclui, assim, que

Nesse jogo de complexidades, emergem consciências plurais, de distintas configurações, nas quais os movimentos sociais, como é o caso do MST, são compreendidos como meio de obtenção de demandas particulares. Quando o sujeito percebe o movimento com essa ponte entre ele e a terra, por exemplo, observamos a emergência da tensão terra para si X terra para todos, a qual pode ser uma das materializações das tensões entre o individual e coletivo. Quando isso ocorre no interior do movimento social, encontramos formas de consciência que tendem a uma visão de mundo ambígua, que oscila entre a mudança e a mobilidade social. Portanto, quando os interesses particulares encontram-se ameaçados, o adversário, com maior relevo, pode ser o companheiro de luta, alguma liderança ou mesmo o movimento como um todo. Nesse quadro, os latifundiários, o governo, a polícia etc., podem perder visibilidade e com isso ganham força frente ao movimento, enquanto este se fragiliza e, por vezes, se fragmenta ao ponto de surgir um outro movimento que, ao invés de aglutinar forças, rivalizará com o primeiro (Alessandro Silva, 2007, p. 122).

Uma solução imediata proposta pelo autor é o diálogo, enquanto dotado de importante sentido psicopolítico. Embora, de fato, fundamental - sobretudo no cotidiano -, pautar a solução pelo diálogo parece-nos mascarar a complexidade que a análise da luta pela terra exige. Assim, podemos dizer que o texto acerta no sintoma, mas não trabalha as causas e, talvez por isso, minimiza as possibilidades de superação. Resgatar tais estudos na introdução do trabalho se faz relevante a um panorama da Psicologia e nos ilustram a heterogeneidade desse campo de saber e suas imprecisões/amplitudes teóricas, mesmo se tratando de uma de suas categorias mais importantes: a consciência.

Nesse sentido, parecemos concordar com as conclusões feitas por Lacerda & Guzzo (2006) que, a partir da história de vida de um militante do MST, analisam a relação entre o participar de um movimento social e a consciência de classe, partindo da indissociabilidade entre sujeito e história. Definem, então, a consciência como categoria central para a compreensão de qualquer processo no interior de uma sociedade de classe e frisam o papel do cotidiano - e da consciência cotidiana (ou formas imediatas de consciência) - como ponto de partida e de chegada da consciência de classe. A conclusão se dá a partir de três pontos centrais: 1) as limitações dadas pela realidade, principalmente do trabalho alienado e explorado, reduzem a vida à conservação da existência, levando o entrevistado a respostas individualistas; 2) a mudança de consciência oscila entre individual e coletiva, onde as construções ideológicas convivem com novas apropriações decorrentes de seus interesses de classe; e 3) as contradições no processo de consciência consistem mais no viver cotidiano do que em limitações individuais. Sendo assim, trata-se da necessidade da busca por uma nova sociedade onde individual e coletivo não sejam antagônicos.

Assim, consideramos nesse projeto as seguintes premissas: 1. de que a posição de classe medeia a formação da consciência e as possibilidades de questionamento da ordem social; 2. de que o pertencimento a movimentos sociais é possibilidade coletiva de construções de novas visões de si e do mundo; 3. e de que o contexto político e econômico se contrapõe à lógica dos movimentos sociais, potencializando o individualismo e a meritocracia.

Sendo assim, faz-se necessária uma breve contextualização sobre a questão agrária em nosso país, tarefa do nosso primeiro capítulo, tanto para a tentativa de compreensão do cenário atual, quanto para uma reflexão do que é possível à Psicologia nesse contexto. Desde aqui, já nos vemos em um paradoxo, visto que a Psicologia – não diferente das ciências modernas – possui caráter urbano. No entanto, ainda que boa parte dos brasileiros viva nas áreas predominantemente urbanas (76%), o número de cidades com essas características é de apenas

26%. Pelo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o país tem mais municípios predominantemente rurais. Eles representam 60,4% das cidades brasileiras, embora abriguem apenas 17% da população. Há ainda um alinhamento histórico da Psicologia às demandas de exploração capitalistas - no caso do Brasil, alinhadas ainda a um contexto ditatorial em seu período de consolidação enquanto profissão, regulamentada em 1962. A população do campo, dessa forma, não foi alvo de atenção e intervenção da Psicologia, tampouco, esta foi capaz de atender às necessidades concretas da população. Embora o perfil dos profissionais tenha sido modificado com a inserção nas políticas públicas e interiorização e ampliação da formação superior no país, ainda é fundamental questionar sobre a inserção da Psicologia hegemônica nesses espaços e sobre as alternativas possíveis.

Porém, ser uma profissão urbana não nos parece ser a principal questão. A Psicologia é uma ciência burguesa, e aqui não cabem distinções entre rural e urbano, embora o desenvolvimento capitalista atinja de forma distinta tais contextos. O fundamental aqui é compreender como o modo de produção capitalista (MPC) se apresenta e expressa ideologicamente como universal, natural e, como consequência, a concepção de subjetividade e, também, de consciência tenha sido construída como dimensão individual-privativa. Logo, como uma concepção individual-privativa de ser humano em um modo de produção assentado na propriedade privada. Nas realidades latino-americanas, ainda, onde a dominação se deu com base na força, na violência, exploração e opressão, tal processo de “expropriação das subjetividades” é mais brutal, visto que estas (ou como devem ser) também são generalizadas. Assim, a psicologização da realidade é fator fundamental de reificação da realidade.

A partir do exposto, o trabalho se estrutura da seguinte forma: três capítulos teóricos analisando brevemente os principais conceitos e categorias do trabalho e um capítulo, dividido em três eixos interpretativos, que contempla os resultados e discussões de maneira associada.

É válido ressaltar que muitos pontos abordados de maneira introdutória nos capítulos teóricos serão aprofundados na discussão.

O capítulo 1, intitulado “Questão agrária e propriedade privada no Brasil”, visa analisar a formação social brasileira, seu processo de acumulação primitiva, as particularidades do desenvolvimento de seu capitalismo e como se conforma a questão da propriedade, sobretudo a da terra, no país. Para tal, recorre a autores clássicos da Sociologia brasileira (que não necessariamente concordam entre si), bem como às leituras de Marx e Engels sobre a questão da moradia e da propriedade privada no MPC. Este capítulo é crucial para historicizar nosso processo de formação, bem como, posteriormente, ver seus impactos nas formações de consciências e subjetividades. Constatamos que o latifúndio no Brasil sempre agiu como um sistema de dominação e controle social, sendo histórica - e não sem dissensos - a luta pela terra no país.

No segundo capítulo, aprofundamos no histórico dos movimentos sociais no Brasil com ênfase ao MST, bem como nas conquistas de trabalhadores em relação a direitos básicos de cidadania, passando por dados sobre a reforma agrária no país, fundamentalmente após os anos 1980. Percebemos que os movimentos sociais configuram possibilidades de recuperação e valorização de identidades, assim como de tomada de consciência acerca de si e do mundo, hegemonicamente alienadas e precarizadas face ao próprio modo de produção e reprodução capitalista e sua lógica modernizante desigual, gentrificadora e violenta na particularidade brasileira. Tudo isso reverbera nos indivíduos, suas condições objetivas e subjetivas de vida, devendo ser consideradas por quaisquer campos do saber que se propõem a compreender e agir no real.

Por fim, o capítulo 3 discorre sobre a consciência com base na compreensão marxista e marxiana desta. Aqui, a consciência é definida como um processo não mecânico e que, mesmo que vivido subjetivamente, possui uma faceta universal. Ela pode ser compreendida a partir de

três formas/fases: a primeira é a consciência reificada, a segunda, consciência em si (ou de reivindicação), e a terceira, consciência para si (ou de classe). As categorias de alienação e ideologia estão diretamente relacionadas ao debate sobre consciência. Pensar sobre o processo de consciência exige a compreensão da passagem do fatalismo da história ao de ativo, o que é potencializado na mobilização coletiva, o que nos retorna ao debate sobre os movimentos sociais. Neste capítulo, ainda, apresentamos o argumento principal da tese: o de que as formas de consciência no modo de produção capitalista são moldadas pelo princípio norteador deste modo de produção, a propriedade privada, sendo, logo, consciências privatistas.

É importante ressaltar que a pertinência do tema se deu a partir da imersão no campo. A partir da fala, em uma conversa informal, de uma militante do MST de que faltava (no assentamento) uma “identidade”, se desenhou a presente pesquisa, chegando à temática da consciência. Assim, também a categoria de consciência privatista surge após nos debruçarmos na análise dos dados das entrevistas apresentados na seção de resultados e discussões. Logo, tem suas bases na realidade concreta pesquisada. Nessa seção, são articulados e aprofundados elementos dos capítulos teóricos anteriores, com falas e dados das entrevistas que tecem sobre histórias de vida, trabalhos, sonhos, visões de mundo, entrada no movimento social, chegada do MST na região, cotidiano do assentamento, concepções sobre propriedade privada e desigualdade social, papel formativo, tática e horizontes do MST, relações com o Estado, momento atual, entre outros tópicos.

Por fim, vale ressaltar o momento histórico de concepção da pesquisa, cujo início se deu em 2018, ano da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, sendo os efeitos objetivos e subjetivos tão nefastos que não são necessários de serem aqui mencionados. Em 2020 se inicia a pandemia do coronavírus que determina uma crise sanitária que, no Brasil, se soma à crise política e econômica, afundando o país em um retrocesso sem precedentes. Em 2022, passamos ainda pela eleição mais importante de nossa história, com a mobilização de corações e mentes

para, no mínimo, edificar uma barreira do cenário catastrófico encontrado. E aqui estamos, tentando com que a academia faça algum sentido nessa realidade.

CAPÍTULO 1

Questão agrária e propriedade privada no Brasil

Debater sobre a questão agrária e a propriedade privada no Brasil nos exige um resgate da visão marxista, nosso referencial teórico, sobre a questão da posse da terra para, posteriormente, analisarmos como tal compreensão nos vale para escrutinar a realidade brasileira. Marx (1867/2017b) aponta que o ponto central para a expansão e manutenção do capitalismo é a separação do trabalho do meio de produção onde é possível realizar o seu trabalho, sendo “a história dessa expropriação [...] gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (p. 787).

Marx (1867/2017b), no célebre capítulo A assim chamada acumulação primitiva, explica que a passagem da servidão para a condição de camponeses livres na Inglaterra no século XIV. Nesse período de transição os camponeses vendiam sua força de trabalho para os grandes proprietários de terra, além de receberem um pedaço de terra para cultivo. Também existiam as terras comunais de onde retiravam bens compartilháveis, como lenha e combustível e pasto para o gado, sendo característica da produção feudal o compartilhamento do solo. No fim do século XV e início do século XVI, o prelúdio da revolução lançou trabalhadores livres no mercado sendo o início da dissolução feudal. Esta, porém, teve ainda contribuição dos próprios senhores feudais, que expulsaram esses trabalhadores de suas terras para “usurpar-lhes as terras comunais” (p. 790). As terras de lavoura foram transformadas em pastagens, havendo aumento da renda fundiária. Ainda nesse período, o processo de expropriação tem uma faceta mais violenta a partir da Reforma Protestante com a tomada das terras da Igreja Católica, cuja propriedade representava “o baluarte religioso das antigas relações de propriedade da terra. Com a ruína daquela, estas não podiam se manter” (p. 794). A descoberta do continente americano, ainda, também provocou a expansão do comércio mundial. Marx (1867/2017b)

afirma, então, que não foi propriamente a abolição da servidão que converteu o camponês em *pauper* (indigente, incapaz de prover sua própria subsistência), mas sim a abolição da propriedade do camponês sobre a terra. Dessa forma, há a transformação do solo em comércio e a ampliação da grande exploração agrícola, sendo o Estado - e a lei - “o veículo do roubo das terras do povo” (p. 796). Assim:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos da acumulação primitiva” (Marx, 1867/2017b, p. 804).

Dessa forma, a expropriação da terra foi o primeiro passo de todo o processo de expropriação subsequente do capital, convertendo os camponeses em proletários pauperizados e os separando da terra enquanto meio de produção dos meios de vida. Esse processo violento de roubo das propriedades comunais e empobrecimento massivo da população teve como finalidade a transformação do solo em mercadoria, a exploração agrícola e a transformação dos camponeses em mão de obra livre e barata para a indústria. Posteriormente, além disso, a construção de “leis terroristas” submete essa mão de obra a uma disciplina que, naturalizada, dociliza a classe trabalhadora e destrói as possibilidades de resistência. Dessa forma, a violência extraeconômica gera uma coerção “exercida pelas relações econômicas, sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (p. 808).

D. Andrade (2018) complementa que, com esse processo, todos os seres humanos tornaram-se sujeitos de direitos, agora livres, e poderiam realizar o contrato de trabalho. Ao ser considerado “igual” juridicamente é permitido aos sujeitos negociarem a terra, a moradia, como outra mercadoria qualquer - sendo essa uma condição objetiva. No capitalismo, o indivíduo é desprovido de qualquer atributo particular e torna-se uma abstração, “sem qualquer qualidade social que possa diferenciá-las”. Assim, “o conceito de sujeito de direito é a pedra angular de

todo direito e de toda a sociedade capitalista [...] é aquele que tem direito à propriedade privada” (D. Andrade, 2018, p. 57). O direito subjetivo, dessa forma, é a maior expressão do indivíduo egoísta e o Estado é consolidado como o defensor dessa ordem onde “os interesses particulares estão acima dos coletivos, tendo como características a predominância da propriedade privada como valor central da sociedade” (D. Andrade, 2018, p. 31).

A propriedade privada só adquire um caráter acabado com a economia mercantil capitalista e, no Brasil, assim como nas demais realidades, a propriedade privada é o principal direito protegido pelo direito privado e estrutura central da sociedade (Gassen, 1994). A igualdade jurídica, então, camufla a brutal desigualdade e como o capitalismo necessita de um trabalhador supostamente livre, sem-terra (J. Martins, 1989). As Revoluções (Inglesa e Francesa) do século XVIII e o advento liberal impactaram na concepção de propriedade como instrumento de afirmação da liberdade humana. A liberdade política contratual e a igualdade formal pouco fizeram para a grande maioria da população.

Cabe-nos frisar, no entanto, que a instituição da propriedade privada da terra é uma instituição histórica e, portanto, “fruto das relações entre homens concretos situados historicamente” (Gassen, 1994, p. 14). Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1845-1846/2007), ao discorrerem sobre o nascimento da propriedade privada na idade moderna (onde ela se torna monopólio), constatam que

por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil [...] para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses [...] e o Estado existe apenas em função da propriedade privada, de tal modo que isso também foi transmitido para o senso comum (p.75).

Na apresentação de *Os Despossuídos*, Bensaïd (2017) elucida como Marx, na obra, denomina como ilusão política de se considerar a emancipação cívica como emancipação

humana. Ao analisar a nova legislação - sobre furto de madeira - que, à época, buscava distinguir o direito da propriedade (comprovada por títulos) dos títulos por necessidade, se questiona se a propriedade privada, por si só, não se trata de um furto. Marx (1842/2017d) demonstra como o direito se torna um objeto de imposição da propriedade privada, abolindo o direito dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza, transformando-se em direito subjetivo e tornando a lei o principal instrumento de espoliação - bem como inaugurando o antagonismo entre direito de propriedade e direito de existência. Assim, também o Estado se reduz a uma soma de relações contratuais privadas, bem como, em alguns casos, que transforma o empregado do proprietário em autoridade do Estado, gerando uma confusão entre público e privado.

Tal noção de propriedade está intimamente ligada à compreensão de indivíduo nascente com a Revolução Industrial, fazendo com que “quando o homem, como sujeito individual e parte de um contrato, torna-se a medida das práticas sociais, a propriedade se define em relação a ele como propriedade privada” (Bensaïd, 2017, p. 23). Dessa forma, se os princípios iluministas, sobretudo os de liberdade e igualdade, são direitos absolutos em todas as constituições modernas, a proclamação da propriedade como um direito natural é um contrassenso aos primeiros - “a propriedade, após espoliar o trabalhador pela usura, assassina-o lentamente pelo cansaço” (Bensaïd, 2017, p. 41). Pois a propriedade nasce do furto, primeiro da terra, depois da máxima exploração do trabalho. Porém, a fim de se afastar de concepções secularizadas, Marx e Engels definem em *A Ideologia Alemã* (1845-1846/2007) que a propriedade é uma forma de intercâmbio que corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Em *Sobre a questão judaica*, Marx (1844/2010) explicita como o direito humano à propriedade privada fez com que, a partir da elevação da propriedade privada à condição de natural, descaracterizando-a como construção social e histórica, esta passasse a representar a

privatização desse próprio ser, sendo a propriedade colocada como condição da existência. As relações sociais, por sua vez, passam a ser negócios mediados pela disputa. Assim, se o ser e sua vida são privatizados, assim também será a subjetividade e sua consciência. Temos um indivíduo que é simplesmente apartado do “social”, dos outros, e cuja união se dá pela estritamente pela necessidade prática, pelo interesse próprio, pelo egoísmo. Portanto, a revolução política da revolução da sociedade burguesa face à feudal possibilitou uma emancipação política, que é a emancipação nessa ordem, dentro dos limites do Estado e da propriedade. O ser humano que é a base e o pressuposto do Estado político é o ser humano egoísta, o ser da sociedade burguesa. Este ser egóico, é, por sua vez, alçado à condição de universal, de ser humano natural, o ser real.

Dessa forma, nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, Marx (1844/2004) conclui que: A propriedade privada tornou-nos tão néscios e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado, etc., em síntese, utilizado de alguma forma; apesar de a propriedade privada propriamente dita só conceber essas várias formas de posse como meios de vida e a vida para a qual eles servem como meios ser a vida da propriedade privada - trabalho e criação de capital. Assim, todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos eles, pelo sentido de ter. O ser humano tinha de ser reduzido a essa pobreza absoluta a fim de poder dar à luz toda sua riqueza interior [...] A anulação da propriedade privada é, pois, a emancipação completa de todos os atributos e sentidos humanos (p. 108).

A conclusão, bastante elucidativa no trecho anterior e, também, no Manifesto Comunista (Marx & Engels, 1848/1998), onde afirmam que é possível resumir sua teoria em uma única expressão, a supressão da propriedade privada, significa a abolição da propriedade burguesa, aquela pautada na exploração do trabalho, logo, diferente da propriedade individual. Assim, “a

individualização em Marx não se confunde com privatização”, desde que haja a conciliação da emancipação de cada indivíduo com a dos demais. Além disso, não se trata de um retorno à comunidade original, e sim o “surgimento de uma coletividade e de uma individualidade novas” (Bensaïd, 2017, p. 65) a partir das conquistas, inclusive, da era capitalista. Em *O Capital*, Marx (1867/2017b) afirma que a apropriação capitalista nega a propriedade individual, que é fundada no trabalho próprio (e não na exploração).

Uma das consequências do processo de expropriação e de proletarização dos camponeses é a escassez de moradia. Engels (1884/2015), em uma coletânea de textos escritos entre 1820 e 1895, ao analisar a realidade alemã, afirma que a transição, no século XIX, de um país agrícola para industrial traz como consequência a escassez de moradia - chamada de sintoma da Revolução Industrial - por conta do êxodo rural e da não adequação arquitetônica das cidades para receber tais pessoas: “nas cidades que já nasceram como centros industriais, a escassez de moradia é praticamente desconhecida” (Engels, 1884/2015, p. 26). É importante ressaltar, no entanto, que esse êxodo se dá, fundamentalmente, pelo fato de o capital precisar da terra para expandir-se, mesmo em sua fase industrial. Afirma ainda que, nos países pré-industriais, a indústria doméstica rural possibilitava a subsistência dos trabalhadores. No entanto, havia uma nulidade intelectual e política. A posição de agricultor, com o advento industrial, passa a não ser mais possível como forma de subsistência, transformando a indústria doméstica em fabril, a economia camponesa em agricultura extensiva e a pequena propriedade em latifúndio, prendendo o trabalhador rural ao “capitalista de modo semifeudal” (Engels, 1884/2015, p. 36), o transformando em um “escravo consumado” (idem, p. 46). Afirma ainda que “para criar a moderna classe revolucionária do proletariado foi absolutamente necessário cortar o cordão umbilical que ainda prendia o trabalhador do passado à sua terra” (p. 45). Assim, Engels (1884/2015) afirma que somente o proletariado gerado pela grande indústria é capaz

levar à transformação social e que há a necessidade de superação do antagonismo entre campo e cidade.

Marx (1852/2011, p. 142) em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, situava os camponeses na luta de classes (debate que aprofundaremos nos resultados):

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção.

Engels (1884/2015) pressupõe, em debate com o que chama de socialismo burguês, que a sedução capitalista da propriedade privada é uma forma de “prender à terra”, transformando os trabalhadores em proprietários de suas moradias. Segundo Engels, a solução burguesa sobre a questão da moradia foi historicamente atrelada à expansão da indústria de forma a conservar o MPC. Assim, dada a própria concepção de Estado³ burguês, não eliminaria o déficit habitacional e a especulação imobiliária nos grandes centros, pois estes, bem como a pobreza e a desigualdade, são seus pressupostos: “é a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretende sanar” (Engels, 1884/2015, p. 66). Tal reflexão nos leva a questionar: seria esse o problema (ou um dos) da reforma agrária vinda do Estado burguês? Debateremos sobre essa questão posteriormente.

³ “Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e os capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores” (Engels, 2015, p. 99).

Dessa forma, não é a resolução da questão da moradia que levaria à solução da questão social - como preconizavam as soluções burguesas - e sim o inverso. Assim, considera que a expropriação e outras ações, onde podemos enquadrar as ocupações, são formas de remediação de mazelas mais graves da ausência da moradia, e não de sua resolução. Engels (1884/2015) diz também da vantagem da associação de pequenos agricultores.

No entanto, é importante ressaltar que sua tese é a da revolução pela “via clássica” – o que não foi o caso brasileiro: de que há a necessidade de formação de uma burguesia nacional, o desenvolvimento das forças capitalistas, saindo de um estágio pré-capitalista (e pré-industrial como uma das suas características), para só depois pensarmos na possibilidade da revolução. Logo, está dizendo de uma realidade que não condiz com a brasileira e com o seu processo de formação histórica. Primeiro, pois, na história do Brasil, a terra, desde a chegada dos colonizadores, como veremos adiante, sempre foi usada com fins mercantis, não havendo uma etapa de terra comunal⁴ anterior ao desenvolvimento de nosso capitalismo. Segundo, pois, como alerta Ianni (1985, p. 17), na realidade latino-americana e brasileira, “as revoluções de independência, as lutas pela formação dos Estados nacionais, as revoluções burguesas, populares e socialistas, todas contaram com alguma, ou muita, participação de camponeses”, dando outro caráter de classe aos povos da terra.

Cabe-nos pensar ainda sobre o processo de industrialização tardia e urbanização brasileira, onde não houve Revolução Industrial como nos moldes europeus:

a urbanização, que no final do século XIX expandiu-se e complexificou-se, impulsionou o papel da propriedade privada da terra como lastro da economia cafeeira e da industrialização. Nesse contexto, foi essencial o papel do Estado, seja na definição da

⁴ Mariátegui (1928/2010), analisando a sociedade indígena pré-colombiana, identifica uma organização coletivista pautada no trabalho coletivo e no esforço comum. O processo de colonização, porém, além de aniquilar objetivamente a sociedade indígena, insere a fragmentação do trabalho e a individualização da vida.

propriedade da terra como principal bem hipotecável, na expansão da infraestrutura urbana ou através da regulação urbanística (D. Andrade, 2018, p. 294).

Para F. Fernandes (1975), a não ocorrência de uma revolução burguesa nos moldes clássicos - e sim “pelo alto”, sem a participação dos trabalhadores -, ainda que não tenha impedido o avanço do capitalismo no Brasil, fez com que este tivesse características muito próprias (principalmente as já citadas anteriormente: o capitalismo dependente marcado pela relação entre arcaico-moderno). Essa característica de inconclusão da sociedade brasileira, como também veremos, divide também nossa consciência (J. Martins, 2020).

Refletir sobre a questão agrária no Brasil exige, dessa forma, uma compreensão da formação social no país em suas particularidades. Primeiramente, cabe-nos ressaltar que o conceito de questão agrária pode ser trabalhado de formas diferentes a partir da ênfase que lhe é dada. Segundo J. Stédile (2011), é “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária” (p. 15), o que inclui explicar a propriedade e o uso das terras no Brasil. Os estudos sobre a realidade agrária são bastante recentes - grande parte, em razão da submissão colonial: o primeiro debate de teses sobre o assunto é da década de 1960 e se dá no interior dos partidos políticos. Anteriormente, houve estudos sob o viés da história econômica.

No interior do marxismo, podemos retirar uma definição de questão agrária de Marx quando se refere à Renda Fundiária ou Renda da Terra para caracterizar a acumulação e avanço capitalista no campo, modificando e mercantilizando as antigas relações feudais. Assim, a renda fundiária é a realização e a valorização econômica da propriedade fundiária, colocando em confronto as três classes que constituem o quadro da sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra” (MARX, 1867/2017c). A terra monopolizada transforma a agricultura, que passa de familiar para capitalista industrial em grande escala que tem como maior consequência o empobrecimento brutal dos camponeses – que se transformam em trabalhadores assalariados. Nesse sentido,

todo desenvolvimento do capital, de acordo com sua base natural, repousa sobre a produtividade do trabalho agrícola. Está dada, portanto, a importância que a questão agrária assume nos estudos de Marx em relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo, e como este autor analisou o camponês em função do processo histórico de desenvolvimento desse novo modo de produção em emergência (Vanzo, 2021, p. 178).

Lenin, ao analisar a realidade russa no final do século XX, por exemplo, vê a ruína dos camponeses no mesmo momento do desenvolvimento do capitalismo no país (o que define como passagem do momento da Corveia – feudalismo – para a agricultura capitalista), prevendo a total desintegração do camponês, que se transforma em burguesia rural e proletariado rural (Vanzo, 2021). Para o autor, a partir das particularidades da questão agrária na Rússia, a agricultura seria a base do capitalismo do país e, por isso, os camponeses seriam peça fundamental para libertação russa a partir de uma aliança operário-camponesa.

J. Stédile (2011) define o debate tradicional sobre a questão agrária por pensadores brasileiros em quatro vertentes: a primeira é a hegemônica do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tem como representantes Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Estes defendem que a formação econômica da agricultura brasileira não se deu de forma inteiramente capitalista, possuindo resquícios feudais. Para essa abordagem, a questão agrária no Brasil se origina a partir da Lei de Terras (que será apresentada adiante), pois é nesse momento que se inaugura a divisão entre a classe dominante e a classe trabalhadora. O primeiro passo seria, então, uma aliança com a burguesia para fazer a revolução burguesa no Brasil e, daí, uma defesa da luta pela terra. Para Guimarães (2005), “se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma “configuração capitalista”, por que revolucioná-la? Por que reformá-la? (p. 48). Dessa forma.

o programa do PCB pode ser elencado nos seguintes pontos dessa visão. 1) O Brasil, bem como a maioria dos países coloniais, ainda no século 20, permaneciam com “resquícios feudais” que deveriam ser superados por uma 2) Revolução Democrático

Burguesa, aliando trabalhadores, camponeses, setores progressistas das camadas médias e os setores nacionalistas da burguesia expulsariam o imperialismo do Brasil, promoveriam a Reforma Agrária, colocando fim nos supostos resquícios feudais. A adoção desta estratégia para a revolução socialista no Brasil, estava vinculada às orientações da 3ª Internacional Soviética que, mesmo dissolvida na década de 1940, foi o aporte de orientação político-ideológica para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Dominczak, Marcatti & Marcatti, 2020, p. 293).

Segundo Guimarães (1981), ainda, as raízes da violência no Brasil se encontram, entre outras razões, na renda agrária pré-capitalista, na propriedade senhorial, na violência contra o escravo, moradores e agregados, no latifúndio, na instituição da capangagem e na figura do coronelismo, dos jagunços e grileiros. Segundo o autor, na sociedade feudal os camponeses e suas famílias estavam presos à terra e sujeitos a tributos - renda da terra - para utilizá-la. A passagem para o capitalismo exigiu a maturação do feudalismo, bem como houve a coexistência dessas relações de produção, como a servidão, por exemplo. O feudalismo é caracterizado, assim, pelas formas pré-capitalistas de renda da terra (renda-trabalho, renda-produtor e renda-dinheiro) e, sobretudo, pela propriedade senhorial e monopólio da terra. A transição do feudalismo para o capitalismo, que constitui um dos mais importantes problemas da teoria marxista, se deu, na Europa, pela destruição das relações de produção anteriores ou pela conciliação destas. No Brasil, continua o autor, a propriedade senhorial escravista foi o sistema de poder que se manteve intocado por cerca de três séculos sem que houvesse integração das roças dos agregados na unidade econômica principal. A transição para o trabalho livre não trouxe consigo, porém, como proclamavam os abolicionistas - que defendiam que o problema da escravidão e o problema do latifúndio andavam juntos -, o fim do latifúndio. Pelo contrário, houve a continuidade do latifúndio e da estrutura da propriedade, que se manifestou e manifesta em diferentes fontes de poder e violência, tais como no coronelismo, nos posseiros, na grilagem

de terras, da espoliação de posseiros, bem como a substituição do trabalho escravo por formas pré-capitalistas como o colonato. Assim,

se é possível reproduzir-se, como tendência dominante, não a divisão de terras públicas em pequenas propriedades ou pequenas explorações, mas a geração de latifúndios tão gigantescos como as primeiras sesmarias, é porque as forças sociais hoje dominantes são as que emanam do sistema latifundiário e não as do sistema de pequena produção. E, por conseguinte, no campo brasileiro, não são ainda as transformações capitalistas que apontam as soluções políticas para o problema da terra, mas as práticas extensivas ditadas pelos latifúndios tradicionais. Os resíduos do feudalismo continuam a ser a força latente - como nos tempos das velhas oligarquias e do “coronelismo”, a força latente ainda capaz de tutelar a política agrária brasileira (Guimarães, 1981, p. 86).

No entanto, outras correntes entendem que, mesmo antes da conformação das classes burguesa e trabalhadora no Brasil, sempre existiram classes dominantes e dominadas, as quais podemos muito bem ilustrar com os senhores de escravizados e os escravizados e outras relações subordinadas a esta. A questão agrária brasileira, então, seria oriunda desse particular desenvolvimento do modo de produção capitalista que se estrutura no e pelo escravagismo.

Uma dessas vertentes é a escola *cepalina*, oriunda da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que propunha a superação da pobreza (com ênfase em autores como Celso Furtado e Ignácio Rangel) como um todo e como tal cenário se expressa no campo e no contexto urbano. Há ainda correntes ligadas ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que oscilavam entre propostas mais conservadoras, como a do deputado Coutinho Cavalcanti (1954), às mais progressistas, representada pelas teses de Leonel Brizola (1963)⁵ e às iniciativas

⁵ A proposta de reforma agrária de Coutinho Cavalcanti destacava a impossibilidade de se fazer reforma agrária, a partir dos moldes da Constituição de 1946, baseada em expropriações e defendia que “os fins básicos da reforma agrária não eram filantrópicos e sim econômicos: amparar o trabalhador e assistir o agricultor estava no interesse da produção e do bem-estar social, dentro dos princípios da justiça social e de um plano econômico orgânico e sem acarretar prejuízos ao erário público” (Santos, 1999, p. 3). Já Brizola, realiza reforma agrária no estado do Rio

do governo Goulart, que procurava assimilar as teses da Cepal. Parece ser consensual entre elas, entretanto, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu de forma diferente, corroborando com a lei do desenvolvimento desigual e combinado, sendo possível, por meio de políticas *desenvolvimentistas*, que o país superasse sua condição de subdesenvolvido.

Por fim, há uma corrente dissidente no PCB (Partido Comunista Brasileiro), representada por Caio Prado Júnior, que defende a necessidade da reforma agrária, também, por entender o latifúndio como um dos elementos constitutivos e reminiscentes da colonização. Entretanto, não uma reforma como fim em si, mas como meio para a revolução e consequente fim da terra como propriedade privada. Ainda - e dentro de tal compreensão -, defende a construção e fortalecimento de direitos e garantias no mundo do trabalho, tais como a livre organização sindical e a previdência rural, melhores condições de trabalho na agricultura e a regulamentação das relações de trabalho na agricultura (Caminha, 2018).

Prado (2014) alega que as tentativas teóricas de enquadramento da reforma agrária brasileira em um modelo que pressupõe a transição de um momento pré-capitalista (ou de restos feudais) para uma etapa capitalista e progressista são confusas e pouco dialogam com a realidade brasileira. Além disso, ora subestimam os avanços em termos de legislação trabalhista no campo, ora confundem reforma agrária com aperfeiçoamento da exploração. Defende, dessa forma, que nosso desenvolvimento só é possível se superadas as heranças do passado e as estruturas agrárias que mantêm parte da população em situações miseráveis.

O papel da massa trabalhadora do campo, historicamente, foi o de fornecer mão de obra à empreitada da agropecuária brasileira, sendo que o desenvolvimento agrícola e a qualidade de vida do trabalhador não são fenômenos relacionados. Assim, nossa questão agrária consiste na privação da disposição da terra para subsistência à maior parte da população brasileira. Logo,

Grande do Sul considerando a politização do campo e a participação dos movimentos sociais e pautados na ideia de democratização da propriedade (Harres, 2011).

a concentração da terra deriva de fatores sociais e deve ser corrigida por reforma de natureza social.

No entanto, tal concentração de terra no país é reflexo da natureza de nossa economia. Para Prado (2014) o sentido da colonização brasileira é mercantil desde o princípio, com o objetivo de abastecimento do comércio europeu. Assim, a população colonial poderia ser dividida a partir de duas funções: empresários e dirigentes dos negócios de um lado e, de outro, trabalhadores e fornecedores da mão de obra. A partir disso, o caráter e os objetivos da colonização já explicitam os pressupostos da estrutura agrária brasileira: “a grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização” (Prado, 2014, p. 325). Apesar das grandes modificações que separam o passado colonial à atualidade, no que tange o uso da terra e a organização agrária permanecemos voltados para “a grande exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados por mercados excêntricos” (Prado, p. 326). A ideia do Brasil como grande lavoura do mundo fez com que a política de povoamento e imigratória fosse pensada em prol de proporcionar mão de obra para a grande lavoura.

Assim, caracterizar a natureza das relações de trabalho no campo brasileiro é fundamental para a distinção entre as vertentes antes apresentadas. Prado (2014) afirma que, apesar de conveniente linguisticamente, atribuir como feudais as relações de exploração do trabalho no campo brasileiro causam confusões, pois, ao contrário do feudalismo, onde não havia relações jurídicas institucionais, no campo brasileiro (pós escravatura) podemos verificar relações do mercado livre de trabalho. Seria, assim, mais adequado falar em vestígios escravistas ou servis nessas relações, que permanecem até os dias atuais. A base escravista de nossa economia não deve se confundir com uma economia feudal, fundamentalmente por suas relações de produção distintas: “as relações feudais constituíram historicamente o contrário e oposto das relações mercantis” (Prado, 2014, p. 341). Continua dizendo que, “no Brasil, o que

tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil” (p. 342). Com o fim legal da escravidão houve sim um aproveitamento de sua tradição para a maior exploração do trabalho. Dessa forma, a reforma agrária, apesar de justa e necessária, não tem o papel de superação de etapa feudal e passagem para o capitalismo.

A proposta de reforma que foca nos latifúndios improdutivos é, para Prado (2014) inconclusa, pois não toca na raiz da questão agrária, que é a grande exploração mercantil e a concentração da propriedade fundiária:

Em suma, o latifúndio improdutivo pode ser e efetivamente é um mal a ser combatido. Mas não pode ser isolado e separado, no combate que contra ele se pretende, das demais circunstâncias que tornam possível sua existência [...] Proposta noutros termos, a luta ou pseudoluta contra o latifúndio improdutivo nada mais será que uma diversão, um escamoteamento do problema agrário brasileiro” (Prado, 2014, p. 351).

A proposta de Prado (2014) de reforma, então, pretende, de início, contrariar a concentração da propriedade fundiária com a divisão da terra e o amparo ao pequeno produtor. Porém, nesse momento o autor não questiona o papel da propriedade privada, defendendo a transformação de trabalhadores em proprietários. Porém, ressalta que não se trata de uma defesa de reforma agrária dentro dos quadros do regime:

Não se trata assim, nem é o caso em foco a atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime. Advertência essa se dirige tanto ao reacionarismo de direita que procura apresentar a reforma agrária como atentatória ao direito de propriedade [...] quanto ao sectarismo de esquerda que [...] e devemos nos manter sempre na perspectiva realista do momento e das circunstâncias econômicas, sociais e políticas em que nos encontramos. (Prado, 2014, p. 360).

Defende ainda legislações e ações administrativas que garantam direitos trabalhistas e livre associação (proteção legal), bem como elevação dos padrões de vida da população e o limite ao direito de propriedade rural quando a área for previamente ocupada aos efeitos da propriedade privada e o fim do latifúndio. Tais limites consistem em evitar que as relações (que deveriam ser puramente de trabalho) ultrapassem a esfera privada entre empregador e empregado, garantindo ao último sua liberdade pessoal e direitos civis. Essas seriam as bases necessárias para a construção de um país moderno e integrado ao mundo.

Dessa forma, se as correntes que defendiam um feudalismo aos moldes da evolução histórica da Europa egressa da idade média, acreditavam que a reforma agrária era necessária para libertar a economia e a classe camponesa, a inserindo na economia mercantil, Prado (2014) defende que a formação econômica de nossa economia nunca se estruturou com base na produção individual, e sim voltada para o mercado. O que tivemos, em contraste com os países europeus, foi uma economia voltada para exportação, calcada do trabalho escravo e que, após a abolição, não teve grandes alterações em relação à natureza estrutural da grande exploração. É importante frisar, assim, que relações capitalistas não características foram comuns na realidade brasileira, a exemplo do regime de colonato, explicitando um processo que plasmou regimes de trabalho de submissão formal e real ao capital, como Marx já evidenciava. Isso não significou, porém, um pré-capitalismo. E é a partir desta compreensão, de que o Brasil se estrutura como um país capitalista desde a chegada dos portugueses, ainda que com algumas relações capitalistas não características, que compactuamos nesse trabalho.

O Brasil possui um dos maiores índices de desigualdade social e de concentração de terra do mundo, sendo inevitável a relação dialética entre o que esses indicadores expressam (Carter, 2006). Apesar da pluralidade de povos e suas respectivas dinâmicas sociais, no momento de pré-colonização, os registros históricos indicam proeminentes organizações das populações indígenas em forma de um comunismo primitivo, divididos em agrupamentos

sociais, na maior parte nômades, sem agricultura desenvolvida, nem tampouco com qualquer sentido de propriedade. Após a invasão portuguesa, o movimento de acumulação primitiva⁶ capitalista, ou o já nascente capitalismo comercial (ou mercantil) europeu, inicia a apropriação dos bens naturais visando a mercantilização, o lucro e a acumulação de capital - nas matérias primas como o ouro, minérios, cana de açúcar, gado, algodão, café, entre outros. Esse modo de produção, que visava o abastecimento do mercado europeu e o desenvolvimento da grande indústria, foi chamado de modelo agroexportador e a organização da produção foi a de *plantation* (plantação em grandes fazendas, com prática de monoculturas, destinada à exportação e com mão de obra escrava).

Um primeiro ponto importante de nos questionarmos é como o fato de sermos um país colonizado impacta na relação com a propriedade privada. Em relação à terra, havia o monopólio pela Coroa portuguesa, não havendo ainda a propriedade privada da terra (e seu uso como mercadoria). No entanto, para implementação do modelo agroexportador - fundamentalmente do açúcar para o mercado externo -, a Coroa adotou a concessão de uso com direito à herança a capitalistas colonizadores que deveriam dispor de capital para produzir e exportar. Sendo assim, a origem do latifúndio - como ideal - está ligada ao processo de ocupação do Brasil após a chegada dos portugueses, com a divisão das Capitânicas Hereditárias (1536) concedidas pela Coroa Portuguesa à nobreza e aos militares. Estas eram divididas, por sua vez, em sesmarias doadas a pessoas de confiança com o papel de explorar economicamente a terra (J. Stedile, 2011). Gassen (1994) alerta, porém, que a Lei de D. Fernando - Lei de Sesmarias em 1375 - foi promulgada inicialmente para tentativa de combate à crise de abastecimento de Portugal. No Brasil, a primeira divisão em imensas capitânicas com a finalidade de colonização e proteção da costa fracassa e, em 1548, é expedido um Regulamento que institui no Brasil um governo geral. A partir desse momento, a original Lei das Sesmarias sofre profundas

⁶ Em *O Capital*, livro 1, Marx (1867/2017b) afirma que a expansão marítima, as colônias e o trabalho escravo são também “momentos fundamentais da acumulação primitiva” (p. 821).

modificações em sua aplicabilidade, visto que esta previa limites de tamanho a partir da capacidade produtiva pelo beneficiário (princípio próximos ao atual de função social da terra) e, também, vedava a distribuição a parentes. Esse princípio limitador da área foi suprimido pelo Regimento de Tomé de Souza e dá origem ao que gerará o latifúndio no país. É importante ressaltar, porém, que a forma como o Brasil colônia se inseriu no sistema colonial (e o próprio fato de ser uma colônia) também é fundamental. Dessa forma, não somente o regime de sesmarias foi determinante da estrutura de propriedade (latifúndio-monocultura-escravidão), mas também as exigências impostas pelo sistema colonial de produção de excedentes para a metrópole (L. Silva, 1996).

A divisão das Capitâneas Hereditárias em 1530 pretendia ocupar as terras do Brasil - via direito de posse e uso - de maneira produtiva, sendo que as terras não cultivadas deveriam voltar à Coroa. Esses donatários podiam dividir em sesmarias até 80% das suas capitâneas. De 1534 data o primeiro título de sesmaria - a primeira escritura de propriedade do Brasil. O regime de sesmaria foi anulado em 1822. Já à época havia uma reivindicação de novas divisões de terras para quem, de fato, as cultivasse.

Dessa forma, considerando o nascimento de nosso capitalismo mercantil desde o momento da colonização portuguesa, podemos supor que a questão social e a questão agrária no Brasil são fenômenos dependentes e correlacionados, bem como “em sociedades, economicamente dependentes, a questão agrária é o que constitui deliberadamente a nossa questão social” (Dias, 2021, p. 354). Se a questão agrária diz respeito ao processo histórico que se origina com o uso da propriedade da terra para acúmulo primitivo de capital (Duarte, 2014), a questão social é compreendida como o conjunto e manifestação dos problemas econômicos, políticos e sociais oriundos dessa acumulação primitiva e do aumento do processo de produção capitalista, visto que é ela que cria a relação capital-trabalho (Netto, 2011). A questão agrária, assim, é expressão e parte fundante do processo de acumulação primitiva do capitalismo

brasileiro, portanto, não é possível compreender a formação social brasileira sem abarcar os latifúndios e suas consequências (Duarte, 2014). Assim, como pressupõem Souza e Teles (2021), trata-se de compreender as expressões da questão social que são gerais (nos marcos do modo de produção capitalista) e aquelas que são próprias das particularidades histórico-culturais, ou seja, como a lei geral de acumulação capitalista possui particularidades em cada contexto, ainda que seja um fenômeno global. No Brasil, então, “a questão agrária e a questão racial se tornam latentes e insuperáveis do bojo das relações sociais estabelecidas” (Souza & Teles, 2021, p. 51).

O modelo agroexportador voltado às economias centrais - característica que perdura ainda hoje - foi a base econômica para o desenvolvimento do nosso capitalismo, com três funções bastantes claras: manter o latifúndio, exportar mão de obra baratas para as cidades e produzir alimentos baratos também para cidades (logo, baratear o custo da força de trabalho nas cidades) (Dias, 2021). Nesse contexto, os conceitos terra e trabalho, que são base da produção de riqueza da humanidade, se tornam antagonistas pelas formas de exploração e dominação impostas. Assim, elementos da formação da questão social da terra estão ligados, no caso brasileiro, à colonização e os consequentes conflitos históricos de oposição entre diferentes atores sociais para o acesso à terra e ao trabalho, manifestos no massacre de indígenas e camponeses; e ao caráter sagrado atribuído ao território (Lopes, 2007). Para Gassen (1994), podemos dividir nossa história jurídica agrária em quatro períodos: 1) das “sesmarias”, 2) das “posses”, 3) da “Lei de Terras”, e 4) “Republicano”. De forma geral, porém, podemos afirmar que o marco da história da propriedade privada no Brasil está atrelado a um projeto funcionalista colonial. Independente da forma jurídica regente - e dos regimes aos quais estão subsumidas e os conformam -, observamos em nossa via de desenvolvimento capitalista, desde a invasão colonial, o período da “propriedade privada”; uma propriedade privada, ao mesmo tempo, que

deita suas raízes no projeto colonial, mesmo que este tenha sido superado formalmente - mas, porém, não concretamente.

Em 1850, o Brasil cessa formalmente o tráfico negreiro, a partir da Lei Eusébio de Queiroz. Duas semanas depois, com a pressão inglesa na metade do século XVII - portanto, um movimento de fora para dentro⁷ -, a Coroa promulgou a primeira lei de terras (Lei nº 601 de 1850) que “foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo” (J. Stedile, 2011, p. 22). A lei normatiza a propriedade privada de terras no Brasil, bem como estabelece critérios de compra e venda (ainda que pelo próprio Estado), sendo a base legal dos latifúndios brasileiros e a inauguração do caráter mercantil da terra, e é tida por Martins (2018) como a propiciadora da “viabilização plena do capitalismo no Brasil” (p. 195). Antes disso, é válido lembrar que a primeira Constituição do país, de 1824, instituiu o direito à propriedade como fundamental e absoluto, ficando, até 1850, legislações conflitantes em relação ao uso da terra. Assim,

A propriedade privada da terra já estava sedimentada juridicamente no artigo 179 da Constituição Política do Império de 1824; "À inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: (...) XXII - É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a Indenização” (Gassen, 1994, p. 199).

⁷ Tal fato não nega a pressão dos movimentos contestatórios e de resistência dos povos negros no Brasil e sua influência na abolição da escravatura. Pelo contrário, tal correlação de forças só pode ser entendida em sua dinâmica, apreendendo a relevância do protesto negro, das rebeliões da senzala, atrelados aos ventos da revolução haitiana,

Ainda assim, não é por acaso que a lei de terras surge no horizonte da abolição, pois, considerando a possibilidade de uma mão de obra livre, a terra deveria se tornar produto de difícil acesso para esse novo contingente, que continuaria a se submeter ao trabalho precário nesses mesmos latifúndios. Além disso, antecede a lei de terras um maior investimento de capital e tecnologia nas lavouras de cana e café. Portanto, “o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do dito homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (Martins, 2018, p. 10). E é necessário negritar quem era fundamental e concretamente este “homem”: negro. Gasser (1994) afirma, dessa forma, que a lei de terras consolida o capitalismo no campo brasileiro, bem como coloca a terra, a nível jurídico, como mercadoria. Assim, a partir das expropriações, o capital se apropria do trabalho e da terra e “pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (J. Martins, 1995, p. 160).

J. Martins (2018) demonstra ainda como com a lei de terras de 1850, que determinou o Registro Paroquial da terra de todos os títulos no país, posseiros e mestiços remanescentes da escravidão indígena tiveram o direito de registrarem pequenos pedaços de terra. No entanto, nos registros históricos é possível verificar que essas pessoas eram levadas pelos fazendeiros para declararem que as terras eram destes e não suas:

No fundo, a dominação patrimonial e pessoal dos agregados pelo fazendeiro funcionou como instrumento de expropriação do direito reconhecido, na “suave” violência cultural, política e psicológica que fazia dos agregados das fazendas seres sem vontade própria [...] Foi essa forma extensiva da acumulação primitiva entre nós, o nosso processo de conversão dos remanescentes da escravidão indígena em pessoas livres de qualquer direito sobre sua terra e trabalho (J. Martins, 2018, p. 196).

Em 1888, com a Lei Áurea, os ex-escravizados - estima-se que quase dois milhões - saem das fazendas para buscar trabalho nas cidades, onde os melhores terrenos já tinham donos.

Com o fim formal do trabalho escravo e com a interrupção do comércio entre América e Europa durante a I Guerra Mundial, há o fim - também formal - do sistema *plantation*. Assim, a lei de terras inaugurou também as favelas e a crise das moradias (J. Stedile, 2011). À época, e ainda hoje, não houve um marco regulatório da posse.

No Brasil, a estratégia utilizada para substituir a mão de obra escrava foi a imigração de camponeses pobres europeus: os imigrantes que foram para o sul, “receberam” terras e, para pagar por elas, produziam para o mercado; os que foram para o Rio e São Paulo, trabalhavam nas fazendas de café no regime de colonato⁸, onde recebiam uma área cultivada de café, com moradia e terreno para subsistência e, ao final, recebiam o pagamento em forma de parte do produto, que vendiam de forma autônoma ou junto com o patrão. Insere-se nisso o racismo, como justificação e manutenção de tal processo, conformando uma série de mecanismos de barragem ao negro - sendo a importação de mão de obra estrangeira uma delas -, reiterando as palavras e conclusão de Clóvis Moura (2019, p. 109), de que o “Brasil teria que ser branco e capitalista”. Para Guimarães (1981), por isso, a história de formação do proletariado brasileiro é singular em todo o mundo:

Trata-se do modo porque as nossas oligarquias rurais se utilizaram, durante longos anos, de um preconceito antinacional - de mistura a outros preconceitos, de raça e de classe - no propósito de alijar sistematicamente do recrutamento da mão de obra dos engenhos de açúcar e das fazendas de café, os trabalhadores livres naturais do país. Esses, quase na sua totalidade mestiços, eram geralmente mal vistos e rejeitados por sua “indolência” (p. 98).

Essa foi a primeira vertente de formação do campesinato brasileiro. A segunda é constituída pela população mestiça nascida no país que, ao se deparar com a impossibilidade

⁸ O regime de colonato será mais bem trabalhado no capítulo de resultados e discussões.

de sobrevivência nas cidades, ocuparam - de forma individual ou coletiva - propriedades privadas nos sertões brasileiros: dando origem à figura do sertanejo (J. Stedile, 2011).

Após 1824, todas as constituições brasileiras estabeleceram o princípio de função social da terra. Porém, juridicamente, e assim foi denominada em nosso Código Civil de 1916, a propriedade é:

direito absoluto, exclusivo e permanente que se tem sobre uma coisa. Enfim, estas são as principais características do direito de propriedade, e que, todavia, são passíveis de crítica por várias correntes doutrinárias, que levantam, entre outras características da propriedade, principalmente quanto à propriedade fundiária, a sua função social (Gassen, 1994, p. 25).

A partir de 1930, com o golpe ao poder oligárquico rural e exportador, é traçado um novo modelo econômico ao país, o de industrialização dependente⁹, e dando contornos mais claros à modernidade no país: a despeito dos impulsos à industrialização, não se rompe com a dependência aos países centrais, nem tampouco a burguesia rompe com a oligarquia rural, que se preserva como elite dominante com o suporte do Estado. Mantêm-se sua estrutura de privilégios ao passo que se realiza a industrialização. É o que F. Fernandes (1975) define como a coexistência no Brasil do arcaico e o moderno, que diz respeito à junção entre valores e interesses tradicionais/conservadores e os modernos/competitivos, o que fez com que o capitalismo brasileiro ficasse preso a um passado arcaico, particularista e autocrático, bem como a formas arcaicas e ainda mais violentas de trabalho, principalmente no campo. F. Oliveira (2013), também utilizando o binômio arcaico-moderno, caracteriza a sociedade brasileira como “ornitorrinco”, onde civilização e barbárie são coexistentes e dependentes, bem

⁹ O termo é conceituado por Florestan Fernandes a partir do fato de a industrialização no Brasil ser realizada sem um rompimento com a dependência econômica dos países centrais e da oligarquia rural (J. Stédile, 2011). Sendo assim, a industrialização dependente e excludente passa a ser objetivo estratégico das classes dominantes, evidenciado no caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira. Segundo Limoeiro-Cardoso (1997), “o capitalismo dependente se concretiza através de expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem” (p. 5).

como não há contradição entre o moderno no centro do capitalismo e a sua arcaica periferia, pois há uma relação de dependência entre eles.

Tal característica contribui para a constituição, no Brasil, de “antagonismos inconciliáveis” (Iasi, 2022, p. 191), que se expressam não só na extrema desigualdade, por conta de uma elite parasitária, mas também a nível cultural, com um elitismo oligárquico que se manifesta entre os intelectuais de forma a mistificar e simplificar a realidade, desprezando fatos históricos - o que caracteriza a decadência ideológica do pensamento burguês descrita por Lukács (Iasi, 2022).

Esse período simbolizou a subordinação da agricultura à indústria e o nascimento da agroindústria, bem como a tentativa de formação de uma burguesia industrial nacionalista que, porém, dependia da estrutura agrária. Nesse cenário, os camponeses tinham a função de: fornecer a mão de obra para a indústria nas cidades, transformando-os em operários, o que pressionava para baixo os salários por conta da manutenção do exército industrial de reserva; produzir, a baixo custo, alimentos para a cidade; produzir matéria prima para a indústria (carvão, celulose, lenha, entre outros) (J. Stedile, 2011).

Para Ianni (2004), a história entre Estado e mão de obra agrícola no país diz respeito ao processo de separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, que se deu e se dá em diferentes formas de organização do trabalho. Embora o período de 1850-1888 tenha criado o trabalho assalariado no país e tenha sido os primórdios da formação da proletarização rural, essas diferentes configurações sociais da produção não se adequaram simplesmente à venda e compra da força de trabalho. Exemplos disso são os regimes de colonato, parceria e meação. Ainda que pareça estar por fora dessas relações, o Estado brasileiro está presente, mesmo que de forma descontínua. Vemos a atuação do Estado em relação à legislação trabalhista - direitos e deveres do trabalhador rural -, o que não significa

sua efetiva prática; nas omissões do poder público; atuações relativas à posse e às políticas de terra.

O que se percebe no espaço político brasileiro, ao contrário do preconizado por parte da esquerda institucional - de que é necessária a modernização do capitalismo para transformações mais profundas -, é que a secularização/institucionalização permanece sob a estrutura do patrimonialismo e do conservadorismo. Curiosa constatação é tirada por J. Martins (1989) em 1986, de que havia “um deslocamento da política, mais uma vez, dos partidos ideológicos, para os grupos de interesse: o Partido Comunista Brasileiro elegeu apenas três deputados federais; os evangélicos elegeram trinta e um em diferentes partidos” (p. 61). Ainda assim, J. Martins argumenta que, embora fora da política formal - que, por seu papel de manutenção do Estado burguês, é limitada por si só -, os trabalhadores rurais cumprem importante papel de resistência local e no confronto imediato com o direito de propriedade, que é o que sustenta o que o autor chama de “conservadorismo corporativo”.

A questão da terra foi projetada como problema exclusivamente agrário e foram utilizadas formas refinadas de opressão para manter o campesinato¹⁰ em posição subordinada. No centro dos conflitos, a propriedade privada e a relação *capital x trabalho*. No entanto, a modernização, no campo, se deu como luta.

Essas mudanças na conformação populacional, na propriedade da terra e na industrialização/urbanização convergiram, por sua vez, para a emergência dos movimentos sociais no país. Por um lado, o movimento operário urbano adquire o escopo de ator social privilegiado dos processos revolucionários, ou de ruptura da ordem capitalista; por outro, movimentos sociais no campo acentuaram a luta pelo acesso à

¹⁰ Embora o conceito de camponês - e o termo campesinato - esteja relacionado à Idade Média, no Brasil se trata de uma forma de organização do trabalho pautada no trabalho familiar e na pequena produção. Aprofundaremos tal conceituação no capítulo de resultados e discussões.

terra e ao trabalho, denunciando a concentração oligárquico-latifundiária, como no caso das Ligas Camponesas (Lopes, 2007, p. 584).

Wanderley (1979), em trabalho sobre a economia açucareira em Pernambuco, identifica que a transformação da força de trabalho do camponês em mercadoria - no primeiro momento, e ainda hoje, inconcluso, com a junção do salário mais o direito de utilizar parte da terra - implica um acesso precário à terra, sem nenhum caráter de direito. Ademais, “todos os atos da sua vida são atos de um agregado” (p. 86), onde a presença da autoridade privada do patrão ofusca, inclusive, a noção de pertencimento a outros espaços, como a cidade ou o distrito. Até mesmo por isso, a resistência em qualquer interferência do poder público na regulação do trabalho no campo.

Aqui, temos mais uma contradição brasileira. Se as burguesias nacionais no mundo, de forma geral, perceberam que a concentração fundiária impedia o desenvolvimento de um mercado interno, tendo as reformas agrárias como forma de transformação de camponeses em produtores e consumidores, no Brasil, ao contrário, a proposta mais abrangente de reforma agrária foi somente no governo de João Goulart (solapado pela ditadura militar) e depois apresentada no programa democrático popular em 1989.

Em 1941 houve o Estatuto da Lavoura Canavieira (modificado pelo Decreto-Lei nº 6.969 de 1944), que buscava definir princípios no comércio de cana, delinear direitos aos lavradores e verificar condições de trabalho. O Estatuto reconhecia o direito à concessão de área de terra suficiente para subsistência, bem como moradia sã e suficiente. O acesso a direitos básicos foram uma forma de evitar “polarizações” e conflitos futuros, bem como “quebrar a rigidez da polarização patrão-operário, criando neste, interesses e preocupações de caráter mais camponês - defesa da propriedade privada, por exemplo - e não de caráter proletário” (Wanderley, 1979, p. 88).

Essa suposta dicotomia (ou, ao menos, visões distintas sobre o trabalho no campo) entre camponês e proletário tem impactos diretos na conformação do movimento camponês que, conforme Wanderley (1979), nasceu dividido. Enquanto as Ligas Camponesas focaram no direito pela propriedade da terra, os Sindicatos Rurais visavam melhores condições de trabalho e ambos entendiam que foreiros (trabalhadores moradores das fazendas, similar aos colonos) e trabalhadores rurais constituíam classes distintas. Para Francisco Julião, a maior parte das massas rurais eram constituídas por camponeses dependentes dos proprietários rurais e, por isso, mais propensos à luta. Por isso, a maior demanda das Ligas era a reforma agrária (como tarefa primordial para a transformação social). Em contrapartida, nos sindicatos, era possível observar tendências de afastamento dos trabalhadores da influência das Ligas, sob o argumento que estas eram propulsoras da revolução - em um momento pós-Revolução Russa - e os afastava das reivindicações trabalhistas, visto que seu objetivo era reforçar a consciência proletária. Após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, esse argumento ficou mais forte, bem como a acusação de que as Ligas eram incapazes de oferecer resultados concretos. Após isto, as Ligas estimularam seus aderentes a se sindicalizarem como forma de as pautas de ambos serem incorporadas. Segundo Julião: “a Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, irá na frente, abrindo caminho e lembrando a todos que nem o salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra” (Julião apud Wanderley, 1979, p. 94).

No Brasil, para J. Martins (2020), houve um empenho “posticho” para tornar a classe operária a protagonista da história social, sendo que o país foi prioritariamente agrário e oligárquico até recentemente, em termos históricos, deixando de lado nossas particularidades no mundo do trabalho. Por isso, a modernização capitalista tardia da América Latina teve como consequência uma visão estereotipada - pautada na imagem do “caipira” fatalista e preguiçoso, a exemplo da figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato - das populações do campo, bem como a naturalização das desigualdades e o aprofundamento da concentração de terras - com a

hegemonia das oligarquias rurais. Também na intelectualidade há a fetichização das categorias “operário” e “camponês”, as considerando fixas e imutáveis. Assim, para compreender a realidade latino-americana é necessário entender a dominância camponesa durante maior parte de sua existência e a dependência do latifúndio. Para Machado (2008, p. 235), a diferença seria que “os camponeses, pequenos proprietários rurais, a despeito de viverem sob as mesmas condições miseráveis do proletariado, não têm o seu desprendimento, pois se encontram ideologicamente presos à defesa de suas (pequenas) propriedades”. Em Marx (2011), a partir das diferentes formas de propriedade há uma superestrutura de sentimentos e concepções de vida criados pela classe a partir de sua condição material.

Não por acaso, o principal movimento de esquerda no país ser o MST, como analisaremos posteriormente. Ademais, “é na relação conflitiva com a propriedade que as populações do campo desafiam e questionam uma das bases do Estado e dos pactos políticos: assim desafiam o pacto liberal-oligárquico de 1946, o pacto ditatorial de 1964 e vem sendo desafiado o pacto liberal-oligárquico de 1984” (J. Martins, 1989, p. 61). Tal dicotomia parece superada no MST, conforme expressado no próprio hino do movimento:

Nossa Força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!¹¹

Após a Segunda Guerra Mundial houve ainda uma mudança fundamental na agricultura mundial para dar conta da demanda de dar curso às inovações tecnológicas a diferentes setores da economia, inclusa a agricultura, com o objetivo de reprodução ampliada do capital. Assim, a agricultura incorpora tecnologias das indústrias químicas e mecânicas. A primeira, que

¹¹ Retirado de: <https://mst.org.br/2009/07/06/nosso-hino/>

abastecia a indústria bélica norte-americana, passa a desenvolver agrotóxicos e fertilizantes, e a segunda a produzir maquinários de porte para grandes plantações e colheitas. Assim, o uso de veneno e máquinas para a produção monocultora ganhar terreno a partir do discurso de modernização, ocultando os problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos que originam. Esse momento de modernização da agricultura foi chamado de Revolução Verde (em oposição às revoluções vermelhas) e foi fomentado e financiado por organismos internacionais, como o Banco Mundial. No Brasil a Revolução Verde teve início com o governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, e ganhou robustez na ditadura militar, como a articulação mais evidente do capital agroindustrial, em uma espécie de modernização conservadora na agricultura. Historicamente no mundo - e principalmente nos países centrais do capitalismo, como a Inglaterra - vemos que o processo de acumulação primitiva e o desenvolvimento do capitalismo industrial tende a levar ao desaparecimento do camponês em prol do trabalho assalariado (M. Rosa, 2022). No entanto, no Brasil, não houve a saída em massa para as cidades (tal processo é mais recente), como na Europa, complexificando a questão agrária no país. Nossa força mercado de trabalho livre surge após quatro séculos de escravidão, não havendo a incorporação de grande parte de homens e mulheres ao processo produtivo (Souza & Teles, 2021).

Em relação à terra, a Constituição brasileira de 1946 previa a desapropriação de terra a “preço justo” e em dinheiro, o que, de cara, impossibilitava a reforma agrária. Em 1963 João Goulart decretou desapropriações pressionando as barreiras para a medida. Porém,

é necessário lembrar que a luta pela terra crescera nos anos cinquenta, com as revoltas camponesas do sudoeste do Paraná [...], em Goiás, sem contar a ampla e rápida disseminação das Liga Camponesas, sobretudo no Nordeste. Os focos de conflito surgiram em várias regiões, mesmo no industrializado estado de São Paulo. Mas foi em Minas Gerais, um estado tradicionalmente oligárquico, de política fortemente

clientelística, que um desses focos de conflito, em Governador Valadares, serviu para o estopim do golpe militar (J. Martins, 1989, p. 47).

Curiosamente, no governo militar são efetuadas medidas que atenuam o direito de propriedade e de indenizações de desapropriações em títulos da dívida agrária. No entanto, tais medidas estavam em congruência com as impostas pelos EUA aos países latino-americanos, tanto a fim de remediar conflitos e evitar possíveis revoluções, bem como para estimular a modernização no campo e as empresas rurais. Segundo J. Martins (1986a), os primeiros “conflitos” da ditadura militar começaram com os proprietários de terra, visto que um dos argumentos favoráveis ao golpe era impedir a reforma agrária. No entanto, após a Revolução Cubana, o governo estadunidense pressionou governos latino-americanos para que fizessem movimentos no sentido de reforma agrária para evitar novas revoluções. Porém, visto que tais países eram governados pelas oligarquias beneficiadas pelo latifúndio, os golpes militares apoiados pelos EUA propunham o advento ao poder de uma elite confiável que “promovesse reformas sociais, modernizasse a agricultura, diminuísse o poder das oligarquias e promovesse o aparecimento de uma classe média no campo” (J. Martins, 1986a, p. 25), projeto coadunado pelo Banco Mundial.

Nesse sentido, é importante retomar, até mesmo para localizarmos nossa experiência de reforma agrária, os tipos de reforma agrária. J. Stédile (2020), primeiramente, define reforma agrária como um “programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso” (p. 15). O principal instrumento para tal são as desapropriações - realizadas pelo governo transferindo a propriedade para o Estado mediante indenização ao ex-proprietário - e as expropriações ou confiscos - onde o processo é realizado sem indenização como forma de punição por irregularidades¹² -. A distribuição dessas terras se

¹² No Brasil, tal modalidade se dá em casos de fazendas utilizadas para contrabando, narcotráfico ou plantio de psicoativos. Em 2014, após mais de 10 anos de debates (e com ferrenha oposição da bancada ruralista), o trabalho escravo foi incluído no rol de atividades (via Emenda Constitucional nº 81 de 5 de junho de 2014). Assim, “as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas

dá de diferentes formas, sendo que a correlação de forças em cada sociedade é fundamental para a definição. A condição jurídica dessas terras após a distribuição também varia, podendo ser: 1. propriedade privada dos camponeses beneficiados, podendo haver compra e venda da terra; 2. concessão de uso do Estado, com direito à herança, mas sem direito à compra e venda; 3. propriedade coletiva das famílias; 4. a terra se mantém como propriedade da nação e é administrada pelo Estado com diferentes fins.

Ao longo dos séculos XIX e XX diferentes experiências de reforma agrária ocorreram no mundo, também com objetivos diversos. J. Stédile (2020), então, caracteriza 9 tipos de políticas de acesso à terra:

1. Reforma agrária clássica: ocorrida durante o processo “clássico” de industrialização, onde foram estabelecidos limites máximos de tamanho das propriedades rurais, sendo desapropriadas as que ultrapassassem tal limite. Posteriormente, esse excedente era distribuído para camponeses interessados em trabalhar na terra. Esse modelo, não sem contradições, foi implementado nos Estados Unidos no século XIX e no período entre guerras na Europa Oriental. Após a segunda guerra, experiências análogas foram feitas em Taiwan, China, Japão, Filipinas e Coreia do Sul.
2. Reforma agrária anticolonial: realizada em países da América Latina em processos de independência cujo objetivo era desapropriar terras de latifundiários das metrópoles e distribuir aos camponeses e ex-escravizados. A maior experiência foi a do Haiti, mas ocorreu também no Paraguai e no Uruguai.
3. Reforma agrária radical: ocorreram no bojo de revoltas populares com ações que visavam o fim do latifúndio e a distribuição da terra organizada pelos próprios camponeses, sem a intervenção do Estado. Ocorreu durante a Revolução Mexicana e a Revolução Popular da Bolívia.

psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário” (Art. 243 da Constituição Federal).

4. Reforma agrária popular: se baseia na aliança entre governos de natureza popular nacionalista e os camponeses (inclusos movimentos sociais), sem que houvesse necessariamente uma afetação do sistema capitalista. Exemplos são os ocorridos no processo da Revolução Chinesa, no Egito, em parte do Vietnã, em Cuba e na Nicarágua.
5. Revolução agrária parcial ou moderada: ocorrida em países com governos aliados ao imperialismo de forma a conter movimentos revolucionários sem que houvesse um caráter massivo. Ocorre após os anos 1960 nos Estados Unidos e em países da América Latina como Chile, Peru, Equador e Honduras.
6. Reforma agrária de libertação nacional: ocorridas em países do continente africano (Tanzânia, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Congo, Líbia e Argélia) a partir de 1960 durante as lutas de independência. Houve apropriação de terras de colonos europeus e distribuição entre as diferentes comunidades.
7. Reforma agrária socialista: realizada em contextos revolucionários com o intuito de acabar com a propriedade privada da terra. Toda terra pertenceria à nação e o Estado organizaria as formas de uso e propriedade social. Ocorreu na Rússia e em alguns países do antigo bloco soviético, bem como em alguns momentos na China e em Cuba (onde prevaleceram os modelos de reforma agrária popular).
8. Política de assentamentos rurais: programas de governo que se utilizam da desapropriação e distribuição da terra, cujo maior modelo foi o de concessão de crédito fundiário fornecido pelo Banco Mundial. Não afetam a estrutura da propriedade e não são massivas. Ocorreram no Brasil, Filipinas, África do Sul, Guatemala, Colômbia e Indonésia.
9. Projetos de colonização: distribuição de terras de domínio público em regiões ainda pouco habitadas ou de fronteira agrícola. Não afetam o latifúndio e a democratização do acesso à terra. Ocorre até hoje no Brasil na região Amazônica.

Considerando o antes exposto, vemos as limitações da política de assentamentos rurais. J. Martins (1996b) afirma que a junção de propriedade da terra com o capital, que cresceu exponencialmente durante a ditadura, não suprime “a contradição que a terra representa ao desenvolvimento capitalista” (p, 69). Essa suposta conciliação entre terra e capital - que faz com que os proprietários foquem, como capitalistas, no lucro, e como rentistas, na renda fundiária - na prática se traduziu em: exigências, como capitalistas, que o Plano Nacional de Reforma Agrária fosse submetido a uma política de desenvolvimento agrícola, como fomento estatal para tal; e, por outro lado, como proprietários de terra, demandaram a intocabilidade do direito de propriedade. Se resgatarmos Lênin, podemos “resumir” as formas de reforma agrária em duas posições: a estratégia em fases (o que não o define como etapista, sendo esta uma estratégia possível de revolução), com o desenvolvimento capitalista propiciando primeiro a emancipação política – para depois humana, sendo a reforma agrária uma tarefa democrático burguesa; e a estratégia da revolução permanente (articulação entre ambas), que significaria a dissolução do latifúndio pela revolução socialista. Assim, a reforma agrária é mais complexa do que a distribuição de terras e diz sobre o processo de consolidação das relações capitalistas no campo. Podemos concluir que “a Reforma Agrária no Brasil tem caráter burguês e expressa as relações burguesas no campo, consolidando a Revolução Burguesa em todos os aspectos da vida social, econômica, política, ideológica e cultural do país” (Cassin & Goldschmidt, 2014, p. 10).

Sendo assim, temos no Brasil a compatibilidade entre capitalista e proprietário, onde não há oposição entre renda e lucro, nem tampouco entre terra e capital. Logo, dentro dessas condições, não há possibilidade de questionar a propriedade fundiária e uma proposta de reforma agrária dentro dos limites do Estado. Tal fato se traduz na história da república brasileira nos conflitos entre ordem pública e ordem privada - ou entre Estado e poder das oligarquias. Tais contradições são um permanente na história do país onde:

a independência [...] em relação a Portugal foi feita pelo próprio herdeiro do trono português. A libertação dos escravos foi concretizada por um governo conservador. Os direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos foram concedidos durante a ditadura de Vargas [...] A concessão de direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, muito tempo depois, foi feita no governo Goulart, um grande proprietário de terra. A ditadura militar, instaurada em 1964, em grande parte para conter a luta popular no campo, teve como uma das suas principais providências a de promover a reforma da Constituição e promulgar o Estatuto da Terra (J. Martins, 1986b, p. 75).

O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964¹³, garante a implantação da reforma agrária em territórios com zonas críticas ou de tensão social e assegura a todos o acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, que é desempenhada quando:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Porém, nos vinte anos da ditadura civil militar, foram feitas apenas 170 desapropriações de terras. Houve sim um crescimento da concentração fundiária e a proletarização dos camponeses. Em 1970, com o intuito de realização da reforma agrária e cadastro dos imóveis rurais, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em meados dos anos 1980, 45% das terras do país estavam concentradas em menos de 1% de estabelecimentos rurais (J. Martins, 1986a). Assim, ao contrário do que se propunha - distribuir terra e dar preferências aos pequenos agricultores, entre 1970 e 1980, além do crescimento da violência no campo, houve aumento (94% das terras distribuídas à época) na "distribuição" para

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm

grandes fazendeiros. A principal finalidade do Estatuto, além da pacificação e repressão, foi promover a demarcação, legalização e legitimação do regime de propriedade vigente. Como exemplo, o cercamento e a legalização de terras, até então “sem donos”, no Acre após o asfaltamento da BR-364: “os fazendeiros preferem legalizar logo onde é que os pobres vão ficar, porque as terras vão valorizar muito e eles querem os títulos definitivos” (J. Martins, 1986, p. 50).

O Estatuto da Terra, assim, agiu de forma a facilitar a modernização das oligarquias, as associando ao grande capital. Tratou-se, assim, de uma:

intervenção no direito de propriedade e no meio rural para favorecer a expansão da empresa capitalista, particularmente os grandes grupos econômicos [...] uma avalanche de empresários caiu sobre a Amazônia, invadindo terras camponesas, terras indígenas, expulsando, surrando, matando [...] Além da devastação da floresta, já muito denunciada, uma enorme violência se abateu sobre os trabalhadores rurais, até mesmo com a disseminação de um grande número de casos de escravidão por dívida (J. Martins, 1989, p. 48).

Dessa forma, a estrutura fundiária do país não é somente reflexo colonial, mas sobretudo da forma de desenvolvimento e consolidação do capitalismo brasileiro. Como nos aponta Nepomuceno (2019, p. 18), recorrendo à Boff, há quatro sombras na história brasileira que nos possibilitam compreender nosso presente de tantas violências:

uma sombra: nosso passado colonial violento. Outra: o genocídio indígena. A terceira: escravidão, que, segundo ele é a mais nefasta de todas. E, em quarto lugar dessas sombras, a Lei da Terra, que excluiu os pobres e negros de seu acesso e os deixou à mercê do arbítrio do grande latifúndio.

Souza e Teles (2021) pontuam que são 3 os antagonismos fundantes de nossa formação social: 1. a invasão colonial e a submissão da terra e do trabalho no sentido da colonização, com

a terra ganhando status de propriedade privada e com mediações de extrema violência. Assim nasce o poder organizado pelo Estado; 2. a transição do modo de produção escravista para o capitalismo dependente, agrário exportador e com a mercantilização da terra (pós Lei da Terra); 3. subordinação imperialista e superexploração da força de trabalho. As contradições se apresentam hoje como expressões da questão social: no aumento do desemprego, da miséria, na violência, na fome.

A região amazônica foi (e segue sendo) o maior palco de conflitos de terra. Em 1970 foi lançado o Plano de Integração Nacional, que levou para a região projetos faraônicos como a Rodovia Transamazônica. À época foi verificado que na região praticamente não havia propriedades privadas com titulação reconhecida, sendo estas incorporadas pelo governo como propriedades públicas e posteriormente entregues (com incentivos fiscais), em um processo de colonização amazônica, para grandes empresas como a Liquegás, a Volkswagen, o Banco Real e a Vale (até então, do Rio Doce) - Vale esta que foi peça fundamental no massacre de Eldorado dos Carajás posteriormente. Esse entreguismo não só contribuiu à devastação da floresta, bem como intensificou processos de empobrecimento e violência, sendo a principal a desapropriação e a expropriação causadas pela privatização da propriedade pública e pela posse ilegal da terra. Desde 1980, no Pará, devido aos casos de invasões e fraudes e registros fantasmas, é impossível saber quem são os donos das terras. Os conflitos entre posseiros e grileiros, que possuem suas milícias privadas tais como os fazendeiros, fazem da região um cenário de matar gente (Nepomuceno, 2019).

O latifúndio no Brasil, dessa forma, sempre agiu como um sistema de dominação e controle social e, desde a Colônia, é organizado a partir das monoculturas voltadas ao mercado exterior. Ainda que com importantes mudanças políticas e contextuais, a orientação da estrutura fundiária permaneceu inalterada até a Constituição de 1988 – embora a luta pela terra seja histórica. O avanço do capitalismo neoliberal no Brasil nos anos 1990, a industrialização da

agricultura e do agronegócio e o fortalecimento dos movimentos sociais fizeram emergir novas ruralidades e novos desdobramentos da questão agrária. Os desdobramentos do latifúndio pós anos 1980 e, sobretudo, a influência dos movimentos sociais no debate sobre questão agrária nesse período serão tratados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

Os movimentos sociais no Brasil, o MST e a luta pela terra pós anos 1980

É possível identificar, na breve contextualização sobre a questão agrária no Brasil, a sua ligação com os movimentos sociais em prol de conquistas de direitos. A partir do exposto, é necessário compreender tais esforços na esteira das experiências históricas de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil - com enfoque para o campo. Na América Latina, há condições históricas que são essenciais para a compreensão do surgimento dos movimentos sociais: a diversidade do continente; a modernização conservadora no Brasil - que, no campo, se deu pelo assalariamento do campesinato - os transformando, nas cidades, em exército industrial de reserva (os *boias frias*) pela tecnificação agrícola e pelo agronegócio e consequente migração para as cidades; o cenário de lutas pré-ditadura militar, já enunciado anteriormente, com ênfase para os movimentos que reivindicavam reformas de base.

Antes de aprofundar nestas especificidades, são necessários alguns apontamentos e contextualização histórica sobre o movimento organizativo da classe trabalhadora nos marcos do MPC e, também, uma definição sobre movimentos sociais que possa ancorar nossa compreensão sobre eles. As definições mais generalizantes e consensuais de movimentos sociais elencam como características básicas: identidade própria; opositor definido; e articulação ancorada em um projeto societário estabelecido (Gohn, 2010). Além disso, os movimentos sociais possuem papel educativo e histórico, permanência temporal e não são meramente reativos a circunstâncias específicas - diferentemente das mobilizações sociais. Logo, o movimento social é caracterizado como uma organização coletiva com relativo grau de formalidade e estabilização.

No interior da teoria marxista não há uma teoria dos movimentos sociais articulada, sendo historicamente priorizadas as discussões sobre partidos e sindicatos e o movimento operário

considerado o movimento social por excelência. Logo, uma ideia de movimento social pautada na condição da classe operária (Galvão, 2011). Dessa forma, é importante situar os chamados movimentos sociais clássicos, que despontam das lutas no século XIX. A definição de movimentos sociais clássicos (ou tradicionais) também não é consensual, porém a usaremos aqui para designar os movimentos centrados nos conflitos de base econômica, adquirindo uma perspectiva de classe (Montaño & Duriguetto, 2011; Neves, 2020). Os exemplos mais proeminentes dos movimentos sociais clássicos são os sindicatos (ou movimento sindical) e os partidos. Engels (1845/2010), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, considera os sindicatos como centros de organização que permitiam a luta coletiva dos operários. Como principais características, temos: são configurados na condição de classe; são fundados a partir das contradições na esfera produtiva; e possuem como objetivos de luta os limites na exploração da força de trabalho e a transformação da ordem. Porém, Engels alertava para a limitação das lutas sindicais na luta econômica, ou seja, voltado para pautas específicas em relação ao trabalho, sem superar esse plano; uma luta reformista, visando melhores condições para a exploração da força de trabalho e não sua superação. A passagem da luta econômica para a luta política se efetivaria no partido.

O partido político, por sua vez, é definido no *Manifesto Comunista* (Marx & Engels, 1848/2008) como grupo organizado em torno de objetivos de classe, originado nos processos de mobilização e organização dos operários, tendo como características: o caráter público, o combate permanente da propriedade privada, a união dos trabalhadores e a formação política voltada à conscientização, sendo, também, importante instrumento de constituição da subjetividade dos trabalhadores. Logo, possui papel de mediação política e educativa, fundamentais de serem resgatadas atualmente. Podemos constatar que a articulação prática e teórica, que caracteriza o conceito de práxis, faz com que “o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais [seja] entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma

teoria que fundamenta a própria ação destes movimentos” (Picolotto, 2007, p. 158). Sobre a relação entre movimentos sociais e as massas é importante destacar que:

na perspectiva do modelo clássico, os movimentos sociais eram mobilização de massas humanas ávidas por mudança social e pelo estabelecimento da Revolução. Estas massas mobilizavam-se nos momentos em que as condições objetivas (materiais) fossem propícias, ou seja, em períodos de crises do capitalismo ou de grandes setores da economia. No entanto, considerava-se que estas mobilizações por si sós não poderiam alcançar um nível organizacional e de consciência de classe que as pudesse libertar, seria necessário ainda trabalhar as condições subjetivas para que fosse possível construir a Revolução (Picolotto, 2007, p. 174)

O histórico da luta dos trabalhadores pode ser localizado nas revoluções proletárias de 1848 que, após derrota, foram retomadas em meados de 1860. Em 1871 há a experiência histórica da comuna de Paris. Marx e Engels defendiam a necessidade da organização internacional dos trabalhadores. Entre intervalos de 1864 a 1943 foram criadas três internacionais comunistas concomitantes ao crescimento da organização sindical e partidária de caráter progressista - embora discordantes sobre teses centrais, sobretudo a partir da disputa entre revolução e reforma.

Para entender a relação entre classe e movimentos sociais é necessário primeiramente, como será também frisado no debate posterior sobre consciência, compreender que “se por um lado não é possível extrair automaticamente o comportamento político da localização na estrutura produtiva, por outro lado esta é importante para compreender a possibilidade de uma ação de classe” (Galvão, 2011, p. 109). Nesse sentido, apesar da compreensão histórica de que o proletariado é o sujeito intrinsecamente revolucionário, “essa virtualidade não se realiza automaticamente. O capital põe em evidência os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais. A esses obstáculos próprios à

relação de produção acrescentam-se os efeitos específicos das vitórias e dos fracassos políticos (Bensaïd apud Galvão, 2011, p. 112). Aqui se evidencia a importância das diferentes formas de mediação da ação coletiva dos dominados, a exemplo dos partidos e movimentos sociais, o que inclui o movimento sindical (Galvão, 2011, p. 112). Por isso, compreender o posicionamento de classe requer análises materiais e conjunturais.

Em relação aos movimentos sociais clássicos – partidos e sindicatos - no Brasil, a constituição da classe trabalhadora data do final da República Velha, concomitante ao crescimento do operariado industrial - ainda que, nesse período, constituíssem um baixo número em termos numéricos. Isso não significa que não houve, historicamente, diversos movimentos de contestação e enfrentamento na história do país. A vinda dos imigrantes foi parte importante na constituição política e ideológica da classe trabalhadora brasileira, sobretudo os anarquistas e comunistas, o que originou leis rígidas de repressão pautadas pela segurança nacional, ao mesmo tempo que essa dinâmica não pode ser compreendida dissociada das constantes rebeliões da senzala e do protesto negro, bem como dos mecanismos de barragem ao negro assentados no pós-Abolição (Moura, 2019). As pautas giravam em torno das péssimas condições de trabalho, sem nenhum tipo de regulamentação, e direito ao voto (até então, restrito aos alfabetizados, que constituíam cerca de 2% da população no final do século XIX) e deram origem às primeiras organizações de trabalhadoras, sob a lógica de ajuda mútua. Desse período até 1920 três correntes tinham peso no contexto brasileiro: o anarcosindicalismo - origem do PCB, os reformistas e os sindicatos amarelos (Montaño & Duriguetto, 2010). Iasi (2022) aponta ainda como que, no âmbito da formação política, tais correntes foram fundamentais para construção de métodos que estabeleceram uma cultura operária no país. Trabalhos como o de imprensa operária, divulgação de textos, peças teatrais, manifestações, eventos, esquetes, organização de formação teórica, táticas de agitação e propaganda, até táticas de guerrilhas. Esses métodos iam desde a formação dos quadros até as bases de apoio.

Se, por um lado, a organização da classe trabalhadora no Brasil foi fundamental para conquista de visibilidade e de um outro trato da questão social, por outro, a correlação de forças culminou para que poucos direitos, de fato, fossem conquistados, além de haver cooptação dos sindicatos por parte do Estado, que se consolidou em 1930. É importante ressaltar que, no caso brasileiro, os movimentos sociais surgem mesclados a uma protoforma de sindicalismo, perspectiva que foi trazida pelos imigrantes - e não prevaleceu posteriormente.

Com a criação do Ministério do Trabalho, houve uma subordinação financeira dos sindicatos, além de controle político e censuras internas, bem como atrelamento da concessão da então nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos sindicatos "oficiais". Nesse período, são criadas centrais sindicais e também a Aliança Nacional Libertadora¹⁴ (ANL) que, entre outras pautas, trazia a defesa da reforma agrária, e foi duramente repreendida pelo governo Vargas. O período iniciado em 1937 com o chamado Estado Novo (1937-1945) teve como marco a forte repressão aos sindicatos, partidos e movimentos sociais, atrelando a política trabalhista ao controle e manipulação da classe trabalhadora, o que não significou, entretanto, a desmobilização, visto que novas correntes e movimentos se fortaleceram desde então. Com o início da Guerra Fria, aumenta a perseguição ao comunismo - que teve pouco tempo de legalidade, como partido, pós Estado Novo. É importante, nesse período, frisar a organização dos trabalhadores rurais, historicamente excluídos das leis trabalhistas (Montaño & Duriguetto, 2010).

Em dezembro de 1945, após a queda da ditadura varguista, surge no Brasil a primeira Liga Camponesa, na cidade de Ribeirão Preto (SP), sob influência do PCB - que teve pouco tempo de legalidade (até 1947), com a proposta de articular a luta pela terra em regiões de conflito no país. As lutas tinham o caráter reivindicativo pela reforma agrária, mas, sobretudo, por melhores condições imediatas de vida, trabalho e acesso à saúde e educação. Em pouco

¹⁴ A ANL foi uma frente de esquerda composta com diferentes organizações, entre elas o PCB, com teor anticapitalista e antifascista. Entre as pautas defendidas, a reforma agrária e a proteção dos pequenos proprietários.

tempo, foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados brasileiros. Com a proscrição do PCB, poucas organizações mantiveram o nome de “ligas”, o que foi “reativado” em 1955 em Pernambuco, onde passaram ser um movimento agrário, aglutinando trabalhadores do campo e das cidades. A partir disso, houve expansão para diversos estados e regiões, com cerca de 80 mil filiados pelo Brasil, com ênfase para o nordeste, que sediou os principais eventos e debates. Após o golpe militar, o movimento foi desarticulado - embora resistido algum tempo na clandestinidade - e seu principal líder, Francisco Julião, foi preso e exilado no México, onde residiu até a sua morte em 1999.

No governo Goulart (1961-1964) houve grande mobilização de trabalhadores urbanos e rurais, culminando, em março de 1964, em um grande ato em prol das reformas de base que, por sua vez, teve como “resposta” das classes médias capitaneadas pela burguesia nacional - e estrangeira -, bem como orquestrada por iniciativas do imperialismo estadunidense, a *Marcha pela Família, com Deus e pela Liberdade*, antecedendo do Golpe Civil e Militar de 31 de março de 1964 que deu início ao período de autocracia burguesa no Brasil.

Em relação aos trabalhadores do campo, como antes mencionado, em 1963 é sancionada a Lei 4.214/1963, que define o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo para os assalariados do campo os direitos dos trabalhadores urbanos, tais como sindicalização, salário-mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização, além de prever proteção especial a mulheres e crianças. O Estatuto foi revogado em 1973. Somente em 1988 a Constituição Federal equiparou os direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadores rurais aos dos urbanos, evidenciando que, a despeito da proletarização da força de trabalho do campo ser um processo real e irreversível, a precarização e as tentativas de anular suas reivindicações também são constantes históricas.

Montaño e Duriguetto (2010) dividem os movimentos sociais no Brasil de acordo com suas características e períodos históricos: movimentos clandestinos de resistência à ditadura e

movimentos por bens de consumo e coletivos, como habitação, saúde e educação. Estes últimos, que tiveram apoio de grupos de esquerda e da teologia da Libertação, ganham força em bairros e comunidades, sobretudo, a partir de 1970. Entre os anos 1970 e 1980, a educação popular retoma o papel da formação política e, sob a influência da teologia da libertação, o método *ver, julgar e agir* passa a guiar tais formações. Estas, ainda, tinham como características: a forma de massas, a utilização de metodologias participativas, o vínculo com os movimentos sociais e uma relativização do conteúdo (Iasi, 2022).

Assim, se chega à década de 1960, com agricultura modernizada e subordinação dos camponeses ao capital. Entre 1960 e 1964 há também a primeira crise cíclica do modelo de industrialização dependente, o que faz surgir disputas e mobilizações entre as classes. O argumento de J. Martins (1989) é que as expropriações, expulsões de trabalhadores residentes, assalariamento e mudanças no campo brasileiro (nos âmbitos econômico, político e religioso), fruto, fundamentalmente, do momento do capitalismo brasileiro durante a ditadura civil militar - que “casou numa figura única latifundiários e capitalistas” (p. 15) -, fez com a reciprocidade moral dos trabalhadores (principalmente nos regimes com colonato, arrendamento e parceria) fosse exaurida: “a propriedade da terra ganhou consistência e pureza jurídica, já não precisa de um exército de dependentes que a garanta para o proprietário. Hoje, o Estado é sua principal garantia” (J. Martins, 1989, p, 19). Dessa forma, o fazendeiro “deixa de ser um amansador de gente para se tornar um administrador da riqueza produzida pelo trabalho” (J. Martins, 2018, p. 12), investindo em infraestrutura e em outras aplicações e empresas comerciais.

Em relação aos movimentos sociais, desde a década de 1970, surgem os denominados “novos” movimentos como alternativas à luta de classes “convencional” dos partidos e sindicatos. É no maio de 1968, na França - onde o movimento operário e o estudantil se uniram em prol de uma greve geral (uma das maiores da história) que originou diferentes bandeiras -, que ganham força os movimentos com bandeiras político-culturais progressistas, sinalizando

uma revolução cultural que não necessariamente apontava para um novo modelo societário, e sim para uma cultura individualista (ainda que esta só seja vislumbrada por conta da reestruturação capitalista a partir de 1970). De toda forma, o importante a ser destacado é que, a partir desse movimento europeu, temos como consequência a emergência de novos atores sociais, de um distanciamento das entidades de esquerda tradicionais e uma aproximação da social-democracia à organização trabalhadora com lutas fora da esfera do trabalho e da produção. Assim, “de modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados” (Galvão, 2011, p. 108). Porém, se partimos da premissa de que os movimentos sociais são “modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo”, é justamente por emergir no capitalismo, que “a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista dos movimentos sociais” (Galvão, 2011, p. 122).

Galvão (2011), então, enumera três proposições para uma definição marxista de movimentos sociais: 1. mesmo que não apareça claramente nos discursos dos movimentos, é possível e desejável relacionar seu nascimento com a posição de classe dos participantes; 2. os movimentos não são necessariamente uniclassistas, logo, não são homogêneos em sua composição e demandas; 3. embora nem todo conflito seja somente de classe, não é possível compreender os movimentos sociais sem o pressuposto da centralidade da contradição capital x trabalho. Por isso, a autora enumera, a partir de diferentes formas e objetivos, possibilidades de mobilização coletiva (que não são necessariamente excludentes):

1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);
2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação

da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal); 3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual; 4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido (Galvão, 2022, p. 115).

No Brasil e na América Latina, contudo, a realidade era de resistência e combate às ditaduras e nascimento e avanço neoliberal. Esses movimentos surgem no contexto de expansão capitalista mundial e Guerra Fria onde, na América Latina, as respostas imperialistas às inúmeras revoluções do século XIX (com destaque para a Revolução Cubana) foram a cooptação ideológica e a repressão via ditaduras orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional. Por isso, podemos perceber

quando olhamos para os anos 1990 e observamos, pelo menos em alguns países da América Latina, que os principais protagonistas das resistências populares à implantação das políticas neoliberais foram os setores “marginais” da relação capital/trabalho, começamos a entender o porquê recaía sobre eles toda a fúria repressiva (física e ideológica) do Estado burguês, bem como dos seus aparelhos ideológicos, principalmente os meios de comunicação de massa (Machado, 2008, p. 233).

Tal fato não significa o desaparecimento do trabalho assalariado e do movimento operário, mas sim a composição de bases mais heterogêneas, bem como significa que a classe não se constitui linearmente e que o momento da forma de reprodução do capital traz uma nova reconfiguração de classe e uma redefinição de lutas. Ademais, a origem desses (novos) movimentos na América Latina deve ser compreendida a partir da condição colonizada e dependente dos países do continente, sobretudo após a Revolução Industrial e ganham maior força no Brasil após a redemocratização.

Com a ditadura militar, o debate é reprimido. Porém, com o período de abertura política, surgem os movimentos sociais no campo, reacendendo o debate nas universidades, partidos, movimentos, organizações e na igreja. No entanto, diferente do período de 1960, há uma concordância, embora não seja unânime: as relações sociais e de produção da agricultura brasileira são capitalistas. O debate, então, se dá em torno da natureza da reforma agrária por vir, sendo crucial compreender o domínio do capital financeiro e das empresas transnacionais na produção agrícola (J. Stedile, 2013). Tal fato evidencia que o sujeito de direito da propriedade privada não é restrito a um indivíduo. Aliás,

a propriedade privada se refere cada vez menos ao indivíduo. Na atualidade são os grupos econômicos organizados que detém a propriedade privada, sem com isso descaracterizá-la como privada. Temos neste sentido, a título de exemplo, os proprietários dos latifúndios brasileiros que muitas vezes são grandes corporações econômicas (Gassen, 1994, p. 23).

É no final de 1970, porém, que as organizações sindicais - sob a influência do novo sindicalismo¹⁵ - retornam, tendo como marco a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Esta teve fundamental importância da articulação das lutas dos trabalhadores e papel ativo, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁶ (criada em 1975) pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em

¹⁵ O Novo Sindicalismo ou “sindicalismo autêntico” (1978-1983) foi assim chamado por romper com o emparelhamento sindical pelo Estado (vigente desde os governos Vargas). Com isso, desafiou a legislação antigreves da ditadura e levou a pauta dos trabalhadores às ruas. Os trabalhadores impulsionaram a luta pela redemocratização não somente por meio de greves: criaram seu próprio partido, o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Articulado com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levou à Assembleia Constituinte (1987-1988), conferindo nova qualidade à luta política na transição da ditadura para o regime democrático. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/>.

¹⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasce durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Ligada à Igreja Católica, sendo alvo de repressão durante a ditadura, adquiriu caráter ecumênico durante sua história. Sua fundação foi resposta à situação dos trabalhadores rurais submetidos ao trabalho análogo à escravidão e alvo de posseiros, principalmente no norte do país. A CPT, hoje, é suporte para os trabalhadores do campo e à sua organização. Todos os anos a CPT publica o relatório Conflitos no Campo Brasil

1984. Ainda que com relações desde suas origens (PT, CUT e MST), J. Martins afirma que “nenhum dos atuais partidos de oposição tem clareza sobre a luta no campo” (1986a, p. 38).

Em 1972, como braço da Igreja católica, é criado o Conselho Indigenista Missionários e em 1975 a Comissão Pastoral da Terra¹⁷, com o foco na articulação e defesa de direitos de trabalhadores rurais e na reivindicação do cumprimento das leis (J. Martins, 1989). Passa-se a ter no interior do catolicismo, não sem disputas e contradições, a ciência do que os movimentos sociais já alertavam há muitos anos, que

quanto mais intenso o desenvolvimento capitalista, mais ousada a sua voracidade. Os bispos que se pronunciam nesse período veem com clareza que o capitalismo subdesenvolvido e dependente é praticamente um capitalismo tributário, submetido a leis econômicas que operam em favor da acumulação de capital nos países metropolitanos mais ricos (p. 54).

Assim, fundou-se em Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - materializado no 1º Encontro Nacional do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra, em janeiro de 1984, também em Cascavel. Antes, diversos encontros locais e regionais foram realizados, principalmente com o apoio e/ou realização da CPT. Neste encontro participaram trabalhadores rurais e lideranças que protagonizaram lutas sociais em todo o país, bem como pequenos agricultores, atingidos por barragens e migrantes. Lá também foram elaborados os objetivos gerais do MST: 1) que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2) lutar por umas sociedade sem exploradores e sem explorados; 3) ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4) organizar os trabalhadores rurais na base; 5) estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6) dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7) articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

¹⁷ Ambos não possuem, por si, características de movimentos sociais, porém atuam em conjunto com vários deles e em defesa de pautas afins.

Em um momento de redemocratização, a bandeira era a de que “Sem Reforma agrária, não há democracia”¹⁸. Em 1985, com a eleição presidencial indireta do primeiro presidente civil após 21 anos, houve a expectativa de uma possibilidade da Reforma Agrária, visto que todos os programas de governo mencionaram a temática. O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. O plano, porém, fracassou: no Governo Sarney, apenas 6% da meta de assentamentos foi cumprida. Após isso, o 1º Congresso do MST aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Nesse congresso, há redefinição de objetivos, como: 1) construir uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2) a terra é um bem de todos; 3) garantir o trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4) buscar permanentemente e justiça social e a igualdade de direito econômicos, políticos, sociais e culturais; 5) difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6) combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher. O programa de reforma agrária apresentado, assim, se pauta pela transformação social e pela modificação da estrutura da propriedade da terra, pautada na produção familiar e cooperativa.

Responsáveis pela publicização da questão agrária, “o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é o movimento social de maior expressão na realidade brasileira no que se refere à luta pela terra e um dos de maior relevância na América Latina” (Montaño & Duriguetto, 2010, p. 276). Houve, inclusive, desde antes da sua fundação, um jornal informativo da causa, o “Jornal Sem Terra”, cuja necessidade se intensificou com o modelo de desenvolvimento ditatorial (autocrático burguês), com estímulo ao grande capital e intensificação da concentração de terra. Carter (2006) relaciona o histórico do MST com o fortalecimento da democracia brasileira, visto que o movimento fortifica a sociedade civil e

¹⁸ Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/>.

setores marginalizados e estende a garantia a direitos básicos aos pobres, em uma disputa de hegemonia dentro e fora do Estado capitalista. Nesse sentido,

sob o contexto do fim da “guerra fria”, do fim das ditaduras militares e do estabelecimento de regimes democráticos limitados que se inserem os chamados “novos” movimentos sociais, dentre os quais, no Brasil, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os sem-terra atuantes neste movimento empunham a bandeira da “transformação social” e se apresentam como defensores de uma sociedade anticapitalista e socialista. Dada a importância política e ideológica que assumiu no cenário político brasileiro e, até mesmo, latino-americano, para o conjunto das classes populares e suas organizações, propomo-nos a discutir seu papel na difícil e complexa tentativa de contribuir na constituição dos trabalhadores em classe (Machado, 2008, p. 232).

O Caderno de Formação nº 30 - Gênese e desenvolvimento do MST, publicado em 1998, apresenta uma sistematização da história, até então, do movimento escrito pelo professor e militante Bernardo Fernandes (1998). Nele é descrito o processo de modernização da agricultura durante o regime militar, que não só consolidou o processo de assalariamento e industrialização no campo, como intensificou os conflitos e a concentração fundiária. Tece crítica especial ao Estatuto da Terra, que serviu unicamente ao objetivo de colonização - principalmente da região da Amazônia e no centro-oeste - e diminuição de focos de conflitos, sobretudo ao desmobilizar a organização política dos trabalhadores do campo e manutenção de um vazio político, transformando a questão da terra em questão militar e fazendo mudanças no campo sem promover no regime de propriedade. É nesse contexto que o governo militar acaba com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDRA), ambos criados em 1964 com o Estatuto da Terra, dando origem ao INCRA, em 1970. O objetivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA), então, foi o de fortalecer grandes grupos econômicos que atuavam nos projetos de colonização¹⁹, que, por sua vez, estavam contidos no Programa de Integração Nacional e no posterior Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste. O resultado de tal política foi a intensificação da concentração de terra entre os anos de 1970-1985, especialmente, e a violência no campo: durante o governo militar, foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais.

Essas foram, segundo B. Fernandes (1998), as condições objetivas e subjetivas para o ressurgimento do movimento camponês, cujo maior representante foi o MST, gerado a partir de experiências de diferentes lutas populares desde 1960. O que o distingue em sua origem do universo urbano, é que os sem-terra não negociam dentro da perspectiva do capital (de acordo com o exposto no Caderno Formativo analisado), embora façam parte dela: a luta é de negociação do direito de propriedade²⁰ e não somente por melhores condições de trabalho como um trabalhador assalariado, o que implica em mudanças de poder. A luta pela terra, é, assim: “em direção à construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra e trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à construção coletiva dos meios de produção [...]” (B. Fernandes, 1998, p. 18). Para Machado (2011, p.233), os integrantes do MST

estão fora do ‘núcleo duro’ da relação entre capital e trabalho porque sua base social é constituída, basicamente, por trabalhadores rurais semiproletários ou semi-assalariados, sendo os “assalariados puros” pouco participativos da base do MST, sinalizando dificuldades políticas. Desse modo, só podem afetar a produção capitalista indiretamente, ou seja, nos planos político e jurídico-ideológico, quando questionam as formas burguesas de propriedade.

¹⁹ Como antes mencionado, o termo colonização aqui se refere ao movimento de ocupação de novas terras principalmente na Amazônia brasileira.

²⁰ Aqui, já nos deparamos com as contradições que exploramos no decorrer do trabalho: se a propriedade privada se mantém, as negociações permanecem dentro da perspectiva do capital.

J. Martins (1986b) também afirma que o eixo central para a compreensão das lutas populares no campo é a questão da propriedade da terra, pois

a luta pela terra, que cresceu no Brasil durante a ditadura, atinge no cerne o direito de propriedade e, em consequência, o edifício político da sociedade brasileira. Enquanto a luta pela reforma agrária traduz a luta pela terra na língua das alianças de classes, dos pactos políticos e da defesa política da forma de propriedade que temos (J. Martins, 1986b, p. 67)

No entanto, de nenhuma forma isso é pouco, visto que “embora os sem-terra não atinjam diretamente este núcleo, atacam a propriedade privada, especialmente nos planos político-jurídico e ideológico. Em outros termos, os avanços, potencialidades e limites de suas lutas estão umbilicalmente ligados à crise do movimento operário contemporâneo” (Machado, 2008, p. 240). As dificuldades imperam sobre como viabilizar tal projeto, então, sem a reformulação radical do direito de propriedade que só é possível a partir de uma proposta de revolução. No momento de transição democrática, J. Martins (1996b) analisava uma incapacidade política do governo em propor um projeto de reforma agrária elástica a ponto de abraçar os interesses dos trabalhadores.

O Caderno de Formação ressalta ainda o papel da CUT, do PT e das Comunidades Eclesiais de Base como matrizes político-culturais do que viria ser o MST, e seguem como apoios (pois os realizadores são os trabalhadores). A distinção do MST para outros movimentos de luta pela terra seria o da territorialização, que é o conjunto de conquistas de diferentes territórios, sem que o fim seja somente a terra: “a estes chamamos de movimentos localizados, porque começam a luta pela terra e param a luta na conquista da terra [...] A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação da terra nasceu o MST”. Nesse sentido, o MST significou “um amadurecimento político-ideológico de compreender que a luta pela reforma agrária extrapolava os limites do movimento sindical, que necessitava do apoio de

igrejas, mas não poderia ser um movimento confessional e que era necessário se constituir num amplo movimento social que fosse, ao mesmo tempo, popular” (B. Fernandes, 1998, p. 33). B. Fernandes (1998) conclui, então, afirmando que há visões que colocam a reforma agrária no campo compensatório, para mitigar a miséria e conflitos em determinados locais, cujo Estado é o principal ator. A proposta de reforma agrária do MST, porém, é mais do que desenvolvimento econômico, sendo uma transformação política pautada na construção de assentamentos.

Presente em todo o país, o MST²¹ é organizado a partir de cooperativas e associações ligada à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o que impacta na renda das famílias assentadas²². A organização interna do MST é composta de direções regionais divididas em setores (como de saúde, educação, meio ambiente, entre outros) que compõem a direção estadual. Há ainda as coordenações regionais e estaduais. Conforme destacado no Caderno de Formação, os princípios organizativos do MST preveem instâncias de poder desempenhadas por coletivos, sem que haja cargos individualizados, tendo como princípio ainda a divisão de tarefas para participação do maior número de pessoas e, também, para evitar a repressão e violência em pessoas com cargos de liderança específicos. Além disso, a descentralização administrativa, a disciplina como valor e a vinculação dos dirigentes com sua base social, contribuem para a facilitação de processos de conscientização.

Em relação à estrutura organizativa do MST, há um Encontro Nacional a cada dois anos e um Congresso Nacional a cada cinco anos. A estrutura das instâncias deliberativas se dá, decrescentemente, da seguinte forma: Congresso Nacional - Coordenação Nacional (esta é formada por cerca de 90 pessoas com representantes de todos os estados) - Direção Nacional - Coordenação Estadual - Direção Estadual - Coordenações regionais - Coordenação dos

²¹ Dados retirados do site: <https://mst.org.br>.

²² A Concrab, de acordo com os dados do site no MST, foi criada em 1992 com o objetivo de agrupar cooperativas e associações de agricultores e para garantir estrutura e logística para as cooperativas.

assentamentos e acampamentos. Em nenhuma instância existem cargos, sendo a hierarquia de coordenadores e membros. É importante ressaltar o investimento na formação política dos militantes, pautada pelo ideal de transformação social e ênfase na soberania alimentar, na mística e no investimento na área de comunicação e educação, com parceria com universidades públicas, centros nacionais de formação e a Escola Florestan Fernandes (fundada em 23 de janeiro de 2005 em Guararema, SP), se conformando um povo que “não separa a festa e a luta” (J. Martins, 1989, p, 12).

A biblioteca do site do MST agrega diversos tipos de produções relacionadas e produzidas pelo movimento. As cartilhas e cadernos de estudos chamam a atenção pelo conteúdo: estes materiais visam a formação de militantes no país e a maior parte do material tem foco na agroecologia e na produção, mas há uma diversidade de temas que perpassam a questão agrária do país e análises de governos específicos, bem como a mística²³, a questão da mulher, o papel da mídia, cooperativismo entre outros. Há ainda coleções específicas para escolas e crianças que abordam diferentes temáticas com foco pedagógico. Podemos notar, sobretudo entre os cadernos de estudos, maior produção do MST nos anos 1990 e início dos anos 2000, com análises de conjunturas mais ampliadas.

Como afirmado, a principal frente de ação do MST é a defesa da reforma agrária, dada, sobretudo, através da ocupação de terras improdutivas que não cumpram sua função social, bem como a realização de grandes marchas e jornadas nacionais que se fundem com os objetivos principais do MST desde sua fundação: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. As ocupações de terra agem historicamente como forma de contestação ao autoritarismo. No entanto, o MST tem ainda como frente a construção de uma nova sociedade orientada pelo socialismo que tem a “luta de massas” como principal estratégia

²³ A mística é uma prática considerada a “alma” do MST. Trata-se de um conjunto de rituais e celebrações (que envolvem dança, música, poesia, teatro, dentre outros) tida como prática política e cultural do MST. Possui como intencionalidades: compartilhar saberes, representar e construir práticas e discursos e, também, construir uma memória histórica do movimento (Coelho, 2017).

de ação. A partir dessa compreensão, se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude.

O MST faz parte da Via Campesina²⁴, movimento internacional que coordena organizações camponesas em todo mundo (Montaño & Duriguetto, 2010), e é responsável pelas maiores mobilizações populares da história recente do Brasil, bem como possui uma sofisticada estrutura estratégica, organizacional e logística. Outros elementos importantes na organização do MST são: a ideia de coordenações orgânicas e descentralizadas; a ênfase na educação dos militantes com método pedagógico inspirado em Paulo Freire; a constituição de uma rede de parceiros na sociedade civil, bem como na política interna e internacional; recursos materiais, embora escassos, para manutenção e divulgação do MST; e um repertório simbólico que geram um forte senso de identidade.

Dessa forma, visto que o MST foi criado em 1984, mas aglutina um histórico de lutas pela terra no país, é possível afirmar que seu surgimento na cena política nacional - o que inclui a visão de mundo e elementos organizativos do movimento - impacta, tensiona e qualifica o debate sobre reforma agrária e sobre movimentos sociais no Brasil no momento da redemocratização. No entanto, de acordo com J. Martins (1986a), o pacto político de 1984, com fins de redemocratização (e sem que houvesse uma ruptura drástica com o velho regime), se deu de forma excludente, sem participação dos movimentos sociais, operários e trabalhadores rurais, atores chave dos movimentos reivindicatórios ao longo da ditadura e também das *Diretas já!*. Em relação à reforma agrária, neste período, se observa que a composição política conservadora - logo, incapaz por si só, de realizar reformas estruturais - pede parcimônia e passividade aos movimentos reivindicatórios, sobretudo aos sindicatos, expresso por reivindicações salariais e ocupações, dado o delicado movimento político. Em meados de 1984,

²⁴ Organização internacional de camponeses fundada em 1993 que congrega movimentos sociais da área.

mais de 50% dos trabalhadores rurais eram sindicalizados. Porém, como alerta J. Martins (1986), é um equívoco pensar que a reforma agrária se resume a “dar terra” ou desapropriar. Para tal, como afirma o autor, bastariam empréstimos a juros baixos (como vemos na política habitacional urbana do Brasil, por exemplo). Redistribuir somente, inclusive, dá vazão aos “germes dos latifúndios” (p. 16), pois terra e poder são a combinação germinal da sociedade brasileira. Pode-se distribuir terra, mas não se pode distribuir poder. Assim, “o Estado brasileiro não procura resolver a questão agrária, mas procura cooptá-los [setores de sindicatos e da Igreja] como agentes de mediação de lutas populares, cuja importância nos últimos vinte anos é indiscutível” (p. 17). B. Fernandes (1998) conta ainda que, em 1985, um grupo coordenado pelo presidente do INCRA, José Gomes da Silva (que foi batalhador pela reforma agrária), entrega ao presidente José Sarney uma proposta de reforma agrária. Na luta de forças, porém, a proposta foi desconfigurada e, em outubro do mesmo ano, surge o PNRA, antes citado.

A Assembleia Nacional Constituinte em 1986 decidiu sobre o direito de propriedade no país, sendo a oportunidade de quebra do pacto entre terra e capital. Fica decidido, à época, que Tancredo seguiria o Estatuto da Terra - realizado até então para expandir a agricultura empresarial. No entanto, no estatuto de 1974 há a definição de que quem ocupa terras devolutas por um ano tem preferência para a adquirir; a lei 6.383²⁵, de 1976, define que o posseiro que mora e cultiva a terra por um ano pode ser contemplado com 100 hectares; e no novo estatuto previsto na redemocratização havia a definição de que seria preciso ocupar a terra por três anos para deter sua posse. Dessa forma, em 1986, J. Martins afirmava ser pouco provável que os partidos que chegaram ao poder com apoio das oligarquias regionais pudessem realizar uma efetiva reforma agrária no país. Complementamos que, na verdade, tal objetivo não é possível de se concretizar via política institucional do Estado burguês em nosso país.

²⁵ A lei (1976, 7 de dezembro) define que: Art. 29 - O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos: I - não seja proprietário de imóvel rural; II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

Marcada pela pressão de movimentos sociais (como o MST), a Constituição de 1988²⁶ determina que todas as propriedades rurais devem cumprir sua função social. Esta é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1º aproveitamento racional e adequado; 2º utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; 3º observância das disposições que regulam as relações de trabalho; 4º exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Para tal, institui a lei da desapropriação, que assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária.

Porém, a lentidão com que a reestruturação fundiária no Brasil é feita pode ser explicada, como dito anteriormente, pelo elevado tempo de uma política de distribuição injusta de terras e, fundamentalmente, pelo histórico de concentração de terra - acentuado com a tardia industrialização brasileira e a migração de produtores rurais para as cidades -, pautado na colonização e no capitalismo dependente brasileiro. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a situação agrária no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos.

É no governo Collor que, como define o MST, há um golpe mortal na reforma agrária. O aumento da violência no campo levou à necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que possibilitou a votação e aprovação, em 1992, de um projeto de Lei Agrária, sancionada em 1993 pelo presidente Itamar Franco (com vetos significativos realizados). A existência da lei clamou a luta, crescendo o número de ocupações pelo país. A ocupação é definida pelo movimento como espaço de socialização política, criando condições de

²⁶ De acordo com a Constituição Federal de 1988: Artigo 184: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”; Artigo 170: “A ordem econômica, [...] tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; m - função social da propriedade; Artigo 5º - dos direitos e deveres individuais e coletivos -: “Todos são iguais perante a lei, [...] garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: [...] XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social.

enfrentamento e, também, capacidade de negociação. Em 1997 houve medida provisória (nº 1.577) que visava proibir a desapropriação de áreas ocupadas (B. Fernandes, 1998).

O governo Collor teve como característica a forte repressão contra o MST. Grzybowki (2013) ressalta, no entanto, que na década de 1990 (ainda no governo Collor), havia uma crise dos movimentos - concomitante à crise econômica -, o que demandava uma elaboração de identidade coletiva, distinguindo situações conjunturais de processos orgânicos. Afirma ainda a importância da constância das lutas organizadas e que a principal questão na década de 1990 era a de integrar os trabalhadores no processo de geração e apropriação da riqueza social no campo - visto que a miséria no campo era proporcional à internacionalização da produção. Podemos, a partir disso, também questionar sobre os desafios atuais do movimento.

A repressão ao MST é constante e brutal, seja pelo próprio Estado, seja por milícias criadas por latifundiários - em conluio com o Estado. O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) foi marcado, além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), pelos maiores massacres da segunda metade do século XX: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará. Após esse episódio, foi criada a Consulta Popular, que hoje articula movimentos sociais e partidos, sindicatos e formação política. Duas pessoas foram condenadas pelo Massacre: o coronel Mario Colares Pantoja (a 228 anos) e o major José Maria Pereira Oliveira (a 154 anos), que estavam à frente dos policiais do estado do Pará. Ambos recorreram em liberdade até 2012²⁷. No entanto, tais responsabilizações são exceções frente ao normal de impunidade para os mandantes e executores da violência e dos massacres no campo.

Em 2018, no abril que marca o massacre do Eldorado dos Carajás, no local do massacre e em campanha eleitoral à presidência, Jair Bolsonaro afirmou que “que tinha que estar preso é o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer”

²⁷ Dados retirados do site: <https://mst.org.br>.

(Nepomuceno 2019, p. 23). Eldorado dos Carajás, “uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país” (p. 24), se faz necessária de ser lembrada aqui. Em 17 de abril de 1996²⁸, 19 pessoas (outras três morreram posteriormente, além dos mutilados e desaparecidos para sempre) foram mortas na curva do S, na cidade de Eldorado dos Carajás, após comando de ataque de 155 policiais militares contra 2.500 sem-terra que fecharam a rodovia, com ordens de desobstrução da via vindas do governador do Pará Almir Gabriel e dadas aos subordinados pelo secretário de segurança do estado, Paulo Sette Câmara. Nepomuceno (2019), em um grande trabalho de reconstrução, apresenta evidências de que, não só o governo do estado do Pará, via Polícia Militar que executou as ordens, mas também fazendeiros e grandes empresários da região, via pagamento de propina à própria polícia, foram mandantes do crime, bem como houve a participação de jagunços infiltrados entre os policiais. Crime este que contou com apoio popular da população local, que, por um longo período após a instalação do próprio assentamento, se negou a comprar a produção do MST e os hostilizava, em uma clara perpetuação das violências físicas e psicológicas que, claramente, contribuem para uma exaustão e desmobilização dos militantes. Assim, como costumeiro, as forças do estado agiram visando os interesses privados.

No mesmo período foram criadas medidas provisórias criminalizantes em relação à ocupação de terra. Foi implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações: as políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1985-1990) foram destruídas, intensificando o empobrecimento. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Nesse período, houve ainda a “clonagem” de assentamentos já existentes pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para garantir as metas da propaganda do governo:

²⁸ 17 de abril, após o fato, passou a ser o Dia Mundial de Luta pela Terra.

ao final, nem mesmo o Incra conseguiu afirmar quantos assentamentos foram realizados de fato. Os anos seguintes foram marcados por grandes mobilizações e marchas do MST pelo país²⁹.

Também entre as décadas de 1980 e 1990, como já demonstrado no capítulo anterior, há um intenso processo de modernização da agricultura legitimada pelo capital e pela mundialização da economia (já iniciado em meados de 1950). Embora o caráter predador permaneça, com a tentativa de vincular o campo a um projeto produtivista de manutenção da balança econômica brasileira, há uma mudança de razão ideológica e econômica importante: o latifúndio passa a ser chamado amplamente de agronegócio. No entanto, é importante ter em mente que o latifúndio permanece enquanto uma das faces do agronegócio. Nepomuceno (2019) demonstra como o agronegócio age em conluio com corporações multinacionais que historicamente arrendaram terras, sobretudo no norte do país. Apesar da concentração na mão de famílias, é possível vislumbrar que o latifúndio é controlado por poderosas empresas (não necessariamente ligadas à produção agrícola), como as predatórias mineradoras, e, evidentemente, a pecuária e as indústrias agrícolas. O agronegócio advém da política de “modernização” da agricultura brasileira que tem como pilares: a expulsão de trabalhadores rurais do campo e a predominância das empresas multinacionais no controle da produção agrícola nacional. Este modelo é identificado somente nos anos 2000 como o novo adversário político do MST, sendo a ele atribuído características que antes definiam o latifúndio (D. Silva, 2013).

Com a eleição de Lula em 2002 houve grande expectativa de uma efetiva reforma agrária. No entanto, o modelo agrário-exportador se acentuou em formato de monoculturas - chamadas pelo movimento de novas sesmarias, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. A expansão do agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos

²⁹ Dados retirados do site: <https://mst.org.br>.

recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público, bem como o uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Em 2003 foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com a meta de assentar 400 mil famílias em 4 anos, bem como previa desenvolvimento territorial e universalização do acesso a direitos. R. Nascimento (2019) traz a análise do governo Lula pelos militantes do MST e deixa evidente que não há uma falsa percepção da militância em relação às contradições do governo. Embora com ressalvas, principalmente em relação ao papel do Executivo na execução de reformas estruturais - sobretudo partindo de uma suposta correlação desfavorável de forças e da política de coalizão -, há uma análise crítica a respeito do governo Lula e se acredita que ele não propôs a intermediação de suas políticas às lideranças dos movimentos sociais, bem como estas não se propuseram a intermediar o processo de implantação e conscientização. Ademais, a implementação da reforma agrária se trata de acabar com a hegemonia do agronegócio para além da desconcentração fundiária, o que nos parece pouco possível no Estado capitalista. Trata-se, então, a despeito das melhorias reais na vida, sobretudo dos mais pobres, de compreender os limites que a sociabilidade do MPC impõe a uma real reforma agrária.

Com a consolidação do agronegócio, a complexidade do debate em torno da questão agrária aumentou, sendo necessário qualificá-lo. Um relatório publicado pelo IBGE em 2006 demonstrou como 1% da população (ou 35 mil famílias) eram proprietárias de 46% das terras no país. Naquela época, existiam mais de 16 milhões de pessoas sem teto. O ano de 2006 foi também o último ano do primeiro governo Lula, quando houve um aumento de ocupações em todo país.

Hoje o complexo agropecuário-comercial-bancário-industrial, integrado aos grandes grupos econômicos, é quem exercita o poder de classe e assim mantém o monopólio da terra no Brasil. Por isso, “a Reforma Agrária é uma luta contra o conjunto da classe dominante. Ao

contestarmos o poder político, econômico e social estamos, indiretamente, contestando o poder das classes dominantes” (Jornal Sem Terra, Julho de 2000, nº 202, p. 10-11 apud D. Silva, 2013). Atualmente, atento às mudanças da dinâmica social, o MST tem direcionado ações para combate de todas as formas de preconceito social. A alteração das normas gerais do MST em 2016 institucionaliza uma política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização.

O número de famílias assentadas no Brasil desde a redemocratização indica que: no governo Sarney (1985-1989) foram assentadas 93.455 famílias; no de Fernando Collor (1990-1992) 42.030; Itamar Franco (1992-1994), 14.627; nos governos de FHC (1995-2002), em seus dois mandatos, 540.704; Lula (2003-2011), também nos dois mandatos, 614.088 (Guerrero & Bergamasco, 2014); e Dilma (2011-2016), 133.698. Após o golpe de 2016 até 2018 foram assentadas 11.831 famílias. Já no governo de Jair Bolsonaro, apesar do propagado em campanha presidencial de 2022 - sobre ter efetivado a reforma agrária no país com a entrega de 400 mil títulos -, houve o número de 9.228 famílias assentadas (Ghiraldelli, 2022, 21 julho)³⁰.

Não por acaso - dado o cenário político e econômico pós golpe -, o ano de 2017 foi o mais violento no campo desde 2003. De acordo com o levantamento anual sobre os conflitos no campo no Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2017), 70 assassinatos em conflitos foram registrados. Em 2018, foram 28 assassinatos (CPT, 2019)³¹. As zonas rurais brasileiras, no entanto, sempre foram violentas e, embora a violência tenha aumentado em termos gerais na América Latina, em poucos locais cresceu como no campo. Segundo estes mesmos dados, nos últimos 20 anos foram assassinados mais de 1.300 trabalhadores rurais, lideranças e ativistas ligados a movimentos sociais. Destes casos, somente 77 foram julgados, e apenas 15 mandantes e 65 executores foram condenados. Esses casos de violência, além de subjugados, contribuem

³⁰ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>

³¹ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>

para a desmobilização e criminalização dos movimentos sociais, bem como para um ataque a suas identidades coletivas, fazendo do medo uma constante.

O governo Bolsonaro e os ruralistas usaram os dados da titulação de terras para afirmar que houve uma “libertação” dos pequenos agricultores da suposta dominação do MST. Houve ainda, no período, denúncias de desmontes no INCRA (Bragon, 2022, 21 outubro)³². Em relação às ocupações, houve, no primeiro ano do governo Bolsonaro, uma opção do movimento por não partir para conflitos abertos, com medo de repressões violentas. Durante a pandemia, com a necessidade de isolamento, houve o chamado “isolamento produtivo” com o intuito de produzir alimentos para os necessitados em cada região, além de uma lógica de resistência às constantes ameaças de despejos e outras violências (Cypreste, 2022, 21 janeiro)³³.

Coelho (2014), em trabalho que analisa as representações do MST sobre os presidentes a partir da análise dos editoriais do Jornal Sem Terra entre os anos 1995-2010, constata que o MST elaborou representações sobre FHC e Lula a partir de uma visão maniqueísta, entre bem e mal. Tal fato fez com que houvesse dificuldade de compreensão do papel do Estado, independente do governo, e das complexas relações que envolviam os governos no jogo político brasileiro. No entanto, para Coletti (2005), a expansão do movimento durante o primeiro mandato de FHC - a sua transformação em principal foco de oposição ao governo -, em uma conjuntura adversa a outros movimentos sociais, se deu devido aos

efeitos das políticas neoliberais que, ao provocarem a falência de milhares de pequenos produtores agrícolas e o aumento do desemprego rural e urbano, possibilitaram ao MST recrutar essa massa marginalizada e expandir suas bases sociais; a ausência dos “constrangimentos econômicos” entre os sem terra (medo da demissão, do desemprego, etc.), fator que facilita a mobilização desses trabalhadores; e, por fim, a ideologia

³² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/incra-sob-bolsonaro-troca-desapropriacoes-e-assentamentos-por-emissao-de-titulos.shtml>

³³Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-tem-menor-avanco-na-reforma-agraria-desde-fim-da-ditadura>

anticapitalista do MST, que permitiu ao movimento resistir à hegemonia neoliberal (Coletti, 2005, p. 7).

Os cadernos de formação - cujo de nº 30 já foi aqui referenciado - publicados desde a fundação do movimento até os dias atuais, constituem rico material para compreensão das visões de mundo do MST e nos ajudam também a entender a postura frente a atual conjuntura. O último, publicado em 2022 e intitulado de “Subsídios para estudo da conjuntura 2022”, define que:

adotamos corretamente a tática da Resistência Ativa. Compreendemos a derrota para a burguesia a partir de 2016, identificamos os seus agentes e seu programa e não abrimos mão de lutar ou de nos organizarmos, mas sem cair em aventureirismos, mas também sem nos escondermos ou ignorarmos os problemas reais. Além disso, tem sido um período de deficiências organizativas para toda a classe. Neste contexto, ao mesmo tempo em que a pandemia agravou os problemas sociais, também alimentou a indignação e o descontentamento com o governo. E o grande fato político do último período foi a recuperação dos direitos políticos do ex-presidente Lula. Este episódio recuperou a motivação dos trabalhadores e trabalhadoras e colocou a luta eleitoral no centro da luta de classes com mais força no período (M. Stedile, 2022, p. 64)

Ademais, define como tarefas do movimento (no ano de 2022): politizar as eleições visando a disputa de projetos, apresentando um projeto popular às massas; organizar a força acumulada durante a pandemia para o trabalho de base; e fortalecer os Comitês Populares de apoio à candidatura de Lula. Aqui se faz pertinente ressaltar as diferenças entre estratégia e tática política. Ambas dizem sobre a orientação e procedimentos da atuação política de um movimento social. No entanto, enquanto a primeira diz respeito ao caminho geral que conduz ao objetivo - no caso do MST, historicamente colocado como a transformação social -, a tática determina a ação específica de acordo com as circunstâncias históricas concretas. Dessa forma,

a estratégia avalia a conjuntura e o conjunto de relações, bem como implica o conhecimento das leis que regem a luta de classes. Em momentos de estagnação política, por exemplo, devem ser realizados trabalhos de desenvolvimento de consciência, força e capacidade combativa. A tática, por sua vez, tem como elementos constituintes o estado de ânimo e a consciência das massas. No entanto, é a experiência e o grau dessa consciência - e não somente a propaganda -, os principais elementos a serem considerados para qualquer transformação (Harnecker, 2021). Ou seja, a aproximação e diálogo com as necessidades imediatas para a construção de consciências que propiciem o alcance da estratégia. Parece-nos, porém, que no Brasil nunca há o momento propício para tal: se não agora, quando?

Com o intuito de defender seus interesses de classe - entre outros, a defesa de propriedade da terra e a expansão capitalista na agricultura -, senadores e deputados federais se organizaram desde meados dos anos 1990 na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)³⁴, conhecida como bancada ruralista. Hoje, a bancada ruralista no Congresso Nacional é um dos principais eixos políticos em que se apoia o agronegócio e é numérica: os membros da FPA têm, hoje, o poder de derrubar uma presidente e de manter outro no poder. Metade dos votos pelo impeachment (50%) de Dilma Rousseff e mais da metade dos votos para manter Temer (51%) saíram dessa bancada. Além disso, a FPS compôs 52% dos votos da reforma da Previdência em 2019³⁵. Tais dados comprovam o já indicado por J. Martins (1989) no período de redemocratização brasileira: a imensa facilidade de regeneração e forte presença política das oligarquias brasileiras. Na década de 1980 a União Democrática Ruralista (UDR)³⁶ declarou que “eleição se ganha na porta do curral” (J. Martins, 1986a, p. 47), indicando a ideia de um

³⁴ De 1988 até 1994, a bancada ruralista existiu informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura. Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Segundo os próprios, o “objetivo da FPA é estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor.” Fonte: <https://fpagropecuaria.org.br/>

³⁵ Fonte: <https://deolhonosruralistas.com.br/>

³⁶ Que surge em 1985 como forma de pressionar o governo Sarney contra o PNRA.

trabalhador que se submete ao fazendeiro. No entanto, o crescimento dos conflitos no campo não atenta somente ao problema da terra, mas sobretudo à recusa de dominação pessoal dos trabalhadores rurais.

Os métodos de repressão e pressão (ou formas de matar) também apresentam algumas novidades, sem romper com a também habitual lógica violenta. Hoje parecem mais recorrentes os ataques por envenenamento via agrotóxicos (principalmente o glifosato de potássio), que contaminam a água, os alimentos e as pessoas, tendo como principais vítimas crianças e idosos. A longo prazo, é comprovadamente causa de diversos tipos de cânceres.

Outro tipo de violência, tão brutal quanto as execuções, são as mortes por exaustão de trabalhadores rurais – a exemplo dos cortadores de cana no interior de São Paulo – e o trabalho escravo: entre 2016 e 2018, 2.570 trabalhadores foram resgatados de trabalhos análogos à escravidão no país. 82% eram negros³⁷. O trabalho escravo no campo, de fato, nunca acabou, e reatualiza as formas de exploração do trabalho: “o trabalhador escravizado no Brasil de hoje trabalha sob a mira do revólver, do fuzil e da escopeta” (J. Martins, 1986, p. 41).

Tal cenário – de precarização e violência – está intimamente relacionado à realidade histórica de pobreza rural, que preserva similitudes, diferenças e relações com a pobreza urbana e como são constituídas no presente pelas transformações na esfera produtiva e suas implicações no mundo do trabalho. A pobreza é intrínseca e necessária ao capitalismo e como expressão máxima da questão social. A perversidade do capitalismo é expressa exatamente no fato de que o aumento da riqueza é dependente justamente do aumento também da pobreza, como nos mostra de maneira ainda mais intensificada a realidade de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos (Guzzo, 2016). A pobreza surge, então, como “evidência concreta das desigualdades sociais” (Guzzo, 2016, p.149) e, por isso, deve ser

³⁷ Dados retirados do site da Comissão Pastoral da Terra: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5004-negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>

entendida como produto de um determinado tempo histórico e de contingências políticas e econômicas. Exatamente por ser uma condição histórica, não se deve perder de vista seu enfrentamento estrutural, que pressupõe a socialização da riqueza produzida - essa é a pobreza do capitalismo.

Veiga (2000) indica que a pobreza rural é proporcionalmente maior em todas as regiões do país, contrariando as evidências catastróficas do êxodo rural nas cidades. Há uma intrínseca relação com a forma como as oligarquias aboliram a escravidão, como já antes colocado, e como essa nova mão de obra “livre”, somada à migração, foi impedida de ter acesso à terra - sobretudo no caso de negros. Esse mesmo contingente populacional foi o que passou a exercer pressão historicamente para o direito à propriedade da terra.

Demo (2006) enfatiza ainda a dimensão da pobreza no plano do “ser” - e não somente do ter, como pobreza material -, onde a desigualdade se dá também em relação ao poder, às oportunidades, gerada por uma cidadania tutelada, o que o autor chama de uma ignorância historicamente cultivada. Assim, o inverso da pobreza política seria a possibilidade e capacidade de construção de consciência crítica histórica e organização política visando um projeto alternativo de sociedade (que, ainda assim, por si só, não “resolve” a pobreza). Quanto à realidade rural, ainda que com avanço significativo nas últimas décadas, nota-se um agravamento em relação a indicadores socioeconômicos como alfabetização, mortalidade infantil, insegurança alimentar, precarização do trabalho, acesso às políticas públicas, infraestrutura e maior dependência dos programas de transferência de renda.

A barbárie que avança traz ainda implicações para a dimensão subjetiva, que sinaliza as contradições históricas da própria realidade, podendo se voltar (ou não) contra ela. O atual estágio de desenvolvimento capitalista expressa, mais do que nunca, suas próprias limitações e natureza contraditória, e isso vale para a economia, para a política e para nossas subjetividades. Assim, se faz importante compreender a vida cotidiana a partir da dialética entre subjetividade

e objetividade. A partir desta dialética, para além da necessária leitura que leve em consideração a crítica ao capitalismo, faz-se fundamental compreender ainda que esta forja subjetividades e que a pobreza gera sofrimentos específicos em uma sociedade de consumo e de valorização da acumulação. Não se trata, assim, somente da carência material, mas, sobretudo, da carência de sentidos. Por isso, a importância do estudo das consciências é fundamental (J. Martins, 2020).

A lógica do capital, para sua própria manutenção, preenche todos os âmbitos da vida pública e privada. Neste último caso, em uma espécie de “terrorismo psicossocial” (Netto, 2011, p. 39), que se coloca disfarçadamente como uma falsa liberdade individual. Os problemas sociais do Estado transitam entre público e privado, se materializando, fundamentalmente, na responsabilização dos sujeitos por seus problemas – no que o autor define como psicologização da vida social. Tal valorização abstrata do indivíduo, na verdade, se converte em um esvaziamento das individualidades. O *ethos* individualista torna-se, assim, o principal legitimador do capitalismo monopolista. Como consequência, a psicologização das relações sociais compensa o vácuo societário que possibilitaria relações autônomas, e as relações com as instituições públicas, por exemplo, se dão, no máximo, a partir de um caráter personificado – visando um ajuste das “personalidades”. A resignação e o fatalismo, não por acaso, são as chaves explicativas desse momento histórico, como veremos, por mais que também tenha um caráter dialético. Como consequência, a patologização que, como fim último, mira no controle dos sujeitos que escapam à “normalidade” exigida pela ordem.

Além disso, o fator econômico passa a ser peça chave nas relações, sendo a opressão modo operante do psiquismo humano, seja entre pobres e ricos ou entre os próprios oprimidos. Por ser estrutural e de raízes históricas, a desigualdade passa a ser tida como natural, contribuindo para o fatalismo (Martin-Baró, 2017a) e naturalização da exploração. Essas características, porém, não são de origem individual, mas advêm da não mudança estrutural societária (Guzzo & Lacerda, 2007).

Porto-Gonçalves (2005) define o MST como principal mediador político dos pobres no campo brasileiro. Além disso, Grzybowki (2013) afirma que “os movimentos sociais populares rurais, ao constituírem os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação sobre o domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro um dos pilares do autoritarismo brasileiro” (p. 351). No entanto, embora os movimentos sociais sejam constituídos historicamente pela população subalternizada, é inevitável nos questionarmos sobre a problemática da pobreza – e suas implicações – na construção destes movimentos em meio aos debates contemporâneos.

A questão primordial é como gerar confiança no processo de mobilização a pessoas que, historicamente, tendiam a serem orientadas a partir do fatalismo³⁸ - porém, não o foram. Dessa forma, a presente pesquisa possui também o interesse de identificar os percursos dos atores sociais até a entrada em um movimento social e sua condição de “produtor de sua história social” (Scherer-Warren, 2003, p. 80), bem como de que formas os debates relativos à pobreza e à desigualdade subsidiam tais movimentos. A partir das tipologias desenvolvidas, os movimentos de massa do Brasil, como o MST, caracterizam-se como ativos, que “não se restringem à política de rua meramente reativa, mas são partícipes de um movimento de massas politizadas, com críticas à sua condição de subcidadania, estratégias de ação politicamente construídas e com uma utopia de transformação” (Scherer-Warren, 2003, p. 84). Portanto, constituem uma identidade política de sem-terra.

Nesse sentido – e ancorado nos objetivos deste projeto – partimos para a seguinte questão: como, a partir de uma realidade conformada na pobreza, a entrada a participação em um movimento social como o MST transforma as concepções sobre si mesmo e sobre o mundo?

³⁸ A categoria fatalismo será mais bem analisada no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO 3

O Processo de Consciência e a Consciência Privatista

Como salientado na Introdução desse trabalho, a categoria consciência não é nova enquanto objeto de estudo da Psicologia. Porém, o viés hegemonicamente individualista desta faz com que seja necessário buscarmos perspectivas que melhor dialoguem com o que vemos como necessário à compreensão de tal problemática - não somente na Psicologia, mas também nas outras Ciências Humanas. Partimos aqui da premissa - proposta pelo marxismo - da consciência de classe como arma para uma revolução global e supressão desse modo de produção e de sua superestrutura. Entretanto, considerando a realidade concreta das organizações sociais no MPC, que se refuncionaliza justamente esfacelando possibilidades de “unidades” e a partir de uma consciência privatista, a ideia é não perder de vista a revolução, mas também acompanhar o processo de construção de uma consciência que, mesmo ainda não sendo revolucionária como classe operária/trabalhadora, lança as bases para ela.

Martin-Baró (1996), em seu clássico texto *O papel do psicólogo*, é categórico ao afirmar que tal papel é o de - a partir de forte inspiração freiriana - conscientizar/promover conscientização. Ao discorrer sobre “a escravidão latino-americana”, enumera as principais causas da miséria da Psicologia latino-americana, sendo elas seu mimetismo cientificista, a ausência de uma epistemologia adequada e seu dogmatismo provinciano. A segunda nos parece particularmente interessante, pois, ao debater sobre a influência do positivismo, Martin-Baró (1986/2011, p. 186) nos alerta ao risco de “ignorar aquilo que a realidade existente nega, isto é, aquilo que não existe, mas que é historicamente possível se fossem dadas outras condições”. No exemplo trazido pelo autor, que nos é muito pertinente, podemos pensar que, a partir de uma análise positivista, o camponês será considerado machista, conservador e fatalista por

essência. Porém, tal conclusão não passa de uma “ideologização da realidade que termina por consagrar como natural a ordem existente” (p. 186).

Por isso, é necessário compreender a consciência fora dos esquemas conceituais hegemônicos da Psicologia. Primeiramente, retirá-la do âmbito privado, subjetivo e natural, visto que a consciência só pode ser compreendida na relação com o outro, com a realidade e com o mundo, enquanto subjetivação da realidade objetiva nos marcos das singularidades dos indivíduos e seus processos de individuação. Em segundo lugar, partir do pressuposto de consciência como um processo - logo, não estático - que, embora vivido subjetivamente e no cotidiano, possui raízes universais (Iasi, 1999). O saber do cotidiano, que pode ser humanizador ou desumanizador deve ser o saber considerado pelo psicólogo. Conscientizar, assim, é estar no suporte para a superação da “consciência mistificada”, termo este utilizado pelo autor, no alcance de um saber crítico sobre si e sobre o mundo. Ou, como define Martin-Baró (1986/2011, p. 182), conscientização é a articulação da “dimensão psicológica da consciência pessoal e com a dimensão social e política e explícita a dialética histórica entre o saber e o fazer, o crescimento individual e a organização comunitária, a libertação pessoal e a transformação social”, possibilitando uma leitura de si e escrita de sua própria história.

O debate sobre a formação e a identificação da consciência de um sujeito e/ou grupo é um desafio, visto que exige a compreensão da passagem do fatalismo da história ao de ativo, o que é potencializado na mobilização coletiva. O fatalismo pode ser classificado como “comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância” (Martin-Baró, 2017a, p. 175) e é definido por três ideias: a de que toda a vida está destinada desde o nascimento, sem que as individualidades pesem no processo; a de que a vida é definida por forças alheias; e tem a religião como marco de referência. Essas ideias reverberam nos sentimentos de resignação, aceitação do destino e de sofrimento e nos comportamentos de conformismo, submissão, passividade e presentismo.

Martín-Baró (2017a) divide o fatalismo em três eixos: ideacional, afetivo e comportamental. O primeiro são as ideias comuns da atitude fatalista: a existência de uma predestinação regida por forças superiores. Os afetos enumerados são: aceitação e resignação pautadas por um ideal cristão de dignidade que, por sua vez, legitima o sofrimento como positivo. Já no aspecto comportamental, o fatalismo tem traços característicos de: conformismo, passividade e redução do horizonte de vida ao presente, sem memória e planejamento futuro e com consciência estática.

Porém, Martín-Baró (2017a) sinaliza que esta caracterização conduz a um estereótipo do latino-americano - fundamentalmente o de indolência -, sobretudo da classe trabalhadora mais pauperizada e mormente negra, historicamente incorporado e reproduzido pelo culturalismo e pela psicologia. Características essencialistas como preguiçoso, irresponsável, violento, entre outros são constantemente associadas ao povo latino-americano e agem como interpretações ideológicas que contribuem para a preservação de hierarquias sociais e legitimam a lógica imperialista, a exemplo de golpes de Estado.

Ao analisar produções acadêmicas realizadas na América Latina, o autor afirma que o fatalismo é assumido como ponto de partida, sendo naturalizado. Pesquisas realizadas com camponeses e classes populares na Nicarágua, no México e na Venezuela constataram sentimentos de inferioridade, obediência, pessimismo e impotência em relação ao mundo, sobretudo entre os mais pobres. Assim, tais estudos acertam os sintomas, mas erram nas causas do fatalismo, se centrando em fatores psicológicos a partir de uma personalidade a-histórica. Martín-Baró (2017) denominou tal fato como psicologização do fatalismo, cuja principal característica é a tentativa de uma definição do caráter latino-americano em que o psiquismo é o fundamento da estruturação social e os problemas sociais são analisados como questões individuais (de não adequação, por exemplo). Nisso, critica também a cultura da pobreza, que parte do princípio de que os pobres vivem em outra realidade cultural, cujos valores e hábitos

agem em um círculo vicioso que impede a eliminação da pobreza. As leituras pautadas pela cultura da pobreza trazem consigo o perigo de uma passagem imediata das condições materiais para as culturais, gerando generalizações essencialistas, como as de passividade, atraso, apatia política e imediatismo, além de uma culpabilização do pobre pela sua condição. Dessa forma, o fatalismo, mais do que uma atitude ou síndrome, reverbera como ideologia, que será definida posteriormente, e possui funcionalidade política de manutenção do status quo.

A superação do fatalismo se dá, assim, entre outros fatores, como já introduzido, pela conscientização. Esta afirmação nos permite adentrar na categoria fundamental da pesquisa: a consciência. Em Marx vemos que a consciência surge das condições materiais, com a mediação do trabalho em seu sentido de processo de humanização em relação com a natureza e com a necessidade de intercâmbio com outros seres humanos. Assim, “ao criar os produtos de sua consciência que vão satisfazer suas necessidades, o homem deposita neles sua vida, subjetivando-os, ao mesmo tempo em que internaliza os objetos da realidade, internalizando dessa forma as consciências depositadas naquele objeto” (C. Oliveira, 2005, p. 314). Para Marx e Engels (1932/2007, p. 35),

A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza).

Para Vygotski³⁹ a consciência também possui origem social, sendo que sua transformação está pautada em motivações que, por sua vez, são mediadas por emoções, sentidos e significados. Trata-se de “um processo que filtra o mundo e coordena as ações humanas” (Carvalho et al., 2010, p. 18). Assim, a consciência é reflexo da realidade, mas diz, sobretudo, sobre a capacidade de mudança (nem sempre perceptíveis aos sujeitos) e sobre a reflexão sobre a própria atividade (sobre si e sobre o mundo) e sua transformação. Partiremos nesse trabalho, então, para além das características antes expostas, da definição de consciência como processo não linear de dialética entre objetividade e subjetividade que se materializa na ação e pensamento dos seres humanos, sendo mediada, sobretudo, pela classe social. Por essa associação entre consciência e classe, partimos da premissa que o objetivo do processo de conscientização é chegarmos à consciência de classe, que seria, pois

a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção [...] Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que os indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação não pode ser conhecida a partir dessa consciência. Essa determinação estabelece, de imediato, a distância que separa a consciência de classe das ideais empíricas efetivas e daquelas psicologicamente descritíveis e explicáveis que os homens fazem de sua situação na vida (Lukács, 1923/2018, p. 142).

A consciência é, dessa forma, diretamente associada à vida cotidiana e ao trabalho. No MPC, entretanto, o cotidiano se apresenta de forma alienada - onde o mundo se apresenta de forma fetichista, naturalizada e os objetivos se dão no nível das carências imediatas, o que nos alerta para a alienação como reguladora hegemônica das relações sociais.

³⁹ Não nos aprofundaremos aqui na Psicologia Histórico-Cultural, sendo a referência ao autor realizada devido à importância deste para o aprofundamento no conceito de consciência em diálogo com os referenciais utilizados.

Alienação é compreendida aqui como característica da vida cotidiana em que, conforme origem da palavra, sujeito e objeto são separados, se tornam alheios. No MPC, se refere à separação entre o produtor (trabalhador) e o produtor do ser social, que não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, o conhecimento e tudo o que é produzido pelo ser humano. Em suma, a história. Marx (1884/2004) define quatro aspectos: alienação em relação à natureza; de si mesmo; da sua vida humana; e em relação ao homem. A consciência alienada, seria, assim, aquela de onde não se pode compreender o mundo, nem, tampouco, transformá-lo; ou que o reflete de maneira mistificada. Porém, o cotidiano não é espaço somente de dominação e a alienação e se constitui como campo de disputa, ainda que marcado pelo imediatismo, pragmatismo e superficialidade construídos e exigidos pelo MPC, principalmente em seu momento neoliberal (Montaño & Duriguetto, 2010).

A partir disso, é importante compreender a consciência como um processo não mecânico. Logo, não há um estado de “não consciência”, e sim um processo e um desenvolvimento e de diferentes formas de consciência. Também é válido ressaltar que a consciência da classe não reflete necessariamente a sua posição objetiva na luta de classes. Por isso, podemos encontrar proletários com consciência burguesa (M. Rosa, 2022), ou quando vemos contradições como capangas de fazendeiros matando trabalhadores rurais ou a polícia matando pobres.

Embora esse processo seja vivido subjetivamente, há algo de universal na compreensão sobre a consciência. Para Iasi (1999), toda pessoa possui uma representação mental sobre si, sua vida e seus atos. Dessa forma, a primeira forma de consciência - ou consciência reificada (Lukács), ou senso comum (Gramsci), ou consciência burguesa é construída a partir de representações mentais, interiorização e naturalização de valores, no meio mais próximo de inserção do sujeito (a família, principalmente), tentando apreender o todo pelas suas partes: “inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma

realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento através de seu vínculo de inserção imediata” (Iasi, 2011, p. 14). Esses vínculos se estendem, no decorrer do tempo, para outras instituições, como a escola, o trabalho - nessas, através de um disciplinamento às ideias do capital - e a própria militância. Porém, o processo se torna mais complexo a partir do momento em que não se trata de um reflexo direto da materialidade, mas sim de uma aparência limitada (pela realidade vivida e contexto de cada um) desta. O conjunto de relações sociais a que cada indivíduo vai sendo inserido ao longo de sua vida, possui histórias anteriores a ele e faz com que ele tenha acesso a apenas um momento abstrato deste movimento (Iasi, 1999)⁴⁰.

Esse processo - de tomar a parte como todo - é elemento primordial da alienação, tendo a ideologia como forma de dominação e universalização da visão de mundo da classe dominante, perdendo seu caráter histórico. O indivíduo passa, assim, a generalizar sua realidade, tomando a parte pelo todo. Como mencionado, as relações pautadas no MPC, calcadas na propriedade privada e na exploração da força de trabalho, produzem uma alienação nos níveis do trabalho/, do fruto desta atividade, de si mesmo, dos outros, da natureza, e de sua condição humana e “a materialidade dessas relações produtoras da alienação são expressas no universo das ideias como ideologia. São, nas palavras de Marx, relações materiais concebidas como ideias” (Iasi, 2011, p. 22).

Cabe-nos resgatar a célebre frase do prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, onde Marx afirma que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1859/2008, p. 47). Entendemos que tal trecho em particular é bastante esclarecedor do papel ativo do ser humano, e como esse se vê em seu contexto histórico, de relações sociais, sendo chamado a nelas se fazer e, nisso, forjar-se física e subjetivamente. Dessa forma, se a partir de certo desenvolvimento

⁴⁰ Apesar da ampla referência a Iasi, é importante ressaltar que foi suprimida aqui parte de sua compreensão sobre consciência em relação à teoria psicanalítica.

das forças produtivas, a história da humanidade é a história da luta de classes, logo, não é estática e avança de acordo com o momento histórico e as relações sociais de produção, também o são as consciências, que ocupam papel central no embate entre conservação e transformação. Bem como, “ao contrário, a classe se constitui e se revela apenas em sua relação com outra classe” (M. Rosa, 2022, p. 22).

Acerca disso, Mészáros (2011) afirma que essa interação entre base material e superestrutura pode ser positiva ou negativa, gerando uma posição ambivalente da consciência. Porém, “a consciência social, em si, como manifesta em toda a história humana que nos é conhecida, é severamente afetada e prejudicada pelas determinações predominantes do seu próprio fundamento: a base material da sociedade” (p. 61). Logo, a luta não se dá contra os sintomas da “falsa consciência” ou de seu caráter mistificador, e sim contra as causas. Entretanto, não houve ainda nenhuma forma institucional que envolvesse o funcionamento bem-sucedido de uma verdadeira consciência coletiva, diferentemente das ideologias individualistas.

Mészáros (2011) enuncia questões fundamentais, que se tornam desafios ao presente projeto, na relação entre ideologia e consciência, tais como: como diferenciar verdadeira e falsa consciência? Como é possível uma interação positiva entre base material e superestrutura por onde a consciência social pode influenciar ativa e positivamente na transformação social? Como minimizar a dimensão negativa da consciência social? Quais são as determinações sociais alienantes que tornam a consciência social um instrumento negativo e não emancipatório?

É importante, porém, não haver confusão entre consciência alienada com a ideologia. O conceito de ideologia possui diferentes possibilidades de significados, não sendo unívoco nem dentro da tradição marxista. Pode ser meramente um conjunto ordenado de ideias e representações - algo como visões de mundo; ou também se referir às contradições que, de acordo com as classes impostas no MPC, faz com que visões de mundo sejam diferentes a partir

do local que se ocupa; um terceiro uso é consequência do segundo e diz do processo no qual uma visão de mundo se apresenta como universal e se sobrepõe às demais, o que, no MPC, se cristaliza na ideologia burguesa - dominação de classe como dominação das ideias. As consequências dessa naturalização se dão na reificação das relações sociais, na fetichização e desistorização dos processos capitalistas. Faz-se necessária, assim, a superação da condição de expropriados e inferiores e a superação da “falsa consciência” ou consciência mistificada, onde os indivíduos desenvolvem uma consciência que não corresponde à sua classe e sim à da burguesia, da classe dominante, que, entre outros fatores, fragmenta a totalidade social, como a noção de pobreza e desigualdade, bem como neutraliza categorias críticas de análise como classe, exploração, propriedade privada e sociedade civil. Logo, não se trata de uma compreensão errada ou falsa, e sim orientada pelos interesses hegemônicos da burguesia, necessária à dominação de classes. Assim, a ideologia é “a mediação através da qual os indivíduos veem e compreendem o seu mundo e a si mesmos, levando-os a agir no mundo em uma certa direção” (Iasi, 2022, p. 69).

Segundo Iasi (1999), a alienação expressa na primeira forma de consciência é subjetiva. A ideologia age sobre essa base exercendo uma dominação, sendo “as relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene ao invés de humanizar” (Iasi, 1999, p. 25). Ilustrativa é passagem de Marx em *O capital*, onde evidencia que é através da relação com outro ser humano, na condição de seu semelhante, tomamos consciência de nós mesmos como seres humanos:

De certo modo, ocorre com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como não vem ao mundo dotado de um espelho, tampouco como um filósofo fichtiano - Eu sou Eu -, o homem se espelha primeiramente num outro homem. É apenas por intermédio da relação com Paulo como seu igual que Pedro se relaciona consigo mesmo como ser

humano. Além disso, no entanto, Paulo também vale para ele, em carne e osso, em sua corporeidade paulina, como forma de manifestação do gênero humano (Marx, 1867/2017b, p. 129, nota 18).

Porém, esse processo não é absoluto. A primeira forma de consciência, é composta por elementos de senso comum sem uma crítica a essa visão de mundo, embora nela se constituam bases para um pensamento crítico. Além disso, as ideologias, por mais eficientes que sejam, são retratos de um estágio historicamente determinado e, por isso, quando se encontram em contradição com a realidade concreta e suas mudanças e novas relações, há uma crise ideológica – na qual as relações não correspondem aos valores interiorizados. Tal crise é vivida subjetivamente como conflito e revolta (inicialmente, vividos de forma individual), que pode ou não se tornar um novo estágio de consciência. Nesse momento,

Alguém, por exemplo, que acreditasse que trabalhando consegue-se tudo o que se quer, mas passa a viver uma situação onde, apesar de trabalhar muito, não consegue o mínimo para viver, vivencia uma contradição que pode levá-lo à revolta. As relações atuais passam a não corresponder ao valor interiorizado, mas antes de fazer saltar toda a concepção de mundo, esta percepção é vivida como um conflito subjetivo, individual, que é compreendido tendo por base a própria estrutura da primeira forma da consciência. As relações podem não ser mais idealizadas, são agora vividas como injustas, existe a disposição de não submeter-se, no entanto ainda aparecem como inevitabilidade: "sempre foi assim". Muda-se apenas o julgamento valorativo: "sempre foram injustas", preparando-se a sentença... "sempre serão injustas" (Iasi, 1999, p. 32).

A segunda forma de consciência, definida como consciência em si (ou consciência de reivindicação), seria uma forma de “resolução” da contradição entre valores, levando à superação da alienação a partir do questionamento da naturalização do mundo. Esse estágio é marcado pelo grupo e a identidade grupal como fundamentais à ação coletiva. A consciência

em si se baseia nas vivências imediatas - logo, nos sintomas, e não nas causas (Iasi, 1999), porém, não mais nas do indivíduo, e sim do grupo. Exemplos claros são a luta sindical, movimentos e lutas coletivas de setores materializadas nas greves. Ainda assim, a segunda forma de consciência apresenta contradições, sendo a principal a busca por demandas imediatas, a partir do poder de barganha, que não superam a ordem capitalista. Logo, se organizam e reconhecem como classe com interesses próprios. Falta ainda “se colocar diante da tarefa histórica de superação dessa ordem” (Iasi, 2011, p. 32). A estagnação nessa etapa de consciência - lembrando que esta é dinâmica e não linear - é a burocratização, o carreirismo e a adaptação à ordem estabelecida. Dessa forma, ela pode ou não evoluir à consciência de classe a partir da constatação da necessidade de transformação da sociedade.

Na segunda etapa de consciência - em si e reivindicativa - a satisfação alcançada pela luta coletiva é individual e o amadurecimento para a consciência de classe é subjetivo - somado às mudanças objetivas, dependendo das condições e momentos de vida de cada um dos sujeitos, o que indica um novo período de conflitos (caracterizado entre indivíduo e classe). E, na sociedade capitalista, o (ou a ideia de) indivíduo - nos marcos da sociabilidade burguesa - é o núcleo que sustenta a exploração e a propriedade privada. A partir disso, outra questão que se levanta é sobre a temporalidade, pois a tarefa revolucionária exige um esforço coletivo de compreensão para além de seu próprio limite histórico - pois é possível que não sejamos nós que veremos a vitória (Iasi, 2011). Nessa “etapa” o Estado é colocado como terreno para igualdade política e jurídica (Montaño & Duriguetto, 2010), sendo preciso compreender a totalidade e os fundamentos das questões para ações vinculadas ao todo, rompendo com o caráter reformista.

No debate sobre as razões pelas quais as pessoas ingressam nos movimentos de reivindicação pela terra, Alessandro Silva (2003) ressalta que o principal fator é a existência de um espaço comunicativo que permita o desenvolvimento de uma consciência crítica que gere a

transformações dos trabalhadores em sujeitos coletivos, com uma identidade política comum. O ser humano se difere dos animais não por sua consciência, mas sim por produzirem seus modos de vida que se expressam via consciência e, dialeticamente, são conformados por ela. O lugar que ocupa no processo produtivo - ou seja, sua determinação de classe - é definido pelas relações de produção; pelo tipo de propriedade (força de trabalho, meio de produção, e propriedade da terra, sendo que esses últimos tendem a se fundir a partir do momento em que a terra se transforma em meio de produção); e formas de enfrentamento que constroem (Montaño & Duriguetto, 2010).

Após a formação de coletivos e conscientização das privações compartilhadas – o que inclui reflexões sobre as próprias histórias de vida, há o momento de conscientização política e desvelamento das estruturas de classe para que, então, sejam possíveis ações coletivas que visem a mudança social - e não a mobilidade (Alessandro Silva, 2003). Esta última característica é importante, visto que o MST se define como um movimento anticapitalista, socialista.

Tarelho (1988) ressalta, porém, o perigo de se reificar a realidade a partir de uma dicotomia entre “falsa consciência” das iniciativas individuais versus consciência coletiva nas experiências coletivas, o que não necessariamente é verdade. No entanto, o que é importante ressaltar é a função do espaço público em possibilitar uma mudança de uma “falsa consciência”, onde os trabalhadores vivenciam as situações de privação como “resultado descontextualizado de suas próprias vidas” (Alessandro Silva, 2003, p. 62), para a compreensão de que tal estado se deve a um sistema distributivo injusto. Assim, cria-se uma identidade coletiva baseada na mudança social. M. Andrade (1998) ressalta que os assentados, ao menos de forma geral, possuem uma diferença em relação aos outros trabalhadores do campo, visto que têm um saber social adquirido no processo de luta pela terra. A autora, ao investigar sobre a formação da consciência política em jovens em um assentamento rural, ressalta a necessidade de o foco de

análise estar tanto nas ações dentro dos processos políticos, quanto nos projetos de vida e escolhas.

A desalienação, então, é parte fundamental do processo e consiste na produção e propagação de conhecimento científico e crítico que possibilite a passagem da classe em si para a classe para si - e, conseqüentemente, para a consciência de classe (Montaño & Duriguetto, 2010). Essa passagem exige a superação de uma visão isolada de si (enquanto classe) e pressupõe se colocar como representantes universais dos interesses dos trabalhadores. Este processo do movimento da classe é abordado por Marx a partir de suas definições de classe em si e classe para si.

A passagem da consciência reivindicatória para uma consciência da realidade (de classe ou revolucionária) está exatamente na mudança da classe em si para a classe para si: a classe em si refere-se à existência de uma classe que ocupa um mesmo papel no processo produtivo, sem haver necessariamente consciência e organização sobre esse papel. A classe para si, dessa forma, é constituída pelo momento em que a classe em si, consciente de seu papel, se organiza a partir dos mesmos interesses para a luta de classes. Assim, se na consciência reivindicatória, apesar do movimento coletivo, os interesses são individuais (por exemplo, ter sua casa própria ou seu pedaço de terra), nesse momento emerge um sujeito fundamental, a classe:

Na passagem da consciência em si para a consciência revolucionária, ou para si, abre-se uma importante contradição. Apesar das alterações da consciência só poderem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe (Iasi, 1999, p. 42).

Isso não significa que há um salto de consciência definitivo: a partir do movimento dialético e das determinações históricas, elas podem coexistir e/ou constituir uma passagem. Aliado a isso, trabalhamos com formas de consciência, rechaçando etapismos - por mais que

em alguns momentos tenhamos problemas na exposição, isto é, seja difícil de expressar tal movimento dialético. Logo, classe, consciência de classe e luta de classes fazem parte de um mesmo processo, sendo a consciência determinada pela realidade social, em um processo dialético entre objetividade e subjetividade (Montaño & Duriguetto, 2010). O desafio está em compreender as mediações da consciência de classe (M. Rosa, 2022). Aqui, vemos que não existem subjetividades e consciências como algo individual e privativo, pois não existem indivíduos privativos. Os indivíduos são seres sociais, se produzem nas relações sociais, em uma determinada concretude histórica.

Logo, a unidade dialética entre consciência e as barreiras que se apresentam para tal são elementos fundamentais à práxis. O movimento da consciência é, dessa forma, o movimento ideal do objetivo da classe. E as classes se formam somente em oposição à outra classe. Porém, a depender das condições objetivas, podem apresentar ou não condições de se constituir como sujeito histórico. Dessa forma, “a consciência de classe está ligada ao ser da classe e à dinâmica da luta de classes” (Iasi, 2022, p. 63).

Em Miséria da Filosofia, Marx (1847/2017a) expressa a partir destes conceitos a diferença entre a existência objetiva da classe trabalhadora e sua tomada de consciência:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre as classes é uma luta política (Marx, 1847/2017a, p.146).

Logo, “as classes não se definem apenas pela posição objetiva nas relações de produção. Ao analisarmos as classes em seu movimento, nos marcos da luta de classes, a consciência e a ação também passam a constituir-se como fatores determinantes” (M. Rosa, 2022, p. 26). Por

isso, a tomada de consciência nem sempre é acompanhada pelas condições objetivas para tal, bem como gera novos conflitos ao indivíduo. Ademais, a partir do momento que aponta para o coletivo, a temporalidade passa a ser um fator importante. Exigir um novo tipo de indivíduo não mais moldado aos valores burgueses e liberais (sendo o principal deles a propriedade privada) talvez seja o maior dos desafios.

Na sociedade capitalista, o foco e núcleo é um indivíduo, como célula isolada e autossuficiente, em perfeita harmonia com a concepção de ser abstrato, do trabalho alienado e propriedade privada (Iasi, 1999, p. 46). Nesse sentido, defendemos aqui que as formas de consciência no MPC (fundamentalmente as duas primeiras formas aqui explicitadas), ainda que se difiram em relação ao processo, são moldadas pelo princípio norteador deste modo de produção, a propriedade privada: sendo, logo, consciência privatistas. Isso porque, como já indicado no Manifesto Comunista, “vossas próprias ideias são um produto das relações burguesas de produção e de propriedade” (Marx & Engels, 1848/1998, p. 54). Nesse sentido, embora tal conceito se aproxime dos de consciência alienada e reificada, se trata de uma suprassunção dos mesmos, considerando ainda a consciência reivindicativa, e tendo como principal referência a propriedade privada enquanto elemento central de socialização e valor nos moldes capital. A consciência privatista, então, nos possibilita entender a complexidade para o alcance da consciência de classe no MPC e nas situações de escassez. Logo, essa consciência é uma manifestação da produção concreta da vida, sobretudo em um momento de crise estrutural do capital onde atingimos o extremo da mercantilização da vida e vivenciamos a reorganização da classe trabalhadora nos marcos neoliberais - expulsa da esfera do trabalho abstrato.

Dessa forma, em debate com a ideia de liberdade contratual e da propriedade privada do liberalismo clássico, Marx (1844/2004) relaciona propriedade, trabalho alienado e consciência:

A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade em si mesma, como sujeito, como pessoa, é trabalho. É evidente, portanto, que só a Economia Política que reconheceu o trabalho por princípio (Adam Smith) e que não mais viu na propriedade privada unicamente uma condição extrínseca ao homem, pode ser considerada tanto um produto do dinamismo real e expansão da propriedade privada, um produto da indústria moderna, quanto uma força que acelerou e exaltou o dinamismo e o desenvolvimento da indústria e tornou-a uma potência no plano da consciência [...]

O próprio homem não mais é uma condição da tensão externa com a substância externa da propriedade privada; ele próprio se converteu na entidade oprimida por tensões, que é a da propriedade privada. O que era anteriormente um fenômeno de ser extrínseco a si mesmo, uma manifestação extrínseca real do homem, transformou-se, agora no ato de objetivação, de alienação. Esta economia política parece, por conseguinte, a princípio, reconhecer o homem com sua independência, sua atividade pessoal, etc. Ela incorpora a propriedade privada à essência mesma do homem, e não é mais, portanto, condicionada pelas características locais ou nacionais da propriedade privada considerada como existente fora dela mesma. Ela manifesta uma atividade cosmopolita, universal, que destrói todos os limites e todos os vínculos, reputando-se a si mesma como a única orientação, a única universalidade, o único limite e o único vínculo. Em seu desenvolvimento ulterior, contudo, vê-se obrigada a rejeitar essa hipocrisia e a mostrar-se em todo o seu cinismo (Marx, 1844/2004, p. 99)

Por isso, para Iasi (1999), nessa sociedade só é possível uma nova consciência de forma embrionária - a disposição para destruí-la, o que indica a necessidade de uma combinação entre as esferas materiais e o universo de ideias para tal transformação (sendo que estas podem se antecipar). Portanto, “a transformação das consciências não está além da luta política e da

materialidade onde esta se insere. E ao mesmo tempo um produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (Iasi, 1999, p. 51).

Assim, a consciência de classe abarca a compreensão das categorias de totalidade, representando “o máximo de consciência possível, entendida como o conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social em uma dada época” (Montaño & Duriguetto, 2010, p. 110). Além disso - e por isso - é condição para luta revolucionária. Luta esta que, sem um sujeito revolucionário (que busca uma classe para si), pode significar hoje, “um retrocesso sem paralelo na história da humanidade” (Iasi, 2022, p. 71). Para a divulgação e produção da consciência de classe há um debate sobre o papel do intelectual. Se autores como Rosa Luxemburgo, defendem a necessidade primordial da experiência - enquanto auto-organização e luta - para o processo de consciência, outros, como Lênin e Gramsci, dizem da importância de um instrumento organizacional, representados nos papéis do intelectual e do partido, como forma de transmissão da consciência de classe. Segundo Lênin, por exemplo, a organização espontânea, como os sindicatos, alcançaria, ao máximo, o nível de consciência reivindicativa. Logo, as lutas que visam a supressão do MPC dependem “do nível da consciência de classe, da organização dos trabalhadores (particularmente em sindicatos e partidos), da definição das táticas e estratégias de lutas, da correlação de forças sociais, do papel do intelectual (orgânico)⁴¹e do partido político” (Montaño & Duriguetto, 2010, p. 116). Segundo Iasi (2022), o papel do intelectual é mediar a realidade histórica e os sistemas de pensamento, de forma a captar as modificações e permanências na produção da vida e como tais mudanças se manifestam a nível da consciência.

⁴¹ O intelectual orgânico é definido por Gramsci como aqueles que detêm não apenas conhecimento, mas ligação efetiva e vital com sua classe de origem. Assim, deve “participar efetivamente em cada setor, sempre procurando despertar a consciência coletiva das classes oprimidas pelo capitalismo, pois o intelectual orgânico atua internamente ao sistema, buscando destituir ideologias em nome de uma nova concepção cultural emancipadora das massas” (Soler, 2017, p. 543).

Outro importante marxista, que explicitou a relevância da agência do indivíduo, fugindo de caricaturas estruturalistas, Thompson (2001), tece importantes contribuições acerca da relação entre classe – enquanto processo histórico – e consciência de classe:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (Thompson, 2001, p. 3).

Entretanto, o autor (Thompson, 2003) admite que, se há o desenvolvimento de uma consciência de classe madura, há a possibilidade de uma socialização classista – como seria o objetivo em um movimento como o MST. Lukács (1923/2018), ao se questionar sobre o conceito de consciência de classe e seu papel na luta de classe do proletariado, define que a consciência está relacionada à totalidade da sociedade e que é definida pelos sentimentos e pensamentos – e consequente ação - que os homens têm em determinadas situações de acordo com a capacidade de perceber tal situação e os interesses nela subjacentes; a consciência de classe, por sua vez, é a reação racional a situações específicas do processo de produção. Ou seja, cabe compreender “até que ponto a classe em questão realiza ‘conscientemente’ ou ‘inconscientemente’ as tarefas históricas que lhe são impostas” (p. 146). Assim, é necessário também compreender a falsa consciência como aspecto da totalidade histórica, pois é somente no estudo da totalidade que conseguimos revelar a consciência dos sujeitos sobre suas existências.

Para o autor, “a essência do marxismo científico consiste em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história com relação à consciência (psicológica) que os homens têm dela” (Lukács, 1923/2018, p. 135). Porém, há a contradição entre interesses imediatos e o fim último, ou entre o individual e a totalidade. Essa é a contradição da própria consciência. Logo, como antes explicitado, a consciência de classe não é a consciência individual de cada trabalhador ou a consciência psicológica da massa, mas o sentido da situação histórica da classe. Dessa forma, o proletariado somente pode se realizar na negação de si mesmo, na luta contra si mesmo - e, acrescentamos, contra a propriedade privada -, “porque é impossível para o proletariado libertar-se enquanto classe sem suprimir a sociedade de classes” (Lukács, 1923/2018, p. 174).

Porém, como exposto, a consciência para si/de classe, considerando a materialidade e o momento histórico em que a classe está inserida, é embrionária, sendo “produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação” (Iasi, 2011, p. 43). Podemos nos perguntar, porém, sobre como as mudanças profundas no capitalismo e no trabalho impactam na configuração da classe trabalhadora e, por conseguinte, em sua consciência. Para Iasi (2022), as teses sobre fim da centralidade do trabalho (ou mesmo sobre o fim do trabalho) ditam sobre mudanças substanciais na identidade do trabalhador e no pertencimento de classe, sendo esta agora definida pela pluralidade e pulverização, sendo a identidade pelo trabalho apenas mais uma dessas identificações. No entanto, trata-se de mais uma mistificação ideológica que encobre as determinações, se contentando à aparência. Dessa forma, como expressão do individualismo e presentismo de nosso tempo, os processos de pertencimento são cada vez mais raros, parecendo dissolver a noção de sujeito social. A consciência de nossa época, seria, então, a de “um de ser que se percebe em um mundo e uma sociedade sem sentido” (p. 56). Porém, essa manifestação da consciência hoje determinante não é novamente a expressão de uma universalidade ou de um ser particular que se faz apresentar

como genérico? Não seria mais uma elevação do senso comum à condição de consciência universal?

Uma das possíveis respostas fornecidas por Iasi (2022) para essa “crise de consciências” encontra-se na base material e na forma como a luta de classes é travada, que hoje, segundo o autor, tem sido substituída pela formação de consensos via política institucional. Em uma sociedade de mercadorias, em que prevalece a propriedade privada dos meios de produção, tal resolução não passa de ocultamento ideológico necessário visto que estamos em um momento em que o choque entre relações sociais e avanço das forças produtivas torna ainda mais evidente a natureza brutalmente exploratória do capitalismo. Assim, “a consciência social de nossa época é a forma socialmente necessária de expressão na consciência da sociedade capitalista em seu momento de decadência, de crise aguda” para “impedir uma consciência de classe” (Iasi, 2022, p. 69). Seria, talvez, a maximização da consciência privatista. Até mesmo os espaços de formação política, nesse momento de crise aguda, perdem o sentido e se transformam em programas genéricos de inclusão, educação para o trabalho, cidadania, entre outros.

Dadas todas essas dificuldades do contemporâneo, ainda nos resta, entre muitas questões, algumas fundamentais: em que momento, nas vivências cotidianas, as formas de pensar adquirem caráter coletivo, podendo visar a superação/reflexão da consciência privatista (ou, ao menos, sua contestação e conscientização) em prol da consciência de classe? Tal passagem seria possível no MPC? Como um movimento como o MST se sustenta e constrói tais processos de consciência no movimento entre ideal e possível? Entre alguns aspectos fundamentais, está a reelaboração coletiva da história como uma compreensão, reflexão e subsídio para a consciência política. Pollak (1992) trata da ligação entre memória e identidade social no âmbito das histórias de vida. Embora seja comumente associada a um fenômeno individual, a memória deve ser compreendida enquanto fenômeno coletivo: constituída por acontecimentos, personagens e lugares. Além disso, a memória é seletiva e herdada, ou seja,

não se refere apenas a fatos vividos fisicamente pelas pessoas. É um pouco deste resgate das histórias de vida e memórias e mediações do processo de consciência que vislumbramos no presente trabalho.

CAPÍTULO 4

Método

4.1. Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de constituição de consciência em um assentamento do MST na Zona da Mata Mineira.

Como objetivos específicos, pretende:

1. investigar as histórias de vida dos assentados até a chegada no movimento;
2. analisar o papel do movimento social na constituição da consciência;
3. compreender quais condições de vida potencializam ou inibem a organização em um movimento social e o desenvolvimento da consciência;
4. apresentar o conceito de consciência privatista.

4.2. O campo

A pesquisa foi realizada no assentamento da reforma agrária Dênis Gonçalves (que será tratado a partir de agora como ADG), antiga fazenda Sant'Anna. Este foi regulamentado em 2013 pelo INCRA e possui uma extensão de 4.683 hectares de terra situados na microrregião de Juiz de Fora, na região rural das cidades de Goianá, Chácara e São João Nepomuceno, na Zona da Mata Mineira. Essa região localiza-se no Sudeste do estado e é composta por sete microrregiões (Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa) e 142 municípios. Foram, à época, assentadas 137 famílias. O histórico do assentamento e o processo de desapropriação da fazenda serão mais bem trabalhados nos resultados e discussões.

É válido ressaltar que a constituição agrária da região se deu historicamente de forma desigual desde o início da exploração do solo, tendo destaque o cultivo do café. Mesmo com o declínio da economia cafeeira após a crise de 1929, a cultura do café ainda prevalece como

atividade econômica na região, além da pecuária leiteira, horticultura e a produção de milho, feijão, mandioca, e a criação de animais de pequeno porte. Os minifúndios e pequenas propriedades somam 94,49% do número total dos estabelecimentos agropecuários da região (Teixeira, 2012).

A chegada do MST na região teve como marco a ocupação da fazenda Santa Helena no município de Visconde do Rio Branco, em 2005. Teixeira (2012), ao questionar um dirigente estadual do MST sobre o motivo que levou o movimento a iniciar a luta pela terra na Zona da Mata Mineira, teve a seguinte e elucidativa resposta:

Foi fazendo o questionamento sobre a questão agrária aqui na região da Zona da Mata. Primeiro que tinha uma literatura que na Zona da Mata não existia Latifúndio. Então nós resolvemos dar uma averiguada. Averiguando isto, nós descobrimos um latifúndio improdutivo que antes foi uma usina de cana açúcar, 890 hectares. Depois disso, nós descobrimos um outro latifúndio, também improdutivo na cidade de Santana de Cataguases, de 2.800 hectares. E agora recentemente nós descobrimos também um outro latifúndio improdutivo na cidade de Goianá, região da periferia de Juiz de Fora, de 4.683 hectares. Então desvendado o mito, não é verdade que aqui na Zona da Mata não tem latifúndio. Além de ter latifúndio, ela tem problemas sociais de ordem econômica, de mão de obra desqualificada, de pobreza concentrada em certas regiões da Zona da Mata. Como a nossa tarefa política é lutar por terra, trabalho e transformação social, isto nos motivou, uma vez que levantando todos estes elementos que estão presentes na zona da Mata, isto motivou o MST a estar aqui presente, fazer luta por terra, trabalho, dignidade, enfim (Teixeira, 2012, p. 59).

4.3. As etapas da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa participante, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, utilizando-se de triangulação das formas de coleta e produção dos dados. Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas entrevistas e observação participante.

4.3.1. Observação participante

As estratégias de contato e entrada no campo foram o estágio e os projetos de extensão de Psicologia Comunitária em Contextos Rurais, realizado por alunos de graduação em Psicologia da UFJF integrantes do Grupo Marcus Matruga⁴², e contatos com a coordenação do assentamento e do MST, sendo estes os primeiros informantes e território. O grupo, além dos estágios, participou na construção de eventos e parcerias no assentamento, principalmente entre os anos de 2018-2020.

Empregamos como técnica de construção dos dados a observação participante (Haguette, 2013). A observação dos cenários nos quais se produz o objeto da pesquisa, possibilita aos pesquisadores apreenderem o universo do grupo estudado, favorecendo a identificação dos informantes-chave da investigação. A observação participante é “parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (Minayo, 1993, p. 70) e é o momento em que o pesquisador se coloca na posição de observação com finalidade científica. Para tal, o observador “fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa” (Minayo, 1993, p. 70). Além

⁴² O grupo Marcus Matruga foi criado no fim de 2017 com o objetivo de aproximação, via estágios, pesquisa e extensão, com o ADG. Embora as primeiras demandas, como é como à Psicologia, fossem de atendimento clínico, as atividades realizadas comportaram atuações na escola no assentamento com ações com crianças e EJA. Durante a pandemia, houve no estado de Minas Gerais, na cidade de Campo do Meio, o despejo ilegal de famílias em um assentamento ligado ao MST, o Quilombo Campo Grande, bem como a destruição da escola local. À época, parceiros foram acionados para suporte e acolhimento dos afetados e o grupo forneceu atendimento psicológico online para interessados atingidos pelo trauma do despejo.

disso, parte do pressuposto de que o espaço da pesquisa deve ser relativizado no sentido de ser visto a partir dos olhos dos participantes (Minayo, 1993), com os devidos cuidados para que não incorra em subjetivismos, bem como na desconsideração da importância dos pesquisadores.

Dessa forma, na busca por uma sistematização, Valladares (2007), traça os dez mandamentos da observação participante: 1) exige tempos longos de pesquisa; 2) não é possível saber de antemão o que se vai encontrar; 3) é necessária a interação entre pesquisador e pesquisado, sendo que depende do comportamento do pesquisador nessa interação o teor e a qualidade das informações obtidas. Porém, mesmo entrosado ao campo, o pesquisador nunca será um nativo, visto que sobre ele sempre haverá curiosidade e/ou desconfiança; 4) por tal razão, sua afirmação como pesquisador é fundamental; 5) a presença de um intermediário que vincula o pesquisador ao campo que, posteriormente, pode se tornar um informante chave, também é importante; 6) o pesquisador não ocupa unicamente o local de observador, ele também é observado; 7) a observação participante exige o aguçamento de todos os sentidos – saber ouvir, falar, ver, quando perguntar, quando se calar. Essa sensibilidade impede movimentos desnecessários e mostra que, respeitando-se o tempo do grupo, os dados vêm; 8) o pesquisador deve possuir uma rotina de trabalho para que o grupo, inclusive, se acostume com sua presença; 9) o pesquisador deve aprender com as recusas, os silêncios e com os seus próprios erros em um processo de constante autoanálise; 10) é papel do pesquisador apresentar uma devolutiva com os dados da pesquisa. Porém, as relações e laços de amizade construídos são os fatores mais importantes do processo.

Nessas observações, que foram realizadas de maneira não sistemática e registradas em diário de campo, foram mais bem conhecidas a história e a dinâmica do assentamento, bem como particularidades e a identificação de atores-chave para a próxima fase da pesquisa. Podemos destacar entre as observações quatro pontos-chave que foram explorados neste

trabalho: 1) a relação com os ex-colonos⁴³; 2) também por conta de tal especificidade do assentamento, a dificuldade de constituição de uma “identidade” do moradores do ADG enquanto sem-terras; 3) a precariedade objetiva e as diferenças da compreensão sobre tal precariedade a partir da ótica de moradores do campo; e, 4) como a despeito de quais constatações, há uma lógica comunitária e de sociabilidade que difere, de fato, a visão de mundo e atuação sob ele nos militantes do MST.

4.3.2. Entrevistas

Trata-se de uma forma de coleta e produção de dados amplamente empregada nas ciências humanas e sociais, para apreender as histórias de vida de sujeitos que representam diferentes grupos sociais, tendo como objetivo compreender processos, relações sociais e códigos simbólicos e de valores construídos por e entre sujeitos a partir de sua inserção na realidade sociocultural (Chizzotti, 2013). Denominada de histórias de vida (em alguns casos designada como método ou abordagem biográfica), é uma estratégia utilizada nas pesquisas qualitativas e tem como objetivo possibilitar a compreensão do contexto vivido para além das informações unidirecionais e dominantes, valendo-se dos relatos dos participantes da pesquisa, conforme acrescenta Pollack (1992). Assim, a partir da história de vida, acredita-se que seja possível compreender melhor a estreita relação entre a identidade pessoal e as identidades coletivas dos participantes pesquisados. É possível conhecer, a partir da história dos/as participantes, suas vinculações com a totalidade social e como as expressam singularmente (Alcântara, Abreu & Farias, 2015).

Para isso, foram realizadas entrevistas em profundidade (Ana Silva, 2005), que são uma forma de apreender os conteúdos significativos construídos pelos/as participantes

⁴³ O termo ex-colono é utilizado por todos no ADG, embora não haja uma constatação de que o colonato era o antigo regime de trabalho. Trata-se dos trabalhadores/moradores da Fazenda Santana que permaneceram após a consolidação do assentamento no território.

entrevistados/as. A história oral, assim, oferece recursos para uma transformação no sentido social da história, bem como se trata de uma tarefa política visto que o não esquecimento possibilita uma não repetição do horror e do sofrimento e uma denúncia das injustiças (Carvalho, Pinto & Souza, 2016).

No tocante às entrevistas, foram construídos dois roteiros pelos pesquisadores (Anexo A), um para militantes e outro para ex-colonos, com pouca diferença entre si, baseados na literatura, e foi realizado um piloto com uma moradora do assentamento, em dezembro de 2019 no ambiente da faculdade de Serviço Social da UFJF, para se determinar a versão final dele. Ao final, tal entrevista foi incorporada à análise por não ter gerado nenhum tipo de modificação no roteiro e por sua pertinência para o restante da pesquisa.

No total, foram 7 entrevistas. A realização das demais entrevistas se deu em 2020, sendo 5 presenciais, realizadas em 3 idas ao assentamento durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020, e uma virtual realizada em setembro de 2021 devido à pandemia do coronavírus, e que trouxe dados relevantes sobre o novo contexto imposto. A fim de melhor armazenar os dados, todas foram gravadas em equipamento de áudio (sendo a virtual gravada em vídeo via Google Meet) e, posteriormente, transcritas na íntegra.

Sendo assim, os entrevistados foram assentados do Dênis Gonçalves - sendo 4 militantes e 3 ex-colonos (é válido lembrar que tal distinção se faz de forma didática, pois, como veremos nos resultados, a realidade complexifica a suposta divisão). Os/As primeiros/as participantes foram identificados como personagens chaves durante o processo de observação participante e entrada no campo, tendo papéis de destaque na organização do assentamento e também contato com o grupo Marcus Matraga. Durante as idas ao campo para realização das entrevistas, foram também indicados pelos militantes moradores do assentamento que teriam abertura para participarem da pesquisa. Trata-se de 5 mulheres e 2 homens. O critério de definição do número de entrevistas foi o de saturação, considerando aspectos de viabilidade da pesquisa e, sobretudo,

a partir da avaliação da pesquisadora quanto às entrevistas tendo refletido, “em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno” (Minayo, 2017, p. 10).

Não houve resistência à pesquisa em nenhum momento, porém, foi possível notar em uma das entrevistadas, militante, certa desconfiança em tocar em certos pontos (sobretudo em relação à organização do movimento) no início da entrevista. Porém, no decorrer desta, ela se sentiu mais à vontade.

As entrevistas foram realizadas na escola do ADG, local central que concentra certo movimento, e nas residências de dois dos entrevistados (no caso, ambos ex-colonos). É válido ressaltar ainda que o processo de aproximação para formalização da pesquisa (assinatura de autorização necessária para o Comitê de Ética e Pesquisa e indicações e contatos dos primeiros entrevistados) se deu com uma dirigente do assentamento, à época, em diferentes locais na cidade de Juiz de Fora. As conversas informais desses encontros foram de grande valia para a idealização da pesquisa.

Os nomes dos/as participantes, por sigilo ético, serão ocultados e usaremos os seguintes nomes fictícios: Carvalho, Aroeira, Ipê, Oliveira, Jatobá, Baobá e Jacarandá.

4.3.2.1. Análise dos dados transcritos

Para análise dos dados das entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2008). Os eixos que compuseram o roteiro de entrevista foram pensados associados aos objetivos da pesquisa, tais como história de vida, chegada no movimento, concepções sobre o MST, cotidiano no assentamento e consciência. Após a realização e análise das entrevistas, porém, foram mais bem delineadas as demais categorias (Anexo B), bem como foi possível elucidar a importância de aspectos não considerados anteriormente no processo de concepção da pesquisa, tais como as categorias trabalho e propriedade privada.

Em termos formais/processuais, foi realizado um processo pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, constituindo o processo de análise do material construído na pesquisa. Todo o material foi organizado e categorizado a partir do *Software Atlas.ti*. Foram definidos três pesquisadores que compuseram o grupo de análise para a discussão e definição de categorias e subcategorias de análise, dentro de cada temática.

A partir da categorização do material, este foi organizado em três eixos: o primeiro focado nas trajetórias de militâncias e histórias de vida; o segundo, com o foco na entrada no MST e chegada no ADG, em dialética com a história deste e dos que ali já estavam, os ex-colonos da fazenda; e, por último, compreensões sobre o MST e conjuntura atual a partir da ótica dos entrevistados. Tal divisão cumpre papel organizativo e de organização da exposição, mas com os eixos e suas categorias subjacentes se expressando nas relações uns com os outros. A definição final desses dados foi feita através do consenso entre os pesquisadores que fizeram parte do grupo de análise. Por fim, os dados encontrados foram analisados a partir da literatura na área a partir de referencial marxista e marxiano, bem como contribuições da Psicologia Social e Comunitária.

Ademais, é importante ressaltar que o percurso metodológico acima explicitado é uma forma de organização dos dados, não se tratando, pois, de um “conjunto de regras e procedimentos previamente estabelecidos, que podem ser apreendidos separadamente do objeto” (Tonet, 2018, p. 72). Dado o referencial teórico da pesquisa, a análise dos dados contém inspiração no marxismo, bem como constitui uma tentativa aproximativa de se apreender a realidade a partir do materialismo histórico-dialético, mesmo que com uma lacunas, como, por exemplo, relativas ao tempo para a realização da pesquisa e escrita da tese e aos cânones acadêmicos e ao fato de, ao se pautar pela Análise de Conteúdo, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, estar ancorada no método indutivo e na lógica formal (L. Martins, 2006).

Como tentativa de dirimir tais limitações, por mais que não supere as contradições postas, todo o percurso metodológico e, portanto, o processo analítico, foi pautado pelos princípios: 1) que objetividade e subjetividade não são contrapostos; 2) que devemos, para a construção do conhecimento, partir da produção da vida histórica e socialmente construída; 3) que há uma ontologia do ser social; 4) e por acreditar na existência de leis fundamentais que definem a forma como os seres humanos se organizam na história (essência). Dessa forma, inspirados em tal referencial, afirmamos que “a própria realidade é o resultado da síntese entre consciência (momento subjetivo) e realidade (momento objetivo), síntese essa realizada pela prática social” (Tonet, 2018, p. 106). E é este processo de consciência, em sua relação com a realidade (uma realidade conformada na propriedade privada), nosso principal foco de análise.

Cabe-nos, porém, destacar as semelhanças e diferenças entre as abordagens qualitativas e o materialismo histórico-dialético (MHD) como método de apreensão do real em movimento - atrelado à uma ontologia e epistemologia. Isso porque “o marxismo dispensa a adoção das abordagens qualitativas na legitimação da cientificidade de seus métodos de investigação, pois dispõe de uma epistemologia suficientemente elaborada para o fazer científico: a epistemologia materialista histórico-dialética” (L. Martins, 2006, p. 2). A essência do MHD, dessa forma, é dialética, não devendo haver confusão com as expressões da metodologia qualitativa críticas ao positivismo e à neutralidade ou ao fato de atribuição de indivisibilidade sujeito/objeto. Hoje, sob a alcunha das pesquisas qualitativas, temos vários matizes. Em comum, possuem o fato de: preservarem o ambiente natural das pesquisas; possuírem caráter descritivo (o “como” o fenômeno se manifesta); o uso de observações e entrevistas, análises de conteúdo e históricas; o fato de serem voltadas ao processo e à dinâmica do fenômeno (particular); e, por fim, a partir do confronto da realidade observada com a teoria, formarem questões analíticas. Nesse ponto, o papel do pesquisador também é importante, visto que nas pesquisas qualitativas há uma preocupação na validade das percepções do pesquisador (que deve se colocar no lugar do outro).

A principal característica, porém, é a natureza indutiva das investigações (do mais geral ao mais específico).

Tais características divergem do MHD pois este, primeiramente, não se vale da diferenciação quantitativo x qualitativo ou subjetivo x objetivo (exclusão por oposição), compreendendo a construção do conhecimento a partir de uma identidade dos contrários. Logo, há na dialética marxiana uma contraposição ao dualismo e à lógica formal. Ademais, os estudos qualitativos correm o risco de uma “empíria fetichizada” (L. Martins, 2006, p. 9). O empírico, para o MHD, representa somente uma manifestação do fenômeno, no sentido da necessidade de se afastar da descrição e compreender a complexidade além do manifesto. Logo, visa a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade a partir dos nexos individual-particular-universal. Sendo assim, “nos parece impossível construir qualquer conhecimento objetivo, quer sobre indivíduos quer sobre a totalidade social, tomando-se qualquer um deles separadamente” (L. Martins, 2006, p. 12). Aliado aos apontamentos anteriores, tentamos aqui nos aproximar de tal concepção, sobretudo: 1. em uma tentativa, no processo de análise, de superação (por incorporação) da lógica formal, por mais que tal movimento tenha sido lacunar; e 2. reiterando que é “pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto” (p. 12).

Além disso, é fundamental no MDH o fundamento ontológico-histórico, do qual partilhamos neste trabalho, sob o risco de uma pseudoconcreticidade e de um pseudoconhecimento:

[a] ontologia marxiana, constrói um tipo de conhecimento que para além de explicitar o real em sua essencialidade, coloca-se claramente a serviço da implementação de um projeto social promotor de uma nova socialidade, isto é, a serviço do social. Neste sentido, buscar no materialismo histórico dialético os fundamentos para o trabalho de pesquisa é também uma questão ético-política (L. Martins, 2006, p. 13).

4.4. Aspectos éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana/UFJF (número do parecer: 3.953.549). Todos/as os/as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme preconizado. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Cabe-nos ressaltar, entretanto, que os aspectos éticos em uma pesquisa desse tipo abrangem transcendem à prática legalista ou à sua concepção técnica. Compreendemos aqui como ético nos pautarmos pela construção de um conhecimento socialmente embasado, posicionado e que rompa com visões individualistas e retificadoras da realidade, bem como conduzir processos de fortalecimento, conscientização e transformação social. Logo, a ética não está separada da ação. Por isso, está prevista ainda uma devolutiva dos resultados no assentamento com metodologia a combinar com os moradores.

CAPÍTULO 5

Resultados e discussões

Com o objetivo de maior dinamicidade na apresentação dos resultados, optou-se aqui pela junção deles aos resultados. Os eixos foram maneiras didáticas encontradas para organizar o material. Porém, como perceberão, é possível dialogar na totalidade dele.

Faz-se importante aqui sintetizar as histórias que serão pormenorizadas no eixo 1 para facilitar a leitura e entendimento das mesmas e também a compreensão entre as motivações em relação ao movimento e a relação com a terra.

Tabela 1

Apresentação dos participantes da pesquisa

Nome fictício	Breve histórico
Carvalho	Militante, mulher, jovem, branca, chega ao MST via universidade, embora interesse político (inicialmente partidário) venha da história familiar. Professora de rede pública de Juiz de Fora, transita entre a cidade e o ADG.
Aroeira	Militante, mulher, parda, origem humilde de famílias de mulheres. Tem acesso à universidade, onde se aproxima em definitivo do MST. Professora da escola do ADG e moradora do assentamento.
Ipê	Homem, negro, jovem, filho de assentados e morador do ADG, militantes do MST e estudante – “nasce na luta”.
Oliveira	Mulher, parda, ex-colona, nunca saiu da fazenda. Passa a ser militante do MST após assentamento. Estuda até a 4ª série e depois, adulta, finaliza educação básica no Telecurso.
Jatobá	Mulher, idosa, negra, ex-colona, nunca saiu da “fazenda”. Foi recentemente alfabetizada na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) da escola do ADG.
Baobá	Homem, idoso, morador da fazenda, ex-colono, trabalhador rural. Foi recentemente alfabetizado no EJA da escola do ADG.

Jacarandá	Mulher, branca, filha de família de classe média alta, se interessa pelo movimento ao fazer trabalho para ONG em que trabalhava na Suíça. Possui ensino superior e, hoje, é trabalhadora rural e mora no assentamento.
-----------	--

5.1. Eixo 1. Histórias de vida, trabalho e visões de mundo - “ser militante é assumir um jeito de estar”

Neste primeiro eixo foram analisadas categorias associadas às histórias de vida dos/as participantes, que comportam formação acadêmica, trabalho, trajetória de militância, entrada no MST, bem como os impactos desse “estar no mundo” em cada uma das histórias aqui contadas. Como veremos, apesar de únicas, singulares, há confluências que nos permitem traçar análises que apontam para a totalidade, em uma dialética singular-particular-universal (Pasqualini & Martins, 2015), os processos de consciência aí embutidos e suas mediações.

Em relação às histórias de vida, isto é, aos processos de individuação, Carvalho, mulher, jovem e branca⁴⁴, afirma que o interesse pelo debate político veio da família, que era organizada em um partido, e foi potencializado posteriormente pela entrada na universidade, no curso de Ciências Sociais: “eu tive esse ambiente muito político, muito crítico em casa desde cedo”. Dessa forma, os interesses e a chegada no movimento também são impactados pelas trajetórias de vida, afinal, se dão já com essa vida em trajetória. Carvalho, por exemplo, afirma que seu contato com o MST se deu a partir do movimento estudantil, em um estágio de vivência em um assentamento, e via Conselho de Segurança Alimentar, do qual participava, demonstrando as relações/articulações entre diferentes formas de representação da sociedade civil. Carvalho entrou de fato no MST, após trabalhos de base na região que se consolidaram na ocupação que se tornaria o que hoje é o Assentamento Dênis Gonçalves (ADG).

⁴⁴ Tais identificações foram realizadas pela autora, portanto, não são autodeclaradas.

As influências familiares parecem ser fundamentais. Ipê, homem negro e o mais novo dos entrevistados, é filho de militante e assentado no MST (desde 1987) e teve, a partir de seu nascimento, convivência com o movimento, bem como a sua formação política se iniciou já na infância, com os “Sem Terrinha”⁴⁵. A formação desde a infância é tida por ele como uma oportunidade de conscientização com menos das barreiras ideológicas do capital. Nesse percurso, concomitante a outras questões pessoais, Ipê morou em três assentamentos no estado de Minas, contribuindo em diferentes coletivos e setores do assentamento: “eu acho que é aqui que eu nasci, é aqui que eu vou crescer e é aqui que eu vou morrer [...] eu considero todas as pessoas do MST como uma família. Todos me passaram conhecimento [...] Então tem essa identidade, né. Responsabilidade com eles”. Essa passagem é interessante, pois indica não só de um senso de reconhecimento no outro muito forte, como também uma implicação com outro, mais, com o grupo, o coletivo. Ipê não só se vê como sem-terra na relação com outros sem-terra, ele é uma extensão deles, ele também é “eles”, como também se sente responsável por eles. Os fortes vínculos de pertencimento, identidade e compromisso dos militantes do MST são um ponto de análise fundamental: o sem-terra como “sujeito coletivo”, tensionando com a concepção hegemônica do indivíduo privativo.

Aroeira também aponta como sua história vida conformada em meio a mulheres trabalhadoras e uma família extensa foram um diferencial para sua posterior identificação com o MST: “a minha trajetória da infância e na adolescência é marcada por uma filha de classe trabalhadora, sem acesso a muito consumo, mas muita vivência, muita vivência coletiva”. Assim, as razões para estar no MST dizem sobre enxergar no movimento uma possibilidade de transformação de si, de sua realidade, mas que, ao entrarem no movimento, experienciando tal realidade e vivência “coletivas”, passa a ser uma transformação igualmente coletiva.

⁴⁵ Sem Terrinha é como se identificam as crianças que vivem em comunidades do MST.

Há também, em conjunto com a formação familiar e acadêmica, a percepção (e indignação) acerca das injustiças sociais, bem como experiências de solidariedade, senso de justiça, o papel importante da educação formal e o pertencimento de classe (ainda que com níveis de renda diferentes). Carvalho exemplifica bem como suas condições objetivas de vida e socialização impactaram no processo de consciência (da primeira para a segunda forma):

tinha uns 14 anos e eu vi o massacre em Eldorado dos Carajás, no Pará. Eu era nova, menina ainda, e vi aquilo e fiquei muito indignada com aquilo. Entrando na adolescência, e na época tinha a Revista Sem Terra, que hoje não existe mais, né. E aí comprei e acompanhei aquilo tudo, assim, disse "nossa, eu quero!".

Aqui, vemos como estar em um movimento organizado, nas trajetórias individuais, adquire status de protesto, que pode ser entendido em dois sentidos, não necessariamente excludentes: 1) há maior consciência da realidade, suas mazelas, e, com isso, se indignam e procuram um movimento social; 2) ao entrarem no movimento, adquirem maior consciência acerca de sua própria indignação, entendendo-a como indignação justa à esta realidade.

É na história de Jacarandá, mulher branca, talvez, que tenhamos mais pontos atípicos, mas que, na síntese das trajetórias, que expressam o próprio MST como síntese (de tais trajetórias), veremos que se tornam típicos. Filha de uma família de classe média alta de São Paulo, Jacarandá foi aos 13 anos, por conta do trabalho do pai, morar na Suíça com sua família. Quando sua família retornou para o Brasil, Jacarandá tinha por volta de 18 anos e ficou na Suíça sem a família por conta da qualidade do ensino público e das oportunidades de formação posteriores. Assim, após o fim da escola, fez viagens pelo Brasil e pela América Latina, retornou para o país europeu e ingressou na faculdade de Antropologia, trabalhando posteriormente para uma ONG. Segundo ela:

a partir do segundo semestre [estudei] Antropologia, Sociologia e Ciência da Religião, porque na minha cabeça, eu queria entender o mundo, sabe? Queria entender por que as

coisas são do jeito que elas são e tal [...] os últimos dois anos ou três anos, eu acho, eu trabalhei em uma ONG, consegui trabalhar na minha área, trabalhei em uma ONG de cooperação internacional que tinha projetos aqui no Brasil também, foi bem legal, eu juntei bastante experiência.

Ela conta que os 15 anos em que viveu na Suíça foram fundamentais para sua percepção das contradições, das desigualdades e das possibilidades limítrofes do capitalismo, mesmo em países desenvolvidos, de se produzir condições mais equânimes de vida:

eu sei que é possível você viver em um país onde não existe criminalidade praticamente, eu sei que é possível você viver em um país onde todos têm um nível de vida, escola pública de qualidade, eu sei que é possível tudo isso, é uma questão capitalista, lógico, de alocação de recurso na divisão internacional do trabalho.

A compreensão expressa por Jacarandá sobre o capitalismo dependente, como já abordamos no capítulo introdutório, é central para a análise sobre a questão da terra no Brasil. Foi a partir da ONG onde trabalhava, que possuía projetos internacionais, que teve os primeiros contatos e experiências com o MST e, por esses contatos, decidiu voltar para o Brasil em 2005 e se dedicar ao movimento. Sobre a primeira experiência, na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, conta:

eles me colocaram em uma brigada, que é tudo separado por estado, como a gente faz até hoje [...] A gente chegava nos acampamentos, todo dia era uma ocupação nova, porque era um latifúndio que era mapeado antes e aí quando a gente chegava lá já estavam as nossas mochilas por brigadas, já estavam todas, assim, amontoadas, a gente ia lá, pegava, já abria, esticava os colchões para a gente dormir junto e tal. Então assim, foi apaixonante, eu me apaixonei pelo movimento porque, assim, eu não conheço nada com o nível de organização que o MST tem [...] de todas as lutas que o movimento faz, até hoje, a que mais me toca são as Marchas, porque é uma coisa muito doida aquilo,

bem sensacional, é uma coisa que só você vivenciando, porque a gente cria laços na luta de qualquer forma.

Dessa forma, Jacarandá entende que o MST entrou em sua vida “como a resposta para várias questões, como a resposta de, que eu fui entender depois só, através de toda a formação que eu tive acesso no MST” e, ainda, como forma de dar “vida sentido na minha vida, entende? Ele dá sentido em todos os sentidos”. Porém, isso não se deu sem questionamentos. Além de dificuldades na aceitação pela família - “sonho do meu pai sempre foi que eu me tornasse diplomata” - Jacarandá diz das angústias causadas pela utopia: “ser uma engrenagenzinha nessa mudança, mesmo entendendo que provavelmente eu não vou vivenciar essa mudança. Isso me causou, durante certo tempo, muita angústia também”. Porém, ressalta “eu tenho certeza que se eu não estivesse aqui, eu não seria feliz”.

Fica evidente nas trajetórias o sentimento de se forjar militante na luta, na ação, no processo, e como isso se atrela ao senso coletivo, de ser parte de um sujeito coletivo e também na singularidade de cada um/a dos/as participantes. Ou seja, não se nasce militante, mas se faz militante - na militância. Nesse sentido, não se trata de uma negação do singular, de trajetórias que têm suas singularidades, e sim de uma sintetização dos próprios indivíduos singulares e de como elas não só se entrelaçam no movimento social, mas como o MST foi um meio para se fazerem indivíduos coletivamente. Logo, tais exemplos concretos são uma tradução da dialética singular-particular-universal (Pasqualini, & Martins, 2015).

Porém, se nos interessa “o movimento real de constituição da individualidade”, isso é, “decodificar as determinações que agem sobre a singularidade”, cabe-nos ressaltar que a experiência dos movimentos sociais não são o padrão de apropriação das objetivações. Na realidade, “a possibilidade de desenvolver-se como ser genérico cada vez mais universal não está dada a todos os indivíduos [...] na sociedade capitalista, a possibilidade de apropriação das

objetivações do gênero só existe dentro de limites miseráveis para a imensa maioria da população” (Pasqualini & Martins, 2015, p. 370).

Na história de cada um dos militantes aqui entrevistados, vemos nuances de suas histórias singulares que se encontram nas motivações de suas idas para o MST. As formações de necessidades para tal são diversas e, nos casos aqui expostos, não parece ser a vivência direta da exploração e da opressão - por mais que estas não estejam excluídas de tal processo - e sim a compreensão delas e as necessidades histórico-culturais decorrentes dessa constatação, o fator principal do engajamento. No entanto, o pertencimento objetivo ao movimento social e à fração da classe que representa os une.

Por outro lado, nas entrevistas com os ex-colonos, vemos histórias de vida conformadas no trabalho no campo, com pouca ou nenhuma escolaridade e que nunca saíram do território da fazenda. Por isso, uma sensação expressa pelos militantes do MST de dificuldade de “mudar” o pensamento dos ex-colonos. Jatobá, mulher idosa, negra, ao ser questionada sobre sua história de vida, responde brevemente: “então, nasci aqui onde estou (risos). A minha vida toda foi aqui, trabalhei pouco fora e voltei, casei e assim estou”. Ela conta que na mesma casa onde mora hoje trabalhava na roça diariamente com os pais, que prestavam serviços para a fazenda, e nunca saiu dali, a princípio, por falta de oportunidade. Com cerca de dezoito anos, após breve período na “cidade”, volta para a fazenda e se casa. Diz gostar dali. “A minha mãe veio pra essa casa com seis anos de idade. Aí ela morreu aqui com oitenta e dois. Eu fiquei na roça, meus irmãos saíram, sobrou só eu. Tenho três em Juiz de Fora e só eu fiquei na roça”, pontua. Jatobá estudou até quarta série quando criança - “porque na época de infância, de criança, aqui só tinha até a quarta série. Meus pais não tinham condição de manter o estudo lá fora, então paramos na quarta série” - voltando a estudar depois de casada, já com filhos, até o ensino médio via Telecurso. Ela diz ainda que gosta de trabalhar e ajudar nas ações coletivas, mas nunca aceitou estar em um cargo de coordenação: “eu não gosto de tá ali na frente, não gosto”.

A história de Oliveira (mulher, parda) também contém vínculos estreitos com a fazenda: o meu pai trabalhava lá cuidando dos cavalos, veio e minha mãe casou com ele, teve dez filhos e hoje dois são falecidos. Aqui mora eu, minha irmã e meu irmão, os outros moram fora, meus avós de parte de mãe todos eram daqui, a família inteira sempre morou aqui, sempre trabalhou. O meu avô mexia com leite, desnatava o leite, fazia manteiga, biscoito essas coisas e a minha vó sempre trabalhou na roça. Aí eu me casei, tenho um casal de filhos, tenho neta uma que fez dois aninhos agora e sempre morei aqui, nunca saí daqui pra lugar nenhum.

Baobá, senhor negro de 65 anos (à época), repete o mesmo histórico. Conta que seu pai nasceu e viveu até a morte na fazenda e que ele e todos os seus irmãos nasceram ali, começando a trabalhar ainda crianças: “nossa história é isso, aí... trabalhar cedo”. Por isso, parou de estudar com seis anos após “convocação” do patrão para iniciar o trabalho no campo:

por isso eu tô estudando hoje [...] Aí isso foi com 6 anos, ai cabô que nem ia pra escola, né? Porque era alegria pra gente trabalhar, né? E tinha que trabalhar mesmo pra ajudar os pais, porque não era brinquedo não. Eu fui ganhar dinheiro na minha mão eu tava com 17 anos.

Ficam evidentes as histórias forjadas nas relações de trabalho e, no caso das mulheres, principalmente, moldadas em valores tradicionais da família e cuidados domésticos - o trabalho de cuidado, na esfera reprodutiva. O trabalho, como é de se esperar, aparece como categoria fundamental. Aqui, fundamentalmente, o trabalho alienado, no qual os indivíduos se objetivam e que objetificam o ser humano, sendo o produto de seu trabalho tornado estranho e meio individual para garantia da subsistência, e não mais forma de relação e transformação com a natureza e com os demais seres humanos (M. Rosa, 2022).

A produção ideológica da noção de trabalho é abordada por J. Martins (2018). Na realidade brasileira, a institucionalização do trabalho livre é relativamente recente - por

exemplo, os idosos de hoje conviveram com ex-escravizados, como os ex-colonos do ADG - o que determina a consciência deste trabalhador. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a autonomia do trabalhador, porém, constituíam um risco para o fazendeiro - “um capitalista deformado pelos atalhos não capitalistas” (p. 199). O regime de colonato, assim, foi uma via que combinava, não de maneira simples, formas capitalistas e não capitalistas para reprodução do capital, envolvendo desde a produção direta dos meios de vida (concessão da terra) até salários por empreitadas.

O regime de colonato é uma das formas semi-servis de exploração que permanecerem reutilizando formas escravocratas: “pessoas que viviam do favor de fazendeiros, incluindo aí até mesmo pequenos proprietários frequentemente sujeitos a favores políticos” (J. Martins, 1986a, p. 48). J. Martins (2018) também aponta que o regime de colonato pouco se diferenciava do regime escravocrata - o colono podia readquirir sua liberdade depois de certo tempo, e tinha como principal característica o trabalho familiar, como bem é ilustrado pelas falas dos entrevistados.

J. Martins (2018) chama essa conciliação de “ideologia da mobilidade através do trabalho”, ética capitalista que sustentou também a seleção de imigrantes que vieram para o país. Esse ponto ajuda, inclusive, a compreender a vanglorização do trabalho autônomo ainda atualmente que, unida ao fatalismo, nos dá subsídios fundamentais para entender os ex-colonos do ADG.

Essa autonomia é uma espécie fundamental da ideologia do trabalho, sobretudo, porque ela encobre e obscurece o conteúdo principal da relação entre o patrão e o empregado. Por meio dela, o trabalho não é considerado principalmente como uma atividade que enriquece o patrão. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza própria e, ao mesmo tempo, pode liberar da tutela do patrão. O trabalhador é nela sempre considerado um patrão potencial de si mesmo (J. Martins, 2018, p. 203)

Baobá conta ainda das dificuldades de acesso a itens de consumo, como vestuário, e das relações familiares patriarcais. E talvez, justamente pelo fato de ser homem, foi para o Rio de Janeiro, onde ficou oito anos trabalhando no Jockey Clube. No entanto, mesmo reafirmando a “dureza” do trabalho no campo desde muito cedo e reconhecendo as privações que teve, defende tal modelo socializador como o mais adequado: “a gente aprender a trabalhar cedo é muito bom, porque a gente aprende a respeitar os outros. Porque hoje em dia tá difícil a juventude, hoje em dia tá brinquedo não”. As diferenças geracionais e de classe (bem como a forma que a pobreza no campo adquire) e as mudanças para as formas atuais de consumo também são importantes de serem mencionadas, a exemplo de Baobá, que conta que foi “botar um sapato no pé com quase dezesseis anos. Ia dar uma festa aqui, meu pai foi lá fora e comprou um tênis azul que eu não esqueço, sabe? Aquilo apertava o pé, mas de todo jeito eu tava feliz com ele. Então hoje em dia você não tem isso mais”.

A vida no campo e o trabalho, dessa forma, aparecem nas falas dos ex-colonos como formas dignas e mais humanizadoras, sobretudo em comparação à cidade. Por isso, relações satisfatórias. Podemos pensar tais falas em relação à primeira forma de consciência onde “a percepção generalizada da vivência particular não apenas baliza-se em valores como deforma a realidade pela transposição de juízos presos à particularidade” (Iasi, 1999, p. 27). Assim, se a exaltação da “vida simples” é algo a, de fato, a ser considerado. Podemos perceber um certo discurso conservador entre os ex-colonos, expresso, sobretudo, na exaltação da privação e do trabalho duro enquanto moldador de caráter, sendo reflexo da sua socialização e história de vida.

Martin-Baró (1990), a partir de uma perspectiva dialética, caracteriza o processo de socialização a partir de três aspectos:

- a) a determinação objetiva do contexto da pessoa: o indivíduo se insere em uma sociedade, em um grupo social, em uma situação concreta, com possibilidades

materiais e sociais bem definidas; b) a formação histórica das necessidades pessoais segundo a atividade propiciada, estimulada e exigida pelas relações sociais, necessidades que se expressam em um determinado estilo de vida; c) a transmissão de um marco de referência ideológico de normas e valores assumido psicologicamente como atitudes diante das diversas realidades. Este marco ideológico serve de justificação às necessidades pessoais e aos interesses da própria classe em que elas encontram assento (Martín-Baró, 1990, p. 100).

Assim, explicações naturalizantes são reflexo da operação de ideologia no processo de consciência. O campesinato brasileiro, como alerta M. Rosa (2022), se origina na pobreza e tem em sua história o legado de expulsão, expropriação e exploração do trabalho. A diferença, no caso dos ex-colonos, nos parece, é que, a despeito do trabalho explorado, não foram “expulsos” da terra, ainda que esta nunca tenha lhe pertencido.

Para J. Martins (1989), a ruptura com a figura do posseiro (ou colono) como agregado é o primeiro passo (e mais importante) para uma profunda mudança de relações e consciência política dos trabalhadores. Entretanto, como veremos na história do ADG, não sem contradições e desafios. Essa ruptura das “velhas relações de dominação e exploração” (p. 21). Assim que, para o autor, foi possível historicamente nascer uma nova relação com o trabalho e com a ideia de propriedade, que passa a ser condenada se excede as necessidades de quem a tem. Dessa forma, o trabalhador do campo passa a ter nova consciência sobre sua realidade e a desmoralizar “a propriedade economicamente e o proprietário politicamente” (p. 22). A propriedade passa a ser sinônimo do egoísmo e do mal. Assim, para J. Martins (1989), o rompimento dos vínculos de dependência pessoal em relação aos grandes proprietários de terra é condição essencial para o salto de consciência. No entanto, ainda hoje permanecem relações de dependência entre trabalhadores e patrões (muito próximas ao regime de colonato), como a exemplo da própria fazenda Santana anteriormente ao ADG. Logo, podemos nos questionar tanto em relação ao

rompimento das relações de colonato, de fato, mas também sobre as novas formas de dominação, objetivas e subjetivas.

Ao contrário da trajetória dos ex-colonos, a valorização do acesso à educação formal (embora esta seja redimensionada no movimento) é primordial no MST. Não é incomum a relação entre educação e MST, sendo duas das entrevistadas professoras, mesmo que com trajetórias distintas. Aroeira foi a primeira da família a ingressar no ensino superior gratuito, sendo a universidade fator crucial para sua formação política, a partir da teoria, sobretudo marxista, projetos de extensão sobre educação no campo e da atuação no movimento estudantil: “lá então eu começo a definir melhor essa questão da identificação o que apesar de ter vivido sempre no meio dos trabalhadores eu não tinha isso tão definido da minha cabeça”. Em sua formação acadêmica, Aroeira consegue ver o processo gradual de passagem de parceria institucional para militante e, após formada, se muda para uma área do MST, contribuindo, no primeiro momento, com o trabalho formativo de juventude, mulheres, crianças, agroecologia, saúde, cultura, entre outros. O papel da universidade como mediadora na relação entre diferentes movimentos sociais se faz evidente. Contudo, pontua Aroeira: “o antes da universidade é importante por causa do lugar que ocupo na sociedade, não que quem tá no lugar de classe não possa ter essa identidade porque tem, mas isso faz muita diferença para mim eu acho porque eu falo de um lugar de vida”.

O que Aroeira pontua é a importância de uma trajetória que seja condizente com a luta. Ou melhor, de uma consciência forjada na realidade objetiva. Porém como vimos, embora toda consciência se origine da materialidade, não há correspondência direta entre posição de classe e consciência. No caso dos ex-colonos, por exemplo, as trajetórias de pobreza e dificuldades não necessariamente, ao menos não em um primeiro momento, se convertem em um “avanço” de consciência.

Apesar da constante interação com a universidade e pessoas das cidades, parece haver informalmente, uma diferenciação de papéis (fundamentalmente em relação a “viver da terra”), como podemos perceber em Carvalho: “a princípio era essa ideia meio acadêmica, técnica talvez. Que acho que hoje continua, né, acho que eu sou técnica, não sou camponesa. Tenho consciência disso. Mas eu atuo nesse espaço, né. Sendo assentada, morando lá, construindo a realidade ali, né.” Carvalho continua:

as famílias não me enxergam camponesa, sabem disso, então. O que não impossibilita da minha prática na roça, né. Por exemplo, quando eu tava no Norte de Minas, lá eu produzia alguma coisa. Plantava, tinha mandioca, tinha abóbora. Mas não é isso que... Como que eu digo assim? Eu não vou viver da terra, no sentido da produção. Mas eu sei que eu posso contribuir tecnicamente [...] nessa organização política.

Jacarandá ressalta uma percepção semelhante, embora hoje já se considere “do campo”: eu não era da roça, sou da cidade, é um trabalho que é árduo, mas eu gosto de fazer, porque a natureza é muito... é gratificante trabalhar com a natureza, com os animais, eu amo animais, a gente produz leite aqui, eu amo as nossas vacas e tal, mas é puxado, é de segunda a segunda, a gente cansa.

Porém, como afirma Carvalho, a “aceitação” do saber técnico (aquele que vem da universidade e não é orgânico do campo) é recente no interior do movimento:

hoje em Minas Gerais tem uma turma que veio da universidade, desse espaço, e que tá na direção do movimento. Então, sei lá, posso dizer que tem meio a meio? Metade técnico. Quando eu tô dizendo técnico tô dizendo da Universidade, né, que não veio do campo. E a outra metade é, de fato, de gente que veio desse espaço. Então hoje essa relação ela é... Hoje tá tranquilo, mas não foi, né. Era um problema ser técnico, né. Antigamente, coisa de 10 anos atrás, quando eu comecei na militância, ser técnico e ser acampado/assentado era um problema.

Tal fala nos indica o impacto, em termos de identificação de si e do outro e da divisão social do trabalho - o que, como aponta Carvalho, já gerou clivagens problemáticas no interior do próprio movimento (“divisão” entre técnicos e trabalhadores braçais, de quem pensa e quem executa). Também nos remete à discussão sobre o MST como possível representante de classe para si e à importância de um instrumento organizacional, no papel do intelectual e do intelectual orgânico, como forma de “transmissão” da consciência de classe. Dos entrevistados, todos os que tinham/tiveram cargo de coordenação, apesar do diferente percurso, têm formação escolar completa (de acordo com a idade) e/ou superior, tendo possibilidades de fazer realizações, especializações e pós-graduação em diferentes locais do país, e/ou, como no caso de Ipê, ainda estava em idade escolar, que teve apoio para realizar curso técnico em outro estado em escolas no movimento ou parceira. O papel da educação formal, então, é valorizado, porém, como aponta Ipê, é fundamental, desde o ensino infantil, a implementação de metodologias que priorizem o “pensamento coletivo”. Ipê ilustra com o “método do Paulo Freire”: “a diferença é que os professores têm aquela responsabilidade, e os alunos também cria aquela responsabilidade de aprender e de socializar o que é aprendido”. O que Ipê exprime diz de uma concepção objetiva e subjetiva de mundo que se complexifica a partir da percepção das contradições da sociedade de classe. Nesse sentido, Ipê aproxima o estudo formal da formação política:

o MST vem com a intenção de formar as pessoas. Passar o conhecimento, o estudo, né. Como é um dos princípios do movimento é sempre o estudo, né. Não tem um militante que não é estudado no movimento. Então, todo militante, ele tem que ter estudo. Então, a criação do movimento, ele é importante por isso, né. Que nós pega aquelas ideologias, né.

Contudo, a educação formal não pode ser negligenciada, sobretudo em contextos de dificuldades históricas de acesso à escola e de analfabetismo. Oliveira também valoriza o papel

do estudo, dizendo só ter sido possível concluir o ensino médio, assim como Baobá e outros moradores do assentamento, após a abertura da escola no ADG: “eu estudei até a quarta série, na minha casa tinha dez e nenhum teve condições, teve uns que foram até o terceiro ano, mas tinha que parar pra ajudar a cuidar dos outros. Aí, abriu a escola e eu voltei estudar, com 52 anos vou concluir o ensino médio”.

É também interessante perceber como a relação com o movimento influi nas demais relações pessoais, como as conjugais, sendo comum que se conheçam companheiros/companheiras no interior da militância, influenciando na dinâmica desta. Carvalho, por exemplo, diz:

em 2015, quando eu consegui o CCU⁴⁶ aqui, eu fui pro norte de Minas, porque eu conheci meu companheiro. E aí eu fiquei assentada em Montes Claros, no Assentamento Estrela do Norte, né, e vivi lá até setembro de 2018. Fiquei longe da família e tudo mais, quis voltar.

Aroeira tem um percurso semelhante. Conheceu seu companheiro no movimento, tiveram dois filhos e, desde então, passou a morar em uma área (à época de acampamento) e a construir as lutas: “o militante, apesar de ter uma linha de ação, a gente faz o que a organização precisa”. Após sua separação, há uma construção, também coletiva, de mudança de moradia e de local de militância: “eu saio de lá que era um acampamento pra cá que é um assentamento”. Não nos parece acaso que nos dois exemplos as mulheres acabaram se mudando (para acompanhar os maridos). Assim, mesmo sendo um movimento que se pauta pela transformação da realidade, não está isento de expressar internamente as contradições da mesma sociedade, como o machismo.

⁴⁶ Contrato de Concessão de Uso: o documento transfere o imóvel rural ao assentado de maneira provisória e garante o acesso à terra, aos créditos oferecidos pelo Inra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar.

Jacarandá também adentrou no movimento enquanto trabalhadora e militante no norte de Minas, primeiro no setor de finanças e projetos, morando na cidade, e posteriormente, no acampamento Estrela do Norte na construção do centro de formação. Atuou ainda no setor de educação e nas direções regional e estadual e também conheceu seu atual companheiro no movimento. Em 2014, Jacarandá foi para o ADG a convite do movimento:

o pessoal daqui tinha me convidado para ser assentada, eu não era assentada, eu morava no Centro de Formação. Aí, naquele tempo, quando eu vim para cá, eu estava com meus dois filhos, eu tinha me separado do pai dos meninos, que é outra história, que ele é suíço, veio junto comigo e tal, mas a gente separou. Eu já estava separada, aí eu vim, eu e meus dois meninos. A gente já tinha vindo antes aqui no Denis, a gente gostou muito, porque a gente estava vindo de uma realidade do Norte de Minas, onde não tinha água nenhuma, a maioria dos assentamentos e acampamentos lá, não chove uma gota de março até outubro e eu não conseguia me ver, como eu não sou da roça e não sou daquela região eu não conseguia me ver produzindo, tirando meu sustento da terra ali.

Já na Zona da Mata, também teve cargo na direção estadual até 2018.

Por outro lado, há o impacto do envolvimento na militância (sobretudo em cargos de coordenação e direção) nos demais âmbitos da vida pessoal, o que é consensual entre as mulheres militantes, principalmente. “Porque, por exemplo, tô saindo de 4 anos da direção, né, Estadual, então minha vida tá voltada a ficar por conta, né”, afirma Carvalho. Aroeira tem a mesma percepção, dizendo que as tarefas que possui na escola - que, mesmo como trabalho formal, está inscrita na esfera do cuidado - tomam um tempo “gigante”. Não por acaso, o fato de serem mulheres (e mães) demandam um trabalho duplicado: “sou mãe de duas crianças então eu tenho muito trabalho”.

Por outro lado, Aroeira afirma que “às vezes é impossível a gente se negar em determinadas coisas, porque a gente sabe que a gente tem um compromisso”. Oliveira diz que

só ela em sua casa é militante e, por isso, seus familiares acreditam que ela “teria que ganhar alguma recompensa pelo o que faz porque realmente a gente perde muito tempo, é uma vida corrida, a gente perde muito tempo”. A concepção sobre militância expressa pela família de Oliveira traduz bem a relação mercadológica societária - e, em consequência, também uma consciência sobre, mas, ao mesmo tempo, denuncia a carga de trabalho realmente exaustiva dos militantes.

Jacarandá é quem mais dá detalhes sobre o impacto da militância na vida pessoal:

eu tenho um jeito de militar que ele é muito intenso, sabe? [...] eu respirava o movimento, eu respirava, era só isso. Então a minha família acaba que ficou em segundo plano e a gente tem filho, eu tenho dois meninos, hoje tenho três [...] aí tem uma hora que não dá, você é assentado, você não consegue cuidar do lote, você não cuida da família, você não cuida de ninguém. Não, nem de mim. De mim muito menos [...] Estava degradingolando com a minha família, estava degradingolando com o meu relacionamento, estava degradingolando até com a minha saúde mental mesmo, porque os últimos anos aqui foram aqueles anos pré Bolsonaro, início do governo Bolsonaro, e aí a gente estava em um momento de massificação de muita luta.

Vemos aqui o peso da divisão sexual do trabalho⁴⁷ e o papel trabalho reprodutivo também entre mulheres militantes e a reprodução destas no interior do movimento. Amaral (2018) faz um paralelo entre a superexploração e a dependência inerente aos países da América Latina - que tem como consequência a maior precariedade do trabalhador da periferia em relação aos do centro - e a condição das mulheres trabalhadoras, pois “devemos considerar não apenas maior exploração do trabalho devido à divisão sexual do trabalho, à dupla jornada e à precarização do trabalho, mas também a superexploração, enquanto característica inerente às

⁴⁷ A divisão sexual do trabalho é a hierarquização do trabalho de homens e mulheres (e a consequente subalternização deste), atribuindo a elas o trabalho de cuidado e não remunerado que, porém, são essenciais à reprodução do MPC (Amaral, 2018; Mendes & Machado, 2020).

economias dependentes e como único mecanismo de compensação da troca desigual” (p. 86). No campo brasileiro, vemos ainda que as mulheres residentes em área rural, em sua maioria, não recebem nenhum tipo de remuneração e/ou não exercem atividades remuneradas, tendo seu trabalho invisibilizado.

De acordo com Amaral (2018), no VI Congresso Nacional do MST, em 2014, são apresentadas orientações para a produção do MST, sendo umas delas a instalação de agroindústrias que gerem alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres, com foco nos coletivos de auto-organização. A discussão em torno da temática da mulher tem sido construída dentro do movimento desde o final dos anos 1980, conforme demonstra histórico trazido por Amaral (2018), que também problematiza como, nos anos 1990, a inserção da mulher era pensada, por exemplo, na ciranda infantil, sem romper com padrões de cuidado e família hegemonicamente criados, além da pouca participação das mulheres nas instâncias de poder do movimento. Ao mesmo tempo, textos da época preconizavam que “a libertação da humanidade só será possível com a libertação completa da mulher”, demonstrando a complexidade do rompimento das opressões, que não se dá somente no nível da linguagem ou das ideias, mas sim na ação concreta.

Essa “fusão” entre individual e privado - como se fosse possível separá-los - fica evidente na última pergunta da entrevista, que questiona sobre os sonhos das/os entrevistadas/os. Carvalho responde sobre suas intenções acadêmicas (de fazer o doutorado) e “produzir a vida com qualidade, a partir desse espaço político que eu também decidi morar”, mas logo depois se questiona sobre um possível “egoísmo” nos seus sonhos, mas complementa que acredita que os desejos coletivos também nos atravessam: “acho que dentro do MST seria... que acho que esse sonho tá em andamento, que era construir com essas mulheres da saúde”. Aroeira diz que seu sonho “é ser uma boa mãe e feliz, é por isso que a gente luta, pra ser feliz”.

Assim, os sonhos caminham entre o coletivo e o privado sem que haja uma diferenciação clara entre eles.

Ipê conta que seu sonho é

ver todas as pessoas estudadas, todos os jovens indo à escola e a uma faculdade decente.

Uma faculdade que respeita o seu pensamento, uma faculdade que respeita a sua igualdade de gênero, uma faculdade que tenha ideologias e pensamentos corretos. E o outro sonho, é que todas as pessoas tenham o direito de se expressar e direito de... viver. Em uma sociedade que pense e age. Com o pensamento de construir direito, e não destruir direitos, né.

Jacarandá também sonha com a transformação social:

meu sonho é a revolução. Não tem nada de muito complexo no sonho não. É acabar com a exploração [...] Eu sei que eu não vou viver, mas não tem problema, eu estou de boa, provavelmente 99% eu não vou poder vivenciar isso, mas o que a gente trabalha o tempo inteiro é para acabar com isso. Meu sonho é esse. Meu sonho é esse. Meu sonho é esse, que um dia as pessoas possam ser livres. Livres, livres, livres, livres. Livres para serem felizes, livres com responsabilidade, responsabilidade com o coletivo, responsabilidade com o próximo, mas a gente ser livre, “ó, eu quero estudar”, você vai estudar, “eu vou trabalhar aqui tantas horas”. Porque se a gente pegasse junto, mudasse realmente o sistema, a gente trabalharia menos, se divertiria mais, estudaria mais, seríamos pessoas melhores, eu tenho certeza que a gente seria, seríamos pessoas melhores.

A utopia⁴⁸, assim, está no horizonte dos militantes e pertencentes aos movimentos sociais. Entre os ex-colonos a utopia não parece presente, havendo certo desencantamento e presentismo do mundo, sendo este conduzido pelo querer alheio (J. Martins, 2020). Jatobá diz que não tem muitos sonhos e gostaria de manter o que tem: “por você ter a família, seguir,

⁴⁸ Utopia aqui é compreendida sob o olhar marxista como uma esperança em algo que ainda não pode, por condições concretas, existir. Porém, que está no horizonte.

graças a Deus, com saúde, que não depende de muito remédio, essas coisas, então já tá... um privilégio, pode ser um sonho, mas não tenho muitos sonhos grandes assim não”. Aqui, novamente, o fatalismo aparece como importante chave explicativa, adquirindo status de força natural e a-histórica e se converte em ideologia, fazendo com que estes ex-colonos, diante do passado de exploração, não vislumbrem mudanças significativas ou futuros realizáveis (M. Rosa, 2020). Conforme nos aponta J. Martins (1986), as relações no meio rural no Brasil são tradicionalmente violentas. Violência essa que se expressa também (e sobretudo) no paternalismo que encoberta a ideia de trabalhador submisso ao proprietário de terra e humilde.

Oliveira sonha em

um dia eu ter o meu sítio, eu falo sítio, ter o meu sítio organizado de uma maneira decente. Tipo assim, uma casa de piso toda certinha, ter um pomar, o meu menino já tem umas três vacas que ele tira leite, ter uma vida digna de eu tá tirando a minha própria renda que seja um pouco a mais, esse é meu sonho. Por enquanto ainda não tá dando.

Baobá também faz um balanço de sua vida a partir dos critérios de tranquilidade e dignidade. Seu sonho é viver o resto da vida que a gente tem pra viver, tranquilo, sem tá com problema com ninguém, com a justiça, viu? Eu nunca tive problema com a justiça, então a minha vida, eu gosto muito da minha vida”. Nesse sentido, o fato de os ex-colonos serem fundamentalmente não brancos é fundamental ser recordado. Podemos aqui desenvolver a interpretação de Clóvis Moura (2019) dos mecanismos de barragem ao negro em nossa formação social, estendendo-a à possibilidade de sonhar, como barragens, inclusive, ao sonho, à utopia, assentadas em barreiras, antes de tudo, objetivas.

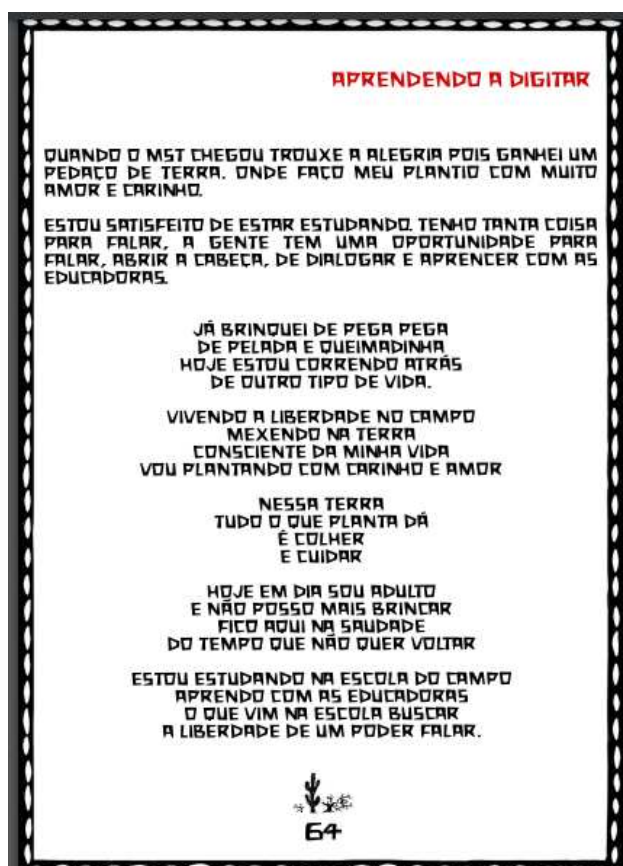
A analogia da terra com os sonhos não é incomum. Nepomuceno (2019) vincula a violência sofrida em Eldorado dos Carajás com a conquista de um sonho - a terra -, mas não menos “contaminada de terror” (p. 70): “quando não tínhamos nada, é só sonhar [...] porque a gente não conseguia sonhar quase nunca” (p. 83). Hoje, os moradores da Vila 17 de abril, em

Eldorado, dizem que vivem um sonho, pois nunca haviam tido nada, nem uma casa para morar. O difícil é lidar com o fato de o sonho ter dependido da morte de tantos; uma dialética sonho-pesadelo.

Baobá, entrevistado em 2019, faleceu em 2020. Em sua homenagem, trouxemos uma página escrita por ele - à época, em processo de alfabetização da escola no assentamento - no livro *Costura da Vida*⁴⁹, resultante do processo de estágio do Grupo Matranga no ano de 2019 em parceria com a escola.

Figura 1

Baobá escreve sobre sua vida.



⁴⁹ Link para acesso ao livro: <https://www.ufjf.br/crepeia/files/2021/05/COSTURA-DA-VIDA-1.pdf>

5.2. Eixo 2. Chegada do MST na região, cotidiano do assentamento, relações sociais e propriedade privada - “uma ocupação é o embrião da revolução”

Após visitarmos brevemente as trajetórias de vida dos/as participantes, podemos compreender como essas histórias se encontram com a chegada do MST na região, na construção do ADG e na confluência entre o histórico no local, dos assentados e dos ex-colonos que ali residiam. De acordo com Carvalho, a chegada no MST na região da Zona da Mata mineira foi em meados de 2005, com a ocupação em Visconde do Rio Branco (cidade a cerca de 130 km de Juiz de Fora), onde hoje é o Assentamento Olga Benário. Em 2009 houve uma reunião em Juiz de Fora, convocada pelos catadores de lixo reciclável (ASCAJUF) onde o MST frisou a importância de haver uma mobilização da região. Carvalho ressalta: “na época foi espalhado até essa coisa que era ‘da elite’, assim...”. A partir disso, articulados pelo movimento, foram realizados trabalhos de base em bairros periféricos da cidade, bem como a aproximação com movimentos de ocupação urbana e com a população em situação de rua, no período de setembro de 2009 a março de 2010. Tais aproximações via trabalho de base com “os mais pobres entre os pobres” se, por um lado, tem papel estratégico e potencialidades que dizem sobre a concretude de vida e processos de consciência, nos indica dificultadores sobre o mesmo processo (pessoas “empurradas” para o momento da ocupação) e também sobre a complexidade campo x cidade. Em 25 de março de 2010 houve a ocupação na fazenda Santana. De acordo com dados noticiados na mídia à época⁵⁰, a ocupação se deu com cerca de 150 integrantes do movimento após dois meses do INCRA emitir laudo considerando a fazenda improdutiva.

A fazenda, conforme aponta Ipê, “foi uma fazenda muito grande em produção de café. Essa fazenda já passou por quatro donos. O último, ele abandonou a fazenda”. Baobá também traz a ideia de abandono por conta de um não interesse dos herdeiros mais novos: “foi morrendo e passou pra mão do mais novo. O mais novo passou mais de 20 anos sem vir aqui! Deixou a

⁵⁰ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml>

fazenda aí a ‘Deus dará’ e com o administrador”, sendo este abandono, na compreensão de Baobá, a razão do MST ter ocupado o local.

A crítica ao modelo de reforma agrária que preconiza que “a libertação dos pobres e marginalizados começa e acaba na sua transformação em proprietários, através de um modelo de reforma agrária que privilegie os resultados econômicos da vida de cada um” (J. Martins, 1989, p. 13) deve ser retomada aqui. O autor sugere que o acesso à terra deve questionar, a priori, o monopólio da propriedade do latifúndio. O modelo de reforma agrária que beneficia grandes proprietários e tem como fim a transformação dos manifestantes em pequenos proprietários, tem como objetivo domesticar e instrumentalizar a luta pela terra.

Nesse sentido, para J. Martins (1989) substituir o lema de *luta pela terra* por *luta pela reforma agrária* nos traz um problema central: assumir o discurso burguês que associa propriedade à produção, que significa “legitimar a defesa do regime de propriedade existente e do seu caráter latifundista e concentracionista, contentando-se com a possibilidade de reforma agrária circunscrita às terras que escapassem a essa armadilha conceitual” (p. 93). Assim, uma importante reflexão é questionar não somente a produtividade e o tipo de produção, mas substancialmente o “problema político representado pelo regime de propriedade vigente” (p. 94). Dessa forma, “na luta pela terra está envolvida mais do que a propriedade - está envolvida a possibilidade de reorganizar e revolucionar as bases locais do poder” (p. 96). Logo, há a necessidade de aproximação e confluência entre quem pensa e quem faz, sob o risco de esvaziamento político caso haja predominância do aparelhamento com o Estado em prol do fortalecimento do próprio movimento social. Em suma, um debate claro sobre a importância e limites da emancipação política e do necessário resgate da emancipação humana e orientação a ela.

A antiga Fazenda Sant’Ana é uma síntese da formação social brasileira, contendo marco das *sesmarias*, passado escravocrata, monocultura de café e servidão, até os sobrenomes que a

habitaram. Esses traços permanecem nas relações de trabalho e raça, assentados no/pelo escravismo e racismo.

A Fortaleza de Sant'Anna fica a pouco mais de cinco quilômetros do Aeroporto Regional da Zona da Mata e é considerada um marco histórico do auge da elite cafeeira na região. Ela pertenceu, até 1845, ao fazendeiro Joaquim José de Santana. Foi herdada por Maria José de Santana, a baronesa de Santana, que, em 1872, a repassou ao filho, Mariano Procópio Ferreira Lage, engenheiro que projetou a União-Indústria, primeira estrada pavimentada do país, ligando Juiz de Fora a Petrópolis (RJ) [...] Na segunda metade do século 19, a Fortaleza de Sant'Anna chegou a ter 270 escravos. A sede foi consumida por um incêndio, em março de 2001, mas a fazenda preserva benfeitorias, como o terreiro e as casas de café, um gerador de eletricidade alemão, moradias de colonos e uma igreja. Em suas terras, ainda vivem mais de 20 famílias de descendentes de escravos [...] Além do valor histórico, a Fortaleza de Sant'Anna abriga um dos mais conhecidos sítios arqueológicos da Zona da Mata. Em suas terras, há uma cadeia de cavernas. Em uma delas, conhecida como Babilônia, foram encontrados, no começo do século passado, uma família indígena mumificada. As peças estão no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (Bhegini, 2010, 26 março).

Jatobá, que acompanhou parte da história do local, diz que a fazenda tinha tradição em gado e café. E é justamente a partir de quem já vivia na fazenda no momento da ocupação que vemos as nuances desta e de todo o processo de construção do assentamento:

Então a gente ouviu uma história, né? Que eles vinham, ocupavam e conseguiam, mas depois a gente vai vendo que a coisa não é bem assim, que é o INCRA que tá no processo, né? De... reforma agrária, vai vendo as fazendas menos produtivas, eles que indicam. Houve interesse do patrão vender, no caso. E foi bastante assustador pra gente,

porque conhecia a história de longe, né? Daí você acorda, quatro horas da manhã com a fazenda ocupada. A fazenda tava sendo invadida, ocupada. Foi bastante assustador, tá? Bastante pressão com os dirigentes que chegaram, porque depois que passou daí foi tranquilo, foi calmo, o convívio normal, sabe? Com todo mundo, todo mundo se dá bem. Porque antes a gente não conhecia ninguém, chegou essa história assim, a gente acorda com isso? Bastante assustador.

Nesse trecho, percebemos como a lógica privatista e ideológica faz com o que o susto se dê com a luta pela transformação de uma realidade/história de violências, exploração e opressão, e não com tal realidade em si, o que não diminui o impacto de uma mudança brusca no cotidiano pode causar de imediato. Cabe ressaltar na fala o processo histórico de construção ideológica dos sem-terra como bandidos, vagabundos, isto é, a desumanização não só pelas condições objetivas de despossessão, pobreza etc., mas também no imaginário e nas relações sociais. Assim, não só se diminui ou nega a venalidade e violência do latifúndio e - dos latifundiários -, como se mistifica e oculta as estruturas que conformam tal realidade, bem como aqueles que delas se aproveitam, oprimem, exploram e violentam.

Baobá também conta que houve conflitos entre os ex-colonos em defesa e contra o movimento: “Tem muita gente que ficou contra o MST, o pessoal é ‘cambada’ de vagabundo, num tem o que fazer, querendo terra dos outros [...] Eu falei ‘gente, vocês não sabem o que vocês tão falando’”. Jacarandá confirma tal percepção externa:

quando a gente chega em algum lugar, a imagem que as pessoas têm da gente, ela é muito ruim. A gente é tudo baderneiro, bandido, blá blá blá. E a gente tem que ter essa noção, sabe? A minha opinião. Então a gente tem que saber trabalhar essas questões. Como que a gente rompe com isso? Mostrando quem a gente é.

Jatobá também diz sobre o momento de chegada do MST e da disposição para a luta: “chegou querendo impor, que a gente tinha que sair das casas, que a gente tinha que ir pra

debaixo de lona e você vendo aquilo tudo assim, muito animado, né? Corajosos”. Oliveira também afirma que o primeiro momento foi de susto e se tratou de um processo difícil, mas havia um movimento de militantes de se aproximarem dos ex-colonos: “muita gente e aquele corre, corre e a gente sem saber, apesar que tinha algumas pessoas que era envolvida que a gente sempre tinha visto, sempre conversava com a gente, mas não nada sobre movimento, conversa sobre nossa vida e tal”.

Carvalho conta que, em um primeiro momento, eram cerca de 50 famílias no acampamento, das quais somente uma foi posteriormente assentada de fato, havendo a adesão de pessoas das cidades vizinhas posteriormente: “toda a massificação daquela área veio depois que a gente fez a ocupação. Então depois que a gente ocupou, vieram pessoas de várias cidades ali ao redor, né. Rio Novo, Goianá, Coronel Pacheco”. Ipê, cuja família já era assentada em outra cidade de Minas, conta que houve a proposta da direção estadual à época para que fossem construir o acampamento em Goianá, evidenciando as estratégias organizativas no MST, que conta com a espontaneidade da adesão, mas também com o auxílio de militantes de outras regiões. Sobre a experiência de organização do acampamento, conta:

nós aceitamos, viemos. Passamos um ano morando em barraco de lona aqui. Cada um tinha seus barracos, né. De lona e tal. Praticamente todos tinham luz nos seus barracos, então bem adequado a organização do movimento, né. Nós organizava aqui logo quando chegamos, né, nós ajudamos no processo de organização dos Núcleos de Base. Do acampamento, né, quando era acampamento ainda. Nós se reunia toda semana, tinha coordenação do acampamento. Tem até hoje a coordenação do assentamento né, antigamente era coordenação do acampamento.

Para Aroeira:

a lona forma muita consciência, ficar debaixo de uma lona gera muita consciência e isso é um processo na vivência direta. Outro processo é a luta [...] fazer ocupação, fazer parar

BR, participar das negociações ocupação de terra, todos os esses espaços são informativos e a luta ensina e informa.

Jacarandá concorda em relação à potencialidade dos momentos de acampamento:

não existe coisa mais legal do que fazer acampamento e acompanhar acampamento [...] tanto é que todo mundo que passou por aquilo tem uma ligação, aquilo não vai embora, aquilo permanece [...] porque no acampamento você está naquele processo de luta pela terra, então você tem que morar junto, até por questão de segurança, você não pode morar separado e aquilo te une muito, a unidade ali é uma coisa muito, muito forte.

J. Martins (2020) ressalta como nos acampamentos há um alargamento de horizonte, principalmente para aqueles trabalhadores de famílias conservadoras e com visões de mundo religiosas, o que é comum no meio rural. Assim, haveria uma “ressocialização modernizadora dos acampamentos” que modificam concepções tradicionais de parentescos, relacionamentos e produção. Nos assentamentos, por sua vez, são abertas possibilidades de “concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo” (J. Martins, 2020, p. 39). De acordo com Almeida (2011), os acampamentos do MST resgatam o viver na liminaridade e na transitoriedade costumeiro ao camponês, porém acrescenta objetivos pedagógicos de que esse espaço seja de luta, resistência, trabalho e coletividade para formar novas consciências. Sua dimensão pedagógica está ainda na ênfase da vivência, das relações interpessoais e em se ver como sujeito da história. Assim, é fundamental destacar, conforme Caldart (2000), a lógica de solidariedade que se propaga nos acampamentos como alicerce para a ética comunitária e coletiva.

Porém, como percebemos, a realidade aqui analisada “não tem conseguido romper os limites da condição camponesa: o confronto da terra de trabalho (propriedade camponesa) versus a terra de negócio (propriedade capitalista)” (Almeida, 2011, p. 149). Não é possível haver necessariamente uma evolução de participação e consciência a priori. Até mesmo porque,

para além de escolhas morais e atreladas às diferentes histórias de vida, como vimos, “participar do MST foi e continua sendo para cada trabalhador e trabalhadora sem-terra uma escolha, condicionada por uma circunstância social, esta sim, não escolhida” (Caldart, 2000, p. 40).

Carvalho conta que a primeira ocupação não foi conflituosa:

Foi muito tranquila, assim, pensando no ‘padrão’ de ocupação. A gente ficou 11 meses dentro da Fazenda, acampados né, com as famílias acampadas e chegando e saindo muita família. Até que a gente sofreu um despejo em 2011, em janeiro de 2011, e aí a gente foi pra beira da BR.

Sobretudo após esse momento, Carvalho afirma que houve uma mobilização e unidade muito forte entre as famílias, criando laços de pertencimento e solidariedade: “então era só uma militante, e aí quando a gente foi pra BR criou/deu uma unidade muito grande nas famílias, né”. Há, assim, uma mudança também na consciência sobre si mesmo e sobre o pertencimento ao grupo: “criei um laço muito bacana. Que isso foi dando, inclusive, um [compromisso] pra todo o restante da vida. E aí quando a gente entrou, eu também pleiteei um lote, de tá junto, eu tava acampada, então foi um momento de muita resistência, né”, diz Carvalho. “Uma ocupação é o embrião da revolução. Só quem viu, quem participou do processo, do começo, das reuniões do grupo, do trabalho de base, da organização, da ocupação em si, da organização do acampamento”, diz Jacarandá. Porém, mesmo não havendo conflito direto com os antigos proprietários da fazenda, não se tratando, portanto, de um processo violento, não foi menos difícil, segundo Carvalho: “era um processo doído, porque não era uma casa, não tinha conforto, não tinha espaço pra manter, né, pra produzir”.

Assim, um fator primordial na construção de consciência é justamente a vivência coletiva. Segundo Jacarandá:

se o povo tomar, um dia, consciência do que é possível e a gente se organizar. Não é do mesmo jeito, mas se a gente organizar, a gente consegue, porque é possível [...] são

solidárias e estão junto e encaram violência policial, de jagunço, do que for, se protegem, estão junto e fazem as coisas e se doam e se sacrificam. Então eu sei que é possível, só que você tem que ter a consciência, né. Porque naquele momento ali é fácil, porque as pessoas querem a terra, o objetivo está muito claro, ‘eu quero terra, eu quero terra, eu quero terra’. Mas imagine o dia que as pessoas não quiserem só mais terra, que elas quiserem mais, que elas quiserem para além disso? Acabou, cara. Acabou, a gente enfrenta qualquer coisa. Porque, ó, podem achar, quem não está no Movimento, pode achar que a gente é muito corajoso, mas a gente não é corajoso, é o coletivo que nos dá coragem. A gente individualmente, a gente não é nada, mas quando a gente está no coletivo, quando você está ali e tem aquele tanto de gente com o mesmo objetivo [...] Só que nós temos que chegar nesse nível de consciência. O salto é esse, entendeu? É a gente passar da terra, uma hora para a reforma agrária, uma hora para a transformação social.

O salto referido por Jacarandá é mais do que ilustrativo não só dos dilemas da Reforma Agrária, mas, sobretudo, da superação da propriedade privada como balizadora de nossa sociabilidade, se expressando, dentre inúmeras formas, por meio de uma consciência privatista. A fala de Jacarandá é ilustradora das contradições nos objetivos da luta coletiva. O que faz dessa vivência tão potente? A vivência em si ou seu objetivo final, a conquista da terra? Qual a concepção dessa terra: propriedade com fim ou enquanto direito e meio para algo maior?

A homologação da fazenda foi realizada em setembro de 2013. Os até então acampados, entraram novamente para a fazenda e iniciaram o processo de organização e cultivo das terras: “foi um processo de organização também dentro das famílias, né. No sentido da gente organizar aquelas pessoas que tavam ali coordenando o acampamento, junto com a militância que coordenava todo esse processo”, diz Carvalho. “Foi muito bacana isso, porque deu uma aliviada nas famílias, começaram a produzir, né. Em meados de 2015, começou o processo. Já tinha o

CCU, né, e a fazenda foi de fato dividida, né. Então cada um foi pros lotes”. No entanto, conforme aponta Carvalho, até agosto de 2019 as famílias ainda estavam nessa transição.

Uma das dificuldades no processo de desapropriação da fazenda, fundamentalmente para os ex-colonos, foi o de rompimento do vínculo empregatício com os antigos donos, gerando insegurança financeira para as famílias. Apesar do estado de “abandono” da fazenda, Oliveira relata que sua família e algumas outras ainda recebiam salários dos fazendeiros:

é uma coisa muito de repente, meu marido ganhava da fazenda e era aposentado por tempo de serviço e aí vem isso de repente. Quer dizer que é uma vida que muda. Quando você tá ganhando mais um salário é uma coisa, mas aí ter que viver com um salário-mínimo de repente e te pega de surpresa.

Nesse ponto, é possível resgatar Marx (1867/2017b), que aponta que o ponto central para a criação do capitalismo foi a separação do trabalho do meio de produção que possibilita a feitura deste trabalho. A expropriação da terra pertencente à população rural foi o primeiro passo de todo o processo de expropriação sequente do capital, convertendo os camponeses em proletários pauperizados. Esse processo violento de roubo das propriedades comunais e o empobrecimento massivo da população teve como finalidade a transformação do solo em mercadoria, a exploração agrícola e a transformação dos camponeses em mão de obra livre e barata para a indústria. Posteriormente, além disso, a construção de “leis terroristas” submeteu essa mão de obra a uma disciplina que, naturalizada, destruiu (ou dificultou) as possibilidades de resistência da a classe trabalhadora. Dessa forma, a violência extraeconômica gera uma coerção “exercida pelas relações econômicas, sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (Marx, 1867/2017b, p. 808). Guardadas as devidas proporções, o medo causado pela chegada do MST é também um medo de uma forma de acesso à terra e de sociabilidade não possível de ser vislumbrada anteriormente.

Conforme aponta Baobá, havia também um medo constante entre os moradores de a fazenda ser vendida e eles não terem para onde ir. Nesse sentido, a chegada no MST, ainda que estranhada, foi também um alívio:

Eu gostei! Adorei! Porque se vende essa fazenda aqui todo mundo tinha que ir embora [...] Aí pronto, quem é que ia ‘ampara’ essas pessoas com mais 40 famílias ali dentro? Ia ficar tudo desesperado. Porque tem gente aqui que não conhece nada pra fora.

Assim, Baobá entende que o MST possibilitou direitos iguais de acesso à terra para todos: “agora melhorou porque nós somos donos da terra, né? Então nois trabalha pra gente mesmo, pra gente que quiser, quem num quiser trabalhar num trabalha [...] porque as fazendas, todas praticamente, todas fazendas tão acabando”. Aqui, além de nítida a concepção das fazendas como forma de trabalho tradicional (para a maioria dos ex-colonos, a única forma conhecida), podemos também nos questionar se o alívio relatado por Baobá se dá por conta do acesso a direitos básicos ou da “propriedade da terra”, o que no aponta para movimentos de clivagem da consciência, atrelados às próprias contradições da realidade objetiva.

Em contrapartida, o histórico de explorações passadas pelos ex-colonos, faz com que o medo causado pela suposta ameaça de perda de sua principal condição de sobrevivência - a terra - seja justificado e compreendido a partir da forma de consciência alienada, que reduz o problema ao nível individual. E é também na luta por esta terra, agora via MST, o vislumbre de melhores condições de vida e também de relações, evidenciando o processo de consciência para além do instintivo. As experiências e a convivência entre movimento e ex-colonos permitiu mediações que evidenciaram, para ambos, a importância do caráter coletivo da necessidade de luta pela terra. Porém, nem sempre de forma tranquila.

As famílias assentadas foram, segundo os relatos, aquelas que participaram do acampamento e das lutas anteriores, havendo critérios para maior ou menor prioridade, conforme explica Carvalho:

Família que tava há um ano acampada foi pro fim da fila. Se não sobrou lote, essa foi pra próxima ocupação que teve. Que aí é isso, quanto mais tempo você tem de luta, de resistência, são essas famílias que vão se assentar. Então tem um pouco dessa lógica, de tempo de contribuição, tempo de ter ficado debaixo de lona.

Segundo Oliveira, houve ainda alguns embates sobre quais ex-colonos deveriam ou não ter direito ao cadastramento, o que, em determinado momento, potencializou a organização destes (em função do direito imediato de propriedade):

Os primeiros dirigentes do movimento não queriam cadastrar 17 famílias que estavam aqui, porque 40 eram funcionários e os outros não eram, os outros eram tipo assim a mãe e o pai morreu, mas o patrão deixava continuar na casa e nunca se importou com isso. Aí a gente entrou pra participar, montou as associações, mas no fundo a associação não deu muito certo e aí eu comecei a participar e continuei.

Jacarandá conta desse momento de tensão entre acampados e ex-colonos para cadastro no INCRA:

Realmente, quando o INCRA veio cadastrar aqui, gente que já tinha ido embora daqui havia décadas, resolveu voltar para ser cadastrado, para pegar seu pedacinho de terra. Aí o pessoal do movimento, que estava aqui, coordenando, fez tipo uma seleção, entendeu? [...] Quem é colono, quem é ex trabalhador, morador do local, que já é morador, ele tem, na pontuação do INCRA depois, era assim, agora não sei como é que estão os critérios, mas com certeza continua, os critérios devem ser mais ou menos isso aí [...] Então, por exemplo, família com criança tem mais ponto, quem é morador do local ganha mais ponto, quem é ex-funcionário ganha mais ponto, mulher com filho ganha mais ponto que uma família, entendeu? [...] Eu sei que quando eu cheguei aqui eles tinham essas famílias que não puderam se cadastrar, elas montaram uma associação

e elas começaram a se organizar pelo direito de cadastrar, lógico, aí estava um clima super ultra mega tenso aqui dentro do assentamento.

Porém, Jacarandá relata que, após aproximação e diálogos com pessoas da região que confirmaram que aquelas famílias eram moradoras da fazenda, houve um movimento de reparação e necessidade de desmistificar o próprio movimento que, para ela, culminou hoje em uma relação igualitária entre ex-colonos e militantes, principalmente por serem todos trabalhadores:

A gente tem que ser justo, a gente tem que ser justo. Aí nos reunimos, eles fizeram a lista e nós encaminhamos, aí as famílias foram cadastradas, aí o processo andou e aí de lá para cá houve um distensionamento bem grande, porque todo mundo começou a ser tratado como... o processo andou. Eu acho assim, eu não sei. Com certeza deve ter um ou outro bocó ainda que faz alguma diferença, mas eu acho que a gente se integrou demais, assim. Lógico que é minha visão subjetiva. Eu, para mim, não tem mais [...] tem vários companheiros e companheiras, assim, na verdade vários não, mulheres, só para variar, que cara, entendeu a importância da gente se organizar e as possibilidades que o Movimento oferece para a gente, de se organizar e tudo, a necessidade de a gente estar se organizando e que o Movimento não é esse bicho papão e que, enfim, mas precisou da gente também ter abertura e falar “gente, vocês também têm direito”.

Jatobá, que já morava na fazenda, compreende de outra forma o processo de passagem do acampamento para a fazenda, ficando nítida uma linearidade (em seu ponto de vista) da organização dos barracos para os lotes, como se o acampamento fosse uma organização prévia do que se constituiria como “propriedade privada” posteriormente:

O dirigente que chegou com a primeira ocupação, ele não permitia que os membros do movimento conversassem com os colonos. Num sei se num era pra não passar informações, tipo assim, então não era permitido. E aí foi uma convivência bastante

difícil, mas a partir do momento que cada um já montou a sua barraca e depois já foi pro seu lote.

Posteriormente, houve o momento de cadastramento das famílias e, segundo Oliveira, algumas dificuldades pontuais para a divisão dos terrenos, que se deu em critérios de grupos de afinidade: “cada um foi liberado, ninguém foi proibido de escolher onde queria ser assentado ir lá e falar que quer ser assentado aqui, outro ir lá e falar que quer ser assentado lá na serra, isso foi liberado, não foi proibido pra ninguém”. Como estava envolvida na organização, Oliveira disse ter sido este o momento mais difícil para ela, que se sentiu violentada pelos moradores da então fazenda: “eu sofri muito porque eles me pressionaram muito, achavam que eu estava sendo influenciada pelo movimento, achavam que não, que eles que eram diferentes e que as terras iriam ser divididas de maneira diferente”.

A organização por grupos de afinidade por meio de debates em reuniões organizadas pelo movimento é motivo de orgulho para Jacarandá:

Aqui a gente fez uma coisa também muito legal, isso foi muito legal, tenho muito orgulho disso, ter ajudado, contribuído nesse processo. Foi que a gente fez o parcelamento, o INCRA fez o mapa, o anteprojeto de parcelamento e depois o INCRA jogou esse trem para a gente, aquele tanto de lote, porque esse assentamento aqui é imenso, você sabe, e a gente deu conta, amiga, e eu tenho um puta de um orgulho de ter contribuído nesse processo, deu conta de fazer a divisão dos lotes sem fazer sorteio e sem ninguém matar ninguém nem ameaçar de morte [...] nós conseguimos que cada família escolhesse o seu lotinho sem brigar e sem sorteio [...] nós andamos esse trem tudo, nós parcelamos esse trem, parcelamos nossos sonhos, que eram nossos sonhos, né? Tem uma foto linda do Baobá falando isso, parcelando os sonhos até hoje, coisa linda, linda.

No caso do ADG, a particularidade da presença dos ex-colonos, gerou ainda mais questões. E a própria separação e identificação prévia a partir das posições e trajetórias de vida - os “colonos” e os “de fora” - demarcam posições difíceis de serem superadas. Baobá conta, embasado na noção de propriedade, que a divisão dos terrenos foi muito boa, pois “agora cada um sabe o seu pedaço e o que vai fazer nele”, porém critica que a divisão “estagnou” no processo de produção: “tem gente aí que só sabe tirar leite até hoje num fez mais nada. Num fez mais nada e ainda aposentaram ainda, na sorte”. Carvalho diz que “quando a gente (o MST) chegou a relação com os colonos, né, com os trabalhadores, que eram trabalhadores da fazenda, tinham uma pertença muito grande pelo dono da fazenda”. Logo, uma disputa mais difícil no início do processo de ocupação devido, fundamentalmente, às relações prévias de trabalho e exploração.

Jatobá confirma tal percepção dizendo que os donos da fazenda “num eram opressores não, pagavam direitinho, te falando da época que o meu pai viveu... aí antes, né? Num posso te falar. Mas nessa época não, era normal, tudo legalizado, sabe”. Oliveira também afirma que, apesar de serem “empregados”, a vida ali é muito boa e nunca teve vontade de sair da fazenda, sendo as histórias de vida ligadas ao trabalho no campo: “já trabalhei na roça e continuo trabalhando com erva, café que aqui o forte era café e aí sempre trabalhei também na colheita do café e depois colhia o café para transportar pra fora”.

Dessa forma, os ex-colonos, por terem vivido a maior parte de suas vidas naquele território, possuem uma visão romantizada do local. Jatobá diz que a fazenda tem uma bonita história, “embora dizem que teve escravo... se é certo, verdade ou não, eu não tenho certeza, mas falam muito de escravidão. Ah, eu não peguei, meus avós, minha avó materna morava aqui também desde cedo e não se falava muito de escravidão. É o que eu sei”. Diz também que “não eram explorados, pelo que eu entendi, eram pagos direitinho, não eram explorados, era uma forma de sobrevivência de outras famílias que trabalhavam pra eles, tá? Então quando é dessa

forma, que produz, não vejo por que o erro, não é errado”, corroborando a ideia de produção como justificativa para exploração. Oliveira corrobora com tal história, afirmando que,

apesar de ser patrão, era uma pessoa com o lado bom. Aqui nunca ninguém passou fome, nunca ninguém passou necessidade, ouvi falar em outras fazendas que as pessoas passaram fome e necessidade, o salário era pouco, era o salário-mínimo, mas quando precisava de problema de saúde ele tava sempre ali ajudando, se internava tava sempre ligando pros médicos vendo como tava a paciente, sempre ajudou e assim era a rotina. Tinha que trabalhar porque tinha patrão, mas era muito bom.

Baobá corrobora com as pontuações, dizendo que o patrão dava festas e presentes, porém afirma: “aqui quem mandava é os patrão, né?”. Assim, direitos básicos são entendidos como privilégios ocultando explorações e relações clientelistas. Toda essa discussão nos remete à discussão feita por Marx sobre direitos. Em *Sobre a Questão Judaica* (Marx, 1844/2010), quando analisa criticamente a gênese e o papel da emancipação política, sem negar seus avanços, mas explicitando seus limites e contradições, aponta como a liberdade, os direitos, num sentido individual-privativo e formal “faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade” (p. 49). Dessa forma,

o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada (p. 49).

Ademais, historicamente, mostra J. Martins (1989), a condição do trabalhador rural é exposta como “incomparavelmente” melhor do que a dos operários, bem como houve uma exaltação do familismo, da autossuficiência alimentar e do acesso à terra. Essa suposta reciprocidade entre patrão e empregados aprisiona os trabalhadores e suas consciências e naturaliza violências de todas as ordens.

Em relação às possibilidades de “mudanças de consciência” nas relações pessoais de produção com os ex-colonos, Jacarandá acredita que a maior dificuldade está justamente no vínculo histórico destes com a fazenda e com as formas tradicionais de produção (voltadas para o agronegócio ou para a produção individual). Assim, elucida como a vivência das condições objetivas nem sempre são condizentes com a consciência, evidenciando assim o papel da alienação do trabalho nesse processo:

Quem vem da cidade é muito mais fácil de mudar e cooperar, inclusive de fazer agroecologia, do que quem já vem do campo e que já está viciado, por exemplo, que trabalhou muito no agronegócio. Eles têm muito mais dificuldade de abrir a cabeça e ver um outro jeito, por exemplo, de produzir [...] eles já têm o modo artesanal, o modo camponês artesanal de produzir, que você faz tudo sozinho, tudo, tudo, tudo e, se você perde o controle de alguma parte do processo, aquilo te desagrada enormemente.

Assim, as diferenças expostas entre as visões de mundo dos ex-colonos e dos militantes do MST evidenciam que não há uma essencialidade na classe trabalhadora (M. Rosa, 2022). Ademais, parece haver particularidades na formação de consciência do campesinato. M. Rosa (2022, p. 25) indica que, ao analisar os camponeses enquanto classe, “Marx aponta para o fato de que, dadas as condições de isolamento do seu modo de produção, eles não desenvolviam múltiplas relações entre si, o que, naquele quadro nacional e conjuntural, contribuía para uma situação marcada pela incompletude de sua constituição como classe”. Relevante comentar que o próprio Marx apreendeu isto em análises concretas de situações concretas, como em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (Marx, 1852/2011), na qual apreende as clivagens de consciência e de *práxis* de camponeses e o operariado urbano em decorrência de suas condições concretas de produção e reprodução, justificando o apoio dos primeiros ao golpe contra os segundos - e, em extensão, contra si mesmos.

A concepção de campesinato, dessa forma, deve partir da premissa de heterogeneidade da classe trabalhadora e, logo, considerando o campesinato deve ser como classe social historicamente precarizada e pauperizada. M. Rosa (2022), critica concepções subjetivistas que caracterizam o campesinato somente através de hábitos e modos de vida, fundamentalmente, tendo como valores centrais o trabalho, a família e a terra. Embora esses sejam, de fato, congruentes com os relatos encontrados, a definição do campesinato como classe vai além de fatores culturais, englobando aspectos econômicos e políticos centrais. O próprio termo - camponês - possui conteúdo político, sendo utilizado como forma de unicidade de classe, sendo, inclusive, feita tentativa de utilização de terminologias “neutras” durante a ditadura civil militar - tais como pequeno produtor ou agricultor de subsistência. Wolf (1984), ao procurar um entendimento sobre o envolvimento político de grupos camponeses em diferentes realidades, define os camponeses como

populações essencialmente dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Deste modo, a categoria cobrirá arrendatários, meeiros e posseiros, bem como proprietários-trabalhadores, enquanto estiverem em situação de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas plantações. Não inclui, no entanto, os pescadores e trabalhadores sem terra (p. 6).

Para J. Martins (2020), a temporalidade do pequeno agricultor familiar, marcado pela produção mercantil simples, é determinada mais pela produção direta dos meios de vida do que pela totalidade do capital. Assim, as contradições do capital, embora os conforme, são atenuadas no cotidiano. Porém, estes vivem sob a ameaça constante da expropriação e, por isso, estariam mais propensos a compreenderem - e superarem - elementos da alienação. Ainda segundo J. Martins (1989), os documentos e relatos sobre as lutas no campo tendem a desenhar um quadro de resistência inútil e derrotismo. Há também, no senso comum e na intelectualidade, uma defesa de que o campesinato brasileiro compartilha de um conservadorismo e

tradicionalismo que os aproxima dos defensores da propriedade privada. No entanto, continua o autor, é fato histórico de que todas as grandes rebeliões brasileiras se iniciaram no meio rural, bem como foram revoluções camponesas as principais grandes revoluções do século passado - a exemplo da mexicana, russa, chinesa, vietnamita e as guerras de libertação em África. Wolf (1984), analisando os casos mexicano, russo, chinês, cubano, da Argélia e do Vietnã, indica que o que os une é o processo de configuração do capitalismo do Atlântico Norte e a transformação da terra e do trabalho em mercadorias, fazendo surgir uma classe potencialmente revolucionária. Assim,

Se, no passado, o camponês elaborara uma combinação estável de recursos, a fim de subscrever um grau mínimo de subsistência, a mobilização separada e diferencial desses recursos, como objetos a serem comprados e vendidos, punha em perigo aquele vínculo mínimo. Assim, na Rússia, a reforma agrária e a comercialização ameaçaram, ambas, o acesso permanente do camponês às pastagens, às florestas e às terras aráveis. No México, na Argélia e no Vietnã, a comercialização ameaçou o acesso do camponês à terra comunal; no México e em Cuba, impediu o camponês de reclamar terras públicas devolutas. Na Argélia e na China, acabou com a instituição dos silos públicos. Na Argélia rompeu o equilíbrio entre as populações pastoris e as sedentárias. No México, no Vietnã, na Argélia e em Cuba, provocou afinal os confiscos diretos de terras, pelos colonizadores e fez recuar os camponeses para regiões que já não eram suficientes para suas necessidades (Wolf, 1984, p. 214)

Porém, tal constatação deve ser vista com cautela, pois, para o autor, essas rebeliões camponesas e possibilidades revolucionárias se dão “quando o camponês não pode mais confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modos de vida” (Wolf, 1984, p. 7).

É importante destacar, no caso brasileiro, o caráter messiânico de alguns dos movimentos no campo. Consoante a tal característica, foram nas revoluções camponesas que surgiram propostas radicais de transformação social. Podemos citar: Cabanagem (Pará), Balaiada (Maranhão e Piauí), Canudos (Bahia), Contestado (Santa Catarina) além de revoltas e conflitos contra a grande propriedade em todo país. Por isso, não é acaso que grandes lutas sociais em diferentes locais do mundo tenham sido camponesas: tal característica não se deve a um desejo de retorno a um passado pré-capitalista, e sim devido à presença de um capital exploratório brutal, “que nega e denuncia a igualdade formal e aparente da troca mercantil”. (J. Martins, 1989, p. 127). Assim:

[...] o campesinato não é o suporte social do autoritarismo que tem caracterizado o processo político brasileiro. Ele é a vítima. Boa indicação nesse sentido é que suas lutas e reivindicações, suas concepções de direito ao trabalho e à terra, suas concepções de liberdade, têm sido rechaçadas com extrema violência ao longo da história contemporânea do Brasil. Os camponeses constituem a única classe social que impôs derrotas militares ao exército [...] Como resultado da multiplicação das novas lutas populares no campo desde os anos setenta, neste exato momento funciona no país um Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários [...] A questão agrária tornou-se uma questão militar, justamente para que não se torne uma questão política. (J. Martins, 1984, p. 105).

De acordo com Martín-Baró (1973), eram três as “atitudes⁵¹” comuns no campesinato de El Salvador de sua época: autodesvalorização, o fatalismo e o individualismo. O mundo do camponês, dessa forma, é, por origem, opressor e inóspito (por conta da violência da dominação da terra e das relações de trabalho, que fique claro), sendo a força a principal forma de interação,

⁵¹ O termo atitude, muito utilizado pelo autor, é problemático, visto que abre brechas para interpretações psicologizantes e patologizantes acerca da dinâmica social.

o que gera tais atitudes e também a desconfiança com o que vem de fora. Não alheios, porém, às influências do capital, se identificam com formas competitivas e dominadoras, visto que, como todos nós, estão condicionados historicamente, sobretudo como forma de proteção. Tais características e fatos da conformação de nossa questão agrária são as bases objetivas das subjetividades desses camponeses. Ora, cabe perguntar se não são também comuns, hegemônicas na classe trabalhadora como um todo e se, dialeticamente, não constituem reprodução da ideologia dominante, mas também negações de suas condições negadas, a partir do momento que se chocam com suas próprias condições objetivas de produção e reprodução.

Para Wolf (1984), a transição de uma consciência passiva para, no mínimo, reivindicativa para o camponês é mais difícil pois:

Em primeiro lugar, o seu trabalho, na maioria das vezes, é feito solitariamente, em sua própria terra, não junto com seus companheiros. Além disso, todos os camponeses são, até certo ponto, concorrentes com relação aos recursos disponíveis dentro da comunidade, bem como com relação às fontes de crédito externas. Em segundo lugar, a tirania do trabalho é, para ele, um fardo: sua vida está presa a uma rotina anual e ao planejamento para o ano seguinte. As alterações momentâneas dessa rotina prejudicam sua capacidade de retomá-la mais tarde. Em terceiro lugar, o controle da terra lhe permite, o mais das vezes, valer-se de uma produção de subsistência, se houver condições adversas afetando sua lavoura. Em quarto lugar, os laços de parentesco e auxílio mútuo, dentro da comunidade, podem atenuar os choques da desarticulação. Em quinto lugar, os interesses camponeses, particularmente entre os camponeses pobres, não raro criam transversalmente os alinhamentos de classe. Camponeses pobres e ricos podem ser parentes, ou um camponês pode ser, a um só tempo, proprietário, arrendatário, meeiro, trabalhar por dia para seus vizinhos e também trabalhar durante uma estação, numa fazenda próxima. Em cada um desses diversos relacionamentos, ele

se associa diferentemente a seus companheiros e ao mundo exterior. Por último, a exclusão anterior do camponês da participação na tomada de decisões além dos "muros" da aldeia, priva-o, frequentemente, do conhecimento necessário para unir seus interesses às formas de ação apropriadas. Portanto, é frequente que os camponeses sejam meros espectadores das lutas políticas (Wolf, 1984, p. 221)

Em nossa análise, antes de tudo, é importante caracterizar as relações de trabalho e produção intrínsecas ao camponês no Brasil. De acordo com M. Rosa (2022), no campo brasileiro vivenciamos relações de trabalho subsumidas formal e realmente ao capital, fruto do próprio desenvolvimento desigual e combinado deste (e necessários e submetidos a ele). No entanto, “parece suficiente indicar que a relação pela qual a classe camponesa se insere no capitalismo não é nem estritamente a do assalariamento, nem a da produção de mais-valia, nem a do rentismo” (M. Rosa, 2022, p. 35). Isso não significa, contudo, unicidade do campesinato, sendo esse heterogêneo sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra e às relações de trabalho. Tal afirmação é particularmente evidente no ADG, visto que, se “a classe camponesa, portanto, faz parte da classe trabalhadora [...] e pode assumir o lugar de sujeito histórico” (M. Rosa, 2022, p. 36), há um elemento, ao menos, de distinção entre os ex-colonos e os militantes do MST: os níveis de consciência. No entanto, como vimos, o desenvolvimento da consciência de classe não se dá de forma espontânea e necessita de alguma forma organizativa coletiva prévia, a exemplo dos movimentos sociais. A verdadeira consciência de classe é, assim, fruto de uma dupla negação: “num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (Iasi, 1999, p.38).

A título de exemplo, Martín-Baró (1973)⁵² se pergunta como os camponeses, se conformados a partir da ideologia do capital, agiriam diante de um projeto nacional de Reforma

⁵² A menção recorrente à Martín-Baró neste trabalho, a despeito de algumas contradições e críticas, se deve não só pelas suas contribuições pertinentes, mas como forma de apontar, por um exemplo concreto, que a Psicologia

Agrária. Defende, em primeiro lugar, que um projeto de reforma agrária deve caminhar com uma reforma educacional e também, e sobretudo, modificar as significações do camponês com o seu mundo - contribuição que o autor endereça à Psicologia. Tais necessidades nos encaminha novamente ao processo de conscientização (bem como, para Martín-Baró, a novos modelos de identificação e à organização e ação comunitárias).

O debate entre desenvolvimento de consciência, MST e propriedade não é novo. No Caderno de Formação nº 11, intitulado “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, Clodomir de Moraes (1986) traz como tema central o debate sobre a consciência de classe, sendo pioneiro no movimento ao apontar como a organização do trabalho impacta no processo de consciência. Para o autor, que foi o último dirigente nacional das Ligas Camponesas do Brasil, o amadurecimento da consciência do camponês está vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas. Moraes define a consciência a partir de três graus: a consciência ingênua, onde os indivíduos não conseguem identificar as causas de seus problemas, conduzindo a posições fatalistas; a crítica, onde há tal identificação, mas sem capacidade de proposição para enfrentamento; e a organizativa, onde há a criação de estruturas orgânicas que respondam aos objetivos do grupo. Assim, o último grau de consciência corresponde diretamente ao grau de divisão técnica do trabalho.

Dessa forma, a consciência organizativa conduz à racionalização metodológica necessária defende a constituição de empresas⁵³ sociais. Moraes defende, inclusive, a criação de laboratórios experimentais, que podem inserir em um grupo a consciência organizativa, como uma espécie de treino para o trabalho coletivo. Somente essa forma de organização do trabalho, para o autor, estabelece instrumentos para combater os “vícios” do trabalho artesanal, que são a vigilância, para se manter a disciplina, a crítica e a reunião. Esses vícios, por sua vez,

pode sim contribuir à interpretação sem incorrer em psicologismos, individualismos, em suma, sem reproduzir uma hegemonia ideológica privatista que, tentamos descortinar na análise aqui acerca da consciência.

⁵³ Empresa aqui é denominada como qualquer ação realizada de forma organizada por várias pessoas.

seriam responsáveis por características como o individualismo, o personalismo, o imobilismo, o sectarismo, o comodismo e a autossuficiência.

Argumento próximo é o de Bogo (1999), para quem os movimentos de massa tendem a diminuir a espontaneidade, conforme aperfeiçoam a estrutura organizativa e desenvolvem a consciência de classes. Por isso, a necessidade de criar, no interior do movimento, estruturas para que os camponeses participem efetivamente. Bogo (1999, sumário) enumera lições históricas, os desafios e a necessidade de “fazer o extraordinário torna-se cotidiano”. Essas lições merecem ser resgatadas, pois nos parecem ainda pertinente e atuais em relação às reconfigurações do MST e com os desafios encontrados na fazenda:

1. Organizar os trabalhadores para lutar pela simples conquista econômica da terra, esquecendo-se de que todas as disputas são políticas;
2. Atrelar movimentos a entidades de assessoria ou a organizações, impedindo-os de buscar sua autonomia;
3. Negociar com o Estado através de intermediários, lideranças ou pequenas comissões, sem participação e pressão da massa;
4. Radicalizar a resistência como forma de luta isolada da sociedade;
5. Organizar-se para defender interesses corporativos localizados e não os interesses de classe a nível nacional;
6. Acreditar na luta espontânea e não organizar-se com princípios, objetivos e valores;
7. Acreditar em simples mobilizações de massas sem aperfeiçoar as formas organizativas;
8. Organizar as lutas reivindicatórias simplesmente sem levar em consideração os aspectos culturais da vida do povo;
9. Priorizar a construção do instrumento e esquecer o objetivo estratégico;

10. Fazer ações visando ter promoção na imprensa ao invés de alcançar objetivos que favoreçam a todos;
11. Atuar ingenuamente sem interpretar os bloqueios e acredita excessivamente na força;
12. Colocar o nome das lideranças acima do nome da organização;
13. Dar oportunidade que possibilite criminalizar as organizações sem prezar pela defesa dos avanços conseguidos.

Bogo (1999), então, apresenta um argumento muito próximo ao nosso sobre a consciência privatista, alegando que “a propriedade privada da terra é um fator determinante que facilita e empurra os camponeses para o isolamento. Isso é prejudicial para a formação da consciência de classe” (Bogo, 1999, p. 137). As possíveis soluções apontadas pelo autor passam pela transposição da barreira do imediatismo a partir do estabelecimento de relações de cooperação, modificando gradualmente as relações de trabalho e produção. Adquirir novas práticas e valores, inicialmente no grupo próximo (passos intermediários), fariam, assim, os indivíduos formarem organicidade e uma nova consciência, o que o levaria a repensar aspectos estruturais. Assim, há uma clara intencionalidade no trabalho coletivo para além da produção:

Pregar o coletivismo pelo simples fato de que é a propriedade social da terra que fará o avanço da consciência e do caráter da ideologia dos camponeses não é correto, se as condições para o desenvolvimento não estão criadas e se há resistências por parte dos camponeses à organização do trabalho coletivo. Buscam-se, neste caso, passos intermediários que levem ao objetivo desejado por caminhos menos conflituosos, e que garantam a unidade interna da comunidade e organização (Bogo, 1999, p. 138).

A crítica a Moraes é feita por militantes do MST (Stédile & Fernandes, 1999) por se tratar de um método demasiadamente rígido, estanque e ortodoxo, principalmente em sua aplicação. Porém, para Almeida (2011), a maior questão está na negação da potencialidade da

classe camponesa, atribuindo a ela o individualismo e negando tradições como os laços de vizinhança e mutirões, por exemplo. Almeida (2011) analisa o desencontro existente entre a prática do MST e a teorias que buscam interpretar esta prática e se questiona qual pressuposto de classe é adotado teoricamente pelo movimento, lançando luzes à teoria organizativa do MST. Para a autora, historicamente, e também no interior no MST, há uma análise teórica que tende a incutir no camponês uma consciência esperada no proletariado e, assim, almejar as mesmas possibilidades históricas à classe operária e à classe camponesa. Assim, haveria a incorporação de uma ideologia política estranha ao campesinato, restando a questão se “a luta do campesinato pode ter como referência uma consciência de classe trabalhadora própria do confronto capital versus trabalho?” (Almeida, 2011, p. 158).

No que tange ao ADG, a contradição arcaico-moderno de nossa formação social e capitalismo dependente parece ser incorporada às relações na antiga fazenda, no sentido de compreensão da organização do espaço, tempo e, sobretudo, das relações de trabalho e do tradicionalismo - e não por explicações individualizantes que coloquem o camponês enquanto sinônimo de atraso. Isso porque, em algumas leituras, os camponeses estariam determinados por uma temporalidade passada, sendo incapazes de serem agentes ativos da história. J. Martins (1989) se contrapõe a este relato definindo a consciência “como mediação crítica da história, produto e interpretação da experiência” (p. 103). Porém, de fato, há desencontros entre a consciência e compreensão de mundo do camponês, de forma geral, da situação real concreta do camponês, o que é uma definição do conceito de alienação. J. Martins se questiona, por que, no entanto, nos operários tal desencontro expressa, para a intelectualidade, alienação, e nos camponeses indica atraso, arcaísmo e ignorância. Defende então, que as diferentes formas de relação dos trabalhadores com o capital revelam diferentes aspectos da desumanização deste. O suposto “atraso” do camponês é, pois, consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo. “Não se trata, portanto, de manifestação de atraso [...] na vida cotidiana é o

imediatamente que se manifesta” (J. Martins, 1989, p. 124). E, muitas vezes, é a partir desse imediato que se operam os movimentos sociais. Assim, “o principal fruto das lutas do campo é a emancipação política dos trabalhadores rurais, cujas consciências têm sido secularmente escravizadas pela dependência pessoal e pelo clientelismo político” (J. Martins, 1986a, p. 18). Trata-se, então, de compreender como as contradições próprias da constituição do capitalismo brasileiro e suas relações de produção e trabalho têm impacto na constituição também das consciências dos brasileiros e brasileiras - e como estas têm conformado as primeiras. Até mesmo porque a valorização do individual e privado não se dá de forma unilateral. Há contradições e o MST surge como possibilidade e inserção do sujeito coletivo na vida destes ex-colonos. Porém, a princípio, uma possibilidade “empurrada”.

Segundo Aroeira, o ADG é um assentamento atípico no estado e até mesmo no país justamente pela forma que se conformou, com a presença dos ex-colonos e com a junção de pessoas e famílias de muitas regiões diferentes, o que impactou a organização, no trabalho de base e na formação política possível. Aroeira diz que

isso deu uma grande dificuldade porque em uma ocupação normal, vamos dizer assim, não sei se existe uma ocupação normal e se existe isso, mas você faz trabalho de base com as famílias [...] aqui não teve isso, cada um veio de uma região e veio com uma história diferente [...] e aí onde eu acho que isso impacta? Na formação política, se você tem um grupo que tem uma formação, por mais que a gente abre e entre pessoas de todas as histórias e tal, mas quando tem um grupo coeso que vai, aquelas outras pessoas vão passando de uma pra outra, então vai tendo um processo de formação no dia a dia, vai construindo um processo de formação interno no dia a dia, construindo o regime interno, constrói os debates, o que quer que aconteça. Aqui foi um processo tão diferenciado e isso tem um impacto, como eu avalio assim? Eu avalio que não temos tantas pessoas com essa identidade aqui dentro por causa desse processo. Outro processo é o número

de colonos muito grande e os colonos não tem a sua identidade [...] a gente vê muitos colonos que são militantes, que constrói, que defende a luta pela causa da terra entende que o movimento me que se não fosse o movimento ele não tem o seu pedaço de terra, tem outros que não.

Em relação à organização do assentamento, este, por conta de sua grande extensão, se divide em seis regiões e cada uma dessas regiões possui um centro comum, bem como uma coordenação. Ipê explica: “os núcleos de base nós temos aqui: Aliança, Rio Doce, Pasto dos Bois, Argentina, Serra e o Gabriel Pimenta, que é o Núcleo que veio e se ampliou junto, né. Os Setores, nós temos o Setor de Produção, Setor de Saúde, Setor de Cultura, Setor de Educação e Setor de Formação. E o Coletivo de Juventude, que é um coletivo”.

A organização do assentamento demonstra a capacidade organizativa do MST que, conforme aponta Aroeira, tem a mesma lógica em todas as regiões (coordenação regional, dirigentes regionais, setores, núcleos) que funcionam com flutuações e variam de acordo com características locais, sendo os espaços de assembleias soberanos. Carvalho conta que há “um coordenador e uma coordenadora que organizam as famílias desses núcleos, né, de família. Ipê reforça ainda que “a coordenação senta na segunda quinzena do mês. Um final de semana nós senta pra discutir os problemas do assentamento. Ver o que nós temos que avançar, o que retroceder, o que nós têm que correr atrás”. Oliveira enfatiza que todas as decisões são coletivas - “o que for decidido vai pra reunião de coordenador, coordenador de área e se precisar da direção, é tudo discutido” - e há movimentações no âmbito da política formal para garantias de direitos ao assentamento - “marca com os deputados diretamente ou com os assessores, ele vem aqui ou a vai lá”. Essa coordenação local ainda se reúne com a direção regional, havendo uma articulação entre diretórios regionais, estaduais e nacional para estabelecimento de diretrizes e direcionamentos políticos para o movimento em diferentes níveis⁵⁴.

⁵⁴ De acordo com o divulgado no site do MST, “as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias

Aroeira resgata Marx para explicar a forma de organização do MST, baseada nas próprias necessidades objetivas dos assentamentos:

O Karl Marx, danado, ele virava falava que as pessoas se organizam pela necessidade, então isso também acontece quando há uma determinada situação aquilo flui melhor, as pessoas todas se movem pra aquilo acontecer, mas a gente tem uma lógica geral assim de organização que são os setores, a coordenação local de cada área e a coordenação regional, gestão estadual, gestão nacional e assim vai.

Aqui, Aroeira traduz o que Engels (1890)⁵⁵, em carta a Bloch, afirma sobre a concepção materialista da história que o “elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real”. Nesse sentido, é o ser social, seu desenvolvimento e sua reprodução que conduzem o processo de sua consciência acerca de si mesmo e do mundo, como fica claro nas trajetórias aqui apresentadas.

A tentativa de envolver os ex-colonos nos aspectos organizativos do assentamento e do movimento também foi um desafio. Quando realizado, no entanto, acarretou uma interessante troca de status destes, ainda que não ocorra majoritariamente, a exemplo de Oliveira: “eu fui pra coordenador de núcleo, participei de educação e depois agora me colocaram como coordenadora de área do assentamento e sempre aprendi muita coisa, tive bastante conhecimento e tô aqui ajudando no que puder”. Oliveira, que nunca havia participado de nenhum movimento social e nasceu na fazenda, diz que já deu entrevistas e que hoje participa ativamente das atividades:

organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma, isso acontece nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são organizados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado”.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

já estive em Brasília em reunião com várias pessoas, tanto com o INCRA de Brasília quanto de Belo Horizonte. Já participei de vários eventos que teve, já fui em manifestações várias vezes, já fui ocupar o INCRA. Então, assim na cabeça de muitos achava perigoso, tá doido ir no meio de um monte de gente e nem conhece com quem ta indo e nem lá, mas assim sempre tava seguro.

Todavia, em algumas de suas falas é possível perceber uma dicotomia entre eles (o MST) e ela (ex-colona): “eu me sinto parte porque eu nasci e aqui é meu lugar porque eu tenho que ficar agora tipo assim, recuada? Eu tenho que saber o que acontece por ai, é um direito meu. Agora o dia que acharem que não querem que seja eu mais é direito deles também pra mim também vou embora, já falei isso aqui o dia que acharem que eu não deva participar é direito deles”. Assim, em relação à coesão do assentamento, há diferentes percepções, sendo as dificuldades ancoradas, sobretudo, em uma dificuldade “se reconhecer sem-terra”. Esse processo de reconhecimento e identificação como sujeito coletivo é parte importante do processo de consciência. A suposta dicotomia "colonos" e "eles (MST)" não são estáticas, rígidas e nem tampouco opostas, porém permanecem em disputas, não podendo ser entendidas dissociadas dos chãos históricos aos quais se vinculam, expressam e conformam.

Porém, a compreensão sobre a organização do assentamento não é igual para todos, havendo, mesmo que como forma de melhor explicar a dinâmica, uma compreensão de uma transposição dos modelos de poder de outrora. Baobá diz:

Cada setor tem uma pessoa que comanda duas pessoas, né? [...] Aqui no Rio Doce tem duas pessoas que comanda aqui, qualquer coisa tem que ir atrás deles pra eles poderem resolver. Aí também na Aliança a mesma coisa... Então quando precisa de uma coisa assim, pra resolver, tem que chamar o cabeça.

Oliveira conta que a relação com os ex-colonos ainda não é totalmente tranquila. Segundo ela, por “falta de busca de informação”, eles preferem “não se misturar” dizendo,

inclusive, que sofre retaliações por ter se envolvido com o movimento: “tem que entender que era uma fazenda e hoje é um assentamento. Eu tenho a minha história de vida, eles têm a deles, respeito a deles e eles a minha [...] essas pessoas ainda não entenderam esse processo”. Assim, em relação aos processos decisórios, Oliveira acredita que muitos não participam por não serem conformados à lógica coletiva e também pelo estigma associado ao MST:

acha que é simplesmente foi lá e invadiu a fazenda, mas se faz uma reunião pode achar que é reunião pra ir um contra o outro e é pra discutir o processo do assentamento. Tem processo de documentação, tem processo de pessoas que estão bloqueadas, é problema de invalidez, problemas psiquiátricos, é problema de renda, então a gente tá aqui pra focar no processo do assentamento pras coisas evoluir porque se foi pra ficar do jeito que tava não precisaria ter ocupado.

Vemos nessa fala de Oliveira um importante avanço do processo de politização construído a partir da práxis no MST: “o movimento é política”, diz ela.

Jatobá, questionada sobre a organização do assentamento, acentua características privatistas: “cada um cuidando do seu lote, né? Uns plantando, outros criando gado, tirando leite... cada um na sua, sabe? Às vezes tem uma coisa em comum, sabe? Quando é pra fazer alguma coisa em comum, aí faz, mas é mais cada um trabalhando no seu”. No entanto, não se trata de uma percepção acrítica. Jatobá pontua que acredita que a ideia de “união” transmitida pelo MST quando chegou na fazenda era benéfica e impulsionava todos para o trabalho coletivo. Ela acredita que, com a ida para os terrenos, de forma geral, houve uma perda do senso coletivo: “porque a partir do momento que cada um foi pro seu lote, eles se preocupou (sic) mais em trabalhar, construir, né? [...] e não se preocupa mais com esse negócio de reunião. Acho que é mais, é comodismo. Tá com o CCU, então tá mais é... garantido assim, então eles quer mais aquilo ali, tão preocupando pouco com reunião”. Essa percepção também fica nítida em: “Quando eles chegaram, parecia assim, a gente acreditava ‘nossa, é um povo realmente

unido e tal', mas não, é até eles conseguirem, assim, conseguiram os lote, aí não, agora já não tem mais essa união e comprometimento não. Cada um por si, praticamente. Tem aqueles que se esforçam muito ainda, né?

No entanto, o processo de legalização do assentamento é também um fator que evidencia o papel de mediadora de direitos que exerce a propriedade privada (formal): “quando a gente vai fazer alguma documentação a gente chega lá, minha filha, e não adianta de nada, eles pedem posse da casa, título da casa, se você tem documento da casa, da propriedade, não tem”, diz Oliveira.

Jacarandá reflete que após a divisão dos lotes se iniciou um processo de individualização (ou reconformação à consciência privatista):

Porque no acampamento aquilo pulsa, né? É um formigueiro. Acampamento é um formigueiro, acampamento é um trem, assim, nossa senhora. E é mais leve, porque é no coletivo. Aqui fica mais pesado porque a gente fica muito no individual [...] infelizmente a gente não conseguiu fazer uma discussão aqui. A gente avançou muito nessa questão da divisão dos lotes, mas a gente não conseguiu fazer uma discussão de ter um projeto de assentamento mais coletivo, com agrovila, essas coisas, então o lote é o quadrado de burro mesmo [...] aí você tem que na terra nua, nua não, assim, com pasto, sei lá o quê, você tem que fazer casa, você tem que fazer saneamento básico, você tem que cercar o lote inteiro, você tem que produzir, você tem que fazer.

Aqui Jacarandá indica as diferentes formas de organização socioespacial de assentamentos que podem influenciar diretamente na conformação das relações nos assentamentos posteriormente. Nogueira (2007) indica as diferentes formas de parcelamento da terra (algumas já citadas por Jacarandá), que dependem do resultado dos debates entre os assentados. Há o “quadrado burro”, usado no ADG, que diz sobre o parcelamento em lotes como um tabuleiro de xadrez, onde cada lote corresponde a uma unidade de moradia e

produção. Nesse modelo há maior distância entre as moradias e diminui a convivência entre as pessoas, além de individualizar o uso de recursos naturais pertencentes em cada lote. Outra forma de parcelamento é a agrovila, que consiste na divisão em lotes de moradia mais próximos entre si e com áreas comunitárias e de convívio no centro, e em lotes de produção, mais distantes. Por essa última característica, não rompe com a lógica individual. Há ainda o parcelamento tipo raio de sol, onde os núcleos de moradia e produção são construídos ao redor/tangente a um círculo, sendo este local de convívio. E, por fim, a organização em terras familiares e em terras comuns, sendo a primeira para moradias e as segundas para produção coletiva.

Ademais, M. Rosa (2022) e demais trabalhos também verificam a dificuldade de continuidade da organização de base após a conformação do assentamento, principalmente em relação ao contraponto entre propriedade privada e organização coletiva. O potencial dos acampamentos e ocupações é registrado na literatura enquanto momento crucial, apesar das precariedades objetivas, de reconhecimento, pertencimento e fortalecimento de vínculos. Em uma série de textos intitulados *Luta, que cura!*, publicados⁵⁶ no site *Passa Palavra*, há relatos de como não é incomum militantes (aqui, no caso, no MTST) usarem a palavra *terapia* para caracterizarem os acampamentos:

Muitas das centenas, ou milhares, de pessoas que se juntaram à ocupação por uma necessidade básica, a casa, parecem ter encontrado algo além: um tipo de acolhimento e de suporte coletivos forjado nas experiências de lutas massivas e combativas, no trabalho coletivo para manter todas as estruturas coletivas funcionando, nas festas memoráveis e nas inúmeras atividades culturais. Forjado também nas incontáveis “assembléias dos grupos” e nas reuniões de grupos pequenos, ao redor da fogueira, acompanhados de um velho violão, as bebidas e

⁵⁶ Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/05/98612/>

as histórias compartilhadas, quando a escuridão da noite cobria o acampamento. Um conjunto que lhes permitiu restabelecer vínculos perdidos, resgatar sua autoestima e reconstruir um projeto de futuro. Sem projeto de futuro, nós simplesmente adoecemos.

Boulos (2017) também constata como a militância MTST e a participação em ocupações contribuiu para “a redução dos escores de depressão, ansiedade e solidão, assim como o aumento do índice de relações sociais” (p. 83), visto que as ocupações ampliaram as relações sociais, proporcionaram uma dinâmica de reconhecimento de si e de acolhimento, resgataram a autoestima, produziram ou reforçaram vínculos de solidariedade e uma vivência coletiva de pertencimento. L. Rosa (2017), em estudo sobre o “potencial terapêutico” da participação em movimentos sociais, a partir de um estudo de caso com militantes do MST, identifica oito fatores terapêuticos, a saber: instilação de esperança; universalidade; compartilhamento de informações; altruísmo; desenvolvimento de técnicas de socialização; aprendizado por intermédio do outro; aceitação; autoconhecimento. Além disso, há “fatores terapêuticos psicopolíticos” apontados pelo autor: ideais de mudança comunitária e social; garantia de sobrevivência e segurança material para a família; conquistas relacionadas à luta. Dessa forma, fica evidente como a organização e a militância aparecem como possibilidades de humanização, propiciando desde condições básicas e objetivas de vida (moradia, alimentação, terra etc.) até as “subjetivas” (identidade, alteridade, solidariedade etc.), o que não anula as dificuldades enfrentadas pelos militantes, que passam por limitações e contradições de diversas ordens.

A despeito de tais potencialidades na saúde mental, a participação em um movimento social e também a tomada de consciência não são processos sem conflitos. Conforme afirma Iasi (1999), o indivíduo em conflito, se não detentor de condições materiais e objetivas de organização e superação revolucionária, é tido como “o culpado por sua existência. Enquanto isto, o alienado recebe o rótulo de ‘normal’”. Não dar sentido coletivo a esses conflitos podem

estar na causa de sofrimentos mentais, por exemplo. Assim, como aponta Machado (2008, p. 244).

enquanto os acampamentos têm um caráter transitório, os assentamentos são mais “permanentes”, pois são neles que os “novos” laços sociais e as “novas” relações de produção se expressarão. Neles, portanto, o quadro político é outro. E, por isso, entendemos que os desafios do MST aumentam. Por se situarem em outro patamar da luta de classes, os assentamentos não vivem em estado de assembleia permanente e nem se encontram no calor da luta política mais imediata. Neles, os sem-terra vão plantar e colher aquilo que faz parte de suas reservas políticas e ideológicas, ou seja, o que entendem que seriam as relações de produção socialistas. Ao lado desse aspecto, um outro desafio se interpõe: a capacidade política de se manter vinculado ao movimento.

Sendo assim, considerando a conquista da terra o alcance de um dos objetivos, bem como que a militância não se esgota com tal conquista, o que marca a diferença tão significativa apontada pelos entrevistados nesse momento de passagem dos acampamentos para os assentamentos? A passagem para o assentamento e a organização em lotes evidencia o processo não linear de constituição da consciência e de compreensão da própria sociabilidade (do privado e ao coletivo e retorno ao privado). Carvalho reforça, dizendo que “quando a gente vai pros lotes, aquilo vira uma pequena propriedadezinha privada, né. Então tirar essa concepção, né, dizer ‘Olha, é uma propriedade privada sim, é sua, mas ela foi conseguida através de uma luta coletiva, né, vamos trabalhar isso junto?’”. Além disso, como reforça Jacarandá, “a sociedade capitalista, ela cria enormes barreiras, porque as pessoas, elas... esse negócio da propriedade privada é uma desgraça, elas têm muita dificuldade de não ter propriedade privada, sabe?”.

Assim, a ideia de propriedade privada promove o esvaziamento da coletividade reavivando o modo hegemônico individualista de nossa sociedade (que tem raízes justamente na propriedade privada), o que impacta na organização da luta. Perde-se, assim, a dimensão de

unidade do gênero humano, tão clara nos acampamentos, que estreitam os vínculos, havendo um processo de individualização pela propriedade privada, o que impacta na organização coletiva e no avanço da luta (M. Rosa, 2022). Se em sua origem, a emergência da propriedade privada implicou uma modificação profunda na forma dos homens verem o mundo e a si mesmos, vemos este mesmo movimento na passagem do acampamento ao assentamento. Marx e Engels (1845-1846/2007), em *A Ideologia Alemã*, já antes citada, nos indicam que a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade cria outra forma de sociabilidade, onde o Estado surge como figura primordial de garantia dos interesses desta propriedade. A partir dessa crítica, a concepção de uma propriedade comum a todos se faz possível.

Ocorre, nesses termos, com a consolidação do assentamento, um retorno ao aspecto formal do sujeito de direito e, portanto, modificações (ou um retorno?) nas formas de consciência. Logo, o acesso à propriedade - mesmo que enquanto valor de uso, como no caso dos assentamentos, em um primeiro momento - “reconfigura” tal consciência (visto que não se trata de um movimento linear). Isso porque,

relação de propriedade privada, isto é, do sujeito com ela, implica uma apropriação limitada da vida. Os objetos somente são tidos como do sujeito na condição exclusiva de pertencimento como propriedade. Os sentidos do sujeito, físicos e intelectuais, deixam de expandir, quando restritos às delimitações impostas pela posse. Por isso, salienta Marx: A supressão da propriedade privada é, pois, a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos (Chagas, 2013, p. 79).

Para Marx, continua Chagas (2013, p. 79),

os sentidos tornam-se humanos quando os sentidos do sujeito encontram nos seus objetos uma satisfação liberta da propriedade privada e passam a refletir o trabalho

como uma atividade cooperativa, de mútuo intercâmbio, a qual não condiciona o sujeito trabalhador ao estranhamento do produto do trabalho.

As experiências dos acampamentos traduziriam (ou chegariam próximo) do preconizado por Marx. Porém, é necessário que não haja uma ode às limitações materiais e dificuldades tantas encontradas nos acampamentos.

O que tem no meio do caminho (entre acampamento e luta pela terra e sua efetivação em assentamento, ou ainda, entre a consciência em si e a para si)? A propriedade. Assim, se somos condicionados e compreendemos a propriedade como o princípio e o fim, e se nossas próprias ideias são produtos dessa relação com a propriedade, podemos corroborar a tese de uma consciência privatista, ou seja, que tem como seu fundamento a propriedade privada - e a reprodução da vida e da sobrevivência a partir do nível individual, privado.

A compreensão da necessidade da luta, nesse caso, é mais imediata, liga-se de modo mais direto e menos mediado a um objetivo específico, pontual. Se o engajamento no Movimento vinha pela necessidade individual da conquista da terra e o processo de consciência não foi capaz de alargar os horizontes da compreensão dessa necessidade em um sentido coletivo e pautado na essência das determinações de classe, a satisfação dessa necessidade é suficiente para frear esse engajamento. Nesse caso, ficam evidentes os limites que o MST encontra na formação de parte significativa de sua base, que só se mobiliza pelo objetivo mais imediato da conquista da terra, permanecendo nos limites da consciência de classe em-si e, muitas vezes, retrocedendo ao momento anterior do processo de consciência de classe. Os outros dois objetivos do Movimento, a luta pela reforma agrária e pela transformação social, ficam à margem, sem força suficiente para consolidarem-se como motivos da conduta dos sujeitos (M. Rosa, 2022, p. 286).

Podemos questionar, porém, se, de fato, existiu o momento da consciência de classe – e se essa é possível nos moldes do MPC -, bem como se, se sim, é possível um retrocesso de

consciência a partir daí. De qualquer forma, romper com a consciência privatista é onde reside uma das maiores dificuldades do MST - e de nossa sociedade. Talvez a maior, seja sustentar o seu projeto anticapitalista de origem.

Percebe-se que, de formas e graus diferentes, todos(as) os(as) entrevistados(as) possuem uma concepção negativa de propriedade privada (ainda que, em grande parte, partindo de uma ideia de desigualdade de concentração de terras). A fala de Oliveira ilustra os limites de se partir para uma proposta além da distribuição de terra:

acho que eu não concordo, enquanto tem muitos lotes abandonados, muitas terras abandonadas que nem tão usando, tem muitos que necessitam de um cantinho pra plantar, pra morar, pra viver porque hoje em dia tem muita gente que tá no aluguel e passa muita dificuldade, tanto na alimentação quanto na saúde, em tudo.

Jatobá diz sobre a desigualdade: “é muito dinheiro na mão de poucos e muitos passando fome. É uma desigualdade mesmo, até desumana até isso [...] é injusto”.

O sentimento de revolta frente às injustiças é um momento fundamental no processo de consciência, como já vimos, por exemplo, nas histórias de vida e razões para ingresso no MST. Portanto, para além do fatalismo, a revolta pode ser uma resposta à falta de perspectivas sociais. Porém, a revolta individualizada e não consciente, pode conduzir à identificação com o opressor. Eis a dialética do fatalismo, ou seu rosto bifronte, onde este se apresenta como resignação e também como revolta (individual ou coletiva). Assim, o fatalismo não pode ser visto como mera apatia popular e sim, dialeticamente, como expressão da miséria real e o protesto contra ela. Dessa forma, diante de uma realidade violenta, o fatalismo aparece como possibilidade de dar sentido à existência - muitas vezes a única possível - sendo reforçado e subjetivado pelas condições de vida opressoras e exploratórias que exigem a luta pela própria sobrevivência e tolhe os esforços de oposição à ordem social. Logo, possui uma dupla faceta individual-coletiva, e, também, de resignação-revolta (Costa & Mendes, 2020).

Assim, essa passagem ocasionada pela revolta para um novo momento de consciência - enquanto consciência *para si* - não se dá pelo simples ato de revoltar-se, e sim na condição de coletividade: “a pré-condição para essa passagem é o grupo. Quando uma pessoa vive uma injustiça solitariamente, tende à revolta, mas em certas circunstâncias pode ver em outras pessoas sua própria contradição” (Iasi, 1999, p.34). Ademais, o processo de revolta que transforma a consciência e a ação (e vice e versa) e rompe com o fatalismo não está ligado somente a processos subjetivos e mudanças individuais, mas, sobretudo, em mudanças concretas da realidade - por exemplo, a implantação de um assentamento e a mudança de lógicas de sociabilidade e produtivas. Além disso, pressupõe três mudanças: a recuperação da memória histórica, a organização popular e a prática de classe (Martin-Baró, 2017b).

Para Martin-Baró (1989), a partir de sua teoria dialética de grupos, o grupo diz respeito tanto à realidade de seus membros, portanto, mais localizada e pessoal, mas também a uma dimensão estrutural, e ambas estão interligadas. Por isso, diz respeito a vínculos que canalizam necessidades individuais e/ou interesses coletivos, não podendo ser reduzido à soma de seus membros visto que é uma estrutura social. Ao falar sobre a formação de identidade do grupo, Martín-Baró ressalta, entre outros aspectos, a consciência de pertencer a um grupo, que diz respeito ao grupo se tornar referência, criando um sentimento de pertença subjetiva e identificação. Retomando a distinção das classes sociais entre em si e para si:

Todo grupo tem uma existência objetiva, é um grupo em-si; mas nem todo grupo possui o grau de consciência coletiva que permite adequar sua identidade e sua atividade aos interesses da sua classe social objetiva. Somente quando um grupo adquire essa consciência e busca adequar sua identidade e suas metas aos seus vínculos objetivos, isto é, quando canaliza os interesses da classe social da qual é parte, pode-se, então, falar de um grupo para-si (Martin-Baró, 2017b, p. 214).

Ainda em relação aos grupos, podemos fazer uma relação entre o que Moura (2021) chama de grupos *específicos e diferenciados*, com os grupos em si e para si de Martín Baró e com o processo de consciência descrito por Marx e Engels. Moura (2021), ao relatar a experiência do negro no Brasil, caracteriza de grupos diferenciados aqueles que, por conta de uma marca, são vistos na sociedade do capital como aceitáveis ou rejeitáveis. Os grupos específicos, por sua vez, tratam do mesmo grupo, porém a partir de um outro momento deste, adquirindo consciência de sua diferenciação e revalorizando símbolos e marcas como forma de autoafirmação grupal e de autopreservação e sobrevivência. Assim, enquanto o grupo diferenciado é identificado (em si), o específico se vê (para si). No entanto, aqui também não se trata de um nível de consciência dado. Essa associação em um “nós” necessita de “uma atualização permanente de sua consciência” (p. 277). Ainda segundo Moura (2021), a existência de grupos específicos e diferenciados, porém, só é possível no interior de uma sociedade de classes: “o negro somente se sente específico porque é diferenciado inicialmente pelas classes sociais brancas, fato que o leva a procurar organizar-se e criar uma subideologia capaz de manter a consciência grupal em vários níveis” (p. 279). Tal processo de se tornar específico traz consigo contradições que são próprias da sociedade competitiva: a necessidade de ampliar a participação no processo de interação global, muitas vezes, de forma a tentar se igualar aos opressores, o que pode causar uma ruptura e o regresso para um grupo diferenciado. Dessa forma, podemos dar continuidade a tais análises dizendo dos sem-terra (englobando aqui os ex-colonos) como grupos para si (Martín-Baró) e diferenciados (Moura), mas com a necessidade de um salto qualitativo que os conforme nos marcos de uma classe para si, no sentido *marxiano* e *engelsiano*.

O caso de Oliveira é representativo como estar em um outro grupo, o MST, lhe deu um status específico diferente do que possuía na sociedade de classes. Oliveira, que possui cargo de coordenadora de área, conta que sua principal função “é cuidar das coisas do assentamento”

e que principais questões envolvem “documentação, conflito com vizinho, o gado pulou pra lá e eles ficam com uma brigaiada por causa de cerca porque um tem mais direito e o outro não tem”. Baobá também ressalta que, apesar da boa convivência que é possível no ambiente rural (principalmente sem preocupações com a violência), há tensionamentos em relação a pequenos conflitos de propriedade, como medição de terreno, barulho, animais que invadem o terreno e quebra de cerca: “eu tenho um vizinho aqui que ele deu um problema na terra aí, eu já tinha cercado a terra e ele disse que a terra não era minha, né?”. Carvalho acredita que esse problema está relacionado ao modelo de lotes do ADG, que não foi interessante: “e isso tem dado muito desgaste, né, em algumas famílias. Pra eu entrar no meu lote tem que passar no lote do vizinho”.

Jatobá também afirma que existem muitos conflitos em relação a pequenas “invasões” de propriedade (como passagem de pessoas, estrada, água...) e vê como contraditória tal posição:

Aí você vê as pessoas que vieram com intuito de receber terra, que não pode ficar na mão de muitos, né? Latifundiário e tal. Mas você vê, eles vieram juntos, muita gente recebeu seu pedacinho, mas proíbe que o outro passe pelo seu terreno. Faz uma cerca ali, não pode entrar. Eles tinham uma mina dentro do quintal dele que a pessoa não pode utilizar, aí eu acho errado, porque se o outro não podia ter tanto e disso, dividiu, ganhou, então vai ter que privar o outro também? Então ele tá agindo errado.

Esse tipo de conflito, que envolve propriedade, parece ser o mais comum e nos remete ao debate sobre a mudança, não só organizativa e evidente, entre acampamento e assentamento, mas sobre a lógica coletivista versus individual (ou público e privada). Em relação aos conflitos, todos os entrevistados afirmam que existem, em graus diferentes, havendo inclusive contradições no decorrer da mesma entrevista - dizer, por exemplo, que não há conflitos e depois contar dos problemas do assentamento -, que se explicam pelo próprio movimento de reflexão sobre o que se fala. Carvalho conta que nem sempre o movimento tem conseguido “dar

unidade dos conflitos, da interferência de outro movimento, disputa política”, não havendo uma coesão da totalidade das famílias em relação aos ideários do MST. Aroeira, por exemplo, afirma que a participação nos núcleos de base depende do assunto a ser tratado, “porque as pessoas se movem pelo interesse”. Segundo ela, assuntos relativos à liberação de crédito de casa, por exemplo, dão quórum.

Ao contrário de uma visão de senso comum que pode imaginar os assentamentos com ações coletivas a todo momento, Aroeira esclarece que “é uma vida normal, cada um tem que cuidar das tarefas, cuidar do seu lote, cuidar dos seus filhos e aí tem o período das reuniões, das ações e dos encontros”. Nesse sentido, podemos refletir como a genealogia desses conflitos “de propriedade” estão congruentes aos valores do capital - tais como individualismo, competitividade, meritocracia, e a superação deles, segundo Carvalho está na compreensão da dinâmica da própria questão agrária no Brasil (“o agronegócio, os latifúndios”). Nesse sentido, dão arcabouço para a compreensão da consciência privatista, que, segundo os militantes entrevistados, seria possível de serem “solucionados” a partir de um movimento de conscientização sobre os ideários do movimento.

Assim, “a democratização do acesso à terra é uma questão primordial no Brasil e que, se a gente não resolve isso, a gente não resolve o Brasil também”, afirma Jacarandá, que diz ainda que o diferencial do MST é que, apesar do reconhecimento das dificuldades de sermos conformados aos moldes do capitalismo, “a gente tenta sempre melhorar dentro do que é possível. É isso, sabe? É o sentido”.

Carvalho percebe os impactos da lógica do capital no cotidiano do assentamento: “a gente vive em um sistema que ele é capitalista, mesmo estando ali dentro. Então todo esse sentimento, essas relações que o capitalismo coloca, da competição, do individualismo, isso tudo influencia demais nessas relações. Então produzir coletivamente ainda é muito difícil”. Porém, fatores objetivos, como a manutenção da própria sobrevivência, influem para uma

desmobilização nos assentamentos e, inclusive, para o não aceite de cargos organizativos, como afirma Jacarandá:

a gente com uma estabilidade financeira legal, não precisa ficar super preocupada como é que vai pagar as contas e tal, eu acho que aí dá para a gente conversar sobre essas questões, porque aí fica mais tranquilo. Mas agora, mesmo, a minha vida gira em torno do lote, da produção, da gente ter uma vida digna, da gente produzir [...] sem Pronaf, sem nada. Sem ajuda de ninguém [...] Enfim, matando um leão por dia.

Em contrapartida, as possibilidades estão justamente no coletivo: “estamos conversando com o pessoal da Copac, da cooperativa da Serra, para a gente entrar também, porque a gente não aguenta mais ficar sozinho se digladiando, é muito pesado, então nós estamos nesse processo”, diz Jacarandá.

As dificuldades de se desenvolverem formas de cooperação coletiva têm origem, segundo Jacarandá, a partir da emissão do CCU:

o CCU, contrato de concessão de uso, a gente não é dono da terra, a gente só tem a concessão de uso, mas acontece que é tipo uma propriedade privada e isso já atrapalha, já atrapalha. Então assim, se fosse uma questão coletiva, a gente seria obrigado a se debruçar e a resolver as coisas de forma coletiva, mas não, esse lote aqui é nosso, então a gente tem que... e, assim, é muito difícil a gente envolver formas de cooperação dentro do assentamento [...] a comercialização⁵⁷ é uma oportunidade muito legal da gente cooperar, sabe? Já na produção, no lote individual, é muito difícil. É difícil cooperar na produção, no lote individual, é muito difícil. Aí o que acontece é que muitas das pessoas acaba que faz, tipo assim, aluga pasto, sabe?

⁵⁷ Exemplo de cooperação na comercialização no ADG são as cestas agroecológicas/da reforma agrária que são distribuídas nas cidades da região e Armazéns do Campo. Em janeiro de 2023 foi aberto o primeiro Armazém do Campo da cidade de Juiz de Fora com produtos do ADG.

As cooperativas são formas de organização coletivas que visam a produção e comercialização e também a prestação de serviços e crédito. No MST, a lógica cooperativa objetiva a sobrevivência frente à grande indústria agropecuária, o que não é pensável para o pequeno agricultor individual. No entanto, grande parte das cooperativas do MST (a citar, as Cooperativas de Produção Agropecuária [CPA]) se difere das tradicionais ao implementarem modelos democráticos e autogestionários, tendo uma composição de base social e objetivos de produção coletiva e como finalidade a transformação social. Nas CPA's há a coletivização dos meios de produção e também da terra. Isso significa que “o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece no nome do indivíduo, mas esse passa o controle para a cooperativa, por meio de contrato de comodato” (Marconi & Santos, 2016, p. 177). Jacarandá conta das experiências de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) em outras regiões e de como as experiências mais bem sucedidas foram construídas ainda nos períodos de acampamento, com a participação e decisões coletivas, fazendo parte de um processo também formativo.

A ênfase no coletivo aparece como um diferencial do movimento que modifica a dinâmica cotidiana e a conquista de direitos básicos. Oliveira, ex-colona, afirma que

antigamente não tinha movimento, não tinha nada, era só a gente mesmo. Hoje não, hoje tem reunião disso, tem comemoração daquilo, tem um evento, então participa quem quer. Tem gente toda hora, visita pra todo lado, tem energia elétrica que antes não tinha. Então assim, mudou muito.

Parece-nos, dessa forma, que há a conformação de grupos em si/grupos diferenciados, o que nos faz identificar claramente os membros do MST e os ex-colonos, por exemplo. Há ainda, o que é representativo da história do movimento, a constituição de um grupo para si/grupo específico, não sem contradições entre os diferentes discursos, como também se é esperado. É interessante analisar, então, como esses grupos, em seus diferentes momentos de

conformação de consciência, realizam o movimento que Moura (2021) chama de “para” a sociedade global e quais os entraves aí encontrados.

5.3. Eixo 3. Compreensões sobre o MST, papel formativo e humanizador dos movimentos sociais, relações com o Estado e o momento atual - “é para além do acesso à terra”

Dadas as contradições e desafios do cotidiano no assentamento, que envolvem primordialmente os conflitos de propriedade e a sustentação de uma lógica coletiva, aqui podemos articular as diferentes compreensões sobre o MST e como a formação política promovida pelo movimento possui papel central na vida dos militantes e moradores do ADG, sendo fundamental ao processo de conscientização: uma formação política ancorada na luta cotidiana, pela práxis.

A formação política é uma das ações mais enfatizadas pelos movimentos sociais e pode ser compreendida como: 1. transmissão de linha partidária; ou 2. criadora de consciência, o que é supervalorizá-la (Iasi, 2022). As formações têm como pressupostos que a realidade possui determinações e envolvem projetos históricos de determinadas classes e que a transformação histórica deve possuir consciência e intencionalidade. Os espaços de formação política articulam o conhecimento científico - no sentido de desmistificar o mundo - o relacionando com a realidade. Em suma, trata-se de um passo fundamental para o processo de consciência, sobretudo para o avanço da consciência de classe.

Esse salto para a consciência revolucionária seria, então, a combinação entre a vivência das contradições da realidade e a apropriação de instrumentos teóricos que subsidiem a compreensão das determinações de nossa realidade. Segundo Iasi (2022), há três dimensões na militância (ou condições subjetivas) para construção da consciência: a agitação, a organização e a formação. No entanto, a partir da máxima de que “tudo é formação”, a formação política por ser confundida com a mera agitação. A educação popular tem como prerrogativa que o

processo educativo deve partir de uma concepção metodológica dialética. O grande limite é a deformação entre formar militantes e a finalidade estratégica de formar bases eleitorais. Assim, a “construção de alternativas revolucionárias encontra, no instrumento da formação política, não a capacidade de evitar os momentos de acomodação, o que levaria a uma supervalorização deste instrumento, mas de enfrentá-los com uma qualidade superior e sobreviver às crises [...]” (Iasi, 2022, p. 164).

Conforme aponta Carvalho, apesar dos limites (que dizem das relações sociais ancoradas no capitalismo), “algumas famílias conseguiram absorver muito dessas novas relações, dessa proposta, de produzir de forma cooperada, de participar da luta, de se sensibilizar da necessidade” [de ocupar outras terras e continuar na militância]. Continua Carvalho: “isso foi muito do diálogo e das formações que iam acontecendo, né. Que não necessariamente em uma sala de aula, com caderno, mas do ir pra luta”. Aroeira defende que a formação política, fundamentalmente a que propicia mudanças nas formas de se ver o mundo e na consciência, tem seu maior potencial nos trabalhos de base:

O que é o trabalho de base? É você falar pra elas o que a gente pode fazer junto. Tem uma terra ela é improdutiva e ela cabe mais ou menos X partículas e a gente quer saber quem precisa ir pra uma terra, as pessoas que participam do processo são pessoas que, normalmente, não estão podendo se sustentar na cidade, tem uma história no meio rural, tem afinidade, tem vários casos, gente que não consegue pagar o aluguel ou paga o aluguel ou come, precisa de um lugar. Então tem a situação socioeconômica, tem gente que foi expulso de uma terra e sonha em voltar e aí você faz um processo de preparação dessas famílias, quando ela vai pra uma terra ela já tá entendendo o processo, a gente não promete terra pra ninguém porque a gente não compra terra, não tem como prometer, a gente promete luta, se quiser lutar pelo seu pedaço vamos juntos.

Dessa forma, o MST conta com formações por meio de cursos realizados localmente ou em parcerias com universidades públicas, bem como a própria Escola Florestan Fernandes: “desde essas parcerias com as universidades, mas passa também pela sala de aula do ensino fundamental no assentamento, se passa por cursos de formação sobre movimentos sociais, que aí dá pra fazer em outro estado. Ou da gente enviar militante pra fazer o curso de graduação em qualquer, né, em qualquer das parcerias que a gente tem com as universidades”, afirma Carvalho, que destaca “também a dimensão da luta, né. Da luta política da realidade. Então, ir pra uma atividade, ir pra uma passeata, pra uma marcha, pra uma ocupação de latifúndio, mesmo já sendo assentado”. As parcerias e a consolidação da Escola e dos próprios cursos é fundamental para uma formação condizente com o horizonte estratégico e visão de mundo do movimento: “a gente começa a entender o mundo quando a gente começa a entender o sistema capitalista, né? A gente começa a entender o mundo quando a gente começa a entender o sistema capitalista, começa a entender a história da humanidade em uma outra perspectiva, da classe trabalhadora”, diz Jacarandá, deixando evidente a compreensão de como a educação (e a instituição escolar) tradicional possui viés ideológico, hegemonicamente das classes dominantes. As trajetórias acadêmicas de Jacarandá e Carvalho, apesar de histórias de vida distintas, ilustram sobre o papel do intelectual nos movimentos sociais e alertam sobre como os intelectuais que aderem à luta dos trabalhadores tendem a vir das camadas médias, podendo (como no caso das duas) ou não se tornarem orgânicos. Dessa forma, a organicidade está “no vínculo estabelecido com as classes e a luta de classes; reside na disposição de mudança revolucionária e nas tarefas organizativas, formativas, políticas e militares para tanto” (Iasi, 2022, p. 195). No mais, tal dinâmica também reitera que a origem de classe (ou mesmo na classe trabalhadora) não é sinônimo de posição de classe, com a primeira não simplesmente determinando a segunda.

É também nos espaços de formação que é formada a capacidade de construção de uma unidade política e de ações coletivas e sentimento de pertença. Porém, como afirma Carvalho, “tem família que não quer ver o MST nem pintado de ouro [...] Em algumas regiões a gente baixou bandeira por conta disso”. Reflexos dessas dificuldades estão na própria definição do MST dada pelos diferentes entrevistados. Jacarandá afirma os três objetivos do MST: “a terra, a reforma agrária, que é para além do acesso à terra, que aí tem educação, tem saúde, tem cultura, tem arte, tem um monte de coisa e vai além, que é a transformação social”. Carvalho também reforça sobre o objetivo do MST “de transformação social, de transformação de motivação de sonho, de construir de fato uma sociedade diferente”.

Carvalho define ainda o MST em relação às suas linhas políticas, como em: “movimento que constrói cotidianamente uma outra possibilidade de vida pra quem tá no campo. E dialoga com a cidade, né. A partir do momento em que essa transformação que a gente pretende no campo não é só para nós, que tá no campo, mas é também poder produzir uma alimentação sem veneno” ou em “é um Movimento muito bonito, né. Que promove a alfabetização de milhares de famílias, de pessoas, de sujeitos, né. Então assim, tem muita, eu tenho muita pertença”.

Já Baobá encontra dificuldade em definir o MST, reforçando o papel de garantia de direito à terra, reforçando a vida no campo em contraponto ao êxodo rural para as cidades e se pautando na sua experiência com o movimento:

O MST pra mim é uma empresa que dá direito ao empregado ter uma terra, pra ele poder cultivar com ela, ter o direito de plantar, ter o direito de moradia, entendeu? Acho que é tudo por aí, porque chegou agora o funcionário que vai dá o título da terra, mil e poucas pessoas, três mil mais ou menos. Então isso vai ser muito bom! Quer dizer, num sei se vai até vender o terreno depois, daqui 5 anos parece que pode vender o terreno, né? Então isso aí é uma tristeza, né? Mas se a gente pensar direitinho não tem nada de vender não, isso vai passando de geração pra geração, né? Porque se todo mundo vender, vai

embora pra cidade, quantas pessoas aqui não vai embora pra cidade, né? Quantas famílias?

Baobá se refere à ao artigo 189 da Constituição Federal, que estabelece que os lotes em assentamentos da reforma agrária não podem ser negociados pelo prazo de dez anos, ainda que o beneficiário receba o título da terra. O imaginário no senso comum - incentivado pela mídia - de que as terras de reforma agrária são alvo de especulação e de que a luta teria como finalidade a comercialização da terra confirmam a inseparabilidade em nossa compreensão entre mercadoria, propriedade e moradia. No entanto, linhas de ação de não devastação e não comercialização das terras parecem ser pontos básicos no MST (Nepomuceno, 2019).

Jatobá pondera que as dificuldades do cotidiano fazem o MST ser “bem mais forte” na teoria do que na prática e que há contradições nas percepções sobre o movimento entre os moradores da antiga fazenda: “muita gente, pra te falar a verdade, não gosta. Não gosta do movimento. Isso é bem nítido, você vê as pessoas não gostarem. Ainda depois de tudo que aconteceu, da escola, pessoas lá de fora vindo trabalhar”. Já Oliveira, que se envolveu na militância após a chegada do MST na fazenda, vê o movimento como “movimento de luta pelos nossos direitos, que luta por uma coisa que e, ao invés de ser um sozinho, são de muitos, porque ninguém ocupa terra sozinho, tem que ser com bastante gente, o processo é um processo de luta e riscos”.

Nas falas anteriores, vemos que há, em linhas gerais, duas orientações sobre os objetivos do MST: uma de cunho mais imediato, como o acesso a direitos e de novas formas de produção e relação com a natureza (que aqui chamaremos de linhas políticas e resistência ativa, seguindo a fala dos entrevistados, mas pode também ser enquadrado como táticas), e outra no sentido da transformação social, ou horizonte estratégico/estratégia. Há atualmente uma pluralidade de linhas políticas no movimento, como plantação de árvores nativas (reflorestamento), alimentação saudável (segurança e soberania alimentar), resgate dos saberes populares, entre

outras. Carvalho afirma que “as definições (das linhas) que são tiradas nacionalmente, elas de fato têm incidência no local, né. Que assim a gente vai se organizando”. Carvalho define o momento atual como de resistência ativa, que

passa pela produção, por produzir. Produzir comida, produzir comida saudável. E passa pela nossa organização interna em fortalecimento, né, das direções, dos militantes. E ao mesmo tempo em que a gente se fortalece, a gente dialoga com a sociedade, provando que é possível produzir mesmo, do modelo que tá colocado aí do agronegócio.

Já Ipê indica que, embora o governo Bolsonaro - o governo na época da realização das entrevistas - tente “atingir o movimento de qualquer forma”, estão sendo traçadas “formas de resistências ativas” em seu interior, além de uma reorganização do movimento: “o movimento deu uma recuada, mas é uma recuada de reorganização das nossas bases, né. De enfrentamento, de resistência e de formação de consciência de novos [quadros] de militância”.

Em relação à tática, há divergências em relação ao papel do movimento, em congruência com o momento de intensa criminalização que permeou os anos do governo Bolsonaro - mas mesmo antes, como, por exemplo, a Lei Antiterrorismo sancionada no governo Dilma. Carvalho acredita que o momento é de recuo estratégico por conta da violência contra os movimentos sociais: “se junto com esse governo, a gente não tivesse com essa ameaça constante, né, de mandar bala e chumbo e matar quem tá fazendo ocupação, seria o momento perfeito pra gente fazer muita ocupação”. Aroeira, porém, afirma: “nós vamos pra cima, o próximo período vai ser um período de bastante embate. Sem maiores detalhes”. A pandemia também trouxe a necessidade de reformulações na organização das lutas e no próprio assentamento, tendo causado maior dificuldade para realização de reuniões e para a luta mais ampliada: “está tendo as lutas aí Fora Bolsonaro, mas assim, como é que faz? A gente enfia todo mundo dentro de um ônibus e levar para Juiz de Fora? [...] então o pessoal está indo mais individual”, diz Jacarandá. Ela brinca ainda que “o pessoal desenvolveu a teoria que quem é da roça não morre de covid”.

Nesse sentido, é possível, partindo de uma relação entre o ADG e a organização nacional do MST, compreendendo que são partes e expressões do mesmo todo, nos questionarmos se há uma perda ou uma ampliação do horizonte estratégico. Talvez, haja uma ampliação tática (agroecologia, sustentabilidade etc.) com inflexão desse horizonte. Uma das razões de tal inflexão é o que Nepomuceno (2019) compreende como o *medo de Eldorado*: o peso das mortes de Eldorado dos Carajás e de tantos outros conflitos, perdas e massacres gerou traumas irremediáveis na consciência coletiva dos integrantes de um movimento que luta pela terra em um país onde esta é caso de polícia. Hoje o MST parece reconhecer os erros táticos cometidos em 1996, que dizem fundamentalmente da constituição da região de Marabá, no Pará, da complexidade situacional, da necessidade de uma maior consolidação do trabalho de base que possibilite a conscientização e a organização coletiva e a perspectiva de conflito institucional adotada à época. Além de “os dirigentes do MST não [terem], porém, a menor noção da fúria que suas ações desencadeavam na região” (p. 150), a década de 1990 trouxe uma mudança nos enfrentamentos que era fundamentalmente com os jagunços, e mesmo não deixando de existir, passa a ser mormente contra o Estado, na figura da polícia - em conluio com latifundiários -, que emprega táticas de guerra na defesa do latifúndio. Uma guerra civil que segue por décadas. Os impactos do massacre de Eldorado na “estrutura psicológica” do movimento - marcada pelo trauma, pela conquista da terra baseada em mortes e pela impunidade dos envolvidos - parecem terem sido um ponto de virada para as lutas futuras do MST, que passam a ser orientadas a partir da análise situacional de cada região de pelas possibilidades reais de reforma agrária do governo. Podemos debater, dessa forma, se trata-se de um rebaixamento do horizonte revolucionário dadas as consequências objetivas e subjetivas dessa guerra, sem desconsiderar que, em conjunturas de arrefecimento da correlação de forças à classe trabalhadora, há uma tendência de predomínio de ações de caráter defensivo, reativas, de resistência.

Outro ponto importante de análise para compreender esse suposto rebaixamento é a cooptação ideológica a partir dos governos do PT. Conforme M. Rosa (2022), o MST se alinha à perspectiva da Estratégia Democrático-Popular e compõe o campo político democrático-popular, que, em linhas gerais, supõe que, devido à imaturidade da formação econômica brasileira, uma transformação social não seria possível de forma imediata. Assim, seria necessário anteriormente o fortalecimento das instituições democrático-burguesas para serem possíveis as condições objetivas e subjetivas de uma futura revolução. Tal concepção tem impacto no desenvolvimento do processo de consciência, principalmente a partir da “conformação de elementos reformistas na concepção política de mundo dos militantes” (p. 329), havendo uma secundarização do horizonte de superação da ordem em prol da priorização do acúmulo de forças, da ampliação da democracia e das reivindicações dentro da ordem.

Apesar de diferentes leituras e contradições no interior do MST, é perceptível que o alinhamento ao PT gerou uma integração institucionalizada em contraponto a ações mais duras de enfrentamento: houve, com a vitória eleitoral do PT, uma esperança de mudanças no rumos da Reforma Agrária no país e, por isso, espera, apoio e negociação, fazendo com que o movimento transforme sua práxis política de um horizonte revolucionário para uma reformista, bem como promoveram uma burocratização do movimento - devido às inúmeras negociações com o governo federal -. Nesse sentido, temos o foco em pautas mais imediatas, como as reivindicações por políticas públicas e benefícios, como veremos nas falas mais adiante.

M. Rosa (2022) resgata o apoio da burguesia nacional e do agronegócio à candidatura de Lula em 2002, fundamentalmente após a publicação da “Carta ao Povo Brasileiro”, onde é evidenciado um pacto conciliatório. No campo, a carta aponta para “o caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e,

ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional [...] Da reforma agrária que assegure a paz no campo”⁵⁸.

A lógica conciliatória que permitiu sua eleição fez com que o primeiro governo do PT fosse reflexo disso, com alianças e composições que congregaram movimentos e lutas sociais e representantes do agronegócio, o que não deixou de ser uma nova realidade para o MST. No entanto, poucos avanços ocorreram objetivamente na política de reforma agrária, como vimos. Autores apontam um enfraquecimento do movimento no período, o que deve ser verificado com os atores envolvidos. Porém, contradições importantes sobre a práxis política do MST podem ser percebidas, como, por exemplo, ao mesmo tempo que identifica as empresas transnacionais do agronegócio como inimigos, promovendo ocupações e questionamentos sobre tais empresas, houve parcerias com algumas empresas do agronegócio (M. Rosa, 2022).

Sobre a relação com o governo federal no período de governabilidade do PT:

Se até o III Congresso [Nacional do MST], em programas anteriores, a “nova sociedade” era definida nos termos de uma sociedade igualitária e socialista, agora ela aparece como uma sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Ao mesmo tempo, embora a defesa explícita acerca da construção de uma sociedade socialista não apareça no documento, a proposta de reforma agrária do MST aparece como parte das transformações na “estrutura de organização da produção” de nossa sociedade, as quais envolvem, dentre outros elementos, a “superação da exploração” no horizonte da “emancipação humana” [...] o MST mantém em seu V Congresso o mesmo abrandamento nas definições apresentado no Congresso anterior. Em detrimento de um projeto explicitamente socialista, aparece a defesa de um projeto popular (M. Rosa, 2022, p. 112).

⁵⁸ Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaopovobrasileiro.pdf>

É válido ressaltar que o projeto popular não significa o abandono do socialismo - sendo interpretado pelo movimento como uma fase intermediária entre o capitalismo, na sua atual dinâmica neoliberal, e o socialismo. Por isso, a defesa do projeto nacional-desenvolvimentista⁵⁹ dos governos petistas representaria um acúmulo de força política dos setores populares, até mesmo como forma de uma existência mais digna (M. Rosa, 2022). É tal projeto que subsidia o Programa de Reforma Agrária Popular do MST, que visa trazer em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, pautada na agroecologia e na diminuição da penosidade do trabalho. Os pontos para a Reforma Agrária popular envolvem: terra, natureza, sementes, produção, energia, educação e cultura e direitos sociais⁶⁰.

Ilustrado pela aderência ao projeto democrático-popular e diante do fato que o desenvolvimento do capitalismo não unificou ou levou à revolta a maioria da população, Iasi (2022) debate com a formulação de que o proletariado seria ontologicamente reformista/apassivada e que tentaria se associar aos interesses da burguesia e manter minimamente direitos de emprego, renda e consumo - e, se possível, deixarem de serem trabalhadores. No caso do campo, há ainda o contraste histórico entre proletários e camponeses devido à própria constituição destes em trabalhadores assalariados, como debatido anteriormente. Se, no plano da aparência e do discurso (inclusive, em algumas das falas das entrevistas realizadas nesse trabalho), tais formulações podem parecer verdadeiras, manifestando uma suposta essência da consciência de classe, por outro, apaga as contradições da totalidade das relações do processo de consciência. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras não são em si reformistas e nem revolucionários, pois a consciência de classe - movimento que pressupõe uma passagem da alienação à rebeldia - passa pela constituição do sujeito histórico,

⁵⁹ Cabe ressaltar que a caracterização de nacional-desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista não são consensuais no plano acadêmico. Por exemplo, Castelo (2013) caracteriza o projeto econômico-político (e social) dos governos do PT como *social-liberalismo*.

⁶⁰ Dados retirados de: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>

que, por sua vez, se dá na vivência das contradições do real e da luta de classes. Nas trajetórias de militância que acompanhamos aqui vemos claramente que “não é verdade que ela, por si mesma, se desenvolve até uma consciência revolucionária” (Iasi, 2022, p. 143). O papel dos movimentos sociais, nesse sentido, é compreender em que momentos a massa avança sobre eles e em quais eles têm a obrigação de avançar além das massas a partir de várias estratégias como as já trabalhadas anteriormente. Trata-se, dialeticamente, de um esforço subjetivo (que também é objetivo) da classe trabalhadora e de construções que permitam que ela compreenda as determinações mais profundas da totalidade e como superá-la a partir de sua organização - ou seja, compreender o real.

Nesse sentido, há, de fato, no Brasil contemporâneo um apassivamento e profunda fragmentação dos trabalhadores - até mesmo como expressão da ofensiva do capital sobre seus direitos, formas organizativas etc. A consciência apassivada crê que “não se trata de um antagonismo irreconciliável, ou seja, acredita na possibilidade de conciliação entre as classes” (Iasi, 2022, p. 138). A fala de um “país pacificado” permeia os debates da política institucional⁶¹, pacificação esta que tem suas origens na *democracia de cooptação* apontada por F. Fernandes (1975). A ideologia também ajuda na explicação do fenômeno. Porém, como questiona Iasi (2022), alegar somente tais argumentos não nos faz compreender o porquê a maioria da população não se rebela. A contraposição da ideologia não se faz somente a partir somente da contraposição de um novo conjunto de ideias - o que não significa menosprezar as mediações, mas sim modificar as relações de dominação que a sustenta.

⁶¹ Quando ainda vice-presidente, recorda Iasi (2022), Michel Temer falou aos investidores estrangeiros sobre um país internamente pacificado. Durante as eleições de 2022, em entrevista ao Jornal Nacional em 22/08/2022, Jair Bolsonaro afirmou ter “pacificado o MST” pois titulou terras no país. Lula, em defesa ao movimento, por sua vez, afirmou em 25/08/2022 que os sem-terra fazem um favor aos fazendeiros invadindo terras para o governo pagar e que o MST de 30 anos atrás (supostamente violento) não existe mais, sendo seu objetivo a pacificação do país. Fontes: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/o-mst-e-a-declaracao-de-bolsonaro-de-que-pacificou-o-movimento>; <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/25/lula-no-jn-aquele-mst-de-30-anos-atras-nao-existe-mais-trecho.ghtml>

Para além do confronto e violência direta, outra razão histórica de alimentação da violência contra o MST e dificultadora das ações é a construção ideológica sobre o movimento: “o que a rede Globo fala? ‘O Movimento é terrorista!’. O pessoal vai entender que o movimento é terrorista”, diz Ipê. Aroeira reforça, porém, o papel da luta e conscientização cotidiana em diversos espaços “tem duas visões eu acho que muito fortes, do bandido ladrão do que é estimulado pela televisão e daqueles que vivenciam o movimento [...] e que compreendem que é importante pro país. Nas feiras e nos espaços nacionais muita gente fala ‘isso também é MST’”. Conforme aponta Nepomuceno (2019), refletindo sobre as construções ideológicas pós massacre de Eldorado na década de 1990, as experiências de humilhação pós-massacre de Eldorado eram ainda mais cruéis quando praticadas por pobres, “desgraçados e humilhados” que nem os sobreviventes. Com o tempo, e principalmente com a expansão do comércio local via produção do assentamento, as relações foram se modificando, sendo a mais importante a compreensão e identificação enquanto trabalhadores.

Porém, como concorrer com o oligopólio midiático? A construção midiática sobre o MST é considerada importante também por Oliveira, que afirma que, com a chegada do movimento na região, a primeira impressão foi a transmitida pela TV, sendo esta a principal fonte de informação dos moradores da antiga fazenda. “Eles acham que são desordeiros, bagunceiros, uma máfia é a maneira que eles usam, isso também é o que a gente escuta”, diz Oliveira. No entanto, essa construção ideológica não só se dá por meio da reprodução sobre os sem-terra propriamente, se dá também, dialeticamente, pela construção ideológica do latifundiário como “bom” e força motriz do Brasil. Não por acaso, temos que o agro é pop. Percebe-se ainda uma tentativa - sobretudo via mídias sociais e que se fortaleceu durante a pandemia - uma tentativa de desconstrução ideológica do MST (com “mau”) passando por um tentativa de construção ideológica pelo próprio MST de “solidariedade” e “bondade”, o que implica de diversas formas seu horizonte estratégico.

Ipê vê na conscientização e no reforço das linhas políticas possibilidades de romper com tal construção ideológica:

a gente vem buscando um método de consciência, de conscientizar as pessoas, que o movimento ele surgiu pra lutar pela terra pra quem tem necessidade. De plantar, quem tem necessidade de viver da terra. De ter um direito a ter a terra, ter a casa [...] nós estamos com quase 300 mil pessoas assentadas, e mais de 8 mil pessoas acampadas com grande potencial, assim, de crescer mais.

Questionado sobre as formas de se conscientizar, Ipê diz que acredita que passa pela informação sobre as perdas de direitos a partir de ações estratégicas, atos políticos, face a face: “como que é? Como que é difícil a gente perder a aposentadoria nossa, né. A gente conquista e depois a gente perde, né. Toda a população hoje tá vendo o que que passou, né. Várias pessoas votaram no Bolsonaro e tá sentindo na pele”. É importante demarcar também a necessidade de criação de enfrentamentos e de outros aparelhos privados de hegemonia. As mediações políticas, educacionais e organizativas - como a criação dos espaços formativos de classe, nesse sentido, são essenciais para prepararem o horizonte possível.

Aroeira analisa que, embora no seu cotidiano (privado) não veja impactos diretos da atual situação política e econômica do país,

isso afeta nós do movimento, os nossos acampamentos têm sido perseguidos, pessoas estão sendo assassinadas, outros movimentos como os indígenas têm sido muito perseguidos [...] porque morre uma liderança indígena e tá afetando a gente. Só que não é de forma tão imediata por isso que às vezes muitas não veem, acha que o problema tá muito longe, mas tem uns três dias atrás umas 40 viaturas da polícia entraram lá, assediando assim, sem ordem de despejo nem nada, assediando as mulheres. A gente sentiu o impacto disso diretamente em um espaço curto de tempo porque a lógica do

machismo, do fascismo, ele tá ganhando a sua força e vai começar a influenciar diretamente nas relações.

Em relação ao horizonte estratégico de transformação social, há hoje no interior do MST uma compreensão da importância da luta contra as opressões. Porém, nem sempre foi assim. Carvalho conta das contradições do movimento em relação às opressões de gênero e dos desafios de transformações recentes decorrentes das lutas internas de grupos oprimidos. Carvalho diz que:

tem muita contradição, né, interna. Um movimento que é machista. Ainda é. Mas ao mesmo tempo é um Movimento que se abriu desde 2015 pra discutir sexualidade, por exemplo. E que tem, por conta do trabalho incessante dessas mulheres, discutido por exemplo um feminismo camponês, assim. Que dê conta da realidade dessas mulheres que estão no campo.

É importante ressaltar, no entanto, como as opressões estão ligadas à manutenção do capitalismo, como percebe Carvalho: “com tanta violência. E pensando no Brasil, né, o que o governo tem colocado em cima das mulheres. Então quanto mais a gente sofre esse acirramento, crise do capitalismo, mais a gente volta pras fogueiras, né. Seja feminicídio, seja as agressões vindas por parte dos machismos”. Todas/os foram questionadas/os sobre as experiências de violências já vividas em suas trajetórias, decorrentes ou não da relação com o MST e, novamente, ganham destaque as ameaças relacionadas à atuação no movimento e a violência de gênero. Aroeira relata que já sofreu ameaças de vida e violências coletivas, como ordens de despejo, porém a que mais lhe toca cotidianamente é o machismo, até mesmo por conta da sua trajetória de vida onde mulheres “não se dobravam”. Fica evidente como até mesmo a violência ganha outra conotação quando vivida coletivamente.

A gente é violentada todo dia, todo dia com essa sociedade doida nossa, onde você tem que brigar pra ser mulher, brigar pra ser mãe, o tempo inteiro tentando provar as coisas

porque acham que você não tem direito de opinar, acho que a violência que mais senti foi essa violência de gênero simbólica porque mesmo essa de ameaça de morte do fazendeiro, ela ficou em um lugar diferente dessa do cotidiano.

A violência machista, para Jacarandá, é tão brutal na vida das mulheres que pode ser nela a possibilidade de maior potência de transformação por formas coletivas:

A minha opinião é que nós mulheres, para a gente sobreviver na sociedade capitalista machista homofóbica escrota nojenta, ou a gente se transforma e rompe com muita coisa ou a gente vai ser esmagada, então a gente tem que romper com muita coisa que ensinaram para a gente e isso, para a gente, acaba que se torna uma necessidade. Não para todas, né, eu sei que tem muitas companheiras que não conseguem, não estou generalizando. Mas estou falando, para quem não consegue ser minimamente feliz como mulher nessa sociedade, é necessário, é uma necessidade, uma urgência que você rompa com muita coisa. Então como a gente já está rompendo desde muito tempo, para você romper também com o agronegócio, é mais fácil.

Carvalho diz:

não diria violência, mas eu já sofri com o machismo dentro do Movimento. Eu já sofri. Hoje menos, assim. Hoje menos, porque o Movimento também foi se abrindo, né. Então, as mulheres hoje tem se colocado de uma maneira diferente, né, do que... Então, sei lá, 20 anos atrás as mulheres que tavam na direção. Sei lá, década de 90. As mulheres que tavam eram masculinizadas, né. Assumiam essa postura masculina.

Porém, contrapõe enfatizando as mudanças no interior do movimento: “pensar que há 20 anos atrás as mulheres se masculinizavam e hoje você tem drag queen, sabe? Que é dirigente político nacional desse Movimento, que constrói a Reforma Agrária, mas que também discute a sexualidade”.

Jacarandá também ressalta as transformações no interior do MST, que dizem também sobre a possibilidade de acesso à terra (nome no CCU, por exemplo):

O movimento, ele não é uma ilha dentro do sistema capitalista machista e homofóbico e tal, então lógico que tem machismo, é lógico que tem homofobia, mas o que o movimento... Por isso que o movimento, é isso que é a grandeza, a coisa linda do movimento, a gente tem a capacidade de se auto-organizar e da gente combater isso de dentro, de dentro para fora. Tem dificuldade? Tem. Tem um monte de gente machista? Tem. Tem, a gente passa raiva, ódio, mas assim, se eu contar, por exemplo, como que é você estar hoje na direção e como era a quinze anos atrás, que foi quando eu entrei, pelo amor de Deus, são mundos [...] e aí hoje é o nome do homem e da mulher e, se separar, o direito, em primeiro lugar, é da mulher, se ela não quiser, o homem fica com o lote.

Jacarandá ainda conta da experiência de coletivos só de mulheres voltados para a produção, comercialização e formação política que possibilitou, em graus diferentes, alguma emancipação financeira, além de fortalecimento de vínculos e como a experiência de auto-organização das mulheres foi inspiração para outros coletivos:

Eu participei do curso Feminismo e Marxismo, na Escola Nacional e já tinha alguns companheiros e companheiras LGBTs que participaram da nossa atividade, que era Marxismo e Feminismo, participaram junto com a gente e uma das coisas mais lindas que eu lembro, desculpa que às vezes eu sou meio emotiva assim mesmo. A gente é puta durona assim, mas a gente chora também, para caramba. Mas foi eles terem falado assim ‘a gente se espelhou em vocês’, olha que coisa linda [...] Auto-organizar, isso é lindo.

As falas antes expostas reforçam o trazido por Caldart (2001) sobre a formação do MST, que “nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sociocultural mais amplo” (p. 210). Assim, o MST tem como diferencial a possibilidade de

auto-organização, como os exemplos do coletivo de mulheres, “o mais antigo”, segundo Jacarandá, de população LGBT+ desde 2015 e, mais recentemente, “(d)a companheirada negra, também está se organizando para entender a própria história, entender como que isso está dentro da nossa história mesmo, do Brasil, do mundo, como que isso entra dentro do capitalismo”. Dessa forma, para Jacarandá, a primazia da classe é fundamental, de modo que tais opressões sejam lidas desde sua condição classista, e é o que diferencia a perspectiva do MST da dos movimentos identitários (e o consolida como um movimento de classe/classista):

você sabe que os movimento identitário é complicado, porque se o movimento identitário, se ele não parte do princípio da classe social também, se ele não trabalha a questão de classe e das outras questões que nos oprimem, você vai achar que a mulher rica é sua companheira e você vai achar que o homem trabalhador é seu inimigo. Aí acabou, aí é o que o capitalismo quer. O capitalismo quer isso. Então a gente tem o privilégio de fazer parte de um movimento social que é um movimento que famílias participam, famílias.

A indicação da pluralidade de identidades e formas de dominação e opressão, algo essencial, necessário e evidente, não nega a lógica totalizante do capitalismo nem tampouco o modifica para meras relações de poder genérico, abstrato. Por isso, a classe não é mais uma das múltiplas desigualdades do capitalismo, pois se trata de fenômenos sociais diferentes, fundamentalmente pelo fato de que a superação da desigualdade de classe pressupõe a superação do capitalismo. Segundo Wood (2011), ao menos em princípio, e se considerando a plasticidade do mercado, as desigualdades de raça e gênero não seriam incompatíveis com o capitalismo. Aqui, no entanto, podemos tecer críticas à autora: a mesma afirma que as opressões de identidade, como as de raça e gênero, não foram criadas pelo capital, embora estas possam ser cooptadas por ele para a intensificação da exploração de classe. Esse argumento nega, assim, a relação contingente e necessária entre patriarcado, racismo e capitalismo demonstrada por

diversos autores da tradição marxista (Federici, 2017; Davis, 2019; Almeida, 2019; Moura, 2014; Saffioti, 2004; entre tantos outros), fundamentalmente quando abordadas as realidades de gênese e via de desenvolvimento coloniais. Conforme indica Post (2021), a igualdade formal no mercado de trabalho inaugurada pelo capitalismo, também apontada por Wood (2011), demandou a invenção da raça como legitimador da desigualdade de capital e trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho foi requisito para a reprodução social no capitalismo (Federici, 2017). Além disso, não é coincidente que mulheres, negros e homossexuais, por exemplo, ocupem postos subalternizados no ciclo de produção e reprodução do capital. Tal contraponto, assim, potencializa a necessidade de lutas coletivas contra opressões - sobretudo devido ao fato de debates sobre raça e gênero ainda serem negligenciados no interior de certos movimentos -, mas não invalida, porém, o fato de que:

o sistema capitalista, sua unidade totalizadora, foi conceitualmente suprimido pelas concepções difusas de sociedade civil e pela submersão de classe em categorias abrangentes como 'identidades' que desagregam o mundo social em realidades particulares e separadas [...] Pode-se evitar as questões relativas à causalidade histórica e à eficácia política, e não há necessidade de se perguntar como tantas identidades se situam na estrutura social dominante porque deixou de existir o próprio conceito de estrutura social (Wood, 2011, p. 222).

Dessa forma, uma abordagem profícua para a proposta de articulação das diversas lutas é a transversalidade da luta de classes como uma diagonal aos conflitos sociais, sem, entretanto, uniformizá-los. Como propõe Neves (2020, p. 49), se faz necessária “a combinação revolucionária entre diversas lutas particulares, em uma luta geral pela emancipação humana [...] expressão criativa de diferenças e contradições, que permita ao proletariado afirmar-se com a força da diversidade que o constitui”. Ademais, as lutas por ampliação de direitos e cidadania, mesmo que focalizadas, adquirem caráter político ao propiciar desenvolvimento da consciência

e o acesso a bens minimamente humanitários para a sobrevivência. Scherer-Warren (2003) indica ainda as possibilidades de encontro entre os movimentos de cunho classista e os movimentos das “políticas da diferença” justamente por meio da construção da unidade, que é unidade por ser *na e da* diversidade. Quando portadores de uma consciência coletiva sobre suas singularidades, mediadas nas e pelas particularidades que cimentam a vida social, esses sujeitos são “portadores potenciais de um movimento histórico” (Scherer-Warren, 2003, p. 87), que pode ser potencializado com a articulação de com outras forças organizativas. Por fim, tudo isto remete à própria apreensão da realidade em sua concretude, de modo que o “concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade no diverso” (Marx, 1859/2008, p. 258).

Jacarandá ressalta também a violência por ser militante:

A gente sofre violência o tempo inteiro. Já foi apontada arma para a minha cabeça, já fui ameaçada de morte, tanto ao vivo como pelo telefone. Já... que mais? Deixa eu ver que mais de violência assim. Graças a Deus eu nunca fui espancada, graças a Deus. Essa sorte aí eu tive, nunca fui espancada. Eu até agora nunca fui presa, mas já me colocaram em um monte de processo, tenta criminalizar, deixa eu ver que mais, assim, tipo de violência. Mas é isso. Ameaça, ameaça principalmente por parte da polícia e por parte de jagunço, que a gente às vezes não sabe nem o que é pior.

É interessante ressaltar que os entrevistados mais jovens ou ex-colonos não relatam episódios de violência. Ipê faz questão de ressaltar: “eu nunca sofri nenhuma forma de violência, nem racista, nem... Nunca sofri nenhuma forma de violência, né. Que eu lembro não, né”. Oliveira também pensa o mesmo: “Nem de marido, nem de ninguém, graças ao bom Deus”. Podemos nos questionar como a violência da precariedade da vida e do trabalho nos ex-colonos é naturalizada.

A violência no campo é um padrão permanente, embora haja anos de oscilações: entre 1985, ano da redemocratização brasileira, a 2004, foram registrados 1.399 assassinatos de trabalhadores rurais e ativistas dos direitos humanos. Mais da metade no estado do Pará. Desses casos, 28% foram investigados pela polícia, 77 foram a julgamento e 15 foram condenados, ficando pouco tempo detidos. Em 2005 foi noticiado no jornal Estado de Jatobá Paulo, quanto valia a vida de líder de assentamento sem-terra (2 mil dólares), um sindicalista relevante (4 mil dólares), um vereador (cerca de 5 mil), um dirigente sem-terra ou um padre de relevância (10 mil dólares) e casos excepcionais até 40 mil dólares. No Brasil, “é mais perigoso matar um boi do que um homem” (Nepomuceno, 2019, p. 39).

Nesse sentido, as experiências de violências aqui citadas estão diretamente relacionadas não só com os processos de consciência, mas também com a produção de saúde (e de vida) de cada um. Isto, pois falar de processos de saúde é falar de humanização da vida. Conforme afirma Caldart (2002), o MST prega pela ideia do movimento social como princípio educativo, o que se expressa na formação escolar formal, nas místicas, nas cirandas, na formação política, no resgate ao saber popular, no trabalho coletivo e na conquista objetiva pela terra. A militância, sobretudo para aqueles que possuem cargos de direção, por mais que pautadas na transformação e em relações mais solidárias (e talvez seja isso que a sustente), ainda se faz em uma sociabilidade desumanizante. Portanto, não está livre de sofrimentos ou desgastes, como é possível perceber nas falas, sobretudo das mulheres, que se deparam com cargas duplas e triplas de trabalho, além da inegável influência das violências e ameaças vivenciadas pelos militantes.

Dessa forma, claramente são necessárias constantes revisões nos próprios movimentos de forma a evitar sobrecargas e reproduções das estruturas de opressão e exploração, porém, é mister lembrar que, em última instância, o capitalismo adoece. Como aponta Keppler, no texto “Quem está doente é o sistema social: notas sobre saúde mental e militância”, de 2017⁶²,

⁶² Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/06/14/opiniao-quem-ta-doente-e-o-sistema-social-notas-sobre-saude-mental-e-militancia/>

o nosso maior problema é o sistema, e não a militância [...] [q]uando responsabilizamos a militância pelo nosso adoecimento mental, estamos responsabilizando o instrumento (ou o caminho) [...] Se alegamos que a militância é que esmaga a vida pessoal e a saúde mental dos militantes, a conclusão é apostar em cuidar de sua vida individual, ou considerar-se um mártir que as pessoas vão admirar, mas de forma alguma vão fazer igual.

Por isso, os militantes não estão alheios ao processo de adoecimento decorrente da produção e reprodução da vida desumanizada nos marcos do capitalismo. Não é por estar organizado, por ter lido teoria revolucionária, estar em um avançado processo de consciência, que está imune aos problemas que estão colocados pela sociedade capitalista. A militância pode produzir sofrimento, considerando que as contradições e as opressões também podem se fazer presentes dentro deste espaço e conjunto de relações. A grande potencialidade desses espaços é a melhor capacidade de perceber tais contradições e abordá-las como questões - coletivas - políticas e organizativas. Assim, se as relações produzidas na militância são mais solidárias e menos individualizadas, competitivas, alienadas (como é possível verificar nos acampamentos, por exemplo), falamos de um caráter terapêutico da luta, mas, sobretudo, denunciemos o caráter adoecedor da sociabilidade em que vivemos e a necessidade de superá-la.

Em relação à relação com o Estado via políticas públicas, quando questionados sobre o acesso às políticas públicas no assentamento, embora haja denúncias de negligência pública no período de acampamento, há atualmente uma equipe de saúde da família que atua no território, bem como uma escola estadual - Estadual Carlos Henrique - dentro do ADG, e acesso à educação nas cidades do entorno. “A educação também, o ônibus passa e leva os meninos, mas a gente tem construído a nossa escola lá dentro. Até recente, né, antes do governo Bolsonaro, acesso ao Bolsa Família, também era, né. Então aqui a gente sempre conseguiu tá dentro das Políticas Públicas. Não é uma realidade em nível nacional, né”, conta Carvalho. Jatobá garante

que os moradores do assentamento são bem “assistidos” pelas políticas públicas e que a contribuição do MST foi para a construção da escola no local, apesar de muitos pais ainda terem preconceito com a estrutura precária desta, sendo a melhoria da escola a principal demanda de Jatobá. Tais informações são corroboradas por Oliveira:

a saúde nós temos agentes aqui dentro, tem médico uma vez por mês que é médico de assistência e as consultas são nos postos de saúde e somos muito bem tratados, o posto de saúde tem o atendimento muito bom, tem médico até no sábado. E a educação eu acompanhei o processo da escola, foi um processo muito difícil por causa dessa indiferença, eu participei de várias reuniões, também recebi o pessoal aqui e as pessoas não acreditavam [...] deixa esses bobo lutar que o governo não vai dar liberdade pra abrir escola, só que graças a Deus foi aberta.

Dimenstein, Leite, Macedo & Dantas (2016) ressaltam a escassez de estudos sobre as condições de vida e saúde mental no contexto rural, que são marcadas por morbidades associadas à realidade de pobreza e conflitos agrários, tais como contaminação por agrotóxicos, tentativas de suicídio e acidentes de trabalho. Tais dados confirmam que as situações de precarização estão relacionadas diretamente à saúde mental; ou melhor, tendem a se expressar em uma saúde e saúde mental mais precária. A situação é agudizada para os moradores de assentamentos da reforma agrária, visto que estes possuem acesso mais precarizado às políticas públicas. V. Nascimento (2019) resalta como, a partir da compreensão da Determinação Social da Saúde, não se pode falar de saúde da população camponesa, sem abordar - e buscar superar - a concentração de terra, a precarização do trabalho, a expulsão da terra e a pobreza, por exemplo.

Torquato et al. (2016), ao relatarem os desafios metodológicos da pesquisa em cenários rurais, ressaltam a necessidade de superação do imaginário de que rural e urbano são realidades dicotômicas, visto que o capitalismo mundial também afeta o campo com questões intimamente

ligadas às das cidades. Cabe ao pesquisador, assim, a capacidade de identificar singularidades e interligações, novamente, no sentido marxiano de apreensão das múltiplas determinações e mediações do concreto. Além disso, é necessário estar atento às desigualdades enfrentadas pela população assentada, bem como reconhecer as particularidades dos efeitos políticos e subjetivos gerados pela participação em um movimento social como o MST. Dessa forma, a partir da compreensão da realidade de forma ampla, é possível operar um saber que potencialize os processos de autonomia e tomada de consciência.

Nepomuceno (2019), ao contar sobre a Vila 17 de abril, núcleo urbano do assentamento 17 de abril, cuja cidade mais próxima é Eldorado dos Carajás, traz alguns elementos de semelhança com o ADG. Convivem em aparente harmonia, antigos garimpeiros que “compraram”⁶³ terras de assentados com os pioneiros (entre eles o grupo chamado de mutilados, que carregam a sequela e a dor física do massacre e são ainda mais negligenciados pelo estado) e aqueles que viveram o massacre. Na vila, que tem ares de cidade do interior, a escola ocupa papel central, ainda que seja em uma construção precária, confirmando o papel central da educação para o MST que marca todas as ocupações no MST: “a escola é a primeira construção a ser erguida” (Nepomuceno, 2019, p. 69); e tem função também de formar crianças que um dia reivindicarão sua terra.

Também na Vila 17 de abril, além do não amparo médico e psicológico para os sobreviventes do massacre, é possível verificar como a falta de assistência técnica para a produção fez com que houvesse abandono de terras e ocupações paralelas, pois não era possível cultivar e se sustentar dos ganhos pela terra. O assentamento, cujo MST previa que seria projeto-piloto de um modelo de complexo produtivo, ficou entre “o que era para ser e o que acabou sendo” (Nepomuceno, 2019, p. 71), favorecendo a cooptação por fazendeiros e igrejas neopentecostais, venda de terrenos ilegais, bem como intensificando o desgaste e os

⁶³ A venda de terras de assentamentos é ilegal, porém não é incomum haver a venda do direito ao uso da terra.

desentendimento entre pioneiros e os recém-chegados e impossibilitando o avanço de uma produção e compreensão coletiva em prol da individual. A partir de 2000, no caso de Eldorado, é possível visualizar um abandono do projeto original do MST - que consistia no fortalecimento das cooperativas e na conscientização - e uma mudança de atuação mais incisiva em outros assentamentos. No caso do ADG, salvo a exceção de que o MST são “os novos”, vemos que a dificuldade da implementação de um projeto coletivo também existe. As divisões e disputas internas entre os assentados parecem impedir ou dificultar o modelo cooperativista.

Ainda assim, é possível verificar como os filhos das famílias originais mantêm vínculos com o MST. No caso do assentamento 17 de abril, há a ideia de que o mais importante é terem sobrevivido ao massacre, havendo uma categorização entre os heróis e os outros, que também remarca diferenças. Na Vila 17 de abril, entre as famílias pioneiras, cerca de um terço continua vinculada ao MST e estas possuem influência na direção do assentamento, porém, “a maior parte acabou se bandeando para o lado das seitas evangélicas, atraída pelas promessas de bispos e pastores” (Nepomuceno, 2019, p. 65).

O imediatismo decorrente das trajetórias de pobreza dificulta - em alguns casos impede - o planejamento de ações coletivas a médio e longo prazo, causando uma desilusão dos projetos originários dos assentamentos: “a quase totalidade dos moradores [...] tem a mesma antecedência: um sem fim de empregos temporários, em cidades ou no campo, e a passagem por algum garimpo” (Nepomuceno, 2019, p. 79). Nesse sentido, podemos apontar uma diferença do ADG, onde os ex-colonos possuem raízes fortes com o território, mas a precarização do trabalho e a oferta de uma mão de obra barata e servil, a não garantia de direitos e a pobreza parecem pontos em comum. Sendo assim, nos cabe refletir sobre como a precarização do trabalho - e da vida, em seu sentido mais amplo - implicam uma maior dificuldade objetiva - embora maior seja a necessidade - de engajamento nos movimentos sociais:

No fundo, pode-se resumir a questão assim: de um lado, uma pequena multidão aspirando qualquer coisa que significasse trabalho, terra para trabalhar; de outro, um movimento organizado, capaz de assegurar tudo isso, mas com objetivos estabelecidos a médio prazo, dentro de uma linha de ação predeterminada. De um lado, um movimento com propostas organizadas, cronogramas, projetos. De outro, uma pequena multidão de desvalidos querendo saídas. Sem noção de organização coletiva, sem projetos abrangentes, presa da ideia de soluções individuais: que me deem uma terra, que eu possa trabalhar e viver dessa terra (Nepomuceno, 2019, p. 81).

Ainda assim, há uma autoridade moral do MST nesses espaços, fundamentalmente para resolver conflitos, o que também é percebido no ADG.

As dificuldades nos assentamentos, desde 1996, não são muito diferentes ao redor no país: “falta apoio técnico, de infraestrutura, de financiamento, de maquinaria, de facilidades para comercializar a produção, e também de organização [...] Também se repetem as queixas dirigidas ao INCRA, que, segundo os assentados, muitas vezes ignora não apenas a cultura da região, como os próprios objetivos de quem recebeu lotes do governo” (Nepomuceno, 2019, p. 76).

Quando questionados sobre propostas de políticas públicas no assentamento, são diversas as propositivas. No entanto, há um certo consenso em relação ao bom acesso às políticas municipais: “tem a precariedade? Tem, o campo tem, o povo trabalhador tem a precariedade de acesso, mas eu penso que pelo tamanho do município e pela arrecadação que se constrói uma lógica de vida boa. Imagina quem quiser fazer ioga e pode, onde que a gente tem isso?”, diz Aroeira. Há, porém, propostas de melhoria em relação à educação, lazer e preservação do patrimônio histórico - “fazer umas histórias de vida daqui, né? Tem muita história aqui dentro”, como diz Baobá, amparo e crédito à produção, assistência técnica voltada para agroecologia, infraestrutura (como estradas, iluminação pública e transporte escolar),

segurança pública, embora não haja grandes queixas (somente em relação à maior movimentação no ADG) e saúde, de forma a incluir nesta (saúde formal) conhecimentos advindos do saber tradicional. É interessante frisar que o interesse no saber tradicional por parte dos mais jovens resgata práticas que povoam a história de moradores mais antigos, sendo uma possibilidade de troca de vivências, como Baobá, que conta que sua mãe “benzia esse negócio de mal olhado, cobreiro, truncado, então todo mundo era muito procurado aqui dentro. E depois que ela morreu, nossa senhora, povo ficou triste, porque acabou benzedeira, parteira”.

Já em relação às políticas estaduais e nacionais, a situação se inverte:

Muitos créditos de casa que não foram liberados ainda, quem quer fazer sua casa faz do seu bolso, tanto o Pronaf⁶⁴ que não libera, enfim várias coisas porque não adianta dar a terra, dar não, distribuir terra fruto de luta, precisa dar condição pra aquilo gerar renda de fato, se não fica alimentando esse estereótipo da mídia que as áreas não servem, não servem por quê? Porque não se implementa a política direito. Com a implementação a gente teria assistência técnica, teria crédito e todas as pessoas teriam condições iguais de produzir e isso não existe hoje.

Aroeira concorda e, quando questionada sobre propostas de políticas públicas para o assentamento, diz: “pensaria em um programa pra estruturar as linhas de produção que já se tem, mas que precisa de um investimento, um programa que desse conta das linhas de produção, de incentivar as oficinas e os cursos de formação, capacitação necessárias para o avanço técnico, tanto da produção quanto da saúde, como de outras linhas”. Oliveira conta que há uma “dificuldade grande pra gente fazer as coisas. Talvez tenha alguém que já tenha avançado porque às vezes, por exemplo, tem filho que trabalha, tem filho que já ganha bem e ajuda a fazer uma cerca, plantação, compra mudas de frutas”.

⁶⁴ O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa do governo federal com o objetivo de prestar atendimento diferenciado aos pequenos agricultores — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar.

Ipê afirma que, embora a estrutura seja “muito precária”, “nós fazemos as nossas mudanças”, contando ainda das tentativas e parcerias e incentivos via editais de fomento. “A gente estava com um projeto muito legal com o IPHAN⁶⁵ antes do golpe em 2016, que era da gente fazer um processo de restauro participativo. As famílias, o pessoal aqui do assentamento ia ser formado para poder fazer o restauro e ia gerar renda para as próprias famílias aqui dentro e ia restaurar. Só que aí veio o golpe, aí acabou”, conta Jacarandá.

Jatobá também tem uma análise negativa do governo, fundamentalmente por conta de não conseguir aposentar:

A gente perde até a esperança. Porque você vota num achando que aquele vai mudar, vai melhorar e acaba não sendo e as coisas acabam na mão deles. Você vai fazer o que? Você já votou, já perdeu seu voto que você confiou na pessoa, principalmente mais longe, porque aqui perto, o prefeito, vereador, ainda é mais coisa, você conhece o tipo de pessoa, né? Mas lá não. Quando você pensa que tá votando certo, tá botando as coisas pra funcionar, tudo errado também. Então é sem esperança.

Oliveira demonstra também preocupação em relação à concessão do título da terra no governo Bolsonaro:

Nós não temos o título da terra, a gente só tem um contrato que, inclusive, vai vencer. Acho que em agosto desse ano [2019] todos vencem e aqui tem muita gente lá no INCRA que nem existe, tem 69 famílias que também tá isso em documentação. É uma preocupação que a gente não sabe o que tá passando na cabeça das pessoas, o governo de manhã dá uma notícia, à tarde dá outra e a noite da outra. E se acontece alguma coisa? Agora se acontecer alguma coisa a gente não tem pra onde ir, então é preocupante, muito preocupante.

⁶⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sobre a situação do ADG no INCRA, Jacarandá também demonstra preocupação, sobretudo por conta da não possibilidade de terem acesso ao Pronaf por pendências de vistoria:

O INCRA não libera a gente para pegar Pronaf, porque eles têm que liberar Emater, para fazer da DAP-A, a declaração de aptidão do Pronaf A, que é a de assentado, que eles não liberam, o INCRA não libera, alegando que o parcelamento do assentamento não foi feito por eles e eles não fizeram vistoria até hoje [...] Eles, aparentemente, renovaram o CCU da gente, que tem validade de cinco anos, renovaram no escritório. Aí você me pergunta: ‘com que informação?’, não sei. Com informação do Detran, deve ser, porque eu não sei com que informação. Porque veja só, está no CCU que a gente assinou que a gente é obrigado a morar e produzir no lote. Como é que eles sabem se eu estou aqui ou não estou?

Oliveira complementa dizendo que acha que “o governo tinha dar mais emprego e tratar com igualdade, tanto em faculdade, quanto em qualquer lugar que seja, eu acho que tudo deveria ser na igualdade”. A ideia de igualdade aparece em diversas falas, mesmo que sem uma compreensão clara de como alcançá-la. Baobá diz:

É a pobreza, o rico, tudo. Então tem que dar um jeito nisso aí pra, sei lá, lei, botar uma lei mais rígida nesse negócio, entendeu? É, sei lá, nossa justiça ainda tá sendo muito fraca, tá fraca mais fraca mesmo. Eu assisto muita televisão aí, eu vejo o que passa... não é só aqui, né? Quase todo país. Quase todo país, pode ver, o primeiro a ser afetado sempre é o pobre, isso num tem jeito não.

Assim, vemos confluências e desencontros entre o papel Estado, a luta pela terra e a transformação social. Ou melhor, entre a vida concreta e o horizonte utópico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse trabalho analisar e apreender as interfaces entre o processo de consciência, a questão agrária, a constituição da propriedade privada no Brasil e o MST, a partir da análise concreta de uma situação concreta, a saber, do Assentamento Dênis Gonçalves. Para tal, foi realizado um histórico entre a questão agrária e a propriedade privada no Brasil. Apesar da não consensualidade sobre a via de desenvolvimento e, nisso, a consolidação do capitalismo brasileiro, partimos aqui da compreensão de que a questão agrária brasileira é oriunda de um particular desenvolvimento do modo de produção capitalista que se estrutura pelo escravismo e, portanto, desde o momento da chegada dos colonizadores no país, com a apropriação dos bens naturais visando a sua mercantilização. Dessa forma, a realidade da formação histórica brasileira se dá de forma distinta à europeia, o que influenciou também no caráter distinto das lutas camponesas, que foram por décadas predominantes no continente.

Assim, questão social e questão agrária no Brasil são fenômenos dependentes e correlacionados. Debateremos ainda como se deu a constituição da propriedade privada no Brasil, a partir do marco legal da Lei de Terras, em 1850, que colocou a terra, a nível jurídico, como mercadoria e se deu em um momento histórico estratégico de forma a afastar a possibilidade dos ex-escravos recém abolidos terem direito à propriedade.

Porém, ainda que com um percurso distinto, o capitalismo brasileiro só pode ser compreendido a partir de uma dinâmica global e dependente, bem como também obedece às "leis gerais" de funcionamento capitalista. A concepção de sujeito de direito que nasce e é pedra de sustentação do MPC inaugura a predominância da propriedade privada como valor central da sociedade. Assim, a propriedade passa a representar a privatização desse próprio ser e ser condição da existência humana, seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

Podemos constatar ainda que a estrutura fundiária do país não é somente reflexo colonial, mas sobretudo da forma de desenvolvimento e consolidação do capitalismo brasileiro em sua condição dependente, a partir de sua inserção tardia na divisão internacional do trabalho. Cabe ressaltar que tal processo nunca se deu sem lutas e resistências. No período de abertura democrática, há a constatação, antes não unânime, de que o capitalismo predomina nas relações sociais e de produção da agricultura brasileira. Assim, nesse momento de efervescência política, ao final de 1970, as organizações sindicais retornam, tendo como marco a criação do PT (1980), da CUT (1983) e da CPT (1975). Sob tais influências, há a MST em 1984. O MST surge na defesa da reforma agrária como fator indispensável à democracia brasileira em construção, bem como como orientadora para uma sociedade igualitária e com fins de uma transformação política pautada na construção de assentamentos.

Nesse sentido, partindo da concepção de consciência enquanto um processo, tentamos compreender como a entrada a participação em um movimento social como o MST transforma as concepções sobre si mesmo e sobre o mundo. A partir de tais análises e da constatação da indissociabilidade, no MPC, entre propriedade privada e sociabilidade - e logo, também do processo de consciência - cunhamos o conceito de *consciência privatista*. Nesse sentido, defendemos aqui que as formas de consciência no MPC são moldadas pelo princípio norteador deste modo de produção, a propriedade privada: sendo, logo, hegemonicamente, consciência privatistas. Em meio a teses sobre o fim da história e fim do trabalho, o que nos parece mais razoável é, entre outros processos, haver a maximização da consciência privatista, evidenciando em última instância a necessidade do *fim da propriedade privada*. Ademais, as mediações para superação da consciência privatista estão na tomada de consciência, na luta de classes e nas experiências de formação, militância e transformação concretas. Por isso, são de fundamental importância os movimentos sociais que contestem, entre outras questões, o papel da

propriedade privada, pois o processo de consciência da alienação se dá no interior do capitalismo e não se realiza de forma espontânea.

Partindo, então, do pressuposto de que o saber se constrói a partir do real, em consonância com J. Martins (2020), propomos refletir sobre a existência do homem e da mulher simples, aqueles atravessados pela dominação e alienação, mas que a história se faz presente em sua vida todos os dias, bem como eles fazem parte dela - e a fazem. Dessa forma, a pesquisa foi realizada no ADG a partir da entrevista com antigos moradores da fazenda - ex-colonos - e militantes no MST. Na história de cada um dos/das militantes entrevistados, vemos a compreensão das desigualdades sociais e as necessidades histórico-culturais decorrentes dessa constatação como fator principal do engajamento, além da influência nítida familiar e das histórias de vida e formação acadêmica. Por outro lado, nas entrevistas com os ex-colonos, vemos histórias de vida conformadas no trabalho no campo, marcadamente racializadas (e racistas), com pouca ou nenhuma escolaridade e que nunca saíram do território da fazenda. No caso das mulheres, principalmente, há ainda questões moldadas em valores tradicionais da família e cuidados domésticos. Fica evidente ainda como o regime de colonato - que foi uma via que combinava, não de maneira simples, formas capitalistas e não capitalistas para reprodução do capital - ainda se faz presente na concepção de mundo desses moradores.

Como vimos, embora toda consciência se origine da materialidade, não há correspondência direta entre posição de classe e consciência. No caso dos ex-colonos, por exemplo, as trajetórias de pobreza e dificuldades não necessariamente, ao menos não em um primeiro momento, se convertem em um “avanço” de consciência. Na análise dos dados, podemos constatar ainda como a tomada de consciência nem sempre é acompanhada pelas condições objetivas para tal, bem como gera novos conflitos ao indivíduo. As diferenças expostas entre as visões de mundo dos ex-colonos e dos militantes do MST evidenciam ainda que não há uma essencialidade na classe trabalhadora. Assim, em relação à coesão do

assentamento, há diferentes percepções, sendo as dificuldades ancoradas, sobretudo, em uma dificuldade “se reconhecer sem-terra” - fato determinante para superação do indivíduo privativo. Esse processo de reconhecimento e identificação como sujeito coletivo também é parte importante do processo de consciência. A suposta dicotomia "colonos" e "eles (MST)", porém, não é estática e permanece em disputa. A utopia, porém, está no horizonte dos militantes e pertencentes aos movimentos sociais. Entre os ex-colonos, a utopia não parece presente, havendo certo desencantamento do mundo conduzido pelo querer alheio; ou melhor, o presente é a utopia, ao passo que nega.

O modelo de reforma agrária do Estado brasileiro parece ser contributivo à perpetuação da consciência privatista, pois o acesso à terra deve questionar, a priori, o monopólio da propriedade do latifúndio. Nosso modelo de reforma agrária, porém, parece beneficiar grandes proprietários e tem como fim a transformação dos manifestantes em pequenos proprietários, o que fortalece a lógica da consciência privatista. Vimos no ADG que após a divisão dos lotes se iniciou um processo de individualização (ou reconformação à consciência privatista). A passagem para o assentamento e a organização em lotes evidencia o processo não linear de constituição da consciência (da consciência em si à consciência para si à consciência em si ou, mesmo, de avanços na consciência em si sem que se salte qualitativamente à consciência para si) e da compreensão da própria sociabilidade (do privado ao coletivo e retorno ao privado).

Logo, romper com a consciência privatista (e principalmente com o que a sustenta, o sistema capitalista) é onde reside a maior dificuldade do MST - e de nossa sociedade. Sabemos que o processo de revolta que transforma a consciência e a ação (e vice-versa) e rompe com o fatalismo não está ligado somente a processos subjetivos e mudanças individuais, mas, sobretudo, em mudanças concretas da realidade. Nesse sentido, estar em um movimento social, por exemplo, ou a implantação de um assentamento, a mudança de lógicas de sociabilidade e produtivas e a ênfase no coletivo são fatores determinantes que modificam a dinâmica cotidiana

e a conquista de direitos básicos. O salto para a consciência revolucionária seria, então, a combinação entre a vivência das contradições da realidade e a apropriação de instrumentos teóricos que subsidiem a compreensão das determinações de nossa realidade, que devem constar no trabalho de base e de formação e, por fim (e sobretudo), só se sustenta com o fim do capitalismo.

O MST prega a ideia do movimento social como princípio educativo, o que se expressa na formação escolar formal, nas místicas, nas cirandas, na formação política, no resgate ao saber popular, no trabalho coletivo e na conquista objetiva pela terra. A militância, sobretudo para aqueles que possuem cargos de direção, por mais que pautadas na transformação e em relações mais solidárias, ainda se faz, porém, em uma sociabilidade desumanizante. Portanto, não está livre de sofrimentos ou desgastes, como é possível perceber nas falas, sobretudo das mulheres, que se deparam com cargas duplas e triplas de trabalho, além da inegável influência das violências e ameaças vivenciadas pelos militantes. Nesse sentido, cabe pensar como o MST e seus assentados como grupos diferenciados (e não só específicos) ou grupos para si (e não apenas em si) podem avançar para uma compreensão de si enquanto classe trabalhadora, numa práxis e horizonte revolucionários.

Vimos ainda que há, em linhas gerais, duas orientações sobre os objetivos do MST: uma de cunho mais imediato, como o acesso a direitos e de novas formas de produção e relação com a natureza (táticas) e outra no sentido da transformação social (estratégia). Há atualmente uma pluralidade de táticas, como plantação de árvores nativas (reflorestamento), alimentação saudável (segurança e soberania alimentar), resgate dos saberes populares, entre outras. Em relação às táticas na atual conjuntura, há divergências em relação ao papel do movimento, que deve ser pensado também a partir do histórico e do momento de intensa criminalização.

Nesse sentido, é possível, partindo de uma relação entre o ADG e a organização nacional do MST, questionar se há uma perda ou uma ampliação do horizonte estratégico. Pensamos na

possibilidade de uma ampliação tática (agroecologia, sustentabilidade etc.) com inflexão desse horizonte. Outro ponto importante analisado para compreender esse suposto rebaixamento é a cooptação ideológica a partir dos governos do PT, gerando havendo uma secundarização do horizonte de superação da ordem em prol da priorização do acúmulo de forças, da ampliação da democracia e das reivindicações dentro da ordem. No entanto, devemos compreender a atual tática da resistência ativa, como reflexo de nosso tempo histórico, bem como refletir sobre os caminhos práticos de emancipação em cada condição histórica (Iasi, 2022). Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras não são em si reformistas e nem revolucionários, pois a consciência de classe passa pela constituição do sujeito histórico, que, por sua vez, se dá na vivência das contradições do real e da luta de classes.

No caso do ADG - o que acreditamos ser possível afirmar também para outros contextos - a contradição arcaico-moderno parece ser incorporada às relações na antiga fazenda, no sentido de compreensão da organização do espaço, tempo e, sobretudo, das relações de trabalho e do tradicionalismo. Algumas das estratégias possíveis, e que são ações preconizadas pelo MST, passam pelo estabelecimento de relações de cooperação e modificação de relações de trabalho e produção com foco no trabalho coletivo. Tais mudanças, aliadas à formação, levariam à organicidade e uma nova consciência. As barreiras a esse projeto, mesmo sendo ele essencial, estão no cotidiano do MPC, que pressupõe a valorização da propriedade privada e, como consequência, na consciência privatista. No entanto, é necessário ponderar e refletir sobre o máximo possível de consciência em determinados tempos históricos para se evitar o risco de atribuir deveres maiores do que os possíveis aos movimentos sociais.

É válido ressaltar que falar em arcaico não significa partir do pressuposto de uma natureza egoística do camponês ou de uma negação de suas potencialidades, e sim afirmar este como produto de seu tempo e da história das relações de trabalho do campo brasileiro - e do MPC. Trata-se, então, de compreender como as contradições próprias da constituição do

capitalismo brasileiro e suas relações de produção e trabalho têm impacto na constituição também de nossas consciências, como tentamos evidenciar neste trabalho - até mesmo porque a valorização do individual e do privado não se dá de forma unilateral. Há contradições e o MST surge como possibilidade de inserção do sujeito coletivo na vida; no caso do ADG, destes ex-colonos. A superação da consciência privatista passa também pela valorização do saber camponês e de seus modos de vida.

Como reflexões e apontamentos finais, como nos alerta V. Nascimento (2019), a atuação da Psicologia em tais contextos (e também a de outros profissionais e a do próprio movimento social) deve visar a superação de uma percepção da realidade presentista e fragmentada, a partir de ações de desideologização do senso comum, das naturalizações do social - e do MPC - como sinalizou Martín-Baró (2011). Logo, intervenções sobre posturas individualistas e nos modelos de identificação que estimulam valores privativos e competitivos, em prol da construção de processos comunitários e cooperativos e, também, de resgate da memória histórica, (re)construindo a memória de figuras de referência para a luta. Cabe também à Psicologia atender necessidades imediatas, como angústias e estresses coletivos, oriundos, sobretudo, das situações de repressão, violência e desumanização. Para tal, porém, antes é necessário repensar os modelos e referenciais hegemônicos na área, visto que a Psicologia é uma ciência burguesa fundada no individualismo e no privatismo.

Contudo, nossas reflexões aqui visam não só uma reflexão sobre o papel da Psicologia nesse contexto. Cabe-nos questionar nosso atual modelo de reforma agrária entre o ideal e o possível, como antes mencionado e pontuar sobre percepções do MST. Parece-nos crucial repensar as pactuações e rupturas com o Estado (e de participação na democracia representativa), o que diz respeito à tática, mas, sobretudo, ao resgate da radicalidade e da estratégia de transformação social, os princípios organizativos, o trabalho de base e uma sólida formação política. Sobre isso, vemos hoje insuficiências teóricas e crise dos grupos de

mediação, como a universidade. Ademais, a superação da propriedade privada deve estar nesse horizonte, visto que constatamos que as forças produtivas se desenvolveram a tal ponto que, sob o domínio da propriedade privada, se transformaram em forças destrutivas. O fortalecimento da propriedade comum e do valor de uso da moradia são pontos que devem ser defendidos como mediações. No âmbito do Estado burguês, há ainda a necessidade de a Constituição estabelecer limites severos ao direito de propriedade - o que, por sua vez, só advirá pela luta.

Acreditamos que a emancipação humana implica em emancipação subjetiva. Portanto, objetiva e, também, das consciências. A consciência privativa não é um “problema” camponês, mas sim do MPC. Porém, atinge de formas diferentes o camponês e impõe desafios à reforma agrária. Cabe refletir sobre a pesquisa e o papel da Psicologia e da pesquisadora nesse contexto - e em que sentido, em sua hegemonia, não diz de uma Psicologia privatista. Se a Psicologia historicamente pouco contribuiu aos movimentos e lutas sociais, muito pôde se beneficiar deles, principalmente ao contestar seu *quefazer* e, principalmente, a artificialidade da separação entre indivíduo/subjetivo e sociedade. O teor dessa pesquisa, por sua vez, não apaga o estranhamento e o distanciamento da realidade estudada. Trata-se, porém, de um esforço de contribuição na construção da história desta. Logo, o papel da pesquisa é desvendar o oculto, o que enxerga, mas nem sempre se vê, sobretudo, enquanto produtores de conhecimento e sujeitos ativos de sua existência e da história.

REFERÊNCIAS

- Almeida, R. A. de. (2011). O MST e a formação da consciência de classe trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa? *Formação (Online)*, 1(12), 239-285.
<https://doi.org/10.33081/formacao.v1i12.904>
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Jandaíra.
- Amaral, M. (2018). *Questão de gênero e MST: Os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo].
https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10857/1/tese_12520_Maisa%20Prates%20do%20Amaral.pdf.
- Andrade, M. R. O. (1998). *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/126394>.
- Andrade, D. C. M. (2018). *Propriedade privada e direito à moradia - uma crítica*. Editora Ideias & Letras.
- Andrade, F. L. (2022). *O MST e a Formação da Consciência Camponesa*. Editora Bagai.
- Beghini, R. (2010, 26 março). MST invade fazenda histórica na Zona da Mata. *Correio Braziliense*.
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna-brasil,182126/mst-invade-fazenda-historica-na-zona-da-mata.shtml>
- Bensaïd, D. (2017). Apresentação. In K. Marx. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira* (pp. 11-73). Boitempo.
- Blanco, A., & Díaz, D. (2007). El rostro bifronte del fatalismo: Fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19(4), 552–558.
<https://reunido.uniovi.es/index.php/PST/article/view/8515/8379>.

- Bogo, A. (1999). *Lições da luta pela terra*. Memorial das Letras.
- Boulos, G. C. (2017). *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/publico/GuilhermeCastroBoulos.pdf>.
- Bragon, R. (2022, 21 outubro). Incra sob Bolsonaro troca desapropriações e assentamentos por emissão de títulos. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/incra-sob-bolsonaro-troca-desapropriacoes-e-assentamentos-por-emissao-de-titulos.shtml>
- Caldart, R. S. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Vozes.
- Caldart, R. S. (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207-224. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.
- Carter, M. (2006). O Movimento dos Trabalhadores sem Terra e a Democracia no Brasil. *Agrária*, (4), 124-164. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i4p124-164>.
- Carvalho, M., Araújo, S., Ximenes, V., & Pascual, J. (2010). A formação do conceito de consciência em Vygotsky¹ e suas contribuições à Psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(3), 13-22. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300003&lng=pt&tlng=pt.
- Carvalho, C., Pinto, R. & Souza, S. (2016). *Museu da Favela: histórias de vida e memória social*. Editora PUC-Rio.
- Castelo, R. (2013). *Social-Liberalismo. O auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. Expressão Popular.

- Cassin, M., & Golschmidt, M. (2014). Notas sobre os assentamentos rurais na reforma agrária e seu papel na qualificação, formação e educação dos assentados. *Aurora*, 8(1), 1-15.
<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2014.v8n01.4714>
- Chizzotti, A. (2013). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Editora Vozes.
- Coelho, F. (2014). *Entre o bem e o mal: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995 – 2010)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados].
https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/01/tese_Fabiano-Coelho.pdf.
- Coelho, F. (2017). A prática da mística e a construção de uma memória histórica no MST. *História Revista*, 22(1), 119-138. <https://doi.org/10.5216/hr.v22i1.30284>
- Coletti, C. (2005). *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497420>.
- Comissão Pastoral da Terra (2017). *Conflitos no campo Brasil 2017*. CPT.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Dialética do fatalismo: do fatalismo dos indivíduos para o da ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 682-702. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52593/34222>.
- Chagas, E F. (2013). O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, 36(2), 63-84. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000200005>.
- Cypreste, R. (2022, 21 janeiro). Brasil tem menor avanço na reforma agrária desde fim da ditadura. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-tem-menor-avanco-na-reforma-agraria-desde-fim-da-ditadura>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

- Demo, P. (2006). *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Armazém do Ipê.
- Dias, C. (2021). *Dialética na práxis e consciência de classe no MST (Brasil) e MNCI (Argentina)*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41252>.
- Dimenstein, M. D., Leite, J., Macedo, J. P. & Dantas, C. (2016). Apresentação. In M. Dimenstein et al (eds.), *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 9-16). Intermeios.
- Dominczak, P., Marcatti, A., & Marcatti, B. (2020). A questão agrária em Marx e sua assimilação no Brasil. *Trabalho necessário*, 18(36), 279-302. <https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42810>
- Duarte, K. L. (2014). *Questão agrária e “questão social”: mediações do caso brasileiro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6195>.
- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1845).
- Engels, F. (2015). *Sobre a questão da moradia*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1844).
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Fernandes, B. (1998). *Cadernos de Formação nº 30 - Gênese e desenvolvimento do MST*. Peres.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Zahar Editores.
- Galvão, A. (2011). Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, 32, 107-126. https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf

- Gassen, V (1994). *A lei de terras de 1850 e o direito de propriedade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Catarina].
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76176>.
- Ghiraldelli, G. (2022, 21 julho). Fatos Primeiro: Bolsonaro acerta sobre números de titulação de terras, mas omite dados de reforma agrária. *CNN*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria/>
- Gomes, R. (2008). Análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (ed.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80). Vozes.
- Grzybowki, C. (2013). Movimentos Populares Rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In J. P. Stédile (ed.), *A questão agrária no Brasil - O debate na década de 1990*. Expressão Popular.
- Guzzo, R. (2016). A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. Ximenes, B. Nepomuceno, E. Cidade & J. Moura Jr. (eds.), *Implicações Psicossociais da pobreza – diversidades e resistências* (pp. 149-164). Expressão Gráfica e Editora.
- Guzzo, R., & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 231-240.
- Harnecker, M. (2021). *Estratégia e tática*. Expressão Popular.
- Harres, M. (2011). Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. *Anos 90*, 18(33), 99-127. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.25682>
- Ianni, O. (1985). Revoluções camponesas na América Latina. In J. V. T. Santos (ed.), *Revoluções camponesas na América Latina*. Ícone; Editora da Unicamp.
- Ianni, O. (2004). *Origens agrárias do Estado brasileiro*. Brasiliense.

- Iasi, M. (1999). *Processo de Consciência*. CPV.
- Iasi, M. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Expressão Popular.
- Iasi, M. (2022). *Consciência e ideologia*. Cortez.
- IBGE (2009). *Censo Agropecuário 2006 – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. IBGE.
- IBGE (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil – uma primeira aproximação*. IBGE.
- Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Vozes.
- Guerrero, I., & Bergamasco, S. (2014). A Reforma Agrária: dados do processo. *Anais de evento. VI Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais*. https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/01/1B/10_Iris%20Guerrero.pdf.
- Guimarães, A. P. (2005). Quatro séculos de latifúndio. In J. P. Stédile (ed.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960* (pp. 35-78). Expressão Popular.
- Guimarães, A. P. (1981). *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Graal.
- Kleper, I. (2017, 14 junho). Quem está doente é o sistema social: notas sobre saúde mental e militância. *Esquerda Online*. https://esquerdaonline.com.br/2017/06/14/opiniao-quem-ta-doente-e-o-sistema-social-notas-sobre-saude-mental-e-militancia/?doing_wp_cron=1677001455.0715649127960205078125
- Lacerda, F., Jr., & Guzzo, R. (2006). MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante. *Revista Psicologia Política*, 6(12), 1-47.
- Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. (1963, 2 março). Dispõe sobre o Estatuto do trabalhador rural. Presidência da República. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-norma-pl.html>

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. (1964, 30 novembro). Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.

Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976. (1976, 7 de dezembro). Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União e dá outras providências. Presidência da República.
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6383&ano=1976&ato=f53QTSq50MnRVT549>

Limoeiro-Cardoso, M. (1997). Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 1-12. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>

Lopes, J. (2007). A questão social da terra como desafio para a psicologia. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 583-592. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300015>.

Lukács, G. (2018). *História e consciência de classe*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1923).

Machado, I. (2008). MST e neoliberalismo: avanços, limites e contradições da luta pela terra no Brasil. In M. Maya, N. Carrera, & P. Calveiro. *Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina* (pp. 231-257). Clacso.

Marconi, I. C., & Luzio dos Santos, L. M. (2016). Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. *Interações*, 17(2), 173-183. <https://doi.org/10.20435/1984042X2016202>.

Mariátegui, J. C. (2010). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1928).

Martins, J. S. (1984). *A militarização da questão agrária no Brasil*. Vozes.

Martins, J. S. (1986a). *A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”*. Hucitec.

- Martins, J. S. (1986b). *Não há terra para plantar neste verão - O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Vozes.
- Martins, J. S. (1989). *Caminhada no chão da noite - emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. Hucitec.
- Martins, J. S. (1995). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Vozes.
- Martins, J. S. (2018). *O cativo da terra*. Contexto.
- Martins, J. S. (2020). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. Contexto.
- Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: Divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa: In *Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED* (pp. 1-17), Caxambú, MG. https://amablymonari.com.br/wp-content/uploads/2017/12/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf
- Martín-Baró, I. (2011). Por uma Psicologia da Libertação. In R. Guzzo, & F. Lacerda (Orgs.). *Psicología Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 181-197). Alínea.
- Martín-Baró, I. (1973). Psicología del campesino salvadoreño. *Estudios Centroamericanos*, 28(8), 476-495.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II*. UCA.
- Martín-Baró, I. (1990). *Accion e ideología. Psicología social desde Centroamérica*. UCA.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

- Martin-Baró, I. (2017a). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In I. Martín-Baró, I. (F. Lacerda Júnior, Org., Trad., Notas). *Crítica e Libertação na Psicologia* (pp. 173-203). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017b). Os grupos com história: um modelo psicossocial. In I. Martín-Baró, I. (F. Lacerda Júnior, Org., Trad., Notas). *Crítica e Libertação na Psicologia* (pp. 204-232). Vozes.
- Marx, K., & Engels F. (1998). *Manifesto Comunista*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1848).
- Marx, K. (2004). *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1844).
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1859).
- Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1844).
- Marx, K. (2011). *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1852).
- Marx, K. (2017a). *Miséria da Filosofia*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1847).
- Marx, K. (2017b). *O capital: crítica da economia política: livro I*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867).
- MARX, K. (2017c). *O Capital: crítica da economia política: livro 3*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867).
- Marx, K. (2017d). *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1842).
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1932).

- Mendes, K. T., & Machado, C. B. (2020). Mulheres no Brasil da pandemia: breves reflexões sobre divisão sexual do trabalho e reprodução social. In R. Colomby, J. Salvagni, & C. Cheron (eds.), *A Covid-19 em múltiplas perspectivas - Trabalho, Estado e Sociedade* (pp. 133-146). Espaço Acadêmico.
- Minayo, M. (1993). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1–12.
<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2010). *Estado, classe e movimento social*. Cortez.
- Moraes, C. S. (1986). Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de Formação n° 11*. MST.
- Moura, C. (2014). *Dialética radical do Brasil negro*. Anita Garibaldi.
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.
- Moura, C. (2021). *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Dandara.
- Nascimento, R. (2019). *De quem é a terra? A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula* [Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC.
<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/88940>
- Nascimento, V. A. S. (2019). *Contribuições da Psicologia da Libertação para a Psicologia Rural no Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9721>
- Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez.
- Neves, V. (2020). Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista. *Revista Marx e Marxismo - Revista do NIEP*, 8(14), 36-52.
<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/366>
- Nogueira, R. (2007). *A organização sócio-espacial do assentamento Olga Benário*. [Monografia de conclusão de curso, Universidade de Viçosa]. Monografias do curso de Geografia da

- UFV. <https://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2013/08/Renata-Fernandes-Nogueira.pdf>
- Oliveira, C. (2005). A construção do conceito de consciência em Freud, Marx e Adorno. *Inter-Ação: Rev. Fac. Educ*, 30(2), 305-329. <https://doi.org/10.5216/ia.v30i2.1316>
- Oliveira, F. (2013). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. Boitempo.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista histórico dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362-371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>.
- Picolotto, E. (2007). Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. *CSONline*. 1(2), 156-177. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17048>
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>
- Porto-Gonçalves, C.W. (2005). A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Geografias*, 1(1), 7-25. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13178>.
- Post, C. (2021, 8 fevereiro). Para além do “capitalismo racial”: por uma teoria unificada do capitalismo e da opressão racial. *Lavra Palavra*. <https://lavrpalavra.com/2021/02/08/para-alem-do-capitalismo-racial-por-uma-teoria-unificada-do-capitalismo-e-da-opressao-racial/>
- Prado, C., Jr (2014). *A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil*. Companhia das Letras.
- Rosa, L. A. (2017). Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST. *Saúde & Transformação Social*, 8(1), 72-83. <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4375/4965>.

- Rosa, M. P. (2020). O fatalismo no trabalho camponês: da submissão às possibilidades de ruptura. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32190747>
- Rosa, M. P. (2022). *Campesinato e lutas de classes: um estudo psicológico sobre o processo de consciência*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/T.47.2022.tde-03102022-160033>
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Santos, A. M. (1999). Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil: 1950-1964. *Tempo*, 7(4), 1-13. https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg7-2.pdf
- Scherer-Warren, I. (2003). A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Política e Sociedade*, 2(3), 71-93. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Souza, C. L. S., & Teles, H. (2021). Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, 21(42), 44-61. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61>
- Silva, L. O. (1996). *Terras devolutas e latifúndio*. UNICAMP.
- Silva, A. S. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55. https://www.researchgate.net/publication/344016336_Consciencia_politica_identidade_coletiva_familia_e_MST_nos_estudos_psicossociais
- Silva, A. L. (2005). Entrevista em Profundidade como Técnica de Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva. *Saúde Coletiva*, 2(7), 71. <https://www.redalyc.org/pdf/842/84220794001.pdf>.
- Silva, A. S. (2007) A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 105-126. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10952>.

- Silva, D. L. da. (2013). *Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].
Plataforma Sucupira.
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=83405.
- Soler, R. D. (2017). Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. *Psicologia em Revista*, 23(2), 541-561. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p541-561>.
- Stédile, J. P., & Fernandes, B. M. (1999). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil*. Fundação Perseu Abramo.
- Stédile, J. P. (2011). Introdução. In J. P. Stédile (Ed.). *A questão agrária no Brasil - o debate tradicional (1500 - 1960)* (pp. 15-31). São Paulo.
- Stédile, J. P. (2013). Introdução. In J. P. Stédile (Ed.). *A questão agrária no Brasil - o debate na década de 1990* (pp. 11-16). Expressão Popular.
- Stédile, J. P. (2020). *Experiências históricas de reforma agrária no mundo - volume I*. Expressão Popular.
- Stédile, M. (2022). Análise da conjuntura política. In MST. *Caderno de Formação nº 56 - Subsídios para estudo da conjuntura 2022* (pp. 61-66). Setor de Formação do MST.
- Tarelho, L. C. (1988). *Da consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem Terra de Sumaré*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Teixeira, M. (2012). Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Repositório LOCUS UFV. <https://locus.ufv.br/handle/123456789/4178>.
- Thompson, E. P. (2001). Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In A. Negro, & S. Silva, S. (eds). *As particularidades dos ingleses e outros artigos* (pp. 269-281). Editora da Unicamp.

- Tonet, I. (2018). *Método Científico - uma abordagem ontológica*. Veredas.
- Torquato, J., Dimenstein, M. D., Leite, J., Macedo, J. P., Dantas, C., Belarmino, V. H., Silva, E., Silva, M., Cirilo Neto, M., & Sousa A. (2016). Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. In M. Dimenstein et al. (Eds). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 141-171). Intermeios.
- Vanzo, P. (2021). Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica. *Sociologias Plurais*, 7(3), 170-193. <http://dx.doi.org/10.5380/scplpr.v7i3.82260>
- Weiga, J. E. (2000). Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. In E. Teófilo (Ed.). *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico* (pp. 173-200), Ministério do Desenvolvimento Agrário; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília.
- Wanderley, M. N. B. (1979). *Capital e propriedade fundiária - suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Paz e Terra.
- Wolf, E. (1984). *Guerras camponesas no século XX*. Global.
- Wood, E. (2011). *Democracia contra o capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. Boitempo.

ANEXO A

ROTEIROS DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - MILITANTES

História de vida e chegada ao movimento - concepções sobre o MST

1. Gostaria que você me falasse um pouco sobre sua história antes de chegar ao MST (explorar sobre realidade de pobreza, gênero e raça).
2. Antes do movimento, você tinha outras formas de “engajamento político” (ou “reação” ao o que incomodava)? (identificar revolta x fatalismo como congruentes às primeiras formas de consciência).
3. Como se deu a sua entrada no movimento? Conte-me sobre esse percurso de descoberta (mudou as formas de pensar sobre o mundo?).
4. Como você define o MST? (explorar histórico do movimento e concepções de sociedade)
5. Qual seu objetivo/interesse como membro do MST? (objetivos individuais e de classe e temporalidade)

Memória e cotidiano no assentamento

6. Como foi sua chegada/participação no acampamento/assentamento?
7. Qual é a história da fazenda? (isso é importante?)
8. Como foi a “construção” do assentamento? (divisão, construção, infraestrutura, locais comuns)
9. Como é o cotidiano no assentamento? (explorar rural x urbano, religiões, etc.)
10. Como é o acesso às políticas públicas (ênfase em cada uma: saúde, educação, assistência) no assentamento? Para você, qual o papel dessas políticas estatais? (concepção de Estado)

11. Se você pudesse pensar em alguma ação/política pública voltada aos assentados, qual seria?

Relação com lideranças - locais, regionais e nacionais - e organização interna

12. Como se dão as deliberações/decisões? (identificar conflitos)

13. Como é a organização interna do MST (como movimento nacional)?

Formação e espaço coletivos no movimento - vivências comunitárias, conjuntura, consciência e subjetividade

14. Quais são os espaços coletivos e de formação? (e os instrumentos “de luta”?)

15. Há relação com outros acampamentos e assentamentos?

16. Há coesão/união entre os assentados? (Se sim, a que se deve? Se não, o que falta e o que pode ser feito?)

17. De que forma ser uma liderança no movimento afeta sua vida pessoal (e de forma geral)?

Há “limites” pessoais?

18. Como a atual situação política e econômica do Brasil te afeta? E ao movimento?

Experiências de violências

19. Qual você acha que a visão que a sociedade geral tem sobre os assentados do MST?

20. Você ou outras pessoas que vivem aqui já sofreram algum tipo de violência física ou verbal por pertencerem ao MST?

21. E antes de pertencer (por outras questões)?

Questões contextuais e projetivas

22. Qual sua concepção sobre propriedade (privada)?

23. O que pensa sobre a desigualdade social e sobre a pobreza? (perceber se há identificação como pobre antes ou depois do MST).

24. Qual é o seu sonho? (singular, particular e universal e temporalidade)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA - EX-COLONOS

História de vida e chegada ao movimento

1. Gostaria que você me falasse um pouco da história da sua vida (explorar sobre realidade de pobreza, trabalho e marcadores de gênero e raça).

2. Como foi o encontro com o MST? Conte-me sobre esse percurso de descoberta (hoje se sente um militante do movimento? Já participou de outro tipo de movimento?)

3. Antes do movimento chegar, você tinha outras formas de “engajamento político” (ou “reação” ao o que incomodava)?

4. Como você define o MST? (explorar histórico do movimento)

5. Qual é a história dessa fazenda? (explorar relação de trabalho)

Acampamento, transição e cotidiano no assentamento

6. Como foi o processo de (nova) adaptação ao local? (divisão, construção, infraestrutura, locais comuns)

7. Como é o cotidiano no assentamento? (explorar rural x urbano, religiões, etc.)

8. Como é o acesso às políticas públicas (saúde, educação, assistência) no assentamento? Para você, qual o papel dessas políticas estatais? (concepção de Estado)

9. Como era antes? Qual período da fazenda acha melhor?

10. Se você pudesse pensar em alguma ação/política pública voltada aos assentados, qual seria?

Relação com lideranças - locais, regionais e nacionais - e organização interna

11. Como se dão as decisões no assentamento?
12. Como é a organização interna do MST (enquanto movimento nacional)?

Formação e espaço coletivos no movimento (vivências comunitárias, consciência e subjetividade)

13. Quais são os espaços coletivos e de formação?
14. Há relação com outros acampamentos e assentamentos?
15. Há coesão entre os assentados? (Se sim, a que se deve? Se não, o que falta e o que pode ser feito?)
16. Estar no movimento afeta sua vida privada?
17. Como a atual situação política e econômica do Brasil te afeta? E ao movimento?

Experiências de violências

18. Qual você acha que a visão que a sociedade geral tem sobre os assentados do MST?
19. Você ou outras pessoas que vivem aqui já sofreram algum tipo de violência física ou verbal por pertencer ao MST (ou morar no assentamento)?
20. E antes de pertencerem (por outras questões)?

Questões contextuais e projetivas

21. Qual sua concepção sobre propriedade (privada)?
22. O que pensa sobre a desigualdade social e sobre a pobreza?
23. Qual é o seu sonho?

ANEXO B
CATEGORIAS DA ANÁLISE TEMÁTICA

Categoria	Descrição
Histórias de vida, visões de mundo e relações sociais	
História de vida	Confluência entre história de vida, familiar, militância, trabalho e história da fazenda (no caso dos ex-colonos).
Formação acadêmica/trajetória escolar	Papel da educação nas trajetórias.
Trabalho	Compreensão sobre trabalho e classe trabalhadora; papel do trabalho; organização do trabalho; superexploração do trabalho; romantização e coronelismo nas relações de trabalho.
Trajetoira de militância	
Entrada no MST	Motivações, sentimentos e histórico.
Vínculos e sentimento de pertença	Relação com o território/ fazenda; efeitos da participação direta ou indireta no MST.
Vida pessoal e militância	Saúde mental; conflitos entre público e privado; diferenças entre homens e mulheres.
Experiências de violências	
Sonho	

Capitalismo e relações sociais	Individualismo, dificuldade de cooperação entre outros como manifestações e dificultadores do capitalismo às formas coletivas.
Propriedade privada	Concepção de propriedade privada; impactos nas relações coletivas e individuais; diferenças entre campo e cidade
Chegada do MST na região e cotidiano do assentamento	
Chegada do movimento na região	
Processo de ocupação e papel do acampamento	
Relação com os colonos	
História da fazenda	
Processo de construção do assentamento	Processo histórico, embates e afastamentos. Compreensões distintas sobre tal construção.
Coordenação, organização e cotidiano do assentamento	Divisão de tarefas; construção das casas e infraestrutura; cooperação.
Conflitos internos	
Compreensões sobre o MST e conjuntura	
Definição do MST	
Parcerias e alianças (do movimento)	Relações institucionais e parcerias com outros movimentos sociais.

Relação universidade/MST	Relações institucionais; o papel do intelectual e as influências na coordenação e processos decisórios.
Representação social do MST	
Organização do MST	Níveis regional, estadual e nacional e suas relações.
Linhas políticas e ações do MST	Saber popular, mística, práticas alternativas; preservação ecológica; segurança/soberania alimentar/ alimentação saudável/produção.
Trabalho de base	
Formação política e processos de conscientização	Processo educativo e experiências cotidianas; função social no MST; pertencimento; classe; educação (papel da escola; formas concretas de organização política; papel do coletivo e individualização; disputas por hegemonia.
MST e relação com o Estado	Políticas públicas, repressão policial etc.; impactos da conjuntura atual; propostas de políticas.
MST e identidades	Reconhecimento de identidades e diversidade no interior do movimento.
Horizonte estratégico do MST	
Análise política e conjuntural	